

DORACI ALVES LOPES

Este exemplar corresponde a redação final
do Tese defendida pela Dra. Doraci Alves
Lopes e aprovada pela Comissão Jul-
gadora.

Campinas, 19 de dezembro de 1988.

Manfredi

O MOVIMENTO DA ASSEMBLÉIA DO POVO E A CRÍTICA DA "MARGINALIDADE"

Dissertação de Mestrado em
Sociologia apresentada ao
Departamento de Ciências Sociais do
Instituto de Filosofia e Ciências
Humanas da Universidade Estadual de
Campinas.

Orientadora: Profa. Dra. Silvia Maria Manfredi

Campinas

1988

UNICAMP
BIBLIOTECA CENTRAL

L881m

10136/BC

Agradecimentos

À minha orientadora e amiga, Silvia Maria Manfredi, pela sensibilidade com que discutiu meus impasses teórico-metodológicos e outros menos acadêmicos.

À FAPESP pelos recursos financeiros no período inicial da pesquisa.

Aos professores da pós-graduação de Sociologia pela concessão da bolsa de Incentivo Acadêmico da UNICAMP, para o término da redação da dissertação e àqueles que colaboraram direta ou indiretamente na sua realização. Destaco as sugestões metodológicas do Prof. Michel Thiollent.

Aos amigos da assessoria e favelados da Assembléia do Povo pelo aprendizado adquirido nas periódicas discussões do movimento. Ressalvo porém, que a responsabilidade de interpretação é exclusivamente minha. Lembro o nome de Maria da Conceição Vieira, que acompanhou a sistematização do material documental.

Às amigas Dulce M. P. de Camargo e Sandra M. Vicentin de Oliveira, que revezaram-se ao longo da dissertação nas críticas e sugestões.

Relembro com prazer, a convivência com os colegas de Mestrado, José Antonio Spinelli Lindozo, José Willington Germano, Jorge Carvalho Pereira da Silva, entre outros.

À Isabel Cristina Moraes, pela eficiência no trabalho de digitação e Maria José dos Santos Waldman, pelo apoio de último momento.

Às ex-alunas e amigas Maria Elena da Luz Azevedo e Etoile Shaw pela revisão e normalização da bibliografia. Meus agradecimentos à Etoile, porém, são "eternos", para usar um chavão, porque sua presença também em termos de troca de idéias me deram grande prazer, além do que possibilitou abreviar a apresentação da dissertação.

SUMÁRIO

Introdução	1
I. A História da Assembléia do Povo: a luta pela Lei da Terra e a Identidade de Favelado	17
I.1. A origem da Assembléia do Povo: um movimento social de Bairros e poucas Favelas	17
I.2. O início da Organização dos Favelados no movimento da Assembléia do Povo: a luta pela permanência na favela e a oposição ao projeto PROFILURE	28
I.3. A luta pela Lei da Terra: a construção da Identidade de Favelado como negação do estereótipo de "marginal"	48
I.3.1. Assembléia do Povo versus Seminário Nacional de Favelas, de 14 a 16/08/81, em Campinas	88
I.3.2. II Encontro Nacional de Favelados, de 12 a 15/02/82, em Campinas	105
I.4. O movimento da Assembléia do Povo no governo de "participação popular" (1983-1988)	114
II. A História da Assembléia do Povo: a luta pela Urbanização das Favelas e o Saber Favelado	146
II.1. A Posse da Terra Urbana, um movimento social "secundário"? A divergência interna entre assessoria e agentes de CEBs	190

III. A História das Favelas de Campinas antes do Movimento da Assembléia do Povo	216
III.1. A "invasão" de Campinas pelos "marginais", nos anos 60	217
III.2. As soluções habitacionais do Estado para moradores "marginais": o caso das "casas transitórias"	230
IV. Favela e Violência Urbana segundo o sistema de representação da "marginalidade"	263
V. A Questão da Participação Política do Favelado segundo a "teoria da marginalidade"	289
V.1. Notas sobre a história da "Teoria da Marginalidade" e da crítica a este conceito	290
V.2. "Marginalidade" e Participação Política	296
Conclusão	316
Bibliografia	318

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é uma reflexão sobre uma experiência que vivi durante pelo menos cinco anos junto a um movimento de favelados, na cidade de Campinas, conhecido como "Assembléia do povo" (AsP). Fiz parte de um grupo voluntário de assessoria ao movimento, muitas vezes denominado de "técnicos" ou "intelectuais" (arquitetos, sociólogos, assistentes sociais, advogados, estudantes) da AsP.

A partir de um grupo inicial e mais permanente, outros assessores foram sendo incorporados no desenvolvimento de uma perspectiva de trabalho político que dependia, na época, da participação direta nas múltiplas reuniões e mobilizações feitas pelos moradores da periferia de Campinas.

Tanto ocorriam reuniões e encontros importantes nos bairros e favelas, como no Centro Pio XII, local cedido pela Arquidiocese de Campinas para sediar a articulação entre os moradores de diversas regiões da cidade e todos os grupos envolvidos no apoio ao movimento social de então.

Comecei a participar no início de 1981, quando a AsP já era um movimento de favelados e minha contribuição deveria se dar mais na Assessoria de Imprensa, pois estava difícil para o grupo dar conta de todas as necessidades da luta neste aspecto: redigir boletins, cartas, atas, convocar rádios, jornais, televisão, etc. O problema era documentar e produzir informação da perspectiva da luta e abrir,

sempre que possível, espaço para que os favelados pudessem passar a sua versão dos fatos nos meios de comunicação locais, em contraposição à versão oficial

O movimento teve início em 1978, com uma multiplicidade de reivindicações, reunindo bairros e favelas. Mas, em 1980, o eixo principal de suas reivindicações já era a habitação, definindo em seu processo de constituição e de mobilizações uma solução jurídica para o problema da posse definitiva da terra e um projeto de urbanização para todas as 84 favelas do município, marcando profundamente, até os dias de hoje, a existência dos favelados a nível local.

Impossível transmitir a vivência adquirida neste trabalho, a troca de experiências, os sentimentos de angústia, a emoção, o prazer e a frustração que acompanharam os momentos coletivos e individuais de favelados e não-favelados que participaram intensamente do movimento.

Assim sendo, restrinjo-me a explicitar porque este trabalho político transformou-se em tema de estudo acadêmico.

Meu tema original de tese estava relacionado com a história de um importante órgão da imprensa brasileira, mas foi abandonado em função da forte influência que o movimento da AsP passou a ter na vida de cada um de nós, não de maneira imediata, mas no processo de desdobramento da própria luta dos favelados.

Ao longo desse trabalho, à medida em que ia registrando em meu caderno o dia-a-dia de reuniões e debates dos favelados no Pic

XII, favelas, atos públicos, entrevistas e audiências (para ter material atualizado e suficiente para exercer minha atividade na assessoria), um problema passou a despertar minha curiosidade enquanto cientista social. Por que era tão frequente a necessidade dos favelados em afirmar que estavam cansados de serem chamados de "marginais"? O que o termo significava para eles? Seria apenas um sinônimo de ladrão, bandido, assaltante? Não, não era só isso que tentavam dizer.

Aos poucos, fui captando em que circunstância tal preocupação aparecia no movimento.

Observei que o assunto aparecia mais em situações coletivas do que individuais, normalmente associado a lembranças de saída do campo e chegada à cidade, de remoções ou expulsões das favelas, às críticas aos projetos habitacionais para favelados e às tentativas de tornarem-se moradores de vilas da COHAB/BNH.

A reflexão dos favelados sobre a "marginalidade" estava ligada a uma revisão da história de vida, ou a episódios de discriminações, como o de perder o direito a certos empregos ou de compras a crédito ao revelarem o endereço da moradia.

Trocavam experiências de vida presente e passada sempre que possível, desenvolviam um interesse contínuo uns pelos outros, necessitavam descobrir que viveram uma história coletiva, com origens, soluções e dificuldades semelhantes e, principalmente, que precisavam ocultar, na maior parte do tempo, a identidade de favelado

e a própria existência na cidade.

Essa troca sucessiva de relatos era inerente ao processo de amadurecimento de suas decisões numa luta que acabou por priorizar a reivindicação pela posse definitiva da terra e a urbanização das favelas. Tais relatos, portanto, não aconteciam independentemente do movimento.

Muitas vezes a assessoria via o tempo correr e a pauta da reunião ficar pendurada na lousa. Entendíamos a importância daqueles depoimentos mútuos de homens, mulheres, jovens e velhos, brancos, negros e mulatos, empregados e desempregados, católicos, crentes, umbandistas, espíritas e assim por diante.

Nossa agonia e a urgência da contraposição às últimas medidas do poder local tinha que ser adiada. Aquela revisão do passado, de reconhecimento conjunto da extensão da segregação social em que foram inseridos na cidade, era um caminho insubstituível para estabelecer a certeza de que tinham o direito de reivindicar a moradia e de enfrentar o Estado, mesmo que precariamente.

Como cientista social me perguntava se valia a pena repensar a "teoria da marginalidade", afinal tratava-se de um debate superado na área. Mas, ao mesmo tempo, não podia esquecer o assunto pois ele ressurgia em meio às preocupações dos favelados e da própria assessoria. Sabíamos que era a descoberta da identidade de favelados que estava em questão e registramos muitos desses momentos de discussão.

Decidi então encarar a discussão da "marginalidade" (vista nos anos 70 na universidade), desta vez da perspectiva do movimento da AsP.

Ao retomar as principais vertentes da chamada "teoria da marginalidade" em seus aspectos essenciais e a bibliografia crítica, que rompe com este tipo de análise, verifiquei que ainda estava distante do problema teórico que desejava enfrentar.

Constatai que não encontraria uma crítica sistematizada em relação à "marginalidade" do ponto de vista das recentes lutas sociais urbanas, especialmente aquelas relacionadas à posse da terra urbana.

Imaginei que muitos poderiam indagar por que movimentos sociais de favelados, em luta pelo direito à moradia, teriam alguma relação com uma polêmica teórica ultrapassada. Outros poderiam querer saber por que a crítica existente à concepção da "marginalidade" não é suficiente para interpretar os chamados "novos movimentos sociais".

Nesse sentido é que procurei desenvolver a investigação, tentando justificar uma retomada da discussão e a crítica ao conceito de "marginalidade".

Correndo o risco da simplificação, inicialmente resumiria as posições teóricas da "marginalidade", e a sua crítica, da seguinte maneira:

A primeira vertente da "marginalidade" é defendida pela visão funcionalista, que entende as "populações marginais" como uma espécie de "freio" cultural ao processo de modernização, pelo qual os países latino-americanos deveriam necessariamente passar, para atingir o desenvolvimento industrial. Esta idéia é bastante difundida pelo modelo dualista de análise da CEPAL no período nacional-desenvolvimentista.

A segunda vertente da "marginalidade" defendida mais pelo pensamento marxista, entendia a existência dos "marginais" não como "responsáveis" pelo "atraso" econômico, mas como "populações excluídas" do modelo de desenvolvimento capitalista industrial da América Latina. Tese basicamente defendida pelos teóricos da Dependência, a partir dos anos 60.

Por sua vez, a produção teórica que rompe com essas análises, fundamentalmente demonstrará que a "marginalidade" não existe. São as características do processo de produção do capitalismo monopolista latino-americano (tais como as desmedidas proporções de seu "exército industrial de reserva", as infinitas formas de subemprego e a superexploração da força de trabalho), que intensificam e concentram a acumulação de capital. Portanto, os ditos "marginais" são trabalhadores que, mesmo desempregados ou subempregados, cumprem um papel decisivo na dinâmica da produção social destes países, como por exemplo, barateando drasticamente o preço da mão-de-obra no mercado de trabalho.

Esta bibliografia crítica da "marginalidade" marcou o debate da acadêmico nos anos 70. Numa época em que muitas ditaduras do continente discursavam sob a égide da doutrina da "Segurança e Desenvolvimento" e da "Integração Nacional", tais estudos desvendavam, naquele momento, as condições de extrema deterioração da qualidade de vida e de trabalho das classes trabalhadoras.

Recuperar tais posições teóricas foi um momento significativo para compreender que o debate dos favelados da ASP sobre a "marginalidade" se dava muito mais num plano político-ideológico do que econômico, em função de necessidades políticas concretas, expressas pelo movimento.

Os favelados direta ou indiretamente polemizaram com uma definição de "participação" ou "prática política" contida no conceito de "marginalidade", que percebiam vir do Estado e das classes dominantes.

Foi desse modo que considerei importante recuperar a discussão da "participação política" das abordagens funcionalistas e marxistas da "teoria da marginalidade".

Deparei-me, no primeiro caso, com a tendência de outras linhas de estudo, que sublinham muito mais a ausência do que a presença das classes trabalhadoras dos processos históricos sociais da América Latina, classificando-as em geral de "passivas".

A maior parte da literatura existente, no segundo caso, dedica-se a elaborar um discurso que mais lamenta do que explica a participação política dos favelados e dos trabalhadores em geral, em alguns casos.

Sintetizando, a primeira abordagem, considera, portanto, os "marginais" passivos, incapazes de desenvolver qualquer ação política; enquanto a segunda, afirma que as "populações marginais" são compostas de ativos agentes políticos na manutenção da ordem vigente, incapazes de defenderem interesses próprios, por não terem condições de adquirir "consciência de classe". No âmbito das relações políticas portanto, são considerados como "freios", desta vez, da luta de classes.

A partir de então, passei a entender melhor a crítica dos favelados da AsP à "marginalidade".

O óbvio seria apenas constatar que os favelados estavam contestando a discriminação social, a imposição de uma pseudo-identidade de "marginal", como sinônimo de "bandido".

Questionavam, além disso, um outro sentido da concepção de "marginalidade", o da incapacidade de participação política. Tal sentido pode ser traduzido por passividade, violência inconsequente e ainda por defesa de objetivos políticos alheios aos seus interesses (ausência de uma "consciência de classe").

A concepção de "marginalidade", no interior da luta pela posse definitiva da terra, portanto, significava muito mais que um sentimento de exclusão social. Traduzia, naquele momento, a disposição de enfrentar uma barreira política que sentiam há muito tempo. Perceberam que ela indicava, constantemente, o lugar que deviam ocupar o da submissão e do silêncio, devido à condição de "clandestinidade" e "transitoriedade" de sua moradia (quer dizer, de sua própria existência) na cidade.

Alguém pode lembrar que a imagem da "marginalidade" é uma situação imposta a muitos outros tipos de moradores urbanos, como os de cortiços, de certos loteamentos clandestinos e irregulares ou de vilas financiadas pelo extinto BNH, etc.

A crítica levantada pelo movimento de favelados da AsP, no entanto, tem uma especificidade. Como deve ter, suponho, uma crítica à "marginalidade" que é particular a cada tipo de luta social (pela habitação, por exemplo), constituída por moradores como os mencionados acima. Penso que, mesmo a luta dos índios, homossexuais, negros, até rebeliões de presidiários, e outras tantas têm uma problematização interna própria sobre a "marginalidade", que passa despercebida ou são pouco valorizadas.

A questão está em captar a diversidade destas críticas, porque apenas aparentemente existe uma uniformidade nas formas de dominação que utilizam-se da ideologia da "marginalidade".

Essa crítica que os setores organizados das classes trabalhadoras são capazes de produzir, mesmo que por um breve tempo, deveria ser objeto de reflexão teórica e política mais permanente para todos os que estão repensando a história social no Brasil.

No caso, o questionamento dos favelados da AsP dependia de uma revisão das experiências vivenciadas desde o campo até a chegada a Campinas, relacionando-as às determinações políticas que o Estado dirigia às favelas. No núcleo de todas essas determinações existe uma ameaça ininterrupta, explícita ou implícita, a da ilegalidade de sua permanência na cidade.

Desse modo, uma das possibilidades de leitura do discurso da "marginalidade" refere-se à maneira "ilegal" dos favelados habitarem a cidade. Aqui, eles são "marginais" no sentido de estarem cometendo um crime específico: estão transgredindo a lei na ocupação de uma terra para habitarem mas, predominantemente, essa "marginalidade" aparece mais como sinônimo de banditismo, pilhagem fora dos limites da favela, contra o patrimônio das classes proprietárias.

O primeiro sentido, e não o segundo, é que determina o ponto crucial a ser resolvido por praticamente todos os movimentos de favelados no contexto de emergência dos movimentos sociais, a partir da década de 70. Isto não significa, porém, que a imagem de "bandido" seja irrelevante para a construção da crítica à "marginalidade" dos favelados, no processo de conquista pela posse da terra.

Neste ponto da investigação, necessitei vasculhar uma bibliografia mais voltada para a história da política habitacional e a questão da legalidade das favelas no Brasil, já que isto auxiliaria diretamente no entendimento das avaliações que a AsP vinha fazendo dos projetos públicos habitacionais em Campinas.

Apesar da grande quantidade de trabalhos existentes sobre favelas, proporcionalmente poucos dedicaram-se a examinar a política habitacional voltada para este problema e praticamente inexistem discussões sobre a ilegalidade das ocupações da terra urbana.

Foi muito produtiva a leitura de estudos que demonstraram a falência de praticamente todos os projetos habitacionais do Estado, via BNH, para solucionar o problema das favelas. Tais projetos foram sustentados, sem exceção, por práticas de remoções e expulsões de moradores em todos os centros urbanos do país, inclusive Campinas.

Por outro lado, a bibliografia de movimentos sociais urbanos tornou-se um referencial teórico-metodológico indispensável para a compreensão do processo de constituição de novos sujeitos políticos no cenário político brasileiro, e de suas contradições de classe com o Estado, a partir dos anos 70, principalmente aquela que enfatiza a análise da dinâmica interna dos movimentos.

Contribuiu também para desvendar as condições históricas em que: 1) os favelados da AsP refutam o estereótipo de "marginal" da perspectiva da reivindicação da posse definitiva da terra; 2) saem de uma prática predominantemente de resistência para um momento de

organização e enfrentamento político em torno de um conjunto de reivindicações específicas, para garantir, a qualquer custo, o direito à moradia, apesar da tradicional dinâmica de expulsões e remoções de favelas.

Isto significa que, numa determinada fase da investigação foi importante indagar, para além da conjuntura nacional de emergência das lutas sociais, o que levou os favelados da AsP a identificarem-se como atores políticos e sujeitos de conhecimento, e a demonstrarem uma determinada vontade política relacionada com a posse da terra urbana.

Para chegar a algum resultado sobre esta pergunta, foi preciso recorrer ao passado, entender o significado da revisão histórica que os favelados faziam entre si no interior do movimento. Era imperativo saber, desde a origem das favelas em Campinas (década de 60), qual o papel do discurso da "marginalidade" e até que ponto estava subordinado ao problema da ilegalidade da posse da terra. Este procedimento auxiliaria no trabalho de compreensão da crítica que os favelados fizeram do estereótipo de "marginal" na AsP.

Interpretar a luta da AsP, principalmente no seu apogeu, significou conhecer, em grande medida, a maneira pela qual os favelados de Campinas refizeram sua trajetória de vida, a sua relação com a cidade, com o poder público e também com o discurso padronizador da "marginalidade".

Na verdade, o movimento pela posse definitiva da terra e urbanização das favelas propiciou um processo de sínteses e rupturas

em relação às práticas de dominação do Estado. Ultrapassou os limites de um momento de reivindicações por melhorias materiais imediatas.

Considero insuficiente analisar este, e outros movimentos de favelados, tão somente pelo número de reivindicações atendidas ou não, pelas divergências políticas entre grupos de apoio, pelos mecanismos de cooptações de lideranças adotados pelo Estado; ou através de tantos outros aspectos que possam minimizar a questão central, conhecer os principais obstáculos que impedem: a) a existência de uma política habitacional para favelas que conte com a participação de seus moradores; e b) o consequente avanço de uma perspectiva democrática e popular para a gestão das cidades e das políticas sociais do Estado.

Após essas considerações iniciais, gostaria de dizer que seria errônea a impressão de que a "marginalidade" foi, em algum momento, o debate central e único do movimento da AsP. Essa questão, no entanto, permeou frequentemente reuniões, assembleias de moradores e atos públicos pela conquista do direito a posse definitiva da terra.

A crítica ao senso comum, presente nos discursos contra a "marginalidade", nestes termos, fez parte dos embates travados com o Estado para resolver problemas sociais e políticos concretos e não por uma necessidade intelectual e ideológica estranha ao movimento da AsP.

Na sequência deste trabalho, os capítulos terão a seguinte divisão: O primeiro, contém uma análise histórica do movimento da AsP, onde pretendo demonstrar como a luta pela Lei da Terra propicia a constituição da identidade de favelado como sinônimo de sujeito

político e, ao mesmo tempo, como negação da pseudo-identidade de "marginal". O segundo capítulo, como continuidade da história da AsP, vincula a luta por um projeto alternativo de moradia, à existência de um 'saber favelado', colocado em prática no processo de organização política e urbanização das favelas.

O terceiro capítulo, apresenta a origem das favelas em Campinas sob a ótica das classes dominantes e as principais justificativas e práticas do Estado para enfrentar o problema da expansão das favelas. O objetivo é verificar de que modo a ação do Estado está baseada na ideologia da "marginalidade", para que seja possível observar até que ponto o movimento da AsP altera as condições iniciais de existência das favelas a nível local.

Por sua vez, o quarto capítulo, procura discutir a vigência da reprodução da ideologia da "marginalidade", no contexto dos discursos contra a "criminalidade" e a "violência urbana", que evitam abordar a questão do regime jurídico da propriedade no país, como um dos principais fatores que provocam essa situação.

As favelas da cidade de Campinas e o movimento da AsP servirão de subsídios empíricos para indicarmos de que maneira este plano da concepção da "marginalidade" complementa o cerco contra a reconhecimento: 1) das lutas pela posse da terra urbana e 2) da identidade do favelado como um cidadão, com interesses de classe definidos para defender perante o Estado.

O objetivo principal, portanto, é demonstrar como, apesar da bibliografia crítica existente, a história dos favelados continua sendo, predominante, uma história de "marginais" ou de "marginalizados". Poucos são os estudos que dão conta dos interesses e lutas dos trabalhadores que vivem a condição de favelados, de sujeitos políticos envolvidos com conflitos e problemas relacionados à ilegalidade da ocupação do solo urbano.

Em outras palavras, o movimento da AsP, como outras lutas de favelados, necessita de uma análise que enfrente os seguintes problemas: a) a desqualificação do favelado enquanto sujeito político; b) a negação do direito à habitação, devido à falta de condições econômicas para cumprir as leis do mercado imobiliário (traduzidas ao nível jurídico); e c) a ambiguidade do termo "marginalidade", tanto no plano da discussão teórica, como do senso comum, esta última mais associada a violência e criminalidade urbana.

A divisão dos capítulos pretendem dar conta da presença destes três aspectos básicos da história dos favelados de Campinas e como a luta da AsP revela-se como um questionamento e alternativa para tentar superar os obstáculos de acesso a moradia, que não são apenas econômicos, mas políticos e culturais.

Desse modo, este trabalho procura propor um repensar sobretudo dos movimentos sociais de favelados, porque, respeitando as especificidades de tempo e lugar, todos os que se interessam pelo problema das favelas vêem-se diante das mesmas questões centrais, que

impedem a democratização do direito à habitação e da gestão das cidades.

O quinto e último capítulo pretende demonstrar o quanto os interesses dominantes sobre o uso do solo urbano, especialmente nas favelas, ainda estão assegurados no âmbito da teoria, pela ausência de uma crítica mais sistemática à visão de mundo da "marginalidade" e que dê conta da perspectiva dos movimentos pela posse definitiva da terra e da participação política de seus integrantes.

Os estudos que rompem com estas concepções, desmistificaram, em essência, uma das "faces" da "teoria da marginalidade". Aquela que encobre as condições particulares de exploração e inserção da mão-de-obra no mercado de trabalho no Brasil, principalmente no período do "milagre" econômico, que acentuava o processo de expulsão dos trabalhadores rurais para a periferia dos grandes centros urbanos e industriais.

Capítulo I

A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DO POVO: a luta pela Lei da Terra e a identidade de favelado

I.1. A Origem da Assembléia do Povo: Um Movimento Social de Bairros e Poucas Favelas

Antes da existência do movimento da AsF (inicialmente conhecida como Assembléia Popular), não se tem conhecimento de Associações de Moradores e Favelas em Campinas, apenas de Sociedades Amigos de Bairro (SABs).

Durante os anos de ditadura, as SABs sofreram alterações políticas marcantes, em função dos mecanismos de controle e repressão do Estado em todas as instâncias de organização popular. Nesse contexto, foram criadas as Administrações Regionais (ARs) para, aparentemente, "descentralizar" o atendimento aos moradores dos bairros. Campinas não foge à regra e, em meados de 70, também passou por estas "inovações".

Nunca na história de Campinas os bairros receberam tanta atenção. Com a criação das Administrações Regionais (10 ao todo), a cidade ficou dez vezes menor, e o povo dez vezes mais perto de seu governo. As 10 ARs, criadas pelo prefeito Lauro Féricles Gonçalves [1973-76], aproximou mais ainda o povo do governo e este do povo. (...) Os bairros são realmente habitáveis e as populações vivem tranquilamente. (1)

Este novo "canal" administrativo do executivo municipal nos bairros visava impedir a continuidade da atividade política existente em muitas SABs da cidade e pretendia ser mais um mecanismo de controle localizado dos moradores.

Embora a prática política do populismo predominasse no interior da grande maioria das SABs, através dos chamados "currais eleitorais", havia espaço para mobilização e negociação de reivindicações dos moradores com o poder público.

A descentralização administrativa de Campinas facilitou a execução de um importante trabalho há muito idealizado pela administração do prefeito Lauro Péricles Gonçalves: a assistência integrada na periferia. Reunindo órgãos como Secretarias da Promoção Social e Saúde e a Coordenadoria das Administrações Regionais, o Governo Municipal instalou a está mantendo nas ARs (primeiro na AR-7) o programa de assistência integrada onde o popular recebe, gratuitamente, assistência social, médica e odontológica, além de medicamentos. (2)

O objetivo a ser atingido é o esvaziamento político das SABs. É um período em que as lutas dos bairros praticamente desaparecem e as reivindicações são tratadas como meros "problemas técnicos".

Nestes anos, a maioria dessas sociedades limitaram-se a ter um caráter associativo: desenvolveram principalmente atividades recreativas, cívicas, assistenciais e religiosas. Parecia ter sido relegada ao passado a organização dos moradores com o objetivo de reivindicar melhorias para os bairros. Embora, no passado, fosse comum

a "barganha" do voto com os políticos populistas, especialmente na véspera de eleições. (3)

Outro momento marcante da história das SABs ocorreu no final dos anos 70. Como em São Paulo, as Sociedades de Bairros de Campinas procuraram romper com o isolamento em que se encontravam. Passam a ser influenciadas, em grande parte, pelas articulações políticas de grupos locais, de oposição ao regime militar, que atuavam também em lutas específicas nas áreas da saúde, educação, habitação, transporte, Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), etc.

O contexto de crise política e econômica do país, no final dos anos 70, caracterizava-se pelo acirramento das lutas dos vários setores de oposição ao regime que exigiam a volta ao Estado de Direito, anistia aos presos e exilados políticos, eleições, etc. sociedade.

Em Campinas, além dos bairros, o Movimento Operário e Sindical também vive um momento de rearticulação política, principalmente após as greves massivas dos trabalhadores do ABCD, região da Grande São Paulo.

Nesta conjuntura, várias categorias cruzam os braços na cidade, como professores, coletores de lixo, condutores de ônibus, metalúrgicos, entre outras; de acordo com a matéria do jornal Repórter da Região* - 'A Cobrasma parou! Os uniformes verdes dão o sinal':

O movimento de paralisações chegou em Campinas. Aqui em nossa cidade foram os ferramenteiros da COBRASMA que pararam o trabalho (...). Da paralisação dos ferramenteiros resultou um aumento de 10% nos salários que começa a valer desde já, em junho. (4)

* Este jornal - tablóide - surge em junho/78, com o objetivo de tornar-se um veículo de informação alternativo para os trabalhadores de Campinas, dada a carência de cobertura local sobre a emergência das lutas sociais que estavam ocorrendo nas fábricas e na periferia da cidade. O Repórter da Região transformou-se em um importante canal de comunicação, principalmente entre os setores populares que se organizavam para participar da ASP. Os dois últimos números foram inteiramente dedicados a este movimento (n. 13/nov./80 e n. 14/abr./81) que, neste momento, era inteiramente de favelados. Muitos dos integrantes deste jornal vão atuar desde o início, como assessoria, na ASP.

Os moradores da periferia, por sua vez, questionam as condições de vida dos trabalhadores a nível das questões locais e nacionais, criando um espaço político independente através, por exemplo, do "Movimento do Custo de Vida".*

Este movimento atingia as capitais de São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Paraíba e outros estados, chegando a Campinas e outras cidades do interior:

Dona Socorro veio para Campinas (...) de São Paulo para contar para umas 40 (quarenta) pessoas, que se reuniram dia 26 último, na Cúria de Campinas, como é que elas estão fazendo lá. Na reunião estavam presentes pessoas que estão muito entusiasmadas com a animação do movimento do Custo de Vida em São Paulo e querem fazer alguma coisa aqui em Campinas. Tinha gente da Vila Costa e Silva, do Jardim Campos Elíseos, do Jardim Conceição, do São Bernardo e de outros bairros. Ficou resolvido que cada uma delas levasse para o seu bairro e para os bairros vizinhos a folha do abaixo assinado para os moradores assinarem e convidar mais gente para ajudar. (...) Dia 09 de julho, Domingo, às 3 horas da tarde haverá outra reunião na Cúria (Av. Aquidabam). (5)

* O Movimento de Custo de Vida teve início em São Paulo, em 1973, a partir dos Clubes de Mães da Paróquia de Vila Remo (CEBs). Em 1978, o movimento reuniu um milhão e trezentas mil assinaturas exigindo o congelamento de preços de alguns alimentos básicos e aumentos salariais de acordo com a inflação. O Estado recusou-se a receber o movimento e entregou o abaixo assinado para a polícia, questionando a autenticidade das listas de assinantes. O movimento do Custo de Vida exerceu durante este tempo um importante papel, pois reunia diferentes setores populares organizados em lutas específicas. Entra em crise, em grande parte, devido aos conflitos internos, em função da disputa de liderança do movimento entre as diversas correntes políticas de militantes.

As SABs viram-se, nesta conjuntura, obrigadas a redefinirem sua atuação política e, parte delas, abandonam seu caráter associativo, assistencialista e dependente da Prefeitura.

A melhoria de condições de vida nos bairros passa a ser entendida como um direito a ser conquistado pelos moradores frente ao Estado, e não mais como uma "dívida" que se paga com o voto ou ainda como um "problema técnico", onde os moradores não podem opinar.

A especificidade da política local também contribuía para a movimentação da periferia de Campinas. Os moradores mobilizavam-se para cobrar do Prefeito Francisco Amaral (1977-1982), o cumprimento de seu programa de governo, dado o grau de compromissos por ele assumidos, durante a campanha eleitoral, junto aos bairros e favelas da cidade.

Há dois anos, no 15 de novembro de 1976, entre seis candidatos ao cargo de prefeito de Campinas, o Sr. Francisco Amaral foi eleito com mais de 110 mil votos. Sua votação atingiu o dobro dos votos dos outros 5 candidatos. (...) Sob o lema 'o máximo de benefício social', prometia melhorar as condições de vida da população carente de equipamentos básicos. (...) Hoje o prefeito segue um outro programa. Segue aquele que não foi divulgado para o povo na época de sua campanha. As obras de asfaltamento mostram isso muito bem (...) os moradores inconformados com preços abusivos passaram a reivindicar outros mais justos. (...) acusar os grupos populares da periferia de subversivos foi a única resposta pública que a prefeitura conseguiu articular no caso do asfalto (6)

Em 1979, as mobilizações populares por transporte, saúde, habilitação, etc., agrupavam diferentes segmentos de moradores, vindos de diferentes bairros, que foram organizado-se através da "Assembléia Popular".

Pela segunda vez a periferia compareceu numa Assembléia Popular, com mais de 1.500 pessoas para cobrar do Sr. Prefeito as reivindicações que tinham feito. Para surpresa de todos, o Sr. Prefeito compareceu e respondeu tintim por tintim às reivindicações da periferia (...) no dia 30 de março, o povo cumpriu a promessa do dia 8, ao voltar à prefeitura para cobrar as respostas (...). Mais de 1.500 pessoas, representando cerca de 25 bairros da periferia compareceram à segunda Assembléia Popular. (7)

O movimento da AsP de Campinas, surgiu, portanto, como um movimento de bairros, com grupos de apoio de CEBs, componentes do jornal Repórter da Região, militantes da área da Saúde, educação, etc. A participação de moradores de favelas era ainda muito reduzida.

Num determinado momento, a AsP chegou a contar com 40 bairros que reivindicavam cerca de setenta itens, entre água, luz, escolas, transporte, passarelas, redução de preço do asfalto, eliminação de focos de xistose, etc.

Cansados de reivindicar a melhoria dos bairros através de abaixo-assinados, audiências com autoridades (...), assinaturas de protocolos, o povo resolveu seguir um caminho diferente. (...). Assim começa a história da Assembléia Popular. Todas essas reivindicações tiveram promessas de atendimento. Uma parcela dessas promessas foram cumpridas ou estão sendo cumpridas. (...) Nos 4 meses de história da Assembléia Popular, com uma em cada mês, o ritmo de trabalho da Prefeitura foi, na

verdade, dado pelo ritmo das reivindicações apresentadas. E o Prefeito não foi político o suficiente para reconhecer (...) que era preciso mudar toda a estrutura administrativa. (...) passou a despachar pessoalmente nas Administrações Regionais e, além disso, abriu o seu gabinete uma vez por semana para o povo falar diretamente com ele. Mas, na verdade, os seus despachos são feitos com os Presidentes das Sociedades de Amigos de Bairro. E o povo está cansado de saber que esses presidentes não representam os interesses do bairro: a maioria deles são funcionários da Prefeitura, são representantes do Prefeito nos bairros. (...) No dia 26 de junho, o Prefeito deveria participar da 5a. Assembléia Popular, mas nem se dignou a confirmar a data. (8)

As reivindicações de favelados, porém, não receberam qualquer tipo de resposta por parte do Poder Público, que, baseado nos argumentos da ideologia da "marginalidade" ("clandestinidade" e "transitoriedade" das favelas na cidade), pretendia perpetuar a situação de moradia destes moradores. Tais argumentos estão consubstanciados em lei, como veremos logo adiante.

Desde as primeiras reivindicações - água, luz e o fim das remoções - os favelados revelaram a disposição de romper com o tradicional tratamento dispensado às favelas.

Durante o ano de 1979, vai ficando claro para alguns membros da assessoria que as reivindicações das favelas necessitavam de um tratamento diferenciado no interior da organização da AsP, pois os bairros não enfrentavam problemas tais como: expulsões, despejos e remoções arbitrárias, em nome do projeto "PROFILURB" (Programa de Financiamento para Lotes Urbanizados - BNH), que será posteriormente comentado.

Os moradores de mais de 20 vilas e favelas (Jardim Ipaussurama, Jardim Sta. Eudóxia, Jardim Londres, Vila Formosa, Jardim São Marcos, Jardim Campineiro, Paranapanema, Vila Brandina, Jardim Eulina, Jardim Conceição, Jardim das Bandeiras 1 e 2, Parque Taquaral, Vila Georgina, Jardim Sta. Mônica, Jardim Campos Elíseos, Jardim Sta. Cruz, Jardim Flamboyant, Vila Guararapes, Jardim Sta. Rita de Cássia, Jardim São José) estão se reunindo para conversar sobre suas necessidades, como casa própria, água, luz, esgoto, escolas, existentes, principalmente nas favelas e nos bairros mais pobres. (...) A proposta da Prefeitura de distribuir 506 lotes aos favelados de Campinas é um desses problemas. Como sabemos, existem 25 mil barracos nesta cidade, e 60 mil favelados (...) Esta distância, entre as necessidades da população e as soluções inúteis da Prefeitura, tem sido um assunto importantes nas reuniões do Pico XII. (...) Na reunião do dia 30 de setembro, muitas dessas promessas não cumpridas foram lembradas. A declaração pública do Prefeito de que enquanto estivesse na Prefeitura nenhum barraco seria deslocado, é uma delas. (9)

De 1976 a 1978, a atuação do governo municipal tinha sido insignificante em relação às demandas de água e luz nas favelas no município. Só as práticas de expulsões não foram abandonadas, sempre justificadas pela idéias de "transitoriedades" do favelado na terra ocupada.

Justificando a atuação de sua Pasta em 1978, a Secretária Municipal da Promoção Social (...) diz que a instalação de torneiras e luz nas favelas não pretende institucionalizá-las mas que, essa foi a única alternativa possível para amenizar a atual situação. Segundo ela, a atual administração visa acabar com as favelas, substituindo-as por modernos núcleos habitacionais urbanizados, o que passa a ser feito em 1979, com a implantação do projeto Profilurb, com um programa inicial de 300 lotes. (...) "Existe o Plano do Profilurb e, esse estágio de levar água, por exemplo, às favelas, não se trata de um esquema definitivo. Não pretendemos

fixar ninguém nas favelas, mas dar essa população benefícios para que possam sair, numa etapa posterior, delas" (...) "O trabalho da Secretaria - continua sua titular - junto às favelas inclui também a tarefa de remoções de barracos que se fazem com base em duas necessidades imperiosas: a maior parte dos barracos localizam-se em áreas municipais, chamadas áreas de praças, destinadas a obras de uso público ou então, invadem leitos de ruas ainda não traçadas". (...) No biênio 77/78, as remoções atingiram um total de 250 barracos. (10)

Ainda em 1978, as "visitas" das assistentes sociais às favelas intensificam-se em relação ao período de 76-77. Enquanto prometem atender às reivindicações mais elementares dos favelados (como água e luz), tentam, sem sucesso, organizá-los em Associações de Moradores. Procuram dividir com eles a responsabilidade de comprometê-los com financiamentos do futuro PROFILURB e loteamentos populares. Estes últimos, em mãos de imobiliárias interessadas em torná-los moradores de lotes, na maior parte das vezes, clandestinos e irregulares.

Pela opinião dos favelados - apesar de considerarem boa a idéia de atuação da Secretaria - a assistência deveria ser dada em itens diferentes dos planejados, que incluem campanhas de vacinação, programas de lazer e recreação para as crianças e a formação de associações de favelados para a tomada de decisões coletivas (...). Quanto a decisões coletivas e, de acordo com o que pretende a Secretaria, orientação para a aquisição de lotes próprios, os favelados são mais céticos: "com o que se ganha fazendo serviços não especializados, nunca se poderá adquirir nada, nem pagar qualquer aluguel". (...) a favela [Jard. Flamboyant] tem grandes problemas com falta de água, de luz e de médico em local próximo (...). Maria Rita Silvestre diz que as voluntárias da Promoção Social já visitaram a favela e expuseram aos moradores seus planos, (...). De acordo com a moradora, na primeira reunião foi dito aos favelados que a Secretaria montaria um barraco no local para funcionar como sede e que será dada assistência

médica a todos. (...) Para ela, as idéias são boas, "mas o nosso grande problema além do frio é a falta da água. Falta constantemente, precisamos ter torneiras. Falaram, na reunião, que isso vai ser providenciado e, a luz também, só que isso vai demorar mais." (...) Já para dona Sebastiana, que mora há pouco mais de um mês na favela da Vila Nogueira, o primeiro benefício que se poderia dar à população favelada, seria a instalação de creches próximas. (...) Além da creche, Sebastiana acha que, num trabalho de assistência aos favelados, seria necessário implantar-se um sistema de esgotos, além do fornecimento de água e luz. (...) Foi bom a Prefeitura ter instalado uma torneira na favela, há alguns meses, pois assim não é mais preciso utilizar os poços. No entanto, a favela é grande, ela calcula que abrigue centenas de pessoas, "talvez até mais de mil" e a torneira é uma só, (...) a fila é muito grande, o dia todo tem gente esperando com as latas na mão". (11)

Se compararmos as práticas do Estado, neste período, com as das administrações municipais anteriores, verificaremos que existe uma certa mudança, a propósito do discurso da "marginalidade", para justificar o trabalho nas favelas.

Antes, quando a orientação teórica funcionalista era predominante entre os técnicos do Estado atuantes nas favelas, o conceito de "marginalidade" estava intimamente associado ao "trabalho de desenvolvimento de Comunidade" (aplicado principalmente pelas Assistentes Sociais) e às idéias de "desenvolvimentismo" e "reformas sociais" (12).

Os favelados, neste contexto ideológico, são classificados como "marginais" (ou "marginalizados") explicitamente, o que evidencia o embasamento "científico" fornecido pela bibliografia que orienta a "integração" do "marginal" à sociedade que se "moderniza". (Este período será enfocado no quinto capítulo).

Na gestão de Francisco Amaral, porém, os agentes do Estado e, mesmo a imprensa, evitam designá-los assim, pois procuram incorporar em seus discursos a crítica (essa questão também será desenvolvida no capítulo V) ao conceito de "marginalidade", desenvolvida por economistas e cientistas sociais nos anos 70,, sendo difundida basicamente a idéia de que os favelados são "trabalhadores" e, portanto, não estão à margem do mercado de trabalho, como se supunha anteriormente.

Mas a produção deste pensamento crítico à "marginalidade" passa a servir - por estranho que pareça - aos mesmos tipos de ações das administrações passadas nas favelas, como poderemos observar a seguir, porque os favelados continuam sendo tratados à margem das leis do sistema de propriedade fundiária urbana.

I.2. O início da organização dos favelados no movimento da AsP: a luta pela permanência na favela e a oposição ao projeto PROFILURB

A ilusão da aquisição da casa própria, pelo sistema BNH/COHAB, não existia entre os favelados, devido às experiências acumuladas para conseguir e manter um teto, desde sua chegada na cidade.

As reivindicações de infra-estrutura urbana nas favelas já revelaram o desejo de fixação, sair da situação de transitoriedade. A falta de segurança em relação à moradia impedia o planejamento do futuro da família (em termos de emprego, escola, posto de saúde, relações de parentesco, igreja, etc.). Além disso, impossibilitava a melhoria do barraco (através de trabalho extra), via alguma poupança para melhorar as suas condições de habitabilidade.

A primeira reivindicação sobre "loteamento de terrenos das favelas" aconteceu logo na primeira AsP (08/03/79), através da participação de quatro favelas apenas: V. Georgina, J. Ipaussurama, V. Formosa e Jd. Campos Elíseos:

Precisamos que a Prefeitura faça um plano de venda desses terrenos em condições de pagamento e, que estejam de acordo com os salários dos moradores. (13)

A Prefeitura apostava no projeto do PROFILURB como "política social" para os moradores de favela e, percebendo a direção que as reivindicações estavam tomando, publica, exatamente na véspera da primeira AsP, uma lei municipal (lei n. 4865 de 07/03/79), para que bloquear qualquer início de negociação em torno da questão da posse da terra.

Na segunda AsP (30/03/79), o prefeito estava preparado e responde às favelas (as mesmas presentes na primeira AsP) utilizando-se do argumento de "impedimento legal" por parte da União (Código Florestal), do Estado (decreto n. 13.069 de 29/12/78) e, finalmente,

pela recém-publicada lei municipal.

Propõe, como solução, o projeto PROFILURB e assume, nesta data, o compromisso público de não remover, um só barraco contra a vontade dos moradores, durante a sua gestão. (14)

Em maio de 1979, quando ocorre a terceira AsP (22/05/79), o discurso dos agentes do Estado nas favelas era o de reconhecer no favelado um trabalhador e não mais um "marginal", mas essa qualificação permanecia implicitamente associada à moradia "ilegal", pois o ponto central do problema era a questão da posse da terra e, por lei, os favelados não tinham esse direito. A omissão do termo "marginal" não significou, portanto, o desaparecimento dos efeitos da ideologia da "marginalidade" nas favelas.

Assim, a partir desta nova contatação, os técnicos procuram justificar a prática das remoções argumentando que "tentam evitar remoções para áreas distantes". Querem "impedir" uma desestruturação social e familiar, a ruptura com o emprego, a escola, o transporte, etc.

Sobre a remoção de barracos do Jardim Londres, onde os favelados se declaram pressionados a mudar para atender exigências de um loteamento nas proximidades, a Secretaria assegurou que "as mudanças se efetuam somente para a utilização pela Prefeitura da área ocupada pelos barracos, mas nunca para beneficiar donos de loteamentos." Acrescentou que a Secretaria já recebeu mais de 100 pedidos de remoção por parte de proprietários de loteamentos, próximos às favelas, mas que "todos foram arquivados". E só seriam atendidos - continua - se houvesse uma ocorrência, de o próprio

loteador apresentar uma alternativa mais interessante para o favelado, como torná-lo estabilizado, por exemplo. (...) "Quanto ao local para que são removidos no entanto, a Secretaria explica que é estabelecido pela Assistente Social com o administrador regional da área, respeitando sempre os princípios de proximidade do local anterior, sendo que as remoções só ocorrem para áreas muito distantes quando não há outra alternativa mesmo". (...) Embora os favelados do Jardim São Marcos estejam reclamando quanto ao novo local onde estão sendo instalados, próximos a um córrego que costuma alagar a região, Maria Helena diz que "infelizmente é isso, ou tirar as crianças da escola e desviar os chefes de famílias do trabalho atual, além de outros hábitos adquiridos pelos favelados naquela área." (...) Informando ainda que em dois outros bairros de Campinas, Jardim Flamboyant e Campos Eliseos, além do Jardim São Marcos, estão programadas remoções de favelas, (...) afirmou estar mantendo contato com algumas imobiliárias da cidade, para que se consiga dispor de alguns terrenos a altura da posse dos favelados. (15)

Muito antes dessa alteração no discurso oficial, em 1973 (Governo Lauro Péricles), o sociólogo Manoel Tosta Berlinck (UNICAMP), ao proferir uma palestra para equipes técnicas da Secretaria de Promoção Social da Prefeitura e da Fundação para o Desenvolvimento de Campinas (FUNDERC), tentou apontar a ineficácia da política de remoções e a dimensão social dos prejuízos que estas representavam para os favelados. Questionou então, a utilização da "teoria da marginalidade", defendendo a sua permanência nas favelas devido à impossibilidade destes assumirem qualquer alternativa de compra da casa própria naquela conjuntura econômica.

A população favelada não é marginal (...) cresce a olhos vistos e tende a crescer mais à medida em que a região se industrializa (...). Mas a remoção ou transferência pura e simples dos favelados para outras áreas não é, (...) um procedimento eficaz ou produtivo. (...) não vejo com bons olhos uma política de desfavelamento. (16)

Ao longo dos anos 70, a crítica das Ciências Sociais à "marginalidade", como nos referimos anteriormente, foi sendo adaptada aos menos interesses de sempre, ou seja, deixando intacta a idéia da "ilegalidade" da favela. Exatamente a visão que a política fundiária urbana dominante necessita para manter inalterada a atual lógica de ocupação do solo urbano.

Não havia problemas em reconhecer o favelado como um trabalhador; a dificuldade estava em admitir que esse trabalhador tinha direito à terra por ele ocupada, ou a qualquer outra alternativa de moradia que não passasse pelas leis do mercado imobiliário e pelos esquemas de financiamento do BNH.

O que também dava a tônica política dos discursos oficiais em Campinas, em meados de 1979, era o movimento da ASP. Com poucas favelas, inicialmente, os favelados já pretendiam que a Prefeitura providenciasse "loteamentos" nas favelas e que os vendesse a preços acessíveis.

"Se o Brasil é nosso, qual o pedaço da gente?" A pergunta é de Raimunda de Souza Oliveira, chefe de uma das 38 famílias faveladas do Jardim São Marcos, cujos barracos estão sendo arbitrariamente removidos para cerca de um quilômetro de distância de onde se encontram. (...) Raimunda, inconformada, diz que é capaz de apelar para a ignorância, "mas nesse caso, não vai ser falta de educação, não vai ser brutalidade. Essas moças da assistência social são para fazer isso com a gente? Pensei que o trabalho delas fosse outro" (...) "Vou esperar a decisão do pessoal todo, no dia 11. Se todos acharem que devo sair, aceito, mas acho que não vão fazer isso." A reunião a que ela se refere será realizada na noite do dia 11, no Centro Pó XII, entre moradores das favelas do próprio Jardim São Marcos, Vila Mimososa, Vila Georgina e Jardim Londres

que, de acordo com os moradores, estão vivendo situações semelhantes. Eles deverão se posicionar quanto à remoção e, depois adotar atitudes que consideram adequadas. (17)

Apesar da precariedade de atendimento nas favelas, a simples e tímida iniciativa de atendimento de água e luz foi o bastante para provocar reações contrárias, veiculadas na imprensa, ao governo municipal.

Pressionado pelos dois lados, o prefeito promete por em prática o Plano PROFILURB e insiste no aviso de que não pretende "institucionalizar" as favelas em Campinas, mas apenas dar melhor assistência social aos mais necessitados.

(...) desde o início do governo Francisco Amaral a filosofia é a de que não havia e não há condições de exterminar por completo os núcleos de favelas, mas sim desenvolver programas para melhorar o padrão de vida de seus habitantes. Dessa forma, porém, com melhoramentos que a Prefeitura está levando às favelas, a tendência é, obviamente, a intensificação desses núcleos. Para a Prefeitura 'essa intenção de uma não oficialização de favelas, começa a ser concretizada agora com o PROFILURB, um programa que visa essencialmente o morador das sub-habitacões com mais de 500 lotes já conseguidos e previsões de mais de 2 mil para breve'. (18)

Desde o início de 1979, a administração municipal já revelava, através de suas próprias pesquisas, que necessidades elementares como água e luz não estavam sendo atendidas satisfatoriamente. Constatava ainda o óbvio, a impossibilidade econômica dos favelados em comprometerem-se com um financiamento de "casa própria" através do PROFILURB.

A conscientização da mudança habitacional deverá ser a tônica dos programas do Serviço da Promoção da Sub-Habitação Urbana da Secretaria Municipal da Promoção Social, de acordo com determinações formuladas a partir dos resultados de um levantamento realizado, por amostragem, em três favelas [Jardim Paranapanema, Flamboyant e São Marcos], para representar as mais de 60 existentes no Município. (...) Através desses dados, o Serviço conclui que é impossível a aquisição da casa popular do BNH e que, das 804 famílias entrevistadas, somente 32 estariam em condições de participar do plano de aquisição de casa própria pela COHAB. (...) Entre os entrevistados, os números mais significativos são para o uso de fossas próprias (49%) e coletivas que servem a duas ou mais famílias (35,54%), confirmando as precárias condições sanitárias da população favelada. Com relação ao abastecimento de água, 20,49% utilizam água de torneira própria ou do vizinho, a quem pagam mensalmente, 4,44% utilizam o mesmo sistema, mas são servidos gratuitamente; 31,57% fazem uso de mina coletiva; e 27,02% fazem uso do poço próprio, consumindo água sem qualquer tratamento. Quanto à iluminação, devido principalmente ao baixo poder aquisitivo e também à localização geográfica do barraco, 72,76% dos moradores utilizam-se de querosene, velas e álcool. Outros 27,23% possuem luz elétrica, ligada pela CPFL através (...) da Secretaria de Promoção Social. (19)

Mesmo com estes dados nas mãos, a Prefeitura insistiu na transferência de favelados para o PROFILURB, fazendo com que se intensificasse a mobilização dos moradores contra este plano habitacional e a política de remoções. É neste clima de insegurança e revolta que os favelados engrossam cada vez mais as reuniões, debates e concentrações públicas da AsP, muito embora, no início, a imprensa tentasse ignorar a existência do movimento, referindo-se às reivindicações dos moradores como protestos isolados de bairros e favelas de Campinas.

A falta de espaço físico para acomodar a família "até mesmo para dormir" está deixando vários favelados da Vila Padre Manoel da Nóbrega insatisfeitos diante da transferência para o Jardim Ouro Verde, possivelmente em julho, dentro do PROFILURB - Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados. Elas querem um cômodo mais amplo do que apenas os 4,30 por 3 metros, com a inclusão do banheiro, ou ainda um maior prazo para terem condições de aumentar a "casinha". (...) 'Não posso mudar para um lugar sem condições de caber 9 pessoas, com a construção muito mal feita, possuindo uma base de concreto de apenas vinte centímetros', diz Elias. "Construí com bastante dificuldade meu barraco de madeira em quatro anos. Ajeitei minha família. Coloquei meus filhos na escola. Agora, não posso por tudo isso para baixo, de uma hora para outra. Desse jeito, daqui não saio". (...) "Sempre prometeram Nóbrega", - diz Ana Maria Novaes, esposa de Elias. "E ao invés de cumprirem a promessa, vão jogar a gente para aquele lugar sem condições de vivermos. Vamos ter que pagar durante cinco anos, sem saber como a gente se ajeitará." (...) "Não posso socar minha família como cachorro na casinha do Profilurb" diz Sebastião de Lima. "Eu fui no Jardim Ouro Verde nestes dias e fiquei decepcionado com o tamanho do cômodo" (20)

Em 26/06/79, realiza-se a quarta AsP, com bairros e favelas. Mas, os favelados, desde a segunda AsP, reuniam-se separadamente dos bairros devido a uma necessidade imediata: descobrir e discutir o que exatamente representava o PROFILURB. Ao mesmo tempo, era preciso organizar formas de resistência contra as remoções no interior de muitas favelas ameaçadas.

A cópia da regulamentação do programa habitacional proposto aos favelados tinha um discurso muito técnico. Foi necessário que a assessoria convidasse um especialista para decifrar a matéria para os favelados, de forma que pudessem amadurecer uma decisão política sobre o assunto.

O projeto do PROFILURB foi então sendo debatido e divulgado em reuniões nas favelas. Em setembro de 1979, o movimento da AsP contava com a presença de dezoito favelas, com aproximadamente duzentas pessoas frequentando as reuniões centrais. (21)

Numa avaliação das assembléias populares, feita pelo Jornal Repórter da Região para os moradores da periferia, ficou claro o peso que esta prática política tinha assumido na cidade:

Hoje, depois de 4 Assembléias, aproximadamente 40 bairros apresentaram perto de 70 reivindicações. Todas essas reivindicações tiveram promessas de atendimento. Uma parcela dessas promessas foram cumpridas ou estão sendo cumpridas. (...) Na primeira Assembléia, o Prefeito não compareceu com o medo de ver a sua imagem política desgastada perante a opinião pública. Na segunda, ele percebeu que, se continuasse fugindo, a situação ia piorar porque a Assembléia iria continuar e também porque ficou provado, depois da primeira, que não era só um grupinho de pessoas bagunceiras. Eram mais de 2 mil pessoas, que se sacrificavam para vir de bairros que nem ônibus tinham. (...) Nos 4 meses de história da Assembléia Popular, com uma a cada mês, o ritmo de trabalho da Prefeitura foi, na verdade, dado pelo ritmo das reivindicações apresentadas. (22)

A AsP volta à Prefeitura para a quinta manifestação pública (12/11/79). Participaram cerca de três mil moradores da periferia. As favelas representadas eram as seguintes: Jd. Ipaussurama, V. Georgina, S. Marcos, Sta. Mônica, Bandeira I e II, V. Nogueira, V. Ipê, Jd. Campineira, Jd. Paranapanema, Jd. Campos Elíseos, Jd. Sta. Eudóxia, V. Brandina.

No conjunto das reivindicações do movimento, os favelados rejeitam a proposta do PROFILURB, mas contra-propõem mudanças na aplicação do investimento do projeto:

Exigimos que sejam loteados os terrenos, onde moramos porque:

- estamos localizados numa região de fácil acesso ao trabalho;
- a escola para nossos filhos é mais fácil (menos no Jd. Bandeira II);
- queremos lembrar e exigimos que o compromisso, publicamente assinado pelo Prefeito, seja cumprido sem nenhuma excessão. Já temos exemplo do Jd. São Marcos, cujos barracos foram removidos com motivos enganadores. Conforme o Programa de Financiamento para lotes urbanizados PROFILURB - será desenvolvido através da urbanização de áreas verdes loteados ou não; ou de áreas ocupadas por aglomerados de sub-habitações - Decreto 37/75 de 01.07.75. Diante do exposto reivindicamos mais uma vez:
- que através do PROFILURB, sejam loteados em nosso favor, o próprio local onde moramos;
- não remoção dos barracos, para bairros distantes de onde estamos morando. (23)

Tanto quanto o caso das "casas transitórias". (projeto para favelas de Campinas, gestão 1969-72, de Orestes Quércia, ver cap.III), o projeto PROFILURB - com apenas quinhentas "unidades habitacionais", mal construídas, distantes (no Jd. Aeroporto), com um quarto e um banheiro - foi muito útil para ocultar certos processos de remoções para atender a valorização imobiliária de determinadas áreas da cidade.

As pressões dos proprietários de loteamentos a favor das remoções, admitidas, como vimos, pela própria Secretaria de Promoção Social, confirmam quais interesses estavam em jogo.

Mas, diferente das "casas transitórias", no caso do Projeto PROFILURB, a novidade foi o reconhecimento pelo poder público da ineficácia desta "solução" habitacional em setembro de 1980. Isso, evidentemente, não ocorreu por acaso, refletia a resistência e a organização mais definida dos favelados no movimento da AsP.

O Prefeito em declaração ao Jornal de Hoje, confirma a falência da política municipal para as favelas de Campinas:

O PROFILURB fracassou. Os favelados não querem ser removidos. Chico decidiu permitir as casas de tijolos. Há planos de urbanização à vista. (...) O prefeito Chico Amaral resolveu institucionalizar as favelas de Campinas. (...) Ao ser indagado desta decisão - que sempre foi considerada inviável pela atual administração - o prefeito Chico Amaral disse estar "cansado de brigar com a realidade pois quando faço isto [o prefeito refere-se às remoções] sempre quebro a cara". Ele entende que esta é a única solução, mesmo porque o prefeito Amaral não acredita mais no PROFILURB. "O PROFILURB melou", diz ele. (24)

No período que vai do final de 1979 até março de 1980, o poder executivo enfrenta uma conjuntura de crise intimamente ligada à atuação da AsP.

O vice-prefeito, José Roberto Magalhães Teixeira (posteriormente prefeito de Campinas - gestão 1983 - 1988) assume, enquanto F. Amaral, desgastado diante dos setores dominantes locais, viaja para o exterior:

Abatido e desanimado, o prefeito tira férias das suas funções e vai viajar pelo mundo (...). Enquanto isso, no lugar de Amaral entra o vice-prefeito, que não esconde suas ambições políticas, e vai fazendo modificações em todos os andares da prefeitura. (...) É no meio desta grande crise que acontece a quinta Assembléia do Povo, quando a população de 39 bairros [A "Carta de Reivindicações", lida por 3.000 moradores da periferia, indica a presença de 16 favelas entre os 39 bairros], da periferia levou ao prefeito 70 novas reivindicações e denunciou o não atendimento de algumas das reivindicações apresentadas nas Assembléias anteriores. No dia 16 de dezembro, às 14 horas, o atual prefeito terá que levar as respostas (...). Para a organização dos próximos passos (...) os bairros estarão reunidos no Plo XII (...) dia 18 de novembro, a partir das 9 horas. (25)

O movimento da AsP também vive um momento de crise, na medida em que bairros e favelas passam a ser abordados isoladamente pelo prefeito em exercício, José R. Magalhães Teixeira, através das ARs e SABs.

A tática de F. Amaral, de "abrir as portas" da Prefeitura um dia por semana, para atender os moradores e SABs de periferia, na tentativa de esvaziar as Assembléias Populares, não tinha dado certo. (26)

Entretanto, as manobras do seu vice-prefeito foram desmobilizadoras. Comendo-se com as SABs pelegas, implementa uma política de pressão contra as SABs independentes, que participavam da AsP.

As favelas que, em última instância, ainda dependiam formalmente das SABs para encaminharem suas reivindicações, ficaram

ainda mais isoladas, o que levou-as a afastarem-se também do movimento.

Houve, então, um esforço redobrado por parte de algumas lideranças e dos grupos de apoio do movimento para rearticular o processo de mobilização anterior, no sentido de evitar a pulverização política da periferia, diante das pressões diretas e locais praticadas pelo poder público municipal.

Na verdade, há uma questão partidária que influenciou muito a política do prefeito substituto. Naquele momento, era preciso recuperar o prestígio político do PMDB na cidade, desgastado pelas Assembléias Populares.

O movimento da AsP, com a presença de vários militantes e simpatizantes do PT, representava um risco político ao Partido da situação e também por isso foi sistematicamente combativo.

Esta é uma questão que desejamos assinalar sem desenvolvê-la, porque os favelados da AsP não viam este problema como o principal obstáculo da luta pela posse definitiva da terra.

Aliás, o movimento da AsP não foi tão valorizado por todos os setores políticos do PT, como muitos julgaram na época. A visão de uma luta "meramente reivindicatória" era bastante acentuada, dominando sobretudo uma postura de valorização das lutas sindicais e de caráter mais gerais no Partido.

Constata-se hoje no PT, que este é um problema muito comum, sentido principalmente por militantes que sempre estiveram presentes nas lutas urbanas. As palavras de Erminia Maricato ilustram bem essa questão :

A teoria revolucionária priorizou tradicionalmente a luta operária, atribuindo um status secundário às mobilizações que não se fundamentassem na oposição capital x trabalho. Já na América Latina, em anos recentes, algumas versões sobre estratégia revolucionária privilegiaram a guerrilha rural, particularmente após o evento da revolução cubana, em 1959. Essa herança histórica certamente tem peso na determinação do desprezo que tem acompanhado o debate da questão urbana no Brasil (...). Em 1940, apenas 31% da população era urbana; em meados da década de 80 porém, mais de 75% da população está nas cidades, e a tendência é de continuidade desse crescimento. (...) A extensão das lutas urbanas é muito ampla para que a questão seja remetida a plano político secundário. No PT, as lutas urbanas são confinadas no "saco de gatos" denominado movimentos populares (onde cabe tudo que não diz respeito às lutas operárias e camponesas), condenando-as dessa forma à diluição e indefinição. As dramáticas condições de habitação, transporte e meio ambiente não tem solução nos limites da reforma agrária e da luta por melhores salários, como pensam erroneamente muitos companheiros. (27)

Dando prosseguimento à análise da luta da AsP, recordamos que a disputa de posições políticas, ocorrerá basicamente no espaço dos bairros, entre o grupo de SABs fiéis politicamente ao Prefeito substituto e as SABs independentes, onde é marcante a presença de agentes de CERs. A assessoria dos chamados "intelectuais", concentrava-se mais em retomar o trabalho de mobilização nos núcleos de favelas, embora a discussão para superar a prática desmobilizadora da Prefeitura estivesse sendo feita por todos que atuavam no movimento.

Na ocasião, os documentos dos organizadores do trabalho das CEBs, refletiam a preocupação em compreender porque, principalmente os bairros, vão se retirando das reuniões da AsP.

Em fevereiro de 1980, o documento "Subsídios para o Encontro dos Representantes dos Bairros na Assembléia do Povo", elaborado para discussão com as lideranças populares, apresenta uma análise sobre as dificuldades de se estabelecer uma relação "menos equivocada" com os moradores dos bairros.

Entre outras questões relevantes, chamamos atenção, para o fato de admitirem os problemas de participação dos agentes de CEBs na organização dos moradores de bairros. Estes, segundo o documento, estavam tomando decisões pelos moradores em reuniões e estavam sendo confundidos com Assistentes Sociais da Secretaria de Promoção Social. Percebe-se, ainda, a dificuldade dos bairros em aceitarem a luta dos favelados.

O trabalho de assessoria às favelas, que reuniam-se aos domingos, de 15 em 15 dias (os bairros reuniam-se todas sexta-feiras), ficou restrito, por algum tempo, a discutir alguns problemas mais urgentes de remoção.

Em 16.12.79, por exemplo, a favela do Jd. Campos Elíseos, dirigiu-se com quinhentos moradores para a Prefeitura e denunciou as ameaças de remoção feita pela Promoção Social. Esta manifestação pública, que foi considerada a sexta AsP, exigiu alguma definição do Poder Público sobre a reivindicação de loteamentos na favela:

Nós moradores dos barracos do Jd. Campos Elíseos estamos aqui protestando quanto a remoção de 15 barracos em nossa favela, determinada pela Promoção Social desta Prefeitura. Queremos dizer que nós tomamos a decisão de aceitarmos mudar só depois de termos conhecimento do lugar para onde vamos e que nesse local tenha garantia para nós, água e luz, terreno próprio. Queremos saber também se o restante dos barracos que vão ficar aqui, vão ter água e luz. (...) Caso contrário, continuaremos aqui até que seja resolvido o problema de para onde vamos, a água e luz. (28)

Magalhães Teixeira respondeu que o primeiro local do PROFILURB encontrava-se em fase de implantação, o segundo PROFILURB, estava em fase de estudo e que, portanto, não tinha condições de mencionar prazos aos favelados do Jd. Campos Elíseos. Na prática, foi suspensa a expulsão da favela. (29)

Em 20.03.60, o Prefeito foi obrigado a receber, em audiência, cerca de cem moradores da favela do Jd. Londres e cem da favela do Jd. Paranapanema. Os primeiros estavam vivendo uma ameaça de remoção e cobraram a promessa pública de F. Amaral (já de volta ao cargo) de não remoção de barracos.

Os outros exigiram uma resposta para a reivindicação de "loteamentos dos terrenos" nas favelas. Para as duas favelas, Amaral informou que isto dependia de lei Municipal, portanto, era da competência da Câmara dos Vereadores. Além disso, reafirmou a proibição de tal medida pela legislação federal. (30)

A situação dos favelados do Jd. Londres, naquele momento, pode exemplificar nitidamente o que estava acontecendo em muitas

outras favelas da cidade. E, explicar também, porque tantos impedimentos legais eram citados, para justificar o não-atendimento dos interesses de habitação dos favelados. É evidente também, nesse episódio, a crítica dos favelados ao estigma da "marginalidade".

A firma Concima, que vai construir um conjunto de casas no terreno da antiga fazenda Roseira quer tirar 66 barracos que estão no terreno da Prefeitura há muitos anos. A firma foi lá dia 11 de março (4. feira) medir uma faixa de 30 metros além do limite da fazenda, portanto dentro do terreno da Prefeitura. Falaram nesse dia para os moradores que vão derrubar os barracos. Então, no dia 12 de março, demos uma entrevista no Jornal e na televisão, denunciando o fato. No dia seguinte, um morador que é funcionário da Prefeitura, foi logo ao jornal querendo desmentir a realidade. Mas, no fim das contas, tanto ele como o engenheiro da Concima, Dr. Rubens, acabaram tendo que confessar que a firma quer dar uma "chanfrada" no morro. E para isso, vão querer remover os barracos. Quer dizer para aumentar mais os seus lucros, a firma quer tirar 66 barracos, o que significa tirar 66 famílias de suas casas. Aliás, fizemos um levantamento nos 66 barracos para provar que somos trabalhadores e não vagabundos, como alguns vivem dizendo. (...) Então, perguntamos ao Sr. Prefeito: como fica a promessa que o senhor fez na 2. Assembléia do Povo, no dia 30/03/79, de que nenhum barraco seria tirado do lugar? (31)

Somente em 15.07.80, quatro meses depois em uma nova audiência, a Prefeitura decidiu interferir no problema e buscar um acordo entre favelados e a firma Concima: seis barracos foram reconstruídos em locais escolhidos pelos próprios moradores, cinco famílias foram indenizadas pela perda do plantio nos fundos dos quintais e outras duas famílias decidiram ir para o PROFILURB.

Em abril de 1980, um boletim da AsP (n.7) procura fazer uma avaliação da situação e motivar os bairros e favelas a voltarem para as reuniões da AsP. O boletim retoma as reivindicações da quinta Assembléia do Povo (12.11.79), que continuavam sem atendimento.

Em relação às favelas, chama atenção para a reivindicação do "loteamento dos terrenos" que permanecia, desde a primeira AsP (08/03/79), sem nenhum avanço político. Sintetiza o significado do programa PROFILURB, reafirma a luta pelo "loteamento do local onde estão os barracos" e menciona - com destaque - a existência de uma lei federal que podia mudar o rumo do movimento em Campinas:

Art. 2., Define casos de desapropriação por interesse social e dispõe sobre sua aplicação para: item IV - Manutenção de posseiros em terrenos urbanos onde, com tolerância expressa ou tácita do proprietário, tenham construído sua habitação, formando núcleos de mais de (dez) famílias. Lei Federal, item 4. do artigo 2., n. 4132 de 10/02/62. (32)

A notícia da existência desta lei federal espalhou-se rapidamente, trazendo de volta muitas das favelas que já haviam participado AsP no ano de 1979, como também outras novas participantes, dando um impulso surpreendente à organização do movimento.

Este fato, para a assessoria, significava a confirmação de que a luta pela posse da terra era prioritária naquela conjuntura política. Tornava-se evidente também que deveria ser reforçada a perspectiva de uma assessoria especializada ("técnica") principalmente

tanto jurídica e de urbanismo, com o objetivo de chegar à alternativa habitacional que os favelados pretendiam, isto é, independente do Estado (BNH, CONAB, PROFILURB, etc.).

Um dos mais importantes trabalhos de documentação da assessoria da AsF, produzido em fevereiro de 1982, quando o movimento já era reconhecido como "de favelados", chamou a atenção para o fato da "complexidade das reivindicações" exigir "conhecimentos específicos" e, portanto, a participação dos arquitetos, advogados, assistentes sociais, cientistas sociais, etc., confirmava a significação social da luta e a importância das diversas assessorias. (33)

Assim, na fase inicial do movimento até meados de 1980, a luta contra a remoção explicitava-se dentro das favelas, principalmente, contra o "órgão tutelador dos favelados, a Secretaria de Promoção Social". (34).

Apesar de constantemente decumprida a promessa de não remoção e das ameaças constantes contra os favelados (pois em 1980 é maior a pressão do poder público contra os moradores de periferia, via Secretaria Promoção Social, ARs e SAPs), "as arbitrariedades diminuíram sensivelmente". (35)

As reivindicações de água e luz também tiveram um significado especial para os favelados, na medida em que:

Estes equipamentos até então existentes em escala muito reduzida, tinham um caráter semiclandestino. Durante todo o primeiro semestre de 1980, inúmeras favelas participaram destas reivindicações: organizou-se uma lista de moradores de barracos que, posteriormente, foram organizados em grupos de cinco famílias no mínimo, sendo uma delas responsável pela torneira coletiva, ou de oito famílias, no mínimo, sendo uma delas responsável pelo relógio de luz. Depois de inúmeras listas apresentadas pelas favelas, esta prática se tornou rotina, de tal forma que água e luz passaram a ser um direito conquistado. Interessante notar que estas reivindicações não eram apresentadas aos órgãos competentes (SANASA e CPFL); sempre a Secretaria da Promoção Social atuava como intermediária, ficando em suas mãos a decisão sobre a concessão. (36)

A luta da AsF foi, aos poucos, explicitando qual era a reivindicação principal, após as pressões para obterem o direito à luz, água e a não remoção de barracos.

Sem a garantia da posse definitiva da terra, a ameaça de remoção não terminaria, nem as demais melhorias estariam asseguradas.

Após a divulgação, pela assessoria, da lei federal de 1962, ficava aberta uma nova possibilidade para a luta dos favelados da AsF, que, a partir de meados de 80, entra em outra fase. O auge deste período desembocará na conquista da "Lei da terra", o que, em outras palavras, significou a definição de uma alternativa urbana e habitacional possível para a inserção dos favelados no espaço não só físico como político da cidade, independente das práticas tradicionais de dominação do Estado nas favelas de Campinas. Um longo caminho será percorrido pelo movimento da AsF até lá.

I.3 A luta pela Lei da Terra: a construção da identidade de favelado como negação do estereótipo de "marginal".

A partir de 1980, o movimento da AsP passa a ser reconhecido mais como uma luta de favelados, dada a polêmica criada a nível municipal.

No decorrer da luta ficou inteiramente visível a contradição de interesses entre os setores dominantes locais e os favelados. Os grandes grupos imobiliários, representados por muitos vereadores, vão combater tenazmente o movimento da AsP.

O principal argumento contrário era o da ameaça que pairava sobre a cidade de tornar-se a "capital" da miséria e da "marginalidade". A "lei dos favelados" (como era denominada na imprensa a reivindicação da Concessão do Direito Real de Uso da Terra) poderia atrair milhares de imigrantes interessados em "ganhar" ou, pior ainda, "especular" as terras de Campinas, "eternizando o espetáculo" das favelas na cidade.

Outro forte argumento dos setores dominantes era o de que as favelas expropriam a cidade de suas praças e áreas verdes, dos pagamentos de taxas, dos impostos, etc (após praticamente vinte anos de existência da maioria dos núcleos de favelados a nível local).

A citação seguinte demonstra o quanto o movimento da AsP mobilizou os diversos setores políticos em torno da "lei dos favelados" (essa questão será desenvolvida em detalhes a seguir), gerando polêmicas frequentemente veiculadas pela imprensa local:

Todos os setores da cidade estão divididos com respeito ao "projeto dos favelados". (...) O Prefeito está de um lado, a Câmara de outro; a Igreja de um lado, os juristas de outro; a burguesia de um lado e o proletariado de outro. Contudo, uma coisa é indiscutível: se o projeto conseguir vencer todos os obstáculos, alguma coisa mudará em Campinas, e possivelmente, no resto do País. As tendências da cidade (representadas por sociólogos, políticos, administradores, urbanistas, povo e demais estudiosos) apontam o que há de negativo e o que há de positivo na medida:

NEGATIVO

1. A cidade poderá se tornar a maior favela do Estado, com a chegada cada vez mais frequente de migrantes, em busca de terra urbana.
2. Poderá haver violência pela disputa desta terra.
3. O próximo prefeito poderá doar até a Lagoa do Taquaral, um dos mais atraentes e frequentados centro de lazer da cidade.
4. O Governo Federal poderá achar, daqui para frente, que o problema dos favelados é de Competência dos Governos Municipais.
5. Os loteadores podem acabar obtendo áreas públicas de volta, na Justiça.
6. Campinas poderá ficar carente em praças públicas.
7. Estará comprometido o "pulmão verde" da cidade.
8. Estará comprometido a paisagem urbana da cidade.

POSITIVO

1. Cerca de 60 mil pessoas poderão ter suas casas próprias.
2. A casa própria implica na melhor qualidade de vida.

3. Isso significa redução no índice de mortalidade.
4. Condição melhor de vida é sinônimo de conscientização do povo.
5. Os favelados participarão com maior intensidade na vida sócio-política e cultural da cidade. Se sentirão campineiros.
6. Urbanizando as favelas, haverá maior segurança, o que agradará a sociedade burguesa que não gosta de morar perto de barracos. Serão casas agora.
7. A COHAB precisará investir bem menos para solucionar o problema de casas para a população carente. Ela já não tem dinheiro suficiente para isso.
8. Aplica-se a justiça social, mesmo contra a lei dos poderosos. (37)

A oposição à AsP, na verdade, pretende preservar a visão dominante da "marginalidade" (como a "transitoriedade" e "clandestinidade" das favelas). Existe, entre outras razões, para ser um dos fundamentos ideológicos básicos de legitimação da lógica de expansão da política fundiária urbana de países como o Brasil.

Adiantando novamente a polêmica, ocorrida em 1981, em torno da "Lei da Terra" (como era chamada pelos favelados da AsP), é interessante observar que o vereador A. Panutto chega ao extremo de defender a exclusividade do uso do espaço público (ruas, praças, jardins, etc.) pelas imobiliárias ou loteadoras, em detrimento do direito de moradia dos favelados.

O vereador Antonio Panutto (PMDB) levantou, ontem, uma questão que poderá pôr em dúvida a legalidade do decreto baixado pelo prefeito Francisco Amaral, transformando as áreas destinadas a praças públicas, e ocupadas por favelas, em bens patrimoniais da Prefeitura. Segundo Panutto, (...)

essas áreas não são de propriedade da Prefeitura. Elas foram doadas pelos loteadores com o fim específico de serem urbanizadas. (...) Panutto lembrou, ainda, que os proprietários de imóveis nas imediações desses terrenos os adquiriram com a certeza de que construiriam suas casas em frente a um jardim público, e até mesmo pagaram impostos e taxas para urbanização e construção de áreas de lazer.

— 'Por isso, não resta dúvida de que a Prefeitura não é proprietária, mas sim procuradora das áreas verdes' — disse. (...) No entender do vereador, seria impossível para a comunidade cuidar da urbanização e da conservação de suas praças, por isso, através dos loteadores, dão a procuração à Prefeitura, com fins específicos. E pagam para que ela administre seus bens. — "Assim, não é justo que o Poder Público se apodere de tudo e distribua, ao seu bel prazer, a quem lhe interessar, traindo a confiança do povo" — acentuou Panutto. (...) "Quando uma imobiliária adquire uma área para ser loteada, ela computa o custo do imóvel e mais os serviços necessários. Como trinta por cento dessa área deve ser doada para a abertura de ruas e construção de praça, os valores que produziriam esses pedaços de terras são repassados aos compradores". Por isso, todos os bens da Prefeitura pertencem aos munícipes. Até mesmo a área remanescente do Distrito Industrial, para onde a Câmara queria transferir as favelas. (38).

Percebe-se que, no contexto de formação e desdobramentos do movimento da AsP, a histórica e sistemática falta de reconhecimento das necessidades mais elementares dos favelados (como água e luz) no conjunto das respostas da prefeitura às reivindicações das assembleias populares, acelerou o questionamento dos moradores das favelas.

Constataram que era imperativo criarem uma representação independente, e nisso superaram os bairros em termos de participação. As propostas que tinham que defender frente ao Estado eram diferentes das colocadas, por exemplo, pelos moradores de loteamentos clandestinos e irregulares, que também participavam, nesse momento, da AsP.

Os favelados chegaram, portanto, à conclusão de que nada adiantava transferir seus problemas de moradia para as SABs, entidades assistenciais, BNH, etc., pois as soluções eram sempre adiadas opor não contemplarem uma alternativa habitacional correspondente aos seus interesses.

Por isso, não foi artificial a constituição, em 1980, de Associações de Moradores de Favelas, proposta pelo movimento da AsP, já bem diferenciadas daquela iniciativa que partia da Secretaria da Promoção Social, em épocas anteriores.

Os moradores da favela mais antiga de Campinas, a Vila Brandina formaram a sua Associação de Moradores junto com a Assembléia do Povo e já elegeram a sua diretoria. Eles moram numa terra muito cobiçada. Uma terra que valorizou muito por causa da Hípica, do Shopping Center e do bairro de gente rica ao lado. Muita gente, inclusive alguns vereadores estão querendo arrancar o pessoal de lá (...) Lá tem gente que mora há vinte anos, ainda quando eram colonos da fazenda Brandina e eles acham que esse tempo é suficiente para adquirir o direito da terra. (39)

Era intensa a atividade dos favelados para providenciarem, pela primeira vez, a constituição jurídica de suas Associações, promovendo eleições diretas para suas diretorias. A assessoria, por sua vez, acompanhava de perto o trabalho, registrando e levantando dados para o movimento.

A outra frente de trabalho aprovada pelo movimento, para o ano de 1980, foi a de que a assessoria deveria buscar um

aprofundamento dos estudos jurídicos e urbanos, cujo objetivo seria respaldar legalmente a luta pela posse definitiva da terra.

Em 17/08/80, durante o "I Encontro de Moradores de Barracos de Campinas", com cerca de duzentos representantes de 27 favelas, a assessoria jurídica da AsP apresenta os resultados de sua pesquisa.

Recuperou-se, na ocasião, a discussão sobre a lei federal n. 4132, item 4., art. 2., de 10/02/62 (divulgada em abril/80, num boletim da AsP), que se refere à Desapropriação por Interesse Social de terras particulares destinadas a favelas.

A assessoria levou ainda ao conhecimento dos favelados o Decreto Lei n. 271/67, art. 7., de 28/02/67, que institui a Concessão do Direito Real de Uso por Interesse Social de terras públicas.

O objetivo era demonstrar a existência de fundamentos jurídicos que reconhecessem a função social da propriedade (artigo 160.III. da Constituição Federal em vigência) e, portanto, a legitimidade do movimento dos favelados.

Logo depois, este trabalho resulta na redação de um projeto de aplicação dessas leis (após a consulta de juristas de renome) a nível municipal, o que reforça a direção da luta no sentido da constituição jurídica das Associações de moradores (eleições, criação e aprovação de um estatuto e arrecadação de fundos para pagar o registro em cartório das Associações). Este procedimento também era para se efetivar o processo de discussão e esclarecimento da

alternativa da Concessão do Direito Real de Uso da Terra (aprovado no I Encontro) nas favelas e reafirmar a rejeição a projetos habitacionais do tipo PROFILURB.

Em 04 de setembro de 1980, o "Relatório das reivindicações de Moradia" da AsP fazia o seguinte balanço político:

Das 81 favelas existentes em Campinas, 30 estão participando da Assembléia do Povo, ou seja, 37% do total existente, correspondendo a 59% do total de barracos e 60% da população favelada. Isto revela que as favelas com maior densidade populacional estão nesse processo. (...) As 30 favelas que estão participando da Assembléia do Povo não concordam com a solução PROFILURB (...) e, tendo discutido as leis (...) passaram a organizar-se em Associações de Favelados com o objetivo de lutarem pela posse do terreno onde moram (...). (40).

Na tentativa de se adiantar à alternativa que a AsP estava gestando em termos de um projeto alternativo de moradia, muitos outros "projetos" começam a surgir no decorrer do movimento dos favelados de Campinas.

Em 28/08/80, o vereador Mauro Daher (PMDB), por exemplo, envia ao chefe do executivo uma cópia do projeto PROFIFO (Projeto de Financiamento de terrenos Populares) de Joinville, para que este "determine urgentes estudos", com o objetivo de atender o "município de baixa renda", interessado na "construção da casa própria". Funcionaria como uma espécie de "imobiliária municipal", que venderia lotes urbanizados a preços inferiores aos do mercado.

As notícias de outras lutas de favelados do país incentivaram a AsP. Em abril de 1980, realiza-se em Belo Horizonte um "Congresso sobre Habitação do Favelado", com seiscentos participantes, promovido pela Pastoral de Favelas. O Congresso enfatizou as mesmas questões de Campinas: o da legalização da posse da terra e urbanização das favelas.

Ainda neste primeiro semestre de 1980, a favela do Vidigal, Rio de Janeiro, recebe a visita do Papa, em viagem pelo Brasil. Este acontecimento foi decisivo para mobilizar mais intensamente os favelados de Campinas, pois a Prefeitura do Rio desapropriou as terras (de particulares) e a distribuiu, em lotes iguais, aos moradores da favela. (41)

No mês de junho, em São Paulo, ocorria o "Encontro Nacional dos Moradores de Barracos", com os mesmos objetivos sobre a terra urbana:

A delegação de Campinas, com 18 pessoas que moram em 10 favelas, foi a maior delegação do Encontro. Para transmitir os debates que aconteceram neste Encontro e também para trocar idéias sobre a situação dos barracos em Campinas, será realizado o I Encontro de Moradores de Barracos de Campinas. (42)

Logo depois do "Encontro Nacional" em São Paulo, realiza-se em Campinas, no dia 22/06/80, uma reunião com o jurista Dalmo Dallari, convidado pela AsP para ampliar a discussão sobre as leis existentes entre os favelados. Comparecem representantes de 23 favelas da cidade:

(...) o próprio doutor Dalmo Dallari, alertou o pessoal de que se não existir muita união do povo e firmeza para lutar não adianta ter lei que ela não será cumprida. (43)

A Prefeitura, na tentativa de oferecer algum tipo de resposta ao movimento e recuperar algum crédito em suas formas de ação nas favelas, cria outro órgão: o FUNDAP* (Fundo de Apoio à População de Sub-habitação).

O conselho consultivo, com quinze membros, foi empossado pelo prefeito, com dez representantes favelados (um de cada Administração Regional que possuísse favelas) e um membro de cada uma das seguintes instituições: Arquidiocese, Imprensa, Câmara dos Vereadores, Lions Club e Rotary Club de Campinas. (44)

(...) a Secretaria da Promoção lança a FUNDAP, um órgão que tem como primeiro projeto um programa de estímulo ao retorno dos migrantes a sua região de origem. Também ao nível de favelas, procurar formar Associações de favelados através de seus funcionários, chegando a lançar uma Comissão pró-federação dos Favelados, destinada a defender as propostas da Promoção Social. (45)

* Lei n. 4.985, de 08 de maio de 1980. Tem por objetivos: I - definir a política municipal de apoio à população de sub-habitação urbana; II - coordenar, integrar e executar as atividades públicas referente a população de sub-habitação urbana; e III - informar, conscientizar e motivar a população de sub-habitação urbana para a melhoria de suas condições de vida.

Esta "Comissão Pró-Federação dos Moradores de Barracos de Campinas"* propunha-se a evitar o "paternalismo" e a "caridade", reivindicando a compra da terra ocupada, a "preços módicos". Segundo o secretário da entidade (Geraldo Tavares, desenhista da Prefeitura), a "Federação" também defendia o direito à terra, mas os favelados deveriam ter "autonomia" para decidir pela compra de um apartamento ou casa, via COHAB ou Prefeitura. Esta entidade, criada por setores do PMDB ligados a J. R. Magalhães Teixeira (vice-prefeito), passa a ser identificado como "mais um movimento social de favelados" e até confundido com a AsP no noticiário da cidade.

Nas declarações à imprensa era constantemente mencionada a existência de uma "grupo de trabalho" que estaria propondo soluções legais e técnicas para a urbanização das favelas de Campinas. Este grupo, segundo a própria "Federação", era composto por representantes da Prefeitura, Câmara Municipal e favelados, muitos dos quais eram da FUNDAP. (46)

A tática da recém-criada "Federação", como ficou conhecida, era a de tentar questionar o movimento da AsP, acusando-o de "autoritário", "radical" e de ser manipulado por interesses alheios aos dos favelados. Utilizando-se do discurso da busca de consenso e

* Atuou com mais frequência nas favelas do Jd. Flamboyant, Jd. Paranapanema e uma das favelas do Jd. Santana, mas tentou defender posições em outras favelas do movimento da AsP, como Jd. Londres e Pq. Anchieta.

aliança, polemizava sempre a 'posteriori' com as propostas da AsP, o que, na prática, representava o reconhecimento de sua legitimidade política junto aos favelados do município.

(...) Tavares lembrou que o projeto da Federação é antigo e que só não foi apresentado antes, porque a Assembléia do Povo já havia feito isso. "Não queremos disputar qual o projeto mais bonito. A Prefeitura tem condições de fazer a melhoria e as entidades de favelados deveriam fazer uma aliança, pelo menos quando os objetivos são comuns. Não é ficar de braços e beijos, mas lutar pela causa comum ressaltou ele. (47)

A posição política da "Federação" ficará mais explícita em 1981, no "Seminário Nacional de Favelas", proposto pelo Vice-Prefeito, J.R. Magalhães Teixeira, que, em agosto de 1981, ocupava inteiramente a chefia do executivo de Campinas e defendia uma "revisão" da solução da "Lei da terra" (conquistada pela AsP, em 30.03.81).

Mas, em setembro de 1980, a "Federação" já demonstrara a limitação de seu horizonte político. Entre os procedimentos para confundir a opinião pública e dividir a organização dos favelados, a "Federação" promove uma manifestação pública de agradecimento ao Prefeito F. Amaral, pelo Decreto de Permissão de Uso da Terra por dez anos (n. 6228), assinado em 29/09/80.

A matéria a seguir procura indicar como a imprensa promovia a "Federação" à condição de "movimento social", isto é, como se fosse uma articulação política independente do Estado:

Enquanto na Prefeitura, as "químicas" para a ampliação do decreto do prefeito Francisco Amaral, que deu permissão de uso do solo público aos favelados por dez anos, estão em estudos, os moradores de barracos discutem suas formas de "lutas" para a melhoria das condições de vida, principalmente, de habitação. Neste contexto, dois movimentos de periferia se sobressaem: "Assembléia do Povo" e a "Comissão de Formação de Federação dos Moradores de Barracos de Campinas" que promoveu um ato público - com três mil favelados - em apoio ao decreto, na última sexta-feira, no saguão da Prefeitura. A Assembléia do Povo também está apoiando o prefeito pelo seu decreto de permissão de uso do solo, mas o julga insuficiente para assegurar a moradia dos 60 mil favelados nos 82 núcleos de favelas. E pretende, em uma assembléia nas escadarias do Paço Municipal daqui uns quinze dias, apresentar um estudo ao prefeito baseado na lei federal 4.132 - que concede a posse definitiva das áreas públicas aos favelados, inclusive, dos terrenos particulares, após a desapropriação. (48)

O "decreto dos dez anos" aconteceu antes que a AsP reivindicasse publicamente a posse definitiva da terra. O prefeito ao assiná-lo, reconhece a falência do PROFILURB, (como já vimos) e, ao mesmo tempo, a organização dos favelados. A partir da resposta negativa da AsP ao decreto, passa então a negociar abertamente com o movimento a solução da "Lei da terra". (49)

Paralelamente, as notícias da imprensa passam a refletir o isolamento político em que F. Amaral se colocou perante os setores conservadores da cidade, devido ao encaminhamento dado às questões referentes ao movimento dos favelados.

Uma garantia de 10 anos de permanência nos terrenos de propriedade da Prefeitura Municipal aos favelados de Campinas. A medida foi anunciada ontem pelo Prefeito (...) e caiu como uma bomba, dado o ineditismo da matéria. Partindo de um chefe de Executivo, agora fundamentada por decreto,, a

proposta é única em todo o País, (...) nem mesmo os seus assessores diretos tinham conhecimento do assunto. Da elaboração da medida, participaram apenas a Secretária de Promoção Social (...) e o Secretário dos Negócios Jurídicos. (50)

Neste clima polêmico e dinâmico, a AsP, desde o "I Encontro de Moradores de Barracos de Campinas" (17/08/80), preparava-se para a realização da sétima AsP (que acontece em 14/11/80).

Seria entregue ao Executivo, nesta assembléia, o resultado dos estudos jurídicos, acompanhado de uma proposta de aplicação das leis para a conquista definitiva da terra (através da Concessão do Direito Real do Uso da Terra) e de um plano de urbanização para o loteamento das favelas de Campinas.

Estava decidido ainda que as Associações exigiriam nesta Assembléia, autonomia para administrar suas entidades. Em outras palavras, desejavam o fim da tutela da Secretaria de Promoção Social nas favelas que nesse momento procurava recuperar seu espaço de ação com o discurso da "Federação".

Antes dessa assembléia, no mês de outubro, o movimento da AsP organizou dois eventos importantes para ampliar o nível de discussões entre os favelados e os demais setores da cidade.

No dia 12, no Jd. Campos Elíseos, realizou-se uma reunião (I Encontro das Diretorias de Favelados), com o objetivo de unir as diretorias já organizadas e trocar suas experiências. Estiveram presentes as diretorias do Jd. Campos Elíseos, Jd. Londres, Jd.

Bandeira II e região (Vilas Lourdes, S. José, Sta. Cruz, Sta. Rita e Bandeira I), V. Georgina e Jd. Eudóxia:

Cada diretoria apresentou em plenário os trabalhos que estão sendo desenvolvidos nas favelas, suas lutas, suas conquistas, suas derrotas, suas esperanças, etc. Uma vitória significativa foi a abertura da "Rua do Povo", na favela 29 do Jd. C. Eliseos. Explicaram os moradores que por força da fé, abriram uma rua (com enxada) no interior da favela, a Promoção Social foi lá e fechou e o povo tornou a abrir, e até hoje está aberta. Falou-se também em criar uma Federação das Diretorias. O plenário discutiu que no momento o principal é entrar em contato com outras favelas desanimadas e conjuntamente organizar a Federação das Diretorias [Sobre a Federação da AsP ver]. (51)

O segundo fato a ressaltar, foi o "Encontro com a Imprensa", na Associação Campineira de Imprensa, em 28/10/80.

A finalidade desse encontro era esclarecer as confusões e a desinformação da imprensa em relação à "Federação" e à Lei da Terra. A imprensa muitas vezes associava a "Federação" à Assembléia do Povo ou então se referia a ambas indistintamente, conforme referimo-nos anteriormente. Quanto a "Lei da Terra", apesar de bastante noticiada, não era possível compreender o que acontecia pelos noticiários.

Faz tempo que a Assembléia do Povo vem movimentando o cenário da Prefeitura de Campinas. Isso por causa de suas reivindicações. Mas nenhuma reivindicação ocupou tanto espaço nos jornais da cidade como a reivindicação da terra. Desde o dia 30 de setembro os jornais vem tratando do assunto: "O Prefeito doou ou não os terrenos? Só por 10 anos?" Falam muito sobre o vereador que queria derrubar o Prefeito por causa do Decreto e outras pressões que o prefeito vem sofrendo. Mas apesar de tanta notícia não dá para entender o que está acontecendo

de fato somente através da leitura dos 3 jornais da cidade. (...) isso aconteceu, por exemplo, com a notícia sobre a manifestação popular na Prefeitura no dia 10 de outubro. O jornal fez muita propaganda da manifestação. E mostrou que os milhares de favelados estavam sendo organizados por uma Comissão Pró-Federação dos Moradores dos Barracos de Campinas. E o pior é que acabaram confundindo esta Federação com a Assembléia do Povo, como se fossem a mesma coisa e até fossem se unir. (...) No dia 28 de outubro, num encontro do pessoal da Assembléia com os jornalistas, alguns moradores se queixaram das notícias desencontradas e para tentar diminuir este problema fizeram uma proposta da Assembléia publicar os endereços das Associações de Moradores para facilitar o trabalho da imprensa. (52)

Enquanto isso, a Câmara dos vereadores de Campinas, apesar de contrária ao "Decreto dos dez anos", rejeita (dos vereadores por 17 votos contra um) o pedido de "impeachment" do vereador Sérgio Barreto (PP) contra o prefeito F. Amaral.

O vereador alegava que o decreto feria a Lei Orgânica dos Municípios e a Lei Estadual 13.069, de dezembro de 1978, que impede a ocupação de áreas destinadas ao lazer da população. (53)

O movimento da AsP articulava-se intensamente nas favelas e com outras esferas políticas populares e progressistas para a entrega dos estudos das leis ao poder público de Campinas. O objetivo era fazer frente às oposições políticas locais, que eram contrárias a Concessão do Direito Real do Uso da terra aos favelados. Para isso chega-se então a uma aliança política, publicamente conhecida:

A Confederação Nacional dos Trabalhadores da Agricultura, Associação Brasileira de Reforma Agrária, Comissão Pastoral da Terra, acompanham com atenção a luta dos favelados de Campinas porque as leis que eles descobriram são tão amplas que podem ser aplicadas em terrenos ocupados por posseiros por esse Brasil afora. Essa nova qualidade da luta reivindicatória da Assembléia do Povo mostra (...) a possibilidade concreta da reivindicação da terra ser atendida. Para atingir esta conquista foram necessárias a organização do povo e também outras articulações buscando o apoio de outros setores da sociedade, ampliando a base de legitimação social das suas ousadas propostas. Outra articulação importante foi feita com o prefeito Francisco Amaral quando foi selada uma aliança com a Assembléia do Povo, desde que o Prefeito mantivesse o espírito de luta em favor dos favelados, e demonstrado no seu decreto de permissão de 10 anos. Havendo também o compromisso do Prefeito de ampliar a medida em direção à posse definitiva da terra (direito real de uso). Ao selar esta aliança o Prefeito aceitou a perspectiva da Assembléia do Povo, em detrimento de outras orientações autoritárias originadas em vários setores da burocracia municipal, representando interesses político-partidários divergentes. Este tipo de articulação, até hoje restrito à chamada "elite política" e que agora foi assumida, praticada e dirigida por um setor social (ainda que restrito às lideranças) totalmente marginalizado das tomadas de decisões políticas, mostra que algo novo está acontecendo. (54)

A sétima AsP (14/11/80), com a presença de 5 a 6 mil favelados, entrega os estudos do movimento ao Prefeito, após o discurso de vários favelados, membros das Associações de Favelas, recém-organizadas na cidade. Nestes discursos estão as sínteses de sua história coletiva, de sua visão da cidade e do direito que pretendem conquistar, o de serem habitantes legais, como os demais. Querem viver sem a discriminação da "clandestinidade" e da "ilegalidade" de sua condição no espaço urbano. A sétima AsP ficou conhecida como a "Assembléia da Terra".

A "pauta" desta Assembléia dá uma idéia do contexto em que se dava a constituição da identidade de favelado:

1. Canto

2. Leitura por todos do Poema que está no Jornal [trata-se do jornal Repórter Região].

3. Chamar os Componentes da Mesa: [relação dos nomes dos representantes favelados e das favelas, de um vereador - Elizeo Guidotti e do Prefeito Francisco Amaral].

4. Anunciar o nome das entidades que estão apoiando a nossa luta:

- Associação Brasileira de Reforma Agrária;
- Comissão de Justiça e Paz;
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - Departamento de São Paulo;
- Instituto dos Arquitetos do Brasil - Núcleo de Campinas;
- Associação Campineira de Imprensa.

5. Passar a palavra aos moradores de acordo com o que vão falar.

(...) Jardim Londres - Sr. Vivaldo - vai falar sobre a situação da roça.

(...) Vila Formosa - Sr. Cícero - vai falar sobre a viagem para a cidade.

(...) Sra. Lúcia [pelas favelas sem Associações] - vai falar sobre o que é a vida na favela.

(...) Jd. Campos Elíseos - Sr. José Rodrigues - vai falar sobre a participação das favelas na Assembléia do Povo.

- (...) Jd. das Bandeiras e região - Dna. Marlene - vai falar sobre a participação da Mulher na favela.
- (...) Jd. Sta. Eudóxia e região - Dna. Leonor - vai falar sobre a situação da criança na favela.
- (...) Vila Ipê - Sr. Dionísio - vai falar sobre o favelado como trabalhador.
- (...) Parque D. Pedro II e região - Sr. Alcides - vai falar sobre o baixo salário e o alto custo de vida.
- (...) Vila Georgina - Sr. José Augusto - vai falar sobre o porque queremos a terra.
- (...) Jd. São Marcos e região - Sr. Valdeci que vai falar sobre a importância da organização na luta do povo.
6. Passar a palavra para as entidades (...) [mencionadas acima]
7. Entrega da reivindicação ao Senhor Prefeito.
8. Passar a palavra às autoridades
- Sr. Prefeito (...)
 - Sr. Representante da Câmara (...)
9. Encerramento - dar a última palavra - Canto (...)

A AsP promete voltar dia 12/12/80 para receber o resultado de suas reivindicações. Mas, F. Amaral começou a atender antes as questões colocadas pelo movimento, enquanto é atacado violentamente pela Câmara Municipal por grupos do próprio executivo e entidades diversas da sociedade campineira.

Em declaração ao Diário do Povo, em 11.11.80, o Prefeito confirma a disposição de respeitar a autonomia das Associações de Favelados.

A "Assembléia do Povo" está também reivindicando que a administração das favelas fique com os seus próprios moradores que estão se organizando em associações. Isto porque possibilitará que com o direito real de posse da terra, os favelados definam as diretrizes para o loteamento das favelas. O prefeito Francisco Amaral já deu indício favorável ao atendimento desta reivindicação, ao determinar que as assistentes sociais cessem o trabalho de conscientização dos moradores dos barracos para a criação de suas associações. Ele não quer que insinuem que eu esteja fomentando a criação de associações para delas me servir. (...) Para evitar qualquer hipótese, diversa dessa realidade que afirmei, é que suspendi (...) a ação das assistentes sociais na favela só nisso. No mais, acho que as assistentes sociais devem continuar seu trabalho profissional (...). (55)

A partir deste ponto da luta, a negociação pela posse definitiva da terra entra numa fase decisiva. Em 20.12.80 o Prefeito envia à AsF um ante projeto da Lei da Terra, baseado nos estudos entregues na sétima AsF.

Logo depois (14/01/81), a AsF envia ao chefe do Executivo o seu próprio projeto da Lei da Terra, alterando muitos pontos do projeto do mesmo e avaliando criticamente os aspectos que feriam os interesses dos favelados.

Neste processo, houve um entrosamento mútuo ativo entre as favelas organizadas no movimento e a assessoria, através de reuniões gerais e locais de lideranças, o que permitiu o detalhamento e o

avanço das discussões sobre o "projeto da AsP".

O prefeito, por sua vez, procurava também respaldar suas decisões em autoridades e entidades prominentes do país para justificar a negociação que vinha fazendo com o movimento das favelados. Encomenda inclusive, uma pesquisa ao Instituto Gallup, sobre a questão da doação da terra, cujo resultado foi claramente favorável à reivindicação dos favelados, principalmente entre os setores populares da cidade.

Segundo Amaral, além dos integrantes da Assembléia do Povo e da federação dos favelados, inúmeras cópias do documento foram enviadas a setores da igreja Católica, incluindo ainda uma em especial ao presidente da CNBB. Da mesma forma, cópias do projeto foram enviadas ao Instituto de Engenharia e Arquitetura de São Paulo, Associação dos Engenheiros e Arquitetos de Campinas e a outros setores técnicos. O prefeito pretende com essas medidas, "obter maior sustentação jurídica com relação ao projeto", além de informações técnicas emitidas por especialistas. (...) As pesquisas, segundo Amaral, demonstraram maior recepção nas classes D e E da população quanto à questão de aprovação de uso em definitivo dos terrenos pelos favelados e não mais pelo período de 10 anos. (56)

O anteprojeto de lei do executivo, rejeitado pela AsP, foi enviado a várias entidades e autoridades jurídicas e técnicas, como vimos.

Como o projeto da AsP era outro, a Arquidiocese de Campinas posiciona-se, a pedido do movimento, frente às duas soluções existentes.

Envia tanto ao Prefeito (em 25/01/81), como à CNBB (D. Luciano Mendes de Almeida, D. Paulo Evaristo Arns e D. Eugênio de Araujo Sales, em 23/01/81) seu parecer a favor da segunda alternativa.

Em todo este percurso, chega-se a um ponto importante durante a concepção do projeto dos favelados: a terra deveria exclusivamente destinada a moradia (Impenhorabilidade e Inalienabilidade da terra), para tentar evitar que a especulação pudesse provocar nova expulsão dos moradores das favelas.

O projeto de lei do executivo, finalmente pronto, após atender a todos os itens reivindicados pelo movimento, foi enviado à Câmara Municipal, em 31/01/81. A partir de então os favelados, passaram a acompanhar toda a movimentação política dos vereadores, até a votação, no dia 26.02.81, que se estende até 27.02.81.

Destaco deste período, alguns fatos que ilustram a complexidade da discussão que envolveu a negociação do projeto da lei da terra da AsP.

Antes da votação da Câmara, na expectativa de ampliar as bases de apoio ao projeto da AsP, o movimento promove debates com as Comissões de Justiça e Paz de Campinas e de São Paulo e com lideranças dos partidos políticos.

Foi programado um debate de âmbito nacional para o dia 21/02/81. A carta-convite da AsP, dirigida ao José Nassif Mokarzel, presidente da Câmara, relaciona os seguintes líderes dos seis partidos

políticos oficiais: Almino Afonso e Mário Covas (PMDB); Irma Passoni (PT); Jaime Lerner (PDS); Lisâneas Maciel e Francisco Julião (PDT); Claudio Lembo e Olavo Setubal (PP). De acordo com a carta-convite, o Ministro Mário Andreazza, Ivete Vargas e Jânio Quadros (PTB) ficaram de confirmar a presença. Compareceram representantes apenas do PDT, PP, PT e PMDB.

Os favelados participaram ainda, como convidados, de encontros com outros representantes de lutas populares, em São Paulo (PUC) e Goiânia, divulgando a AsP. (57)

A maioria dos vereadores de Campinas, entretanto, rejeitam o projeto, depois de adiar a discussão em diversas sessões da Câmara. Na véspera do carnaval (26/02/81), enfrentam a questão, suspendendo a cada meia hora a sessão, para forçar os favelados a desistirem de esperar a resultado da votação do projeto da "Lei da Terra".

Os vereadores haviam preparado um substitutivo contra o projeto dos favelados. Aprovaram todos os itens referentes à urbanização e construção das casas, mas não deram o principal: a terra.

Ninguém, ali presente, poderia imaginar que aqueles homens e mulheres, sem dormir desde a madrugada do dia anterior, aguentando de pé 7 horas de palavrório, após um dia penoso de trabalho, e sem jantar (e muito menos participando do "lanchinho dos vereadores", reagissem da maneira como reagiram. Pensava-se que - assim que o projeto fosse modificado e os favelados derrotados - aqueles homens e mulheres pulassem o pequeno balcão que divide a platéia e tentassem agredir os

vereadores (Paulo Nacaratto, o vereador que derrotou a doação, ocupa a primeira mesa junto ao balcão do plenário). Por isso, as câmaras e máquinas fotográficas ficaram paralisadas, momentaneamente, e as bocas se abriram surpresas, quando ordenadamente, aqueles homens e mulheres humildes começaram a cantar, como um choro, "Ouviram do Ipiranga, às margens plácidas, de um povo heróico o brado retumbante...". O canto dos favelados derrotados foi exatamente à uma e meia da manhã. (58)

O substitutivo dos vereadores anulava a Concessão do Direito Real de Uso da terra para as favelas situadas em praças públicas (80% dos casos de Campinas) e autorizava a Concessão apenas para os chamados "Bens Patrimoniais". Com isso a Câmara tencionava também a transferência dos favelados para uma gleba existente na área do Distrito Industrial, periferia da cidade. Uma proposta vazia, pois isto implicaria em remover cerca de sessenta a oitenta mil moradores, das 81 favelas existentes, tanto de áreas públicas como particulares para um mesmo local.

Este ponto, entretanto, teve um significado político determinante para os favelados presentes na Câmara, a maioria representantes de Associações. Avaliaram até que ponto os interesses dos proprietários de terra seriam defendidos pelos vereadores e o quanto estes setores dominantes desejavam bani-los da cidade, negando seu direito a habitação e desqualificando a sua intervenção política na questão, através da AsP.

(...) perguntamos aos ilustres vereadores em que lugar vamos construir nossas casas, no ar, no céu ou no alto da montanha onde ali ficariam livre dos favelados? Se ao invés de procurar conhecer nossos

problemas carentes, mostraram aos favelados de Campinas e do Estado que nós realmente não temos valor nenhum e aos srs. vereadores, não interessa lutar por esta causa, que nos daria oportunidade de igualdade humano com os demais. Declaramos a todos que votaram contra o projeto que nós não somos vencidos mas sim os vereadores, porque mostraram para nós e para aqueles que acompanharam a votação e também o público em geral, que o projeto é d grande repercussão social, não é de político ou autoridade competente, mas é projeto de favelados, apesar de muitos acreditarem que não temos capacidade para tal, nem mesmo valor na sociedade moderna. (...) Temos certeza que para aqueles que nos julgavam incapacitados, tiveram uma supresa. (...) Devemos dar continuidade nesta luta. Não será só de favelados mas de Campinas, e de todos quantos incorporarem neste objetivo já bem definido, através de debate, reuniões e atos scumênicos. (...) Subscrevendo, atenciosamente, José de Barros Junior - Membro da Diretoria da Associação da Favela Jardim Novo Campos Elíssos. Favela 30 (59)

Muitas outras formas de cobranças foram feitas pelas lideranças dos favelados à Câmara Municipal. A Diretoria da Associação de Favelados do Jd Londres, por exemplo, faz uma crítica pessoal ao vereador Elizeo Guidotti, lembrando-o dos compromissos por ele assumidos na sétima AsF, a "Assembléia da Terra", além de dirigir-se também a todos os vereadores.

Campinas, 02 de março de 1981.
Senhor vereador Elizeo Guidotti, venho por esta lhe dizer o que o senhor nos prometeu no dia 14 de novembro na presença de mais 4 mil pessoas, que estava pronto a nos ajudar. A população ficou ansiosa com a promessa do nobre vereador. Mas, no entanto, o nobre vereador no dia da votação do projeto pulou pra trás. O que o nobre vereador pensa desse povo? Acha que ele não merece mais um pouco de consideração da sua parte? Ou, o nobre vereador acha que este povo deve viver abandonado, enganado e torturado pela população de alta classe, como o nobre vereador? Nobre vereador, nós confiamos no senhor, porque nos prometeu não falando dos outros vereadores. Agora ficamos sabendo quem é o sr. e o seu partido. Quero lembrar

ao sr. que há 4 anos atrás, a imprensa publicou que o partido MDB, que agora passou a PMDB, não tinha senso de político e agora o senhor confirmou com sua própria boca. Nós, das Associações, achava que o nobre vereador tinha a capacidade, mas vossa V.Sa. se acha escandalizando o partido com suas promessas em frente ao povo e na hora de aprovar o projeto o senhor traiu o povo. Ficamos agradecidos com o senhor, se continuar assim o senhor ainda acaba com o partido. Nobre vereador, lembra que em 82 haverá eleições e o nobre vereador virá nas favelas com palavras enganosas e traidoras com o povo, como no dia 14 de novembro. [Em seguida, a carta dirige-se a todos os vereadores] Ao Senhores Vereadores: lembra no dia 26 de fevereiro o que vocês fizeram com os favelados, na sessão da Câmara? Se isso é capacidade de fazer isso com os favelados, sendo que vocês foi eleito pelo povo para ser administrador desse Legislativo. Sabe, senhores vereadores que naquela noite de quinta-feira muitos dos favelados vieram embora de pé, porque os senhores com suas irresponsabilidades foi interrompendo os estudos do projeto, até atingir 1:30 h. da madrugada. Senhores vereadores, os favelados sabem que foi controle de vocês (...). Sabemos que isso é um golpe que vocês estão aplicando nos favelados. Senhores Vereadores, pense bem o que vocês vão fazer, porque não só as Associações de favelas que estão lutando. Há mais outras associações ao nosso lado, também em outras cidades e estados. Contamos com o apoio de todos os vereadores. Lembre-se senhores vereadores que nós continuamos trabalhando da mesma forma e iremos até o fim. [Carta escrita pela Associação dos Favelados do Jardim Londres, assinada por Vivaldo].

Uma outra manifestação de indignação que circulou muito entre os favelados foi a de Maria Rita da Associação dos Moradores de Favelas do Campos Elíseos. Depois da votação, revoltada com o resultado, Maria Rita sobe numa das cadeiras do plenário e, sacudindo o título eleitoral, dirige-se aos vereadores:

- Em 82, isto aqui será o juiz, ele decidirá quem vai e quem fica. (60)

Foi importante também a posição da Arquidiocese de Campinas que, após o resultado da votação do projeto na Câmara, denuncia os nomes dos vereadores (e partidos) contrários à "Lei da Terra", além de um documento em que reafirma o apoio à luta dos favelados. Este primeiro manifesto foi lido em praticamente todas as igrejas de Campinas.

Este posicionamento provoca uma onda de ataques da Câmara Municipal contra a Igreja. A reação dos vereadores em relação às denúncias da Arquidiocese faz com que se generalize também a idéia de que o movimento da AsP era totalmente dependente, atrelado às orientações da Igreja Católica. (Retomaremos esta questão no item II.1). (61)

Em 04/03/81 a assessoria jurídica e uma comissão de favelados da AsP, em audiência com F. Amaral, propõem uma saída legal para resolver o impasse gerado pelos vereadores:

(...) o substitutivo autorizava a Concessão do Direito Real de Uso apenas para os Bens Patrimoniais. (...) Várias consultas são realizadas a juristas da área do Direito Administrativo, sobre a viabilidade da tese da Assessoria Jurídica, que defende a desafetação através de decreto e todos confirmam esta possibilidade, principalmente por não existir uma Lei Municipal proibindo a desafetação por decreto. (...) As reivindicações são assumidas pelo Prefeito que, (...) assina o decreto de desafetação e promulga a lei com veto parcial ao substitutivo. Com estas duas medidas do Prefeito, (...) as associações de moradores de favelas juntamente com a sua assessoria técnica começam a debater a viabilização dos planos de urbanização específica fundamentando-se na Lei da Terra. (62)

No dia 30.03.81, considerado o "dia da vitória" do movimento, comemorou-se em várias favelas a assinatura da Lei da terra (Lei n. 5.079) e o Decreto da Terra (Decreto n. 6.449), que continha um veto parcial ao substitutivo dos vereadores e determinava a desafetação da terra apenas através de decreto. Quer dizer, as favelas (antes Bens de Uso Comum do Povo) tornam-se propriedade da Prefeitura (Bens Patrimoniais) e por isso o Executivo podia atender à reivindicação da Concessão do Direito Real de Uso da Terra.

Enquanto a AsP divulga uma Carta Aberta à população de Campinas, os vereadores novamente ameaça de cassação o Prefeito e acusam o movimento de estar "incitando a luta de classes" na cidade. A imprensa estampava manchetes classificando de "golpe" a decisão do prefeito, em favor dos favelados.

Para tomar a decisão, Chico Amaral admitiu ter feito um jogo político. E lembrou: - "Por acaso é proibido jogar?" Na verdade, Chico fez mais do que isso. Ele driblou a maioria da Câmara de Campinas, que recentemente havia aprovado a idéia de doação de terras aos favelados, apenas com uma condição: que essas terras fossem de propriedade exclusiva da Prefeitura (as terras patrimoniais, como o Distrito Industrial), e não de bem de uso do povo (como as praças públicas). Para isso, os vereadores pegaram a idéia original de Chico, alteram com um substitutivo, e a aprovaram. Só esperavam que Chico promulgasse a idéia ou a rejeitasse. Ontem Chico Amaral deu o troco. Acabou aprovando o substitutivo, mas alterou o trecho principal proposto pelos vereadores. (...) E fez isso de uma maneira bem simples - através de um decreto, as praças públicas de Campinas (onde existem núcleos de favelados) passam a ser de propriedade exclusiva do município, e não de uso comum do povo. O decreto sairá na edição de hoje do Diário Oficial. (63)

A "guerra" entre Executivo e Legislativo não tinha terminado. A Câmara Municipal, poucos dias após a derrota sofrida, articula-se novamente e derruba, em 27.04.81, o veto parcial do Prefeito, em relação à Lei da Terra, para fazer valer, outra vez, o substitutivo aprovado pelos vereadores em 27.02.81 (as favelas voltam a ser Bens de Uso Comum do Povo e não Bens Patrimoniais).

Esta situação gera tantas discussões a nível do Direito Administrativo, inclusive devido aos pareceres de juristas renomados consultados anteriormente pela AsP, que os próprios vereadores acabam inseguros quanto à validade da anulação do veto do Executivo. (64)

Por via das dúvidas, a Câmara não deixa por menos e aprova uma nova lei, do vereador Amauri Fratini, do PDS, (lei n. 5.087, de 27.05.81) para obter:

1. Proibição da Desafetação através de Decreto;
2. Nulidade do Decreto de Desafetação n. 6.449, de 30.03.81, das áreas ocupadas por favelas. (65)

Mesmo assim, a aprovação desta última lei não diminuiu a polêmica, porque o objetivo de inviabilizar qualquer solução favorável para os favelados fez com que os vereadores tentassem revogar um Decreto do Executivo. Isso, do ponto de vista de muitos juristas e setores da cidade, foi encarado como incompetência e/ou abuso de poder. (66)

Uma outra questão levantada contra a Câmara Municipal era a de que (além da não-competência para revogar decretos) o Decreto do

Executivo tinha tido uma vigência de 28 dias e isto gerou direito adquirido pelos favelados. (67)

Antes da aprovação da lei de Amauri Fratini, já se discutia a atuação extremamente parcial e radical da Câmara, entre as na esferas do Executivo:

(...) no gabinete, os assessores do prefeito comenta (...). Os favelados ocupam as áreas há mais de 15 anos. Derrubando o veto e, depois, o decreto, de que adiantará? Quem vai tirar os favelados de onde estão?, indagavam. Um comentário deixou bem claro o pensamento dos assessores (...): - Doar áreas para as sociedades de bairro, associações diversas, hospitais, clubes, tudo é possível. Eles autorizam para o favelado, não deixam! Carlos Soares apontou um detalhe que, segundo ele, ninguém comentou: - A área do convívio, por exemplo, é de uso comum do povo, como uma praça. No entanto, existem barracas de flores, lanchonetes, bancas de revistas, que ocupam o espaço. Quer dizer, também, para os comerciantes a concessão é viável. E porque não para os favelados?, questionou. (...) os vereadores afirmam que o projeto irá tornar nulo o Decreto que o prefeito baixou, transformando as 67 praças públicas, ocupadas pelos favelados, em bens patrimoniais. Já o Secretário de Negócios Jurídicos, Carlos Soares, diz que o Decreto é da competência do prefeito, não pode ser revogado por uma lei (só outro Decreto para torná-lo sem efeito) e que há casos em que a desafetação é até dispensável. (...) o próprio ato de cessão de uso (para o funcionamento de bancas de jornais, lanchonetes, etc.) ficou implícita uma desafetação. E tudo foi feito sem autorização da Câmara. (68)

Além do embate entre Executivo contra a maioria do Legislativo devido ao movimento da AsP, os setores conservadores campineiros articulavam-se de outras maneiras.

Os próprios vereadores já vinham, há algum tempo, enviando ao Prefeito cópias de abaixo-assinados de alguns bairros de Campinas,

contra a Concessão do Direito Real de Uso da Terra, em termos praticamente idênticos.

Os moradores de bairros sente-se relegados a um segundo plano em relação aos favelados, quanto ao atendimento de suas reivindicações. Não admitem, o que expressam como "preferência" do Prefeito, em função da idéia básica existente: os moradores de favelas não têm direito a nada, são ilegais, "marginais", expropriam enfim todos os outros habitantes da cidade.

Chegou ao nosso conhecimento o abaixo-assinado subscrito por moradores do Jd. Novo Campos Elíseos, no qual pleiteam por obras necessárias e urgentes, e investem contra os privilégios que se pretendem instituir a favor dos favelados. (69)

Em outro requerimento, encaminhado, também por um vereador, continha, além do abaixo-assinado, uma carta assinada por Fernando R. da Costa, representando os moradores do Jd. Londres e Jd. Campos Elíseos:

(...) fazer um apelo aos Srs. Legislativos (...) no sentido de que o senhor Alcaide e sua Secretaria de Obras conclua os esgotos das 10 quadras, que estão sem estes saneamentos básicos concluídos e nossas fossas transbordando ou próximo a transbordar. Estamos pedindo apenas o cumprimento do dever da Administração para com as Famílias que não pediu terra ao sr. Prefeito, compramos e pagamos com sacrifícios de nossos familiares (...). Não aceitamos, sermos atendidos posterior a 70% dos fingidos favelados. Que o sr. Prefeito faça uma vila em um só lugar aos favelados. Um só Posto Médico, uma linha de Ônibus, um Posto Policial e não 83 favelas. (70)

O "Manifesto do Conselho das Sociedades de Bairros de Campinas", de 06/04/81, utiliza outro argumento. Apela para o caráter "antidemocrático" da Lei da Terra, uma vez que a mesma iria fazer parte do rol de promessas não cumpridas do sr. Prefeito.

Exigiam que o "problema favela" fosse debatido por todas as "forças vivas da Comunidade", e não "só por favelados". Esta postura, do mesmo modo, pretendia questionar a legitimidade do movimento da AsP, pois, tradicionalmente, favelados nunca foram autorizados a ocupar o cenário político da cidade. Por isso, compreendiam a Lei da Terra apenas, como sinônimo de "caridade" ou de "jogada política".

A Diretoria do Conselho das Sociedades de Bairros de Campinas, não poderia omitir-se em publicamente firmar sua posição quanto a intenção do Poder executivo, em ceder áreas do uso comum do povo para nossos irmãos favelados. Entendemos nós, que matéria tão complexa nunca será resolvida desta maneira simplística, que se tenta impor de modo pouco democrático à nossa cidade. Acreditamos sim que a forma lógica de encontrarmos uma solução honesta, viável e realmente definitiva para a angustiante situação social, seria através de um debate amplo e aberto, com a participação efetiva de todas as forças vivas (...). A cessão de terra pura e simples como ato isolado do Poder Executivo, certamente será encarada como mera caridade ou uma jogada política de propósitos, pouco recomendáveis. Desta forma, enquanto é tempo, apelamos ao bom senso de nossas lideranças políticas, tanto do Poder Executivo quanto do Legislativo, para que repensem e analisem com maior cautela as posições já tomadas até o momento (...) antes que o erro se torne irreversível e as consequências advindas futuramente imprevisíveis. A Diretoria (71)

Nem todas as SABs fecharam com a posição da Diretoria do Conselho de SABs, como demonstra o ofício de apoio à Assembléia do Povo da SAB do Jd. Novo Maracanã, entre outros assinado pelo presidente U.P. da Silva), em 23/04/81, e enviado ao Prefeito, com cópia para o movimento:

(...) vem através deste hipotecar total apoio à luta que as associações de favelas de Campinas vêm realizando para conseguir o Direito Real de Uso da Terra já ocupada pelos favelados. (...) Por isso, não concordamos com o manifesto do presidente do Conselho (...) de 06 de abril, p.p., muito embora do mesmo Conselho nossa Sociedade seja filiada.

O Lions Club de Campinas-Souzas, por sua vez, vai basicamente na mesma linha de argumentação do Conselho de SABs, ao dirigir-se ao Prefeito através de um ofício (com cópias para diversas autoridades estaduais e federais).

Situa os favelados como vítimas inocentes da Lei da Terra e da precipitação política de F. Amaral, acusando-o de institucionalizar a favela, gerar uma corrida ao "lucro pecuniário" entre eles e defendendo a tese da segregação dos mesmos, num só local da cidade, para impedir a urbanização e o fim da separação bairro x favela.

Temos acompanhado, bastante sensibilizados e contristados, confessamos, as nuances que tem envolvido a tramitação do processo referente ao projeto de Concessão de Direito Real de Uso (...) após profunda análise do assunto (...) concluímos que não concordamos com o espírito e nem com a forma que o problema foi abordado (...) As áreas ocupadas por esses barracos são, via de regra, desfavoráveis a construções residenciais, com acentuados declives e eventual umidade, tendo sido destinadas a sistema de lazer e praças públicas

pelos loteamentos originais (...) O projeto de U.Exa. prevê sua divisão em lotes e sua urbanização (...), extensão definitiva, e não precária, da rede de abastecimento de água, extensão da rede de esgotos, (...) enfim, um prolongamento onde se situam essas áreas (...) seu projeto, por si só, não traz as soluções (...) gerando apenas eventual segurança emocional aos favelados, o que é muito pouco a se fazer por essa parcela de nossa sociedade; e, (...) para o futuro potencial que envolverá a busca pelo direito de transferência da posse recebida, visando lucro pecuniário (...) uma solução alternativa para o problema (...) destinação de uma área específica para o abrigo dessa população. (...) Uma área que permita um melhor planejamento de habitações populares, e não favelas, Sr. Prefeito, e muito menos com seu estabelecimento definitivo, ainda que ligeira e precariamente adaptadas. (72)

Francisco Amaral, temeroso, percebia o jogo e o conteúdo da campanha oposicionista, fundamentada na defesa, (disfarçada ou não) da ilegalidade e transitoriedade da favela, para manter inalterado o problema da posse da terra nas favelas.

Enviava à AsP, sempre que possível, informações e cópias de documentos para dar conhecimento do que estava ocorrendo contra o movimento e, conseqüentemente, contra sua própria posição política na cidade e mesmo no interior do PMDB, já que seu vice-prefeito aderira às posições do Legislativo Municipal.

Em uma de suas correspondências, onde solicita esforços no sentido das associações evitarem a expansão das favelas já existentes, demonstra preocupação em relação ao futuro do processo de conquista da terra:

é absolutamente necessário que todas as forças vivas emanadas do povo em busca dos direitos do povo, se unam para oferecer uma colaboração efetiva aos interesses dos favelados, representados por suas reivindicações gerais e, de maneira especial, pela posse da terra em que se ergue o seu barraco. À colaboração vinda de fora, deve somar-se à colaboração dos próprios favelados (...) é preciso procurar eliminar, através de ações e esclarecimentos concretos, o medo que vem tomando a cidade de que Campinas se transforme, com a permanência e o aumento das favelas, numa grande Favela. (...) Está na hora de todos nós, que abraçamos, convictamente a tese da validade da cessão do direito real de uso da terra, somarmos esforços para que se invalidem as teorias negativas divulgadas, difusamente, por ocasião da tramitação do projeto de uso real do solo na Câmara Municipal. (73)

Em outra correspondência à AsP, envia em anexo a cópia de um ofício que ele enviou a uma empresa pavimentadora de Belo Horizonte, criticando a mesma pelo pedido de expulsão dos favelados de uma área da capital mineira.

Esta pavimentadora havia solicitado providências (através de telegrama e abaixo-assinado) ao Ministro dos Transportes (Eliseu Resende) e a um deputado federal (João Nogueira de Resende), contra a presença desta favela no bairro aristocrático da Pampulha, em finais de 80 e os termos empregados eram os de sempre: "marginais", "invasores", etc.

O ofício, (apesar da tentativa de uma avaliação de consenso do prefeito sobre o problema) deixa mais do que evidente a pressão e o papel que o capital imobiliário exerce diretamente sobre o Estado contra os favelados, baseada na ideologia da "marginalidade".

Efetivamente, o problema da Favela, (...) não é tão simples como querem fazer crer alguns loteadores gananciosos (...). É preciso, antes e acima de tudo, um esforço conjugado dos poderes constituídos, bem como dos loteadores progressistas, de todo mundo, enfim, para encontrar o ponto de equilíbrio capaz de situá-lo, no cômputo das soluções equânimes, entre duas sociedades distintas: a da alvenaria e a do barraco. Como o barraco é, nas sociedades livres, incapaz de absorver a alvenaria, a alvenaria tem de estudar uma forma, de alto sentido social, capaz de absorver o barraco. Mas para tanto não pode, nem deve, simplesmente arrasar o barraco (...). O mundo - proclamava Mário Mariano - 'não teve mais sossego desde o dia em que se inventou a cerca de arame'. E a favela é, nos dias que passam, uma espécie de arame separando duas faixas distintas da sociedade contemporânea, às quais se referia Humberto de Campos, em 1934: aquela "que tem tudo e não precisa de nada" e aquela que não tem nada e precisa de tudo' (74)

As "teorias negativas" de que falava F. Amaral em relação aos favelados ganhavam proporções cada vez maiores na imprensa, provocando o seu afastamento do poder executivo, em maio de 1981.

Esta novidade política faz com que a AsP busque mais intensamente o apoio dos setores progressistas da cidade. Agora, não só em favor da Lei da Terra, como também pela permanência do chefe do Executivo, pois os boatos de renúncias e ameaças de "impeachment" continuavam.

Diante da notícia da licença de quatro meses, os favelados da AsP organizaram apressadamente uma manifestação pública, com a presença de mil pessoas. Ao mesmo tempo, circulou um documento do movimento entre as entidades representativas das lutas sociais local, nos seguintes termos:

A Assembléia do Povo, movimento popular que congrega as favelas de Campinas, vem à presença de Vv.Sas. solicitar o apoio pelos fatos que se seguem: a) Depois de uma luta de mais de dois anos, os favelados de Campinas, através da Assembléia do Povo, conseguiram a terra que ocupam nas praças públicas da cidade, através da concessão do direito real de uso, de acordo com a Lei e Decreto Municipais, publicados em 30 de abril p.p.; b) A Lei publicada é um substitutivo aprovado pela Câmara que, ardilosamente, tirou a terra do favelado, manipulando a proposta expressa do projeto elaborado pelos próprios favelados e encaminhado ao Prefeito; c) o decreto do Prefeito desafetou as praças ocupadas, transformando-as em bens patrimoniais, para que o substitutivo aprovado pela Câmara não impedisse que o povo tivesse a terra; d) esta forma de proceder do Prefeito Municipal constitui-se num fato inusitado na tradição jurídica brasileira, pois, usualmente, a desafetação é realizada pelo Poder Legislativo e ele o fez por ato do Executivo, reconhecendo que a transformação do uso já tinha ocorrido de fato; e) a luta da Assembléia do Povo mexeu com que há de mais sagrado para o sistema vigente: a propriedade; f) como era de se esperar, as reações foram e são violentas contra a conquista popular. A intensidade dos protestos levou o Prefeito Francisco Amaral ao pedido de licença de quatro meses, com a ameaça de uma possível renúncia; g) este fato pode levar à derrota total da conquista da terra, pois seu substituto tem o poder de revogar o decreto de desafetação. Diante desta situação, solicitamos que seja enviada carta pessoal ao Prefeito Francisco Amaral, manifestando-lhe apoio em sua decisão de responder às reivindicações populares por meio do Decreto, tentando com isso demovê-lo de uma vez por todas da ameaça de possível renúncia e pleiteando que retorne ao comando do município para executar os planos de urbanização das favelas, dando continuidade e coroamento à luta popular. (75)

Pouco antes de licenciarse, o Prefeito demonstra mais uma vez sua disposição em manter a conquista do movimento, assinando outro veto, desta vez à lei de autoria do vereador Amauri Fratini, que exigia a desafetação das praças só por lei (e não por decretos), isto é, só através do Poder Legislativo. (76)

Em junho/81, a Câmara contra-ataca respondendo com um novo projeto de lei de autoria do vereador Sérgio Barros Barreto (PP), que reclassifica as 68 praças públicas como Bens de Uso Comum do Povo. Aprovado em regime de urgência, o projeto de lei contou com o apoio de onze vereadores (cinco do PMDB, cinco do PDS, um do PP) para sua apresentação, dificultando mais uma vez o encaminhamento dos aspectos legais da luta dos favelados da AsF.

O novo projeto tem apenas três artigos. O primeiro estabelece que as 68 praças concedidas aos favelados pela lei 5.079 e pelo decreto 6.449, ambos de 30 de março, devem voltar a 'integrar o patrimônio do município na classe de bens de uso comum do povo', à qual pertenciam antes da concessão. O segundo faz menção de um 'anexo único' em que estarão relacionadas as 68 áreas. E o terceiro revoga 'as disposições em contrário'. A propositura se fundamenta na lei 5087, aprovada pela Câmara, no dia 27 de maio, que determinou a revogação do decreto 6.449 (que por sua vez, havia transferido para a classe de bens patrimoniais as áreas ocupadas por favelas e viabilizou sua concessão aos moradores). A confusão legal hoje existe é reconhecida pelo próprio Barreto na justificativa do projeto - que, segundo ele, teria vindo precisamente para 'por um paradeiro nesta confusa situação'. A intenção do grupo de 12 edis, na prática, é a de completar o cerco de disposições legais em torno dos favelados, retirando-lhes em definitivo o direito sobre as terras. Além disso, a Câmara quer evitar a necessidade de entrar na Justiça contra a concessão. Aprovado o presente projeto de lei, corta-se de vez toda e qualquer iniciativa do Poder Executivo para reavivar tão infeliz medida', assinala Barreto. Este último lance do Jogo Câmara versus favelados foi visto como 'inteligente' até pelo vereador Geraldo Bassoli. Ele se opõe ao novo projeto (...) é 'mais uma confusão, mais uma lei a ser discutida', acrescentando que os favelados ainda podem entrar na Justiça para garantir seus direitos sobre as terras. (77)

Desta vez, o vice-prefeito em exercício, J.R. Magalhães Teixeira, em 04 de agosto, devolve a Lei do vereador S. Barreto (n. 5.126) à Câmara para ser promulgada, contrariando a reivindicação do movimento da AsP, de veto à Lei.

No final de 1981, em outra fase da luta, a AsP volta ao Executivo para discutir além da posse da terra, a urbanização das favelas. Refez a reivindicação da terra ("ação judicial contra as Leis 5.087 e 5.126" ou "projeto de lei revogando as duas leis") e propôs ainda o "envio de projeto ao C.N.D.U. (Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano, Brasília), para conseguir dinheiro para a urbanização das áreas ocupadas" (enviado em dez/81, sem resposta até hoje). (78)

Após as eleições de novembro/82, José R. Magalhães Teixeira ganha a prefeitura de Campinas com expressiva maioria em relação aos demais candidatos. Nas favelas, a campanha capitalizou muitos votos com a promessa de atender à luta pela urbanização e posse da terra.

No documento "Proposta de Governo" de J.R. Magalhães Teixeira (outubro/82) a questão das favelas aparece na seção, "Promoção Social" (IV.9), de forma muito breve e distante dos discursos feitos na periferia, sob o slogan "Vamos governar juntos":

- quanto à habitação e serviços urbanos, observa-se que a necessidade de habitação liga-se à condição geral da moradia (segurança, saneamento, infraestrutura, serviços urbanos, transporte, acesso ao trabalho, proximidade de escola, saúde, etc.). por outro lado, em determinados casos, promover a urbanização das favelas e a busca de alternativas

de moradia popular, junto aos moradores de sub-habitacões, favelas e cortiços. (79)

O movimento da AsP, depois das eleições, tenta retomar a discussão da posse da terra e a urbanização das favelas, promovendo um debate público com o chefe do Executivo (maio/83) e outro com a Câmara Municipal (agosto/83), inteiramente substituída, para conquistar, em vão, a revogação das leis 5.087 e 5.126.

Estes fatos, porém, serão melhor examinados no contexto de prioridade da luta dos favelados pela urbanização das favelas, após a fase de concentração de esforços políticos para resolver o problema legal (fazer valer a Lei da Terra e o Decreto da Terra, ns. 5.079 e 6.449, respectivamente, para todas as favelas de Campinas).

Em todo caso, é possível adiantar que as dificuldades criadas contra a conquista da Lei da Terra da AsP, não impedem a constatação de uma mudança qualitativa em relação à presença e organização política dos favelados a nível local, se comparado, por exemplo, ao período eleitoral de 1976.

A própria tentativa de ignorar o movimento, (como no caso das breves e evasivas referências ao problema da favela na "Proposta de Governo" de Magalhães Teixeira) deixa entrever o avanço político dos favelados, se nos lembrarmos do conteúdo das promessas do candidato anterior (Francisco Amaral): o de levar água e luz às favelas e resolver o problema de moradia em Campinas através do PROFILURB (e não de "urbanização das favelas", embora só para "determinados casos").

Convém lembrar ainda que, muito embora o termo "marginal" ou "marginalidade" nesta época não esteja mais sendo invocado explícita ou frequentemente nos discursos dominantes contra a luta dos favelados da AsP, percebe-se que o núcleo essencial desta concepção ideológica (transitoriedade e clandestinidade dos moradores de favelas) continua intocado. Isto ocorre inclusive nos momentos em que políticos e técnicos admitem a crítica à "Teoria da Marginalidade", o que implica em aceitar a participação do favelado apenas como um agente econômico, no mercado de trabalho e até de consumo, mas não como um cidadão, habitante como os outros da cidade, muito menos como agente político, com capacidade de discutir mudanças para sua própria realidade urbana.

As idéias de "transitoriedade" e "clandestinidade" (além de outras secundárias, como "preservação de áreas verdes" e "de laser") da moradia na favela continuam vigentes e servindo de argumento para ocultar os interesses do capital imobiliário, negando o direito de participação política dos favelados na discussão por exemplo, da crise habitacional que atinge as classes trabalhadoras.

I.3.1 Assembléia do Povo versus "Seminário Nacional de favelas" de 14 a 16/08/81, em Campinas

Ainda na conjuntura de 1981, o "Seminário Nacional de Favelas" que acontece entre 14 a 16/08/81 é um acontecimento que merece um destaque especial no histórico do movimento da AsP e para a própria discussão da ideologia da "marginalidade", justamente por ter sido articulado pelos opositores à Lei da Terra.

As várias investidas e manobras provocadas pela Câmara Municipal não foram suficientes para satisfazer os setores dominantes locais.

Além do mais, o desempenho dos vereadores como legisladores estava sendo bastante contestado por estes mesmos setores, porque o objetivo era proibir claramente a posse definitiva da terra, a construção de moradias e a urbanização das favelas.

A Câmara vinha sendo acusada de incompetente, precipitada, demonstrando fraqueza em suas decisões. A onda de críticas que se abateu sobre os vereadores chegou ao ponto de colocá-los como "co-responsáveis" pela existência da Lei da Terra. (80)

Por isso, tornou-se imperioso descobrir outra saída política para enfrentar os favelados da AsP. O "Seminário Nacional" começou então a ser agitado nos meios de comunicação até se transformar na nova tática de defesa dos interesses dominantes, especialmente aqueles vinculados à terra urbana.

O discurso que justificava sua realização partia principalmente do Vice-Prefeito Magalhães Teixeira. Em abril de 1981, declarava o desejo de "reabrir" as discussões sobre o problema "com a liderança do chefe do Executivo, o Legislativo, os favelados, Assembléia do Povo, Sociedade Amigos de Bairros, a Igreja, Sociólogos, Urbanistas e com os adversários da doação de terras". Além disso, já apontava, com segurança, qual seria a melhor "solução" para o problema, que agradaria "gregos e troianos": seria a construção de prédios de apartamentos para as famílias faveladas através de financiamento pela COHAB. (81)

Convém salientar que a AsP estava sendo vista como um dos setores representativos da discussão mas aparece, no discurso do vice-prefeito, como se fosse uma entidade desvinculada da representação dos favelados, restrita a um grupo político: a assessoria

O fato de sentir-se à vontade para afirmar que os favelados queriam casas financiadas pela COHAB tinha razão de ser. Veremos, em seguida, que esta posição fundamentava-se nos discursos da "Federação dos Moradores de Barracos de Campinas".

Em maio de 1981, quando F. Amaral deixa pela segunda vez o cargo, está tudo preparado para M. Teixeira acionar a divulgação do debate que iria "ouvir a comunidade" em busca de uma "solução de consenso". (82)

Da perspectiva dos que promoviam o "Seminário Nacional", o movimento da AsP deveria ser colocado sob suspeita, ser desqualificado

perante a opinião pública da cidade, pois sua atuação "radical" tinha impedido a "democratização" do debate.

A "Federação" funcionava como a organização de favelados "sensata" e disposta a "colaborar". Por isso, seu representante - Geraldo Tavares - declarou à imprensa estar "contente" com a troca de prefeito e, desde o início, apoia sem restrições o encaminhamento do "Seminário Nacional", desejando até que o assunto favela partisse da "estaca zero".

Registramos algumas das opiniões do representante da "Federação" nesse período, para ilustrar com mais detalhes o respaldo que esses grupo de favelados dava ao poder local:

Nós estamos de acordo com as idéias do "Gramá" [M. Teixeira], de se promover um debate e também no que diz respeito ao estudo de cada área favelada, bem como das suas possibilidades de urbanização, explicou o secretário da entidade, Geraldo Tavares. (83)

Alguns dias depois, a "Federação" reafirma sua adesão à orientação política de Magalhães Teixeira:

Segundo Geraldo Tavares, 'a Federação nunca aceitou o projeto do prefeito Francisco Amaral pois foi um ato isolado sem a participação da comunidade'. E apresenta uma proposta: - 'Um loteamento popular que ofereça aos favelados condições de compra, a preços baixos, seria solução. Geraldo admite que das 84 praças ocupadas pelos favelados, 'pouco menos da metade tem chances de serem urbanizadas'. (84)

No primeiro dia do "Seminário Nacional", G. Tavares novamente se pronuncia em nome dos favelados de Campinas:

(...) 'o favelado quer mudar a sua vida, e se propõe a pagar pelos terrenos cerca de 30% do valor do terreno vizinho favela. Mais do que isso, não temos condições'. (...) 'de nada adianta os favelados receberem o terreno se não houver também uma proposta de mudança para a sub-habitação. Um dos pontos que levará ao Seminário refere-se à possibilidade da Prefeitura conseguir dinheiro junto ao BNH para a ampliação da usina de tubos e blocos (que é da Prefeitura)'. (85)

A AsP, nesse interim, tenta refletir sobre todas as implicações políticas, o significado do "Seminário Nacional" e a validade de se participar ou não do mesmo.

Do ponto de vista legal, o que estava em jogo era o perigo do Executivo - agora em mãos de M. Teixeira - querer revogar o Decreto da Terra.

Inicialmente, os favelados da AsP recusam-se a participar porque isto significaria, entre outros aspectos, aceitar a idéia de que a luta voltaria à "estaca zero" ou, em outras palavras, abrir mão de tudo o que tinham feito politicamente, esquecer a história do movimento e de seu projeto.

Na ata da reunião da AsP do dia 01/05/81, por exemplo, as Associações de favelados viam a proposta do "Grama" como "coisa do PMDB" e entendiam o argumento do debate com a "comunidade" como um modo de "atrasar" a luta dos favelados, pois o debate que iria

acontecer já tinha sido feito pelo movimento, em várias ocasiões e de forma ampliada, com outros setores políticos.

Rejeitam o debate e aprovam o envio de uma carta, feita a partir de cada Diretoria, para a imprensa, explicando a não aceitação do "Seminário Nacional".

As cartas não chegaram a ser enviadas porque houve uma reavaliação da situação, com a continuidade das discussões no movimento. Mas, mesmo assim, transcreveremos uma delas para registrar o empenho de muitas Associações em verem respeitado o direito de moradia dos favelados e seu movimento social:

03.05.81. Associação dos Moradores do Parque D. Pedro II e região. Nós, moradores de favelas, recebemos um convite do Grama para dizer se nós aceitamos um debate, sim ou não. A diretoria consultou os 220 moradores e trocamos algumas idéias sobre o debate. Todos disseram a mesma coisa: Não. Nós não devemos aceitar este debate porque nós, moradores de favela, já temos certeza sobre o que é melhor para nós. Estamos confiantes no nosso trabalho. Já está bem encaminhado sobre a nossa luta do direito da terra que nós já conseguimos. Nós não vamos aceitar este debate porque só vai atrapalhar a nossa luta e daí vai começar tudo de novo, por isto não podemos aceitar. O nosso trabalho agora é a divisão da terra e traçados das ruas e uma sede para nossa reunião com os moradores de favelas. Fazer nossa nova casa no nosso novo bairro. Aí, vai ser tudo vida nova para nós moradores de barracos. Alcides de Lima. Presidente da Associação (...). Endereço: Rua 24, n. 8. (86)

Uma das razões da mudança de posição da AsF estava relacionada com uma audiência, que tinha sido marcada com Francisco Amaral para dar andamento à negociação da urbanização. Com a

transferência do cargo, o pedido de audiência é mantido e M. Teixeira recebe o movimento.

A avaliação da AsP, nesse momento, era a de que a participação no "Seminário Nacional" poderia ser um importante canal para divulgar o "Projeto Global da Assembléia do Povo". Esta nova posição política porém, estaria condicionada a uma negociação: manter todas as conquistas do movimento dos favelados da AsP até, pelo menos, a realização do debate. (87)

A audiência realiza-se no dia 20/05/81 e a imprensa divulga o resultado amplamente:

A reunião de aproximadamente 40 representantes da Assembléia do Povo com o prefeito em exercício José Magalhães Teixeira, ontem à tarde, foi realizada com portas fechadas e demorou mais de duas horas. (...) Até que o seminário seja realizado, o problema dos favelados continuará como se encontra hoje. Magalhães Teixeira não pretende fazer nada que possa alterar a ordem das coisas. (88)

Na ata da AsP sobre esta audiência, os favelados pedem um "posicionamento" do Prefeito interino, especialmente em relação à Lei e Decreto da Terra e à Urbanização das favelas. A resposta do chefe do Executivo foi na direção de dispersar o assunto. Em síntese, afirmou desconhecer o que estava sendo feito para urbanizar as favelas e que o assunto era da competência do Secretário de Promoção Social. Mas, pessoalmente, tinha interesse no assunto e esperava uma "integração" com quem não morava na favela (Conselho de SABs).

Lembrou ainda, a falta de verba para a urbanização de todos os núcleos de favelas, e quem nem todas as favelas estariam em condições de serem urbanizadas. Isto dependeria de um estudo de caso por caso e por isso queria uma coordenação para tratar do assunto: um representante da Prefeitura, outro da igreja e um terceiro da Câmara que, por sua vez, ouviriam outros setores, como as Sociedades Amigos de Bairro, a Federação dos Moradores de Barracos, a AsP e técnicos no assunto.

Apesar de tantas restrições, a promessa de deixar inalterada as conquistas do movimento até a realização do "Seminário Nacional" (onde a AsP pretendia defender seu projeto) tinha ficado acertada e registrada publicamente.

A Câmara, por outro lado, também passou a pressionar o Prefeito interino, afirmando não confiar na Coordenação apontada para a coordenação do "Seminário". Os vereadores diziam que tanto a Igreja, como o Secretário da Promoção Social (o Juiz Telles Sampaio) nunca votariam pela revogação do Decreto da Terra, numa mesa composta por três partes, ou seja, a Câmara só aceitaria ir ao debate e coordenar o "Seminário Nacional" se o próximo passo do Prefeito fosse a revogação do Decreto.

O vereador José Paulo Picoloto Naccarato, (...) já deixou claro também que não vê possibilidade de discussão enquanto o Decreto 6.449 estiver em vigor. "Eu não sou idiota de sentar numa mesa para discutir o problema, estando o Decreto em vigor. (...) Eu inclusive devo apresentar uma moção de apelo a todas as Câmaras Municipais para elaborarem um projeto de Lei estabelecendo, expressamente, a necessidade de autorização do Legislativo para

desafetação, para que não aconteça mais essa catástrofe que aconteceu em Campinas. (89)

Em 05.08.81 a Câmara promulga a Lei 5126, do vereador Sérgio Barreto, na tentativa de revogar o Decreto 6449, como tratamos anteriormente.

Para efeito da participação da AsP no "Seminário Nacional" a situação se complicou porque o movimento entendeu que o Prefeito devia ter vetado a lei para fazer valer sua promessa de manter inalterado o problema das favelas até o momento do debate.

M. Teixeira, em vez disso, devolveu à Câmara que, nesse caso, tem 48 horas para promulgar a lei. Rompeu-se, então, o trato do Prefeito com a AsP mas, o chefe do Executivo procurou justificar sua atitude na imprensa, declarando que apenas quis ser "neutro". (90)

Em 14/08/81, véspera da realização do "Seminário Nacional", foi realizada a oitava Assembléia do Povo. E foi a primeira assembléia com característica eminentemente política, pois não reivindicava nada do poder público mas protestava e denunciava a ação do Executivo e do Legislativo contra as conquistas dos favelados. Os discursos inflamados dos representantes das Associações de Moradores de Favelas eram dirigidos contra os partidos políticos dos vereadores e do Prefeito (principalmente o PMDB) e alguns defendiam o PT, por ser o único partido que se posicionava claramente a favor da AsP na cidade. Enquanto isso, a imprensa anunciava a intenção da "Federação" de levar 400 favelados ao Teatro Castro Mendes, local dos debates. (91)

A chuva de granizo que caiu no final da tarde de ontem não impediu que mais de dois mil favelados lotassem à noite o Saguão do Paço Municipal para explicarem porque não participarão do "Seminário Nacional sobre Favelas", que será aberto hoje, às 13 horas (...) pelo prefeito em exercício José Roberto Magalhães Teixeira (PMDB). As 21 Associações de Moradores de Favelas vinculadas à AsP, que representam 54 núcleos onde moram cerca de 28 mil pessoas, cotizaram-se para fretar 18 ônibus (...). (92)

No primeiro dia de debate a discussão girou em torno dos "Aspectos Econômicos, Social e Político da Sub-Habitação" e ainda sobre a "Caracterização das Favelas de Campinas", sendo coordenada pelo Secretário Municipal de Cultura, o físico Rogério Cesar de Cerqueira Leite.

Estavam previstas também as presenças de Almino Afonso, o presidente da Câmara Brasileira da Indústria de Construção, João Machado Fortes, o prefeito de Curitiba, Jaime Lerner, o vereador Sergio Barreto, o advogado Darcy Passos, o jornalista Edmur Soares e a equipe técnica da Secretaria de Promoção Social.

No dia seguinte (15/08/81) a coordenação dos trabalhos ficou a cargo do Secretário de Promoção Social e do Secretário de Finanças, cujos temas seriam respectivamente: "Projetos das Entidades de Campinas" e "Experiências de Campinas e de outras cidades".

Nesse dia exporiam seus planos a "Federação dos Favelados", o Conselho das Sociedades de Bairros, a Associação dos Engenheiros e Arquitetos e o vereador Mauro Daher. Participariam ainda os prefeitos de Curitiba, de Piracicaba (João Hermann Neto), de Bauru (Oswaldo

Obeghen), além do Secretário da Habitação de Pernambuco, Jorge Vasconcelos Lima e o urbanista Rodrigo Brotero Lefreve.

No dia 16/08/81, o debate foi em torno dos aspectos jurídicos e sociais do "problema da sub-habitação". A coordenação ficou sob responsabilidade do jornalista Odon Pereira e do Reitor da PUC de Campinas, Heitor Regina.

Para esta sessão era esperada a presença de alguns convidados, entre eles o economista Paul Singer e o jurista Dalmo Dallari. (93)

As Associações de Moradores de Favelas tinham consciência da pressão que pesava sobre seus ombros nesse período e desdobravam-se para acompanhar os acontecimentos.

De um lado, estavam os moradores de favelas divididos entre o desânimo do que consideravam "perda" da posse definitiva e legal da terra (devido à Lei Sergio Barreto) e a convicção de que só com a urbanização conseguiriam a terra. Isso exigia a presença contínua na favela para manter viva a discussão sobre a lei, a mobilização dos moradores pela urbanização e para fazer frente ainda às interferências do Poder Público (através de seus funcionários) no interior das favelas.

A nível externo, também não podiam deixar de acompanhar o cerco político que representava o "Seminário Nacional", porque a ausência ou omissão nas avaliações do movimento em relação às

iniciativas do Legislativo e Executivo, poderiam ser prejudiciais para a luta.

A assessoria, por sua vez, até o momento da decisão da AsP de se retirar do debate, tentou por vários meios, interferir na escolha de técnicos e intelectuais que poderiam aderir e apoiar o projeto do movimento.

Havia a expectativa, de favelados e assessores, de conquistar um espaço no debate e interferir na solução política final. Apesar de muito trabalho de contatos com especialistas e de discussão sobre alguns princípios de organização interna do "Seminário", junto ao Secretário de Promoção Social, o resultado foi pouco satisfatório.

O sociólogo Alcides Mamizuka (hoje vereador do PT-Campinas), um dos principais assessores do movimento, questionou na imprensa o funcionamento dos debates sobre favelas:

A Assembléia do Povo indicou 12 pessoas para participarem do Seminário entre arquitetos e advogados. Mas apenas 6 nomes foram escolhidos e entre os excluídos, figuram o arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, e o jurista Orlando Gomes, professor da Universidade Federal de Pernambuco, considerado 'o maior especialista em Direito Administrativo do país. (...) 'A advogada Cláudia Dutra, por exemplo, deveria falar sobre os aspectos jurídicos das favelas e no programa final acabou passando para os aspectos sociais' (...) era intenção 'garantir a palavra aos favelados durante o seminário', estabelecendo-se que os pedidos nesse sentido seriam feitos oralmente - já que a maior parte dos moradores de favelas não aprendeu a escrever. Porém, 'os organizadores decidiram que esses pedidos seriam por escrito' (...) o movimento pediu que fosse estabelecido um regimento interno a

fim de disciplinar o tempo de cada manifestante (...). 'Mas o regimento não foi elaborado'. (94)

Em meio a tantas dificuldades, a AsP também discutia a representação da Igreja Católica de Campinas no debate, após a promulgação da Lei de Sérgio Barreto.

A AsP entendeu que aquela medida do Legislativo, com o consentimento do Executivo, era o mesmo que convidar os favelados para uma discussão cujo desfecho já estava dado - isto é, deixá-los sem a terra. Assim sendo, não viam com bons olhos a continuidade da Igreja no "Seminário Nacional".

Quando a AsP realiza o ato público em protesto à referida Lei, representantes da Igreja comparecerem e reafirmam sua solidariedade ao movimento, entregando, na manifestação, uma "nota de apoio" assinada por 13 Comissões de Pastoral da Arquidiocese. (95)

Este apoio, porém, não estava condicionado à participação do representante da Arquidiocese, Padre Arlindo Nadai, no "Seminário". Da perspectiva dos setores da Igreja que apoiam o projeto da AsP não era conveniente a saída do debate, porque isto significaria que agiam submetidos à apenas um dos lados do problema. O seu compromisso era ouvir todos os lados do problema favela e defender a solução da AsP.

Concordavam com a saída da AsP mas não abririam mão da coordenação do debate que já estava ocorrendo e apresentam uma proposta: encaminhar os estudos do movimento para o Seminário. Quem

auxiliou nesta tarefa, de última hora, foi o deputado e advogado Darcy Passos:

O projeto de urbanização da Assembléia do Povo terminou por ser apresentado. O mérito dessa decisão coube ao (...) Darcy Passos, que na sexta-feira se reuniu a noite com os membros do movimento na tentativa de fazer com que eles aderissem aos debates (...) O deputado ressaltou, porém, que não é um membro da entidade e que sua atitude deve-se somente à simpatia que tinha pelo projeto que considera "um grande avanço". O deputado voltou a lembrar o crescimento desordenado de Campinas, o que mostra que aqui é o centro da migração. 'O aumento da população de Campinas é muito maior que o da Capital. Aqui é um local onde se discute creches abstratas, postos de saúde abstratos e escolas abstratas, além de áreas verdes abstratas. Isso não existe. O único fato concreto são as casas, isto é, os barracos', argumentou ele ao apresentar o projeto da AsP. (96)

O desfecho do "Seminário Nacional de Favelas", como era de se esperar, serviu àqueles que queriam desqualificar o projeto da AsP e minimizar, ou mesmo ocultar, o peso político da organização dos favelados naquela conjuntura.

Apesar da distribuição de um documento oficial final, com as conclusões do "Seminário", o governo municipal dá ênfase a apenas uma proposta (que aliás sequer está formulada no citado documento).

Os títulos e as matérias de jornais exibiram as concepções de sempre sobre habitação e, para os favelados, elas significavam o mesmo que uma agressão, uma ofensa, desrespeito, deboche, como estas: "Prefeito propõe apartamentos para os favelados", "A solução de Grama para favelados: apartamentos". (97)

Recordamos que já em abril, Magalhães Teixeira ao defender a idéia do "debate nacional" propôs a "construção de prédios" para as "famílias faveladas" através do BNH. (98)

Portanto, o "Seminário Nacional" não passou de uma encenação política para dar cobertura às posições mais conservadoras da cidade sobre este assunto. A solução da "comunidade" e de "consenso" estava pronta há muito tempo, diríamos que desde a criação do BNH, em 1969.

O discurso da "marginalidade", agora disfarçado (porque evita mencionar o termo), continua em todo seu vigor quando propõe soluções abstratas para os favelados como (transferir 60.000 favelados para o Distrito Industrial ou financiar apartamentos), e deixa intocada a questão legal da posse da terra urbana.

A visão do favelado como "marginal" continua sendo reproduzida quando, por exemplo, o Estado se apropria da idéia de "urbanização das favelas" de movimentos de favelados para impor projetos habitacionais financiados que estão fora do alcance desses moradores. (99)

A "marginalidade", enquanto análise da realidade dos favelados, significa que estes trabalhadores só serão integrados ou considerados habitantes da cidade se se submeterem às regras do mercado imobiliário vigente. Qualquer outra alternativa será política e socialmente ignorada, protelada, desqualificada.

Destacaremos, para ilustrar esse momento da história dos favelados de Campinas, o texto do documento final do "Seminário Nacional de Favelas", por retratar avanços expressivos da luta dos favelados, que foram relegados ao esquecimento no ato mesmo de sua divulgação:

O "Seminário Nacional sobre Favela", realizado em Campinas, de 14 a 16 de agosto de 1981, organizado pela Prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria de Promoção Social, com a colaboração da Câmara Municipal e da Arquidiocese local, considerando que: 1 - a sub-habituação, da qual as favelas são uma das expressões, é um problema nacional cujas causas passam pela concentração agrária e industrial e pelo baixo nível salarial e de rendas; 2 - a habitação, considerada não apenas como moradia mas acompanhada de um conjunto de serviços básicos e urbanização, é direito fundamental do homem e da família e dever do Estado, sobretudo para com a população de baixa renda; 3 - arquitetos, urbanistas, sociólogos e economistas proclamam que existem soluções técnicas, não convencionais, para casa e urbanização popular, aceitáveis pelas comunidades interessadas; 4 - juristas demonstram que existem na nossa legislação instrumentos capazes de resolver a questão da regularização jurídica da ocupação da terra nas favelas, ressaltando a importância do fato social concreto da ocupação; 5 - é recomendação técnica e sobretudo política a conscientização de toda a população e a participação sobretudo dos favelados e das autoridades locais na formulação e na execução da política e projetos habitacionais; A FIRMA: 1) O DIREITO À TERRA ATRAVÉS DE UMA FORMA LEGAL. RECOMENDA: 2) A FIXAÇÃO NO LOCAL, AFASTANDO-SE A POSSIBILIDADE DA REMOÇÃO, A NÃO SER EM CASOS MUITO ESPECIAIS E SEMPRE OUVIDOS OS FAVELADOS. RECONHECE: 3) O DIREITO DE PARTICIPAÇÃO DOS FAVELADOS NA FORMULAÇÃO DOS PROJETOS DE URBANIZAÇÃO, CONSTRUÇÃO E FINANCIAMENTO DA MORADIA. CONCLAMA: 4) QUE OS MOVIMENTOS POPULARES EXPRESSIVOS DOS FAVELADOS EXERÇAM UM TRABALHO UNITÁRIO EM DEFESA DE SEUS DIREITOS E INTERESSES.

Campinas, 16 de agosto de 1981.

Neste documento está o reconhecimento expresso de uma solução jurídica para a posse da terra e a participação dos favelados em projetos de urbanização específicos para favelas. Mas, nada disso foi enfatizado pela imprensa local.

O Prefeito interino, no entanto, teve ampla cobertura dos meios de comunicação para detalhar a "novidade" de seu projeto para as favelas de Campinas, (sempre ressaltando que "para cada favela, uma solução" e, ao mesmo tempo, lembrando que "75% das terras ocupadas" teriam condições de urbanização), tomando por base uma das favelas do Jd. Novo Campos Elíseos (100):

dois conjuntos de apartamentos poderiam ser construídos nos extremos da praça. Seriam necessários 600 apartamentos para atender toda a população. Uma área extensa ficaria a área verde, onde, aproveitando a caída do córrego poderia ser feito um lago e, em sua volta um pequeno bosque, além de espaço para instalação de play-ground, quadra e campo de futebol. (101)

A pretensa solução habitacional através da construção de "prédios", dentro das favelas "urbanizáveis", fez com que os favelados da AsF voltassem à carga, questionando a legalidade de tal medida e demonstrando saber o quanto as áreas de favelas são valorizáveis do ponto de vista do capital imobiliário.

Leobino Francisco de Oliveira, presidente da Associação das favelas do Jd. Campos Elíseos, por exemplo, reagiu indagando por que para favelados a Lei Sérgio Barreto impedia a desafetação das áreas públicas para Bens Patrimoniais (patrimônio da Prefeitura),

transformando-as novamente em praças públicas (Bens de Uso Comum do Povo) e, para a construção de prédios pelo ENH, o problema não aparecia.

Arrematou a questão, afirmando:

Se para favelado não pode desafetar a área, o prefeito também não pode fazer prédio. (102)

Se este "Seminário" acabou sendo visto pelos favelados como algo que "não nasceu da população carente" o II Encontro Nacional de Favelas correspondeu às expectativas dos mesmos, embora sem a repercussão pública desejada. Foi realizado em fevereiro de 1982 em Campinas, para reunir lideranças de favelados de muitos movimentos pela posse definitiva da terra.

O ano de 1981 termina com a volta de Francisco Amaral à Prefeitura e com a criação de um "Grupo Inter-Secretarial" que segundo Roberto Telles Sampaio (Secretário Promoção Social), atendia à proposta do movimento da AsP. (103)

Efetivamente a AsP cobrava a participação paritária de favelados num projeto parcial de planejamento urbano, que consistia em iniciar pelas obras de infra-estrutura básica (como retificação e canalização de córregos, drenagem de áreas e aterros) o processo de urbanização das favelas. (104)

Para tanto, a AsP defendia ainda o envio de um projeto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Urbano (CNDU), em Brasília, (fato

referido anteriormente), para obter o financiamento dessas obras indispensáveis, também com o acompanhamento de favelados e assessores do movimento da AsP.

O Projeto realmente foi elaborado em conjunto (favelados, assessores e técnicos municipais) e encaminhado, em dezembro/81, para o Ministério do Interior, pela Prefeitura de Campinas. A verba melhoraria as condições de vida, segundo estimativas do estudo, de 220 mil pessoas de bairros periféricos da cidade (favelas, loteamentos clandestinos e bairros carentes de serviços básicos), atingidas por desabamento, enchentes e constantes focos de contaminação. (105)

Nem o "Grupo Inter-Secretarial" funcionou a contento das expectativas das Associações da AsP, devido às oposições ao movimento no interior das diversas instâncias de poder do Executivo, nem uma resposta do CNDU chegou ao conhecimento dos favelados de Campinas.

I.3.2. II Encontro Nacional de Favelados de 12 a 15/02/82, em Campinas

A discussão sobre os elementos jurídicos para resolver a questão fundiária urbana era o objetivo primordial do encontro entre favelados de vários estados do país e marca o início de 1982 para a AsP.

Pelo menos duas razões importantes recaíram sobre a escolha do local para o II Encontro Nacional de Favelados. Uma, era a intenção de estar próximo da 30a. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil,

cujos temas seriam "Solo Urbano e Ação Pastoral", também em fevereiro, em Itaici. A outra, era a importância do debate jurídico atingido por Campinas, que defendia a proposta da Concessão do Direito Real de Uso da terra, condicionando a esta um projeto de urbanização e construção da moradia.

Para esta ocasião, a assessoria da AsP completa uma documentação histórica do movimento para ser entregue às lideranças de favelados de Campinas e de outros estados. O "caderno da AsP", como passou a ser chamado, foi de grande importância política para conquistar o apoio tanto de autoridades civis como eclesiástica, mesmo antes de sua edição simples e de tiragem reduzida.

No II Encontro Nacional de Favelados, havia um regulamento com 10 artigos. Além da discussão jurídica, estava entre os objetivos a escolha de uma coordenação provisória para o movimento dos favelados; a elaboração de propostas de luta da terra a nível nacional; marcar e detalhar o próximo Encontro.

A coordenação seria composta por 8 favelados, sendo 3 previamente escolhidos e 5 eleitos na primeira plenária do II Encontro. Aos coordenadores competia: encaminhar e coordenar os trabalhos de acordo com o programa e indicar os diversos coordenadores da mesa nas sessões plenárias.

O artigo 3.º propunha a participação de 12 representantes no máximo e 1 agente ou assessor por cidade ou região.

As intervenções em plenário seriam limitadas a 2 minutos e somente para favelados. A apresentação de experiências de luta seria por delegação ou cidade, com duração de 15 minutos. Participaram do II Encontro Nacional de Favelados em Campinas representantes de Mato Grosso, Minas Gerais, Goiás, Santa Catarina e São Paulo, em maior número, com 1 voto por delegação.

O documento final do Encontro com 13 pontos comuns de orientação para os movimentos de favelados pela posse definitiva da terra confirmou praticamente todos os princípios da Lei e do Decreto da Terra da AsF.

O documento coloca os seguintes destaques:

1. Direito de Moradia Sempre e Para Todos.

(...) queremos que todo mundo tenha um lugar para morar, que exista uma lei que traga segurança, a ser feita pelo povo.

2. Terra para Moradia.

(...) dar moradia definitiva e evitar perambulação, meio de transformar a favela em bairro e, também, evitar que as imobiliárias comprem as terras dos favelados.

3. Terra para Sempre

Levar essa segurança, com garantia das autoridades, de ficar sempre no local.

4. Terra não deve ser paga

(...) porque não podemos pagar e porque é de todos. Somos

brasileiros - legítimos donos dessa terra - porque temos que pagar o que é nosso?

5. Terra para o Inquilino

(...) existem indivíduos que usam da miséria dos outros para tirar proveitos próprios, queremos que todos os inquilinos passem a ter a posse definitiva do imóvel.

6. Terra com todos os melhoramento urbanos (...) e Fagocelo Poder Público e Escolha de Colocação e Construção feita pela Associação de Moradores de Favela.

7. Um terreno por Família

(...) Para evitar que haja venda. Para que morem em comunidades em partes iguais:

8. Impor limites ao Direito de Propriedade (Para Todos)

(...) tem gente que tem 50, 60 casas de aluguel, de comércio, (...). fazemos uma pergunta: Deus passou a escritura da terra para uns poucos?

9. O terreno não Pode ser Vendido

Queremos a terra para morar, não para vender. (...)

10. O Barraco ou a Casa pode ser vendida.

O barraco está em cima da terra, acreditamos que tudo que há na superfície da terra, feita pela mão do homem, pode ser comercializado.

11. A Terra passa para os Herdeiros.

Estamos querendo cobrar a lei (...) Entendemos que somos

Pilhos desta imensa pátria, porisso exigimos que a nossa herança seja devolvida.

12. Impenhorabilidade

A terra, dentro da nossa lei nova, não pode ser vendida, não pode ser hipotecada, não pode ser penhorada, não pode ser penhorada, não pode ser usada para comércio.

13. Construção da Moradia Subsidiada pelo Estado" (106)

Uma leitura mais atenta destes pontos explicita uma crítica original à discriminação produzida pela "marginalidade", que age no sentido de manter intacta a situação de transitoriedade e clandestinidade dos favelados, na terra em que ocupam.

Na própria apresentação dos pontos considerados comuns do documento fica bem determinada a ruptura dos favelados para com as tradicionais práticas do Estado: remoções e imposição de financiamentos habitacionais.

Recuperam num nível mais amplo,* nestas ocasiões, a sua história social e identificam-se também na recusa ao esteriótipo de "marginal" no interior mesmo da luta pela terra:

*As experiências de lutas foram dadas por favelados de Goiânia, Cuiabá, Rondonópolis, Joinville, Contagem, Guarujá, Diadema, Stc. André, Zona Noroeste de São Paulo (Bairro Butantã), Zona Sul de São Paulo (Região do Bairro Ipiranga), Zona Oeste de São Paulo, Zona Norte de São Paulo (Bairro Freguesia do ó), São Vicente e Campinas.

"Gostaríamos de dizer ao povo e, principalmente a sociedade brasileira que respeite os nossos direitos humanos e, que não nos joguem tanto a beira da marginalização. Nós favelados viemos de fora, expulsos de nossas terra por causa do latifundiário, ou estamos na favela por não termos condições de pagar aluguel nem também de comprar casas pelo BNH ou COHAB. Viemos para a grande cidade formando FAVELAS, não por gosto e sim por necessidade. (...) Nós favelados reivindicamos nossos direitos fundamentais que estão sendo constantemente negados, principalmente a TERRA (...). Precisamos da TERRA PARA CRIAR RAÍZES NOS LUGARES EM QUE MORAMOS. Queremos a posse da terra de todas as favelas do Brasil, sejam particulares ou públicas. (...) cabe ao governo fazer a lei exigida pelo favelado. (107)

Expressar a "marginalidade" em versos também foi um recurso muito utilizado no II Encontro de Campinas. Entre os favelados circulavam poesias de vários dos presentes, intensificando a confraternização que se estabelecia nos intervalos das discussões, quando declamavam e cantavam sobre temas ligados ao seu universo de vida cultural e religioso.

Uma dessas poesias (nesse caso anônima) utiliza o termo "estrangeiro", muito comum entre favelados, e pode ser perfeitamente compreendido como sinônimo de "marginal", para expressar o sentimento de exclusão social:

Eu venho de longe,
eu sou do sertão
sou Pedro sou Paulo,
Maria e João
Eu sou brasileiro mas sou estrangeiro
lutei pela pátria e ganhei cativo
E agora me digam se eu tenho direito
Se sou cidadão ou por Deus não fui feito (bis)

Eu sou a nação eu também sou irmão
Sou povo de Deus e não tenho porção
eu venho da fome da seca e da dor
eu sou o trabalho e não tenho valor
Eu faço a cidade e no morro me arranjo
plantei e colhi mas não sou como anjo
eu venho da terra sem distribuição
eu sou o cansaço sem compreensão

Eu venho de longe
eu sou do sertão
sou Pedro sou Paulo
eu sou a nação
eu faço a cidade mas sou estrangeiro
lutei pela pátria e ganheiro cativo.

A favela é o cativo simbólico e ao mesmo tempo real, onde a favela mantém seus moradores sempre numa perspectiva de vida "provisória", devido às necessidades da especulação imobiliária. Para isso é preciso tratá-los, desde sua chegada, como um estranho ou "estrangeiros" (fora da "pátria", da "nação"), sem os mesmos direitos dos outros cidadãos.

Deixá-los sempre à mercê do que os favelados chamam de "perambulação", sem possibilidade de "criar raízes" na terra é a fórmula ideal que o Estado e as classes dominantes encontraram para defender seus interesses.

A dissimulação porém passa pelo discurso das "Soluções" para a "marginalidade", que nada mais são do que as políticas assistencialistas do Estado para as favelas. Sustentar relações de "ajuda" aos "estrangeiros" (carentes) que chegaram à cidade vindos de "outro lugar" é a melhor maneira de incentivar e reproduzir as relações de "marginalidade" tanto dentro como fora do "cativo" que

é a favela, tanto nos que são marginalizados como nos que marginalizam.

A digressão histórica poderia nos levar, através da idéia de "cativeiro" à senzala e discutir também a face racista dessa ideologia da "marginalidade", uma vez que é indiscutível a presença massiva de negros nas favelas. Poderíamos até ir mais longe e imaginar que os negros são tratados como "estrangeiros" por terem vindos da África e na qualidade de escravos, portanto, podem ser discriminados ainda como "marginais" sem "pátria". Para tanto, basta reler os mesmos versos anônimos ou mesmo pensar sobre estas frases: "Eu sou brasileiro mas sou estrangeiro" e "Eu faço a cidade mas sou estrangeiro". (108)

Retomando nossas colocações sobre as experiências trocadas entre favelados no II Encontro, de fevereiro de 82, apresentaremos o que foi considerado como "síntese" de problemas comuns e perspectivas da luta pela terra no primeiro dia de discussões:

1. Os movimentos de favelados nascem de maneira desorganizada, em torno de lutas por melhorias nas favelas (água, luz, creche, escola, etc.) e a partir de grupos e ou movimentos de igreja presentes nas favelas;
2. A luta com o Estado indicou a necessidade de organizarem-se em entidades próprias de representação (Associações, Uniões, etc.);
3. A conquista de melhorias nas favelas amadureceu a questão da luta pela não remoção dos barracos sem autorização do morador e pela posse definitiva da terra;
4. A continuação da luta pela terra depende de organizações de favelados fortalecidas e formas jurídicas para dar sustentação legal à luta.

Os resultados deste Encontro obviamente não teve a mesma cobertura da imprensa como ocorreu com o "Seminário" promovido pela Prefeitura de Campinas. E, as matérias sobre o assunto, em grande parte, foram bastante provocativas, principalmente no dia da entrega do "Documento dos Favelados sobre a Terra" para os Bispos reunidos em Itaici. Alguns artigos indagavam aos Bispos se a Igreja distribuiria terras aos favelados ou então duvidavam que o conteúdo do Documento fosse do conhecimento dos e, principalmente, de sua compreensão.

O Documento foi entregue dia 15/02/82, oficialmente, nas mãos de Dom Cláudio Hunes, Bispo de Santo André (SP), por uma comissão de favelados especialmente eleita para esse evento pelos participantes do II Encontro Nacional de Favelas.

I.4. O movimento da Assembléia do Povo no governo de "participação popular" (1983-1988)

O projeto dos favelados da AsP, a partir de 1982, passa por muitos outros processos de discussões e experiências práticas em termos de direção do movimento.

Mantêm-se ainda o encontro semanal e os contatos nas próprias favelas entre Associações e Assessoria, apesar da política de "participação popular" de J.R. Magalhães Teixeira em Campinas, reflexo do discurso programático do PMDB desde a campanha eleitoral de 1982 em todo o país e inspirado claramente nas propostas políticas dos movimentos sociais da época.

Tentaremos expor algumas das muitas dificuldades e limitações que a AsP foi enfrentando, até desmobilizar-se ao nível da intervenção coletiva na política de favelas de Campinas. Desarticula-se, impotente, perante a ação oficial de apropriação da luta e do saber favelado, feita sob o slogan "Vamos Governar Juntos".

Em outras palavras, foi se configurando um novo processo de ação organizado pelo poder local contra o movimento da AsP, na medida que se tornou inevitável a iniciativa dos favelados de urbanização independente, a tomada de fato da posse definitiva da terra.

Nosso objetivo nesta parte é tratar da contínua dinâmica de trabalho de inúmeras favelas e, ao mesmo tempo, das muitas tentativas do

movimento para resistir e se contrapor à estratégia de pulverizar o encaminhamento do problema habitacional dos favelados, através de "visitas" periódicas nas ARs com a Secretaria de Promoção Social e representantes de outras secretarias, da SÁBs, de vereadores mais ligados ao Executivo, etc.

O movimento dos favelados vai aos poucos saindo das manchetes de jornais, sendo substituído pelas posições do governo de Magalhães Teixeira, um dos principais articuladores da oposição contra a Lei e o Decreto da Terra.

Para quem acompanhou, passo a passo, o desfazer do coletivo das Associações, percebeu o processo de ocultação, descaracterização e desarticulação pelo qual passou o movimento da AsP e o nível de dedicação de muitas Diretorias para manterem-se, de alguma forma, unidas e como direção política autônoma dos interesses dos favelados, em relação ao poder público municipal.

Em 1986, realizam-se os últimos encontros com caráter coletivo de algumas poucas Associações. Atualmente, temos conhecimento do contato que as associações mantêm esporadicamente entre si e mais frequentemente com alguns dos participantes do grupo de assessores para discutirem problemas específicos, sejam de urbanização ou sobre outras questões internas ou mesmo em relação ao poder local.

A urbanização, se é que se pode chamar assim, acontece aos "trancos e barrancos", praticamente sem nenhum respaldo oficial, pois

o governo municipal não atua de acordo com o que determina a lei: o Plano de Urbanização Específica (PUE), conquistado pelo movimento.

A assessoria dos arquitetos da AsP, nesse sentido, abriu um caminho fundamental para o trabalho e organização dos favelados no tratamento de muitas questões técnicas da urbanização. Este trabalho também foi apropriado pelos agentes do Estado, despreparados inicialmente em seus novos cargos (1982) para assumirem o processo de urbanização dos favelados, mas depois resulta numa prática complementar da política de desarticulação da AsP pelo governo municipal, que se resume no não-atendimento das prioridades de habitação dos favelados.

Este é, aliás, um ponto da história da AsP que merece uma discussão especial, um detalhamento bem maior, principalmente por parte dos assessores-arquitetos, uma discussão sobre urbanismo e favela que não temos condições de realizar com detalhes no presente trabalho.

Nessa parte, portanto, salientaremos fatos que marcaram a resistência dos favelados da AsP, a maioria deles ignorados por todos os outros setores de classe da cidade.

Ainda em 1981 (ano do Seminário Nacional de Favelas), por exemplo, deixamos de discutir a criação de uma "Cooperativa" de construção para "baratear o custo do material e para a moradia ficar pronta mais rapidamente", como parte da "utopia favelada" (este ponto será retomado no capítulo II) de Campinas.

Para tanto, era necessário pensar uma organização ampliada das Associações em torno de uma Federação:

Na sétima Reunião das Diretorias, em que se reuniram mais de 100 diretores das Associações de Favelas, foi aprovada a formação da "Federação da Assembléia do Povo". Até a reunião do dia 3 de maio estará pronto o Estatuto e depois (...) eleição da diretoria e registrar no cartório (...). Depois do plano aprovado pelas diretorias, serão feitas consultas aos moradores das favelas para ver quanto cada família vai poder depositar por mês no FUNDO DE CONSTRUÇÃO DE MORADIAS. (109)

É muito grande a documentação que se acumulou sobre o assunto, evidenciando a profundidade com que a questão foi discutida. Mas, a experiência na prática não foi adiante, pois surgiram muitas dificuldades legais para a criação da Cooperativa e, o movimento descobre que determinadas exigências só poderiam ser cumpridas por grupos de cooperados com grande estabilidade econômico-financeira. Mesmo assim, as Associações decidiram testar essa iniciativa na tentativa de chegar a uma saída independente, contando apenas com seus recursos: o trabalho e alguma poupança para a fabricação de tijolos.

A Cooperativa começou a funcionar em caráter experimental no Jd. Novo campos Eliseos, com a produção de tijolos. O Presidente desta Associação, Leobino F. de Oliveira, uma das mais atuantes lideranças, respondia provisoriamente pela presidência da Federação da AsP e como tal, responsável junto com o restante da Diretoria, por dirigir o trabalho da Cooperativa, começando então a aceitar encomendas de tijolos dos favelados de vários pontos da cidade. (110)

Sem se dar conta da demanda, não interrompe o número de solicitações, nem deixa de receber o pagamento adiantado, além de tomar uma série de decisões unilaterais, a nível da Federação, em detrimento das outras Diretorias de Favelas. Esta atitude coincidia com sua divergência em relação às indicações de candidatos à vereador do P.T. pelo movimento, como veremos adiante.

Em 22/10/82, um "Comunicado" da AsF, assinado por 13 Associações, rompe publicamente com o trabalho desta liderança nas favelas. Termina também a experiência da Cooperativa e da Federação. Uma das críticas dos representantes de favelados ao processo apontou a hierarquia que resultou entre as Diretorias, antes igualmente consideradas no plano das decisões do movimento.

Em outubro de 1981 também acontecem os dois primeiros protocolos do P.U.E. na Prefeitura: Favela D. Pedro II/favela 71 e Favela do Campos Elíseos/favela 29.

A entrega do P.U.E. à Prefeitura significa para a AsF que o Projeto de Urbanização foi devidamente discutido e aprovado em assembléias de moradores, dando início às modificações internas das favelas. Isto quer dizer ainda que a Prefeitura necessita aprovar o Projeto e providenciar, na maior parte dos casos, obras de infraestrutura para, no final da urbanização (transformação da favela em bairro), entregar o título de posse definitiva da terra somente para os moradores destas favelas, já que única solução legal existente para a maioria delas é o Decreto de Permissão de Uso por 10 anos.

Apesar da falta de obras, de atendimento das reivindicações das favelas, a urbanização prossegue nos locais menos prejudicados por problemas físicos, por iniciativa completa das favelas, ainda que morosamente, devido a dificuldades financeiras ou também devido a dificuldades de organização coletiva interna dos favelados.

Logo em janeiro de 1982 (ano do II Encontro Nacional de Favelas), um boletim da AsP reafirmava a prioridade política do movimento pela urbanização, iniciada em meados de 1981:

No ano de 1981 teve muita luta, muita rixa e andamos muito pouco também. Nesse ano de 1982 precisamos andar mais ligeiro e mostrar os frutos do trabalho. Para começar os trabalhos de 1982, mais de 200 pessoas, representando as Favelas do: Parque D. Pedro II, Parque Universitário, Vila Formosa, Vila Ipê, Jardim Ipiranga, Jd. Ipaussurama, Jd. das Bandeiras, V. Brandina, Jd. Novo Campos Elíseos, Jd. Campos Elíseos, Jd. Campo Belo, Jd. São Marcos, Real Parque, Jd. Londres e Jd. Três Marias se reuniram em Assembléia Geral no dia 10 de janeiro. Depois de 4 horas de debate as pessoas presentes chegaram às seguintes decisões:

1. Iniciar as Construções. (...) devemos começar a construir nossas casas mesmo sem a Lei da Terra (...) Não devemos passar por cima da Lei, mas a Lei não pode passar por cima da gente. E se a Lei da Terra ainda não foi aprovada pelos vereadores, ela existe. A Lei da Terra foi feita por nós e ninguém vai tirar favelado de Campinas porque seria o mesmo que tirar Campinas do mapa do Brasil. (111)

Nesse período (1982), a Prefeitura (Governo F. Amaral) destina 100 milhões de cruzeiros do orçamento anual para a urbanização de três favelas, com protocolos do P.U.E.: Parque D. Pedro II, Jd. Novo Campos Elíseos, Jd. Flamboyant. (112)

No final deste mesmo ano, a AsP registrava o protocolo de outros seis PUEs: Pq. Universitário/favela 73; Jd. Campos Elíseos/favela 28; Jd. Londres/favela 26 e 81; D. Pedro II/favela 72 e Jd. São Cristovão/favela 39.

Em 1982 ainda, o movimento conquista o Decreto de Permissão de Uso por 10 anos para o Pq. Universitário/favela 73, após meses de negociação em vão que culmina com a invasão de uma praça próxima, uma vez que o grande problema dos moradores desta área era uma erosão progressiva, com muitos metros de profundidade. A invasão contou com o apoio decisivo de outras Associações de favelas da AsP. O que mais impedia a negociação era o proprietário de uma grande cerâmica local que apela para a polícia no dia da invasão. (113)

Nesse ano eleitoral, a Prefeitura fica nas mãos do então Presidente da Câmara - José Nassif Mokarzel (PDS) - devido a desincompatibilidade de cargos do Prefeito F. Amaral (candidato a deputado federal - PMDB) e do vice-prefeito Magalhães Teixeira (candidato a Prefeito de Campinas - PMDB).

Logo no início de seu curto governo, a AsP realiza sua nona Assembléua (18/05/82) e apresenta 23 novas reivindicações, desta vez com o retorno de muitas Associações ou Sociedades de Moradores dos loteamentos clandestinos e irregulares, que entregam também um conjunto de reivindicações específicas.

Estava entre as reivindicações um problema comum a todos: a redução da passagem do transporte coletivo e, neste ponto, outras

entidades engrossavam o protesto contra o aumento dos ônibus na cidade.

O Conselho das Sociedades de Amigos de Bairro e vários Presidentes de SABs cobram o Executivo através de uma audiência e a AsP, com mais de dois mil participantes, realiza um ato público.

O Prefeito atende de imediato à reivindicação de redução no preço da tarifa, que retorna ao valor anterior (Cr\$30,00).

Quanto às outras reivindicações da AsP, um dos objetivos era a manutenção das conquistas obtidas no governo F. Amaral, além de testar a disposição de negociação do novo Governo do PDS, em 1982.

Entre os discursos dos representantes de 54 favelas e 21 loteamentos clandestinos, os dirigentes da Assembléia do Povo entregaram o grosso calhamaço de reivindicações ao secretário das Finanças e da Administração, Alduíno Zini. (...) No ofício, os favelados alegam que 'nós lutamos há mais de 4 anos e, durante este período, obtivemos várias conquistas'. Assim, pediram a Mokarzel que nenhum barraco seja removido e que a administração da cidade continue respeitando a organização do povo favelado, através de suas associações que formam o elo entre a Prefeitura e os anseios populares. Da mesma forma, os favelados pediram a manutenção da execução dos planos de urbanização em todas as favelas da cidade, assim como a legalização da ocupação da terra. De outro lado, os moradores dos loteamentos clandestinos, além das 21 novas reivindicações, também endossadas pelos favelados, pediram ao prefeito a manutenção da Supervisão Especial de Loteamentos e Arruamentos (SERLA) e de seu diretor, Waldemar Tomazini. (114)

Algum tempo depois da gestão de M. Teixeira, o movimento da AsP avalia que a possibilidade de negociação e encaminhamento de

muitas questões do movimento, na curta administração do prefeito interino N. Mokarzel, foi muito maior do que a do prefeito eleito posteriormente; embora, o primeiro também tenha sido um dos que articularam contra a Lei e o Decreto da Terra, no período de sua discussão e votação na Câmara.

Em janeiro de 1983, (antes da posse do novo prefeito) Mokarzel assinou Decretos de Permissão de Uso por 10 anos para as favelas não beneficias anteriormente: D. Pedro II/favela 71 e 72; São José/favela 75 parcialmente; Santa Rita/favela 84 parcialmente; Vila Lourdes/favela 78 parcialmente; São Cristovão/favela 39.

Já havia assinado em dezembro de 1982, o Decreto do Fq. Universitário, como mencionamos há pouco. Nesses meses de Governo do PDS, a Permissão de Uso atinge 338 terrenos.

O Processo eleitoral de 1982, por sua vez, também não foi analisado, tanto em termos do movimento dos favelados como do ponto de vista político-partidário mais amplo daquela conjuntura.

Esta é uma dimensão do movimento que também mereceria um destaque e mesmo atualização, mas esta análise não foi incluída nos objetivos deste estudo, mesmo porque a relação movimento/PT não poderia ser feita sem uma documentação e depoimentos específicos de favelados que decidiram participar do partido (via núcleo), além de assessores da AsP, vereadores, membros do diretório, da executiva, comissão dos movimentos populares do P.T., etc.

Sobre esse processo eleitoral, podemos dizer que houve discussão, preparação e realização de uma "plenária" interna da AsP para a escolha de candidatos a vereador e do Partido político a apoiar.

A "plenária" escolhe os três nomes mais votados como candidatos a vereador pelo Partido dos Trabalhadores: Alcides Mamizuka (Sociólogo, assessor desde a origem da AsP e um dos fundadores do PT-Campinas), Leobino F. de Oliveira (Presidente da Associação de Moradores da Favela Jd. Campos Elíseos e presidente provisório da Federação da AsP) e Marlene Correia (Presidente da Associação dos Moradores de Favela do Jd. das Bandeiras e região), nomes confirmados depois pela Convenção do P.T.

Leobino, que nessa época já vinha sendo questionado em reuniões da AsP pelos seus excessos de poder como Presidente da Federação e responsável pela Cooperativa, não aceita a indicação do nome de Dna. Marlene, pois desejava ser o único candidato favelado da cidade.

Logo depois, com a denúncia das Associações nas favelas, ele se vê obrigado a desistir da candidatura, tornando-se, logo depois, funcionário da Prefeitura. Assim como esse caso, outras lideranças destacadas serão cooptadas pelo poder público local. Além de emprego, algumas chegam a admitir inclusive, que receberam ofertas de "casa própria" para abandonarem a luta da AsP.

Um outro exemplo é o da Presidente da Associação dos Moradores das Favelas do Pq. São Quirino e Vila Nogueira - Dna. Ilza Cardoso - que se muda da favela e torna-se também funcionária da Prefeitura. É contratada para atuar justamente na própria Sede da Associação, construída pelos favelados em mutirão, com algumas dependências anexas previstas para um posto médico, antiga reivindicação da favela. (115)

O tema eleitoral também aprofunda as dissidências entre o grupo de CEBs e a assessoria devido ao encaminhamento do processo de discussão e escolha de candidatos do movimento para eleições de 1982.

Os integrantes de CEBs, após a "plenária" da AsP, também indicam candidatos a vereadores pelo P.T., entre eles um favelado, o Presidente da Associação dos Moradores da Favela da Vila Ipê.

Elege-se vereador pelo P.T. Alcides Mamizuka, cuja campanha revelou-se extremamente dinâmica em muitos setores intelectuais da cidade e em muitas favelas por iniciativa das próprias lideranças dos favelados, que sabiam do tempo que ele vinha desenvolvendo com os moradores a reivindicação da posse da terra em reuniões locais e gerais. (116)

Os favelados viam com muita expectativa a eleição de um representante da AsP, e outros do P.T., na Câmara Municipal para conquistar maior espaço político na negociação com os setores dominantes locais. Nesse processo, a Câmara renova-se praticamente em

sua totalidade e os favelados consideraram este fato com muita satisfação e mesmo como uma vitória política.

À nível da candidatura à Prefeitura, porém, a população favelada se deixa levar pelas promessas eleitorais de J.R. Magalhães Teixeira (o "Grama") que, alegando conhecer o problema habitacional dos favelados de Campinas, promete a posse definitiva da terra, a urbanização das favelas e, sobretudo, um governo de "participação popular".

Massivamente votado, logo depois da posse, os favelados da AsP tentam marcar uma audiência com novo Prefeito, que só acontece, depois de muitas pressões, em 21 de maio de 1983.

Nesta data, reúne as lideranças para comunicar sua "política de participação" para os favelados, onde até encena a possibilidade de "rasgar" seu "diploma de político", caso não resolva os problemas das favelas de Campinas. Esta frase, com sentido simbólico, causou impacto e foi muito repetida entre os favelados que, na ocasião, lotaram o Salão Vermelho da Prefeitura, numa audiência que o chefe do Executivo chamou de "Encontros com Lideranças e Associações de Moradores de Favelas":

Esta é um audiência em que vamos (...) dar continuidade àquilo que nós prometemos no período eleitoral. Durante a nossa campanha eleitoral nós estivemos percorrendo toda a cidade de Campinas e fizemos sim uma promessa (...) foi a promessa da participação. Nós entendemos que uma administração hoje, por mais competente, por mais eficaz (...) não será uma administração eficiente, não cumprirá seus objetivos se ela não tiver a participação.

(...) com vocês, nós tínhamos que fazer uma reunião especial, (...) o problema das favelas merece uma atenção especial no nosso governo porque (...) ninguém mora no barraco porque quer. (...) houve uma paralização nessa caminhada (...) Mas agora, vamos agir de uma outra maneira, então iremos seguir ao lado da Prefeitura, ao lado da Promoção Social, ao lado da CDHAB, estejam também os vereadores. (...) A Prefeitura Municipal de Campinas assume a obrigação que ela tem em gerenciar o problema do favelado em Campinas (...). Nós vamos resolver os problemas ouvindo cada favela, a solução que vocês entendem melhor. (...) Nós temos que conversar e acertar as condições. Certo? É por isso que somos diferentes dos animais. Nós somos racionais. (...) Se desta vez nós não resolvermos o problema da sub-habitação, o problema dos favelados de Campinas é porque somos incompetentes, porque tanto o favelado como a Administração Pública, como a Prefeitura e vereadores e a Igreja estão unidas em busca de soluções. Se nós não conseguirmos resolver desta vez, meus amigos, nós temos que rasgar o diploma de políticos, nós somos incompetentes. (...) mas é preciso colaborar e trazer idéias, idéias e se organizar. (117)

Na audiência ainda, onde o Governo Municipal define as regras de sua política para as favelas (através do sistema de atendimento clientelista, montado para atender 'caso por caso'), sem ouvir a representação de seus moradores, a AsP recoloca a cobrança de suas principais reivindicações:

1. Respeito à autonomia de organização das favelas (Associações e Assembléia do Povo);
2. Aplicação da Lei que soluciona o problema fundiário da terra ocupada (Concessão do Direito Real de Uso - Lei da Terra);
3. Aprovação dos planos de urbanização específicos (P.U.E.) já protocolados. (118)

A resposta do Prefeito para todas as reivindicações foi a mesma: o atendimento seria feito levando-se em consideração os

"problemas específicos de cada núcleo de favela". A Lei da Terra não seria tratada no seu conjunto, mas com "novos projetos", pois atender a todas as favelas de uma só vez implicaria em abrir mão de sua meta de "participação popular", passar por cima das soluções que cada favela podia apresentar.

Quanto aos P.U.Es. protocolados (resultado do trabalho de favelados e assessoria), defendeu que os mesmos passariam obrigatoriamente pelos técnicos da Prefeitura para sua aprovação ou não, pois não abriria mão do poder de decisão de sua administração sobre os mesmos.

Na medida em que se torna impossível estabelecer qualquer mecanismo de encaminhamento das questões do movimento da AsP, com base na negociação pública e direta, outros recursos políticos são testados.

Foram feitos dois debates (julho e agosto/83) com o Legislativo Municipal, renovado pelas eleições de 82, onde a AsP esperava encontrar posições políticas mais progressistas entre os novos vereadores, para reabrir a negociação sobre a reivindicação da posse da terra com os partidos políticos representados na Câmara.

Poucos vereadores comparecem, e praticamente nenhum avanço se obtém com as discussões. O P.T., com dois eleitos (e mesmo um deles sendo assessor da AsP), pouco pode fazer ao nível do poder legislativo, para alterar a direção política de uma administração antipopular, marcadamente em momentos de greves e de mobilizações

urbanas diversas da periferia, a partir de 1983. (119)

Vale a pena comentar duas medidas legais adotadas pelo Chefe do Executivo. Uma proíbe por Decreto (n. 7841 de 22/08/83) a expansão de favelas em Campinas e a outra aprova o Plano de Urbanização Específica (Decreto n. 8145 de 11/07/84).

O primeiro decreto transfere autoritariamente para os favelados a responsabilidade de conter a expansão das favelas, camuflando a ausência de uma política municipal para receber o contínuo fluxo de migrantes de outras cidades de São Paulo e de outros estados (basicamente Minas Gerais e Paraná).

Os favelados viram esta medida como inconsequente, pois nenhuma autoridade do país conseguiu, até hoje, impedir o surgimento e a expansão de favelas assinando decretos. Na verdade, o objetivo era causar um impacto político, demonstrar que havia um estado de "vigilância" e controle eficaz sobre a construção de novos barracos na cidade. (120)

O segundo decreto repete um ato legal do governo F. Amaral, conquistado pela AsP: o P.U.E., que já estava institucionalizado desde 30/03/81, pelo Decreto n. 6.449. Novamente a intenção foi a de criar uma falsa imagem de atuação do governo nas favelas, só que nesse caso, "a favor" dos favelados.

Na prática o que se viu foi a volta ao atendimento assistencialista (por favela) em detrimento da negociação coletiva e

direta com as Associações e a intervenção na organização dos favelados, através dos "técnicos" (às vezes do próprio Prefeito) que passaram a fiscalizar e julgar os P.U.Es. (121)

Se fizermos um balanço da relação administração M. Teixeira e AsP, verificaremos que a atitude inicial (do então vice-prefeito, 1979-82), de tentar impedir e não reconhecer a legitimidade da luta dos favelados, modifica-se. Como prefeito, impotente para paralisar totalmente o contínuo esforço de urbanização nas favelas e ignorar os protocolos dos P.U.Es., resolve se apropriar dos difíceis resultados obtidos pelos favelados, reproduzindo, durante algum tempo ainda, os discursos de "Governo Democrático" do PMDB, que aconteciam tanto nos governos estaduais como municipais.

As matérias de jornais sobre favelas, a partir de 1983, dão conta desta mudança de posição do governo municipal de Campinas, que antes propunha a política de financiamentos de casa própria pela COHAB-BNH, como única opção para os favelados. (122)

Na medida em que as favelas, vagarosamente vão se transformando basicamente com a divisão da terra em lotes e com a autoconstrução, o Executivo vai incorporando estas conquistas em sua lista de "realizações", incluindo-as no rol de "promessas cumpridas", sem mencionar o fato de que as indispensáveis obras públicas de infraestrutura dificilmente são implementadas, apesar de previstas em lei. (123)

A situação para as Associações nesta fase em diante é de bloqueio da organização, de muita dificuldade em avançar nas mínimas tarefas de trabalho conjunto dentro da favela e com as outras favelas. Muitas Associações desanimaram, sentem-se desprestigiadas perante os moradores e perdem o ritmo de coesão interna devido ao sistemático não-atendimento de suas necessidades. Outras submetem-se ao processo de atendimento assistencialista, buscam saída na cooptação ao governo, tentam obter vantagens apenas para sua própria área de atuação e na maioria dos casos a submissão não traz as recompensas esperadas.

Para se ter uma idéia do imobilismo e descaso em que a questão de favelas chegou em 1984, basta compararmos a verba prevista (Cr\$100.000,00) no orçamento municipal de 1982, para atender a urbanização de três favelas em 1983, que estavam num estágio mais adiantado de trabalho.

Dois anos depois, portanto, com apenas Cr\$47.200,00 o governo municipal anunciou que urbanizaria quatro favelas, mas não explicou que três delas já haviam sido urbanizadas com a verba da administração anterior, camuflando a distância existente entre o discurso aparentemente dinâmico e inovador e a ação concreta.

Visando resistir à desarticulação que o processo de apropriação sistemática provocava no movimento, a AsF aprova para 1984 um programa de trabalho, resultado de sua avaliação política anual, realizado em 01/03/84:

1. fortalecer o movimento através de visitas de comissões de favelados às associações menos articuladas;
2. exigir do prefeito a Concessão do Direito Real de Uso para todas as favelas com Plano de Urbanização Específica, em número superior a 15;
3. cobrar a Prefeitura por setores específicos, ou seja, Administrações Regionais; SANASA (água); CPFL (luz); Fundap (Auxílio para Construção); verba para urbanização no Orçamento Municipal; Secretarias de Obras (principalmente canalização); Câmara dos Vereadores (apoio político).
4. levantamento das favelas com problemas de oleoduto da Petrobrás;
5. realizar audiência com o Prefeito, com todas as Diretorias de Associações presentes ou uma Assembléia em frente à Prefeitura. (124)

Além desses objetivos, a AsP estabelece formas de encaminhamento, iniciando o ano com uma entrevista coletiva das Diretorias com a imprensa da cidade.

Basicamente os favelados denunciavam a ausência de soluções por parte da Prefeitura e procuravam tornar públicas, mais uma vez, as suas principais reivindicações. Nas favelas, paralelamente, distribuem boletins informando as decisões do movimento, procurando mobilizar os moradores para as reuniões das Associações de Favelas.

No documento "Relatório para as Diretorias" do II Encontro de Favelas de 1984, constam as conclusões das discussões de sete grupos, feita por 66 representantes de 21 favelas. A tônica do debate foi orientado pela pauta: "Como unir as Diretorias da Assembléia do Povo?" e "Como cobrar a Prefeitura?".

Como se vê, as Associações estavam dispostas a enfrentar o impasse, criar uma novidade política para seus moradores, que cobravam

ação de seus representantes ou desistiram do assunto, sem saber também como sair do isolamento político em que iam sendo colocados, cada vez mais.

As propostas de novas Assembléias do Povo no Paço Municipal surgiram, mas as consequências de meses de espera, por terem confiado no atendimento de todas favelas (posse definitiva da terra e urbanização, amplamente divulgado pela imprensa no início de 1983), fez com que houvesse uma desmobilização acentuada dos moradores em torno das reuniões das diretorias nas favelas.

A reação planejada contra a política do Governo Municipal revela-se mais difícil do que se esperava. O "porta-voz" da Prefeitura para as questões de favelas (o Secretário de Promoção Social) passa praticamente o ano todo repetindo o mesmo discurso nos meios de comunicação: o executivo, através de seus técnicos, vai conceder terra e urbanizar as favelas, mas isso depende da situação de cada favela.

Dentro do programa anual previsto, a AsP consegue, após muitas tentativas, uma audiência com o Prefeito Magalhães Teixeira, que vem acompanhado com uma equipe de vereadores, técnicos, assistentes sociais e o Secretário da Promoção Social.

Esta audiência (maio de 1984) foi considerada a primeira da gestão de M. Teixeira com o movimento, pois o contato coletivo anterior foi transformado oficialmente em "Encontro com Lideranças e Associações de Moradores de Favelas", onde os favelados, sentados no

"Salão Vermelho" da Prefeitura, apenas ouviram promessas e muitos avisos.

Portanto, depois de um ano e três meses de governo, as Associações são recebidas para uma audiência e estavam na expectativa de abrir alguma negociação neste contato direto. Mas, a realidade foi bem outra.

Verifica-se que discurso de maio de 1983 mantinha-se: qualquer solução iria depender da apreciação de seu corpo de técnicos especificamente designados para isso, reafirmando seu propósito inicial de liberar plano por plano, favela por favela. (125)

Sem qualquer abertura para uma discussão com os representantes das Associações, a "audiência" demonstrou, mais uma vez, aos favelados o caráter autoritário, assistencialista e desmobilizador do poder executivo, desfazendo definitivamente a atitude de expectativa do início de 1983, pois esperavam algum retorno e avanço político devido as promessas da campanha eleitoral.

A AsP sai de lá com o seguinte problema: a prefeitura condiciona a realização das obras de infra-estrutura nas favelas a planos aprovados (havia então cerca de 15 P.U.Es. protocolados).

A explicação oficial para esta situação era a de culpar os favelados pela inércia da Prefeitura, pois sem a entrega ou aprovação do P.U.E era impossível executar obras. Na verdade, havia a intenção de se questionar também a competência dos arquitetos-assessores que desenvolviam um método de trabalho em conjunto com os favelados.

O Projeto da AsP estava legalmente de "cabeça para baixo", as obras tinham que ser previstas e realizadas antes e não depois da aprovação dos P.U.Es.

As Associações passam a viver num clima de discussões repetitivas, sem encontrar uma alternativa política para encaminhar sua luta, por falta de canal de negociação.

Um outro golpe atinge os rumos da mudança perseguida pelo movimento dos favelados de Campinas. No aniversário da cidade, (julho/84) a prefeitura "comemora", num ato solene, a entrega do título da terra para a favela D. Pedro II, nas dependências do teatro do Centro de Convivência.

Apresenta na abertura um audio-visual para os favelados, demonstrando o "caminho" que o poder público percorreu para "atender" às favelas campineiras. A cerimônia, porém, tinha um caráter simbólico porque os favelados receberam apenas uma pasta vazia e, 11 meses depois, ainda não tinham em mãos os títulos definitivos dos lotes construídos. Quando toda a documentação dos moradores fica pronta e passa pelos trâmites burocráticos, nova solenidade de entrega de títulos é realizada, desta vez na favela, com a presença da imprensa, naturalmente.

Tentando sair do cerco político dominante, a AsP, em setembro de 1984, reúne-se novamente para um novo balanço político. Na falta de qualquer possibilidade de novas conquistas na direção do projeto do movimento, cujo ritmo era determinado de fora naquela conjuntura, as

Associações propõem uma luta contra o preço da tarifa de luz que, em São Paulo, já vinha acontecendo.

É desse modo que voltariam a abordar os moradores das favelas, descrentes dos discursos da Prefeitura e do poder de negociação de suas Associações.

Lutar pela tarifa social da luz para todas as favelas, numa situação de grave crise econômica (ano de saques, de acampamentos de desempregados, de alto custo de vida) era uma alternativa para não depender da Prefeitura no plano das negociações.

As Associações da AsP passam quatro meses nesse trabalho paciente de mobilização. Ao final desse período, as favelas estavam articuladas pela conquista do bônus social da luz.

Em fevereiro de 1985 já funcionava o acordo com a Diretoria da Companhia Paulista de Força e Luz (CPFL) em Campinas. O benefício atingiu todas as 84 favelas do município e contribuiu decisivamente nesta negociação, uma pesquisa (por amostragem) feita pelas Associações da AsP com seus moradores. Para realizar este levantamento, discutiram com a assessoria a maneira de preencher os formulários e como fazer a leitura dos relógios de luz.

A C.P.F.L. confrontou em audiências abertas com as Associações e Moradores por mais de uma vez, os dados da empresa com os do movimento sobre os níveis de consumo de luz dos favelados. O

bônus social consiste no desconto de 60 kwh para quem consome energia elétrica até 120 kwh. (126)

Outra mobilização que ocorre nas favelas durante o ano de 1985 foi a da água, junto à SANASA. Esta mobilização não foi eficaz devido ao atrelamento da SANASA à Promoção Social, no atendimento aos favelados. Esperava-se recuperar uma antiga conquista do movimento.

Havia em 1982, uma política definida de atendimento da SANASA às favelas, aprovada nas negociações da AsP com a Prefeitura. Em sistema de mutirão, os favelados davam a mão-de-obra, em troca do material e fiscalização da SANASA, para a construção da rede de água e esgoto.

Esta disposição dos favelados era no sentido de apressar a urbanização das favelas, obter, enfim, o título de posse definitiva da terra mais rapidamente, através das obras de infra-estrutura.

Em 1985, portanto, as reivindicações eram:

- volta do serviço de atendimento específico para as favelas em sistema de mutirão (rede de água e esgoto);
- um hidrômetro por família a preço de custo;
- ligações de água mais baratas.

Antes da negociação, porém, as Associações pesquisam novamente em suas favelas, fazendo um levantamento do número de famílias por hidrômetro em cada favela da AsP, discutindo a retomada das reivindicações de água.

O preço à vista de cada hidrômetro era considerado uma exorbitância por parte dos favelados (Cr\$304.000,00 à vista e 530.000,00 à prazo).

A SANASA responde o seguinte para a AsP:

- não aceita retomar o Serviço de atendimento específico nas favelas porque "não dá certo" o trabalho de mutirão;
- abre apenas um guiche à parte para atender os favelados na SANASA;
- a prioridade de atendimento seria para as favelas que já estavam com rede de água e casas construídas.
- o preço de custo por hidrômetro seria de: Cr\$119.000,00 à vista ou em 3 parcelas de Cr\$40.000,00 (preços de setembro e outubro/85).

O plano de atendimento previsto foi de 15.000 hidrômetros, em três anos, só para as favelas em adiantado processo de urbanização.

Foi descartada ainda uma das propostas principais, a retomada da política de atendimento para as favelas sem água. As demais questões da negociação não foram cumpridas, mas as promessas geraram esperas que acabaram em cobranças e protestos desarticulados das Associações de favelas na SANASA, sem nenhum efeito político significativo. (127)

Em julho de 1985, as Associações das favelas do Jd. das Bandeiras e região; Vila Nogueira/São Quirino; Núcleo Residencial Iporã (antiga favela D. Pedro II, com títulos de posse); Vila

Brandina; Vila Georgina; Pq. Universitário (Núcleo Residencial Novo Parque, com título de posse); Jd. Anchieta; Real Parque; Jd. Aeroporto, decidem enviar um documento ao Executivo para tentar interferir na discussão do Orçamento Municipal.

O documento (23/07/85) avalia a situação de exclusão contínua das favelas do orçamento municipal, que deveria estar concluído até agosto, onde as Secretarias apresentariam a previsão de verbas em seus respectivos relatórios. A AsP reivindicava que entre as prioridades fossem incluídas as "Obras decorrentes dos Planos de Urbanização Específicas". (128)

Obviamente nenhuma providência é tomada nesse sentido, o Governo Municipal percebia que sua prática de ignorar os objetivos e interesses dos favelados da cidade estava dando certo, assim podia responsabilizar as Associações pela estagnação do trabalho.

Mesmo sem poder de mobilizações massivas, as Associações resistem e reúnem-se semanalmente. Vão e voltam, revezam-se, mas continuam comparecendo e trocando informações sobre as dificuldades mútuas. A assessoria, também reduzida, refletia sobre esses encontros, procurando entender o que fazia com que os favelados voltassem ao Pio XII. Já que não havia nenhuma perspectiva política de retomada da luta da AsP.

Um movimento, que muitos entendiam como "meramente reivindicativo" teria mantido, durante tanto tempo, a resistência de

tais lideranças?

Na verdade, estes favelados percebiam que era preciso tentar manter a todo custo um espaço político organizado que nunca tinha existido antes e isto representava uma espécie de última prova de sua própria capacidade de superar o isolamento social e político em que se encontravam antes da existência da AsP.

Sabíamos que algo mais profundo tinha sido elaborado e não se restringia ao recebimento do título definitivo da posse da terra, pois a antiga favela do D. Pedro II, hoje Núcleo Residencial Iporã, foi uma das últimas a deixar as reuniões semanais em 1986, assim como a favela do Pq. Universitário, hoje Núcleo Residencial Novo Parque.

Mudanças marcantes ocorreram na história dos favelados não só de Campinas, mas em outros pontos do país existe a constatação de que os anos 70 e início de 80 trouxeram à tona questões essenciais para a luta do direito à habitação dos trabalhadores favelados:

Lícia P. Valladares, em 1980, por exemplo, no prefácio da segunda edição de seu livro Passa-se uma Casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do rio de Janeiro, confirma essas mudanças:

Estamos, (...) diante de uma favela qualitativamente distinta daquela de dez anos atrás. Cada vez mais estes aglomerados se sedimentam, se estruturam e se organizam internamente. Ao longo do tempo e sobretudo na última década, as favelas experimentaram um verdadeiro processo de "auto-urbanização" que, apesar de lento e por vezes descompassado, se tornou efetivo (...). A demanda por um local de

moradia nas favelas é sempre crescente, e o número de domicílios vem-se multiplicando a galope (...) Nos últimos anos vem-se assistindo a um acirramento da luta dos favelados em defesa dos "seus direitos". (...) Esta alteração na política de favelas decorreu sem dúvida do peso de 12 anos de uma experiência fracassada de remoções. (...) Finda a era das remoções, os moradores do Rio de Janeiro prepararam-se para ingressar na era da urbanização. (129)

A autora comenta ainda o fato da alternativa da urbanização, apesar de ser uma antiga reivindicação entre os favelados do Rio de Janeiro, aparecer como uma "benesse" do governo e alertando que as experiências do Estado nesse sentido não são nada alentadoras, tal como em Campinas.

Um dos problemas mais graves em relação à essa "era de urbanização" diz respeito à demanda crescente por um local de moradia nessas favelas organizadas.

Gilda Blank, em um artigo também de 1980, sobre a experiência de urbanização da favela Brás de Pina no Rio de Janeiro revela obstáculos que começam a repetir-se em Campinas.

Segundo a autora ainda a falta de uma política específica para favelas, sem levar em conta uma solução social para as dificuldades legais existentes, provoca o processo de "remoção branca" (termo usado também por L.P. Valladares). A falta de uma tradução legal (jurídica) para as alterações que os favelados já produziram concretamente na realidade faz com que eles percam o que conseguiram, devido às pressões da valorização da área da favela considerada "urbanizada". (130)

Tendo em vista este problema, torna-se prática comum apontar os favelados como "especuladores imobiliários", numa operação corrente neste país: a de acusar a vítima, devolvendo-lhe e vulgarizando a sua própria denúncia.

Nesse caso, o beneficiado principal é o Estado (além dos interesses do capital imobiliário), que tem transferido sistematicamente para os favelados a responsabilidade por todos os problemas decorrentes da urbanização, sem falar dos movimentos de invasões de terra urbana do país, que continuam sem interrupção devido crise habitacional em que vivem os trabalhadores. (131)

O déficit habitacional do Brasil, hoje, é de 9,5 milhões de residências, 80% somente no segmento do público de baixa renda. Apesar do crescimento imobiliário registrado depois da aplicação do Plano Cruzado, a população de classe média e baixa continua sem moradia. A construção está voltada para os imóveis luxuosos, que atendem a uma faixa de consumidores inferior a 3% do mercado imobiliário. (132)

Campinas, confirma a gravidade do problema existente no restante do país:

O problema da falta de moradia em Campinas poderá chegar a seu ponto crítico dentro de muito pouco tempo, criando uma situação sem precedentes na história da cidade. A oferta de imóveis, tanto para compra, como para aluguel, está muito reduzida e é incapaz de atender a demanda do crescimento populacional, estimado em mais de 50 mil habitantes só neste ano. (...) os agentes do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) fecharam os financiamentos para a casa própria, o que aumentou a demanda por imóveis de aluguel, cujos preços dispararam. (...) apenas a reabertura dos financiamentos não resolverá o problema. (...) só

uma mudança na condução da política habitacional do governo, começará a dar condições de solução para o problema do déficit habitacional do país (...). (133)

Uma "mudança" na política habitacional do governo, no entanto, deveria prever o problema do controle do uso do solo urbano que colocaria em debate a questão do direito de propriedade.

Difícilmente se discute a existência dos chamados "vazios urbanos", que é uma realidade que atinge a todas as cidades brasileiras e revela com exatidão a dimensão do poder econômico dos grupos imobiliários. Na falta de dados sobre Campinas, buscamos referências de outras cidades.

Uma matéria da Revista Isis, de 11/05/83, revela que só em São Paulo a área de terrenos vazios atinge 188 milhões de metros quadrados, ou 39% da área urbana do município.

Os vazios aumentam à medida que se vai do centro à periferia. (...) Ao mesmo tempo, 2,4 milhões de paulistanos - cerca de 28% da população - vivem ou em cortiços (1,5 milhão de pessoas) ou em barracos erguidos em loteamentos irregulares (500 mil) ou em favelas (400 mil). Segundo o arquiteto Cândido Malta Campos (...), a utilização racional dos terrenos disponíveis na cidade permitiria alojar mais de 4 milhões de pessoas - 'e ainda sobraria espaço'. (134)

Continuando, a mesma matéria indica que no Rio de Janeiro a situação é pior: "45% dos lotes urbanos cariocas estão sem uso social". Em Belo Horizonte, dados do governo estadual apontam a absurda situação de 80% de terrenos ociosos.

Os "vazios urbanos" provocam uma demanda desmesurada na infraestrutura de serviços urbanos, na medida em que cresce continuamente a distância entre o centro e os limites periféricos da cidade. Em outras palavras, a maioria da população arca com as consequências dessa lógica de expansão da rede urbana.

Os movimentos de invasões de terras e mesmo de conjuntos habitacionais pressionam o Estado no sentido de uma reforma fundiária, como uma tendência inadiável. Mas, suas Associações representativas reivindicam participação e controle (autogestão) nas decisões de aplicação de medidas a nível local, compreendendo a propriedade como um direito social.

Deus fez a terra
Pra tudo quanto é vivente
Viver em cima dela
A terra é nossa
O maior erro do homem
é vender a terra
A terra não foi feita para ser vendida
A terra é minha
A terra é nossa
A terra é do povo. (135)

Os grupos imobiliários, respaldados no direito de propriedade que sempre vigorou no país, defendem o processo especulativo dos terrenos ociosos (ou de favelas) pois, de outro modo, é o mesmo que "abrir mão de um direito legal". A terra, para estes últimos, é uma mercadoria aliás, não reprodutível, mas em todo caso estocável através de conhecidos monopólios.

A descoberta desta contradição de interesses é que torna possível aos favelados afirmarem-se enquanto tais, isto é, enquanto sujeitos políticos, negando conseqüentemente o estereótipo de "marginal". Quer dizer, além do direito social de propriedade, reivindicam o direito à cidade e à gestão democrática da mesma.

A sua identidade de favelado está intimamente relacionada ao auto-reconhecimento de sua história social, marcada por conflitos políticos específicos, que eles sabem, não estar escrita ainda.

No Seminário sobre "As Questões Urbana e Regional e a Constituinte" (dias 1 a 05/06/87), promovida pela Universidade Estadual de Campinas, o favelado Messias José da Silva, Presidente do Conselho Coordenador das Associações de Favelas do Estado de São Paulo, iniciou sua intervenção dizendo que: "falta traçar a história de resistência deste povo. A história não começou no dia em que se nasceu. Que importância nós damos a nossas Associações, a nossa cultura?" (136)

Em outro momento assinala sobre a questão de abrir canais de participação dos favelados nos sindicatos, dirigindo-se especialmente aos representantes da C.B.T. e da C.U.T.: "É preciso muito mais que desejo de unir. É preciso conhecer a história política e cultural do nosso povo".

No próximo capítulo, pretendemos problematizar esta questão cultural, retomando a história da AsF, mais especificamente agora sobre o significado da urbanização e das visões divergentes internas

em torno do encaminhamento do movimento, que não deixam de estar relacionadas à discussão do "saber favelado" e à crítica da "marginalidade"

Referências Bibliográficas

- (1) PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Campinas, Governo Lauro Péricles Gonçalves, nov. 1976. s/p.
- (2) Ibid., s/p.
- (3) Sobre a gênese e desenvolvimento dos movimentos de bairros e SABS ver: Paul Singer, Movimentos de bairros, 1983, pp. 83-107; e J.A. Moisés, Classes populares e protesto urbano. Tese de doutorado. F.F.L.C.H., Universidade de São Paulo, 1978, mimeo.
- (4) Repórter da Região, Campinas, ano I, n. 0, jun. 1980, p.2.
- (5) 'Movimento do custo de vida: Um milhão de pessoas pedirão abono salarial e o fim da alta do custo de vida'. Repórter da Região, Campinas, ano I, n. 1., 1978, p.3.
- (6) 'Chico Amaral: Até quando?'. Diário do Povo, Campinas, 17/12/78. Seção cartas na mesa, p.4. Este artigo foi assinado pelo Diretor responsável do Repórter da Região, Ronaldo S. Gomes, e assumido pelo coletivo da redação do jornal.
- (7) 'Prefeito: promessas novas'. Repórter da Região, Campinas, ano II, n.6, abr. 1979, pp. 1, 4 e 5.
- (8) 'Amaral foge da Assembléia'. Repórter da Região, Campinas, ano II, n. 9, ago. 1979, p.5.
- (9) 'Água, luz e escola: barracos também têm direito. Prefeito vai ouvir as reivindicações dos barracos?'. Repórter da Região, Campinas, ano II, n. 10, out. 1979.
- (10) 'Favelados ganham melhoramentos: é uma solução?'. Diário do Povo, Campinas, 31/12/78.
- (11) 'Favela, bonita só no samba'. Diário do Povo, Campinas, 16/05/78, p.8.

- (12) Safira B. Ammann, Ideologia do desenvolvimento de comunidade no Brasil, 1985.
- (13) ASSEMBLÉIA DO POVO, Relatório sobre as reivindicações de moradia 1979-80. Campinas, 4 de set. 1980, p.2.
- (14) Ibid.
- (15) 'Mambrini explica a mudança da favela'. Diário do Povo, Campinas, 03/05/79.
- (16) 'Remoção das favelas não resolve o problema da população favelada'. Correio Popular, Campinas, 28/09/73.
- (17) 'A favela está mudando. À força'. Diário do Povo, Campinas, 03/05/79.
- (18) 'Melhoramento nas favelas: medida para diminuir ou intensificar o problema?'. Correio Popular, Campinas, 30/08/79.
- (19) 'Pesquisa mostra o drama das favelas de Campinas'. Diário do Povo, Campinas, 12/04/79.
- (20) 'Favelados acham casas do PROFILURB muito pequena'.
- (21) ASSEMBLÉIA DO POVO. 'Levantamento das reivindicações de moradia dos moradores de bairros que participam da Assembléia do Povo', em Relatório sobre as reivindicações de moradia 1979-80, op. cit., p. 3.
- (22) 'Amaral foge da Assembléia'. Repórter da Região, Campinas, ano II, n. 9, ago. 1979, p.5.
- (23) ASSEMBLÉIA DO POVO. 'Levantamento das reivindicações dos moradores de bairros que participam da Assembléia do Povo', op. cit..
- (24) 'Chico eterniza as 81 favelas de Campinas: agora já pode fazer casas de tijolos, as ruas terão nomes, água coletiva e plano para esgoto'. Jornal da Manhã, Campinas, 23/09/80.

- (25) 'Quinta Assembléia do Povo: o prefeito viaja'. Repórter da Região, Campinas, ano II, n. 11, nov. 1979, pp. 4-5.
- (26) 'Amaral foge da Assembléia'. Repórter da Região, ano II, n. 9, ago. 1979, p.5.
- (27) Erminia Maricato, 'A cidade é um grande negócio', Teoria e Debate, n.3, jun. 1988, p.7.
- (28) ASSEMBLÉIA DO POVO. 'Levantamento de reivindicações de moradia dos moradores de bairros que participam da Assembléia do Povo', op. cit., p. 4.
- (29) Ibid., p. 4.
- (30) Ibid., p. 6.
- (31) Ibid., p. 6.
- (32) ASSEMBLÉIA DO POVO. A luta pela terra, Campinas, fev. 1982, pp. 7-8.
- (33) ASSEMBLÉIA DO POVO. 'Algumas informações básicas sobre a luta pelo Direito Real de uso da Terra dos favelados de Campinas - SP.', Campinas, out. 1980, p. 1.
- (34) ASSEMBLÉIA DO POVO. A luta pela terra, op. cit., p. 10.
- (35) Ibid., p. 10.
- (36) Ibid., pp. 10-11.
- (37) 'O veto caiu, mas nas favelas a mobilização continua: Decisão dos vereadores não mudou o ânimo dos favelados'. Jornal de Hoje, Campinas, 26/04/81.
- (38) 'Prefeito cede áreas que pertencem ao povo'. Correio Popular, Campinas, 04/04/81.
- (39) 'Brandina vai à luta'. Repórter da Região, Campinas, abr. 1981.
- (40) ASSEMBLÉIA DO POVO. Relatório sobre as reivindicações de moradia, op. cit., p. 2.

- (41) 'Barracos: A luta pela terra'. Repórter da Região, Campinas, ano III, n. 12, jul. 1980.
- (42) Idem.
- (43) Idem.
- (44) 'Conselho para atender os favelados'. Diário do Povo, Campinas, 23/09/1980.
- (45) ASSEMBLÉIA DO POVO. 'Algumas informações básicas sobre a luta pelo Direito Real do Uso da Terra dos favelados de Campinas-SP', op. cit., p. 1.
- (46) 'Há os que preferem a guerra'. Diário do Povo, Campinas, 16/08/81.
- (47) Idem.
- (48) 'Divergências entre favelados'. Diário do Povo, Campinas, 16/10/1980.
- (49) ASSEMBLÉIA DO POVO. A luta pela terra, Campinas, fev. 1982, pp. 7-8.
- (50) 'Favelados: Prefeito anuncia medida inédita'. Correio Popular, Campinas, 28/09/80.
- (51) ASSEMBLÉIA DO POVO, Ata do I Encontro de Diretorias de Favelas da Assembléia do Povo, 12/10/80.
- (52) 'Jornais cara a cara com o povo'. Repórter da Região, Campinas, n. 13, nov. 1980, p. 13.
- (53) 'Votação sem surpresas'. Jornal de Hoje, Campinas, 10/10/80.
- (54) 'A ponte começa a gemer'. Repórter da Região, Campinas, n. 13, nov. 1980, p. 2.
- (55) 'Amaral responde hoje aos favelados: A Assembléia do Povo vai à prefeitura reivindicar promessa feita pelo prefeito'. Diário do Povo, Campinas, 14/11/1980.

- (56) 'Favelados querem resposta do prefeito'. Correio Popular, Campinas, 18/12/1980.
- (57) 'A história da luta ... a luta contínua'. Repórter da Região, Campinas, n. 14, abr. 1981, pp. 2-3.
- (58) J. B. Olivi, 'Bolachas no plenário'. Jornal de Hoje, Campinas, 28/02/81, p. 2 (Coluna Opinião, assinada por J. Hamilton).
- (59) 'Favelado pede apoio'. Diário do Povo, Campinas, 20/03/81 (Coluna O leitor no Diário).
- (60) 'Favelada saca uma arma mortal: Títulos de eleitor para acertar contas com vereador'. Repórter da Região, Campinas, ano III, n. 14, abr. 1981.
- (61) Sobre o debate Igreja x Câmara, ver:
- 'Agora nós temos terra'. Hora Sacra, Campinas, ano I, n. 28, 12/04/81, p. 5;
- 'Padres reiteram apoio aos favelados'. Correio Popular, Campinas, 11/03/81;
- 'Para Fanutto, igreja nada oferece ao povo'. Correio Popular, Campinas, 06/03/81;
- 'Igreja é indústria da miséria: diz Fanutto'. Diário do Povo, Campinas, 06/03/81.
- (62) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta pela terra, op. cit., pp. 15-6.
- (63) 'E agora? Prefeito baixa decreto e doa terra aos favelados? Jornal de
- Ver ainda:
- 'Vereadores acharam a lei "Grande loucura"'. Jornal de Hoje, Campinas, 31/03/81.
- 'Os favelados reagiram com muita euforia à lei'. Jornal de Hoje, Campinas, 31/03/81;

'Nacaratto diz que estão mesmo incitando uma "luta de classes".

Jornal da Manhã, Campinas, 31/03/81;

'Chico dá o golpe e consegue ceder terras aos favelados'. Correio Popular, Campinas, 31/03/81;

'Barreto ameaça com novo pedido de impeachment'. Correio Popular, Campinas, 31/03/81;

'Para conter a migração, lei será "congelada" por 10 anos'. Correio Popular, Campinas, 31/03/81;

'Amaral muda a lei e doa a terra aos favelados', Diário do Povo, Campinas, 31/03/81.

'Vereadores já falam em impeachment', Diário do Povo, Campinas, 31/03/81.

(64) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta pela terra, op. cit., p. 17. 'A história da luta ... a luta continua'. Repórter da Região, n. 14, abr. 1981, pp. 2-3.

(65) Ibid

(66) Ver nota 63.

(67) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta pela terra, op. cit., p. 17.

(68) 'O veto caiu, mas nas favelas a mobilização continua: Decisão dos vereadores não mudou ânimo dos favelados'. Jornal da Manhã, Campinas, 26/04/81.

(69) Vereador Assis Argenton, Câmara Municipal, Sala das Sessões, Requerimento n. 44/81, 16/02/81.

(70) Vereador José Paulo P. Nacaratto, Câmara Municipal, Sala das Sessões, Requerimento n. 35/81, 09/02/81.

(71) Manifesto do Conselho das Sociedades de Bairros de Campinas, 06/04/81.

(72) LIONS CLUB DE CAMPINAS, Souza, Ofício, s/n., s/d.

- (73) Francisco Amaral, OF. GP. 538/03/81 de 17/03/81, Movimento em favor dos favelados, Prefeitura Municipal.
- (74) Francisco Amaral, OF. GP. 652/03/81 de 26/03/81, À pavimentadora Blocket de Minas Gerais Ltda., Belo Horizonte.
- (75) ASSEMBLÉIA DO POVO, Carta aberta à população, Campinas, 08/05/81.
- (76) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra, op. cit., p. 17.
- (77) 'Favelados: Câmara tenta completar o cerco legal', Campinas, Diário do Povo, 23/06/81.
- (78) ASSEMBLÉIA DO POVO, Breve histórico da Assembléia do Povo, jul. 1983.
- (79) José Roberto Magalhães Teixeira, Proposta de Governo, Campinas, out. 82, p. 17.
- (80) 'Esta é a casa que está substituindo os barracos', Diário do Povo, Campinas, 30/04/81.
- (81) 'Magalhães começa a substituir Amaral', Diário do Povo, Campinas, 13/05/81.
- 'Favelados: sonho de Magalhães é ver a solução apontada pela comunidade', Correio Popular, Campinas, 21/05/81.
- (82) 'Magalhães começa a substituir Amaral', Diário do Povo, Campinas, 30/04/81.
- (83) 'Em um antigo decreto Chico também autoriza construção nas favelas: documento vem a público e muda o rumo do projeto dos favelados', Jornal de Hoje, Campinas, 14/08/81.
- (84) 'Seminário Nacional das Favelas começa hoje em Campinas', Jornal de Hoje, Campinas, 14/08/81.
- (85) Doc. 60/P2 - arquivo da AsP.

- (86) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra: Assembléia do Povo, op. cit., p. 19.
- (87) 'Seminário dos favelados já é visto como polêmica', Correio Popular, Campinas, 22/05/81.
- (88) 'Assembléia do Povo não discute favelas', Diário do Povo, Campinas, 11/08/81.
- 'Assembléia do Povo desiste do Seminário sobre favelas', Correio Popular, Campinas, 11/08/81.
- 'Assembléia não vai ao Seminário e ainda auxs "Grana"', Jornal de Hoje, Campinas, 11/08/81.
- (89) 'PT apóia favelados e quer revogação da lei', Correio Popular, Campinas, 11/08/81.
- 'Federação pretende levar pelo menos 400 ao Seminario', Correio Popular, Campinas, 13/08/81.
- (90) 'Favelados, no paço, dizem que a luta ainda continua', Correio Popular, Campinas, 14/08/81.
- (91) 'Seminário tem hoje Almino e Jaime Lerner', Correio Popular, Campinas, 14/08/81.
- (92) 'Divergências começam antes do debate sobre favelas em Campinas', Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/08/81.
- (93) 'Assembléia do Povo não discute favelas', Diário do Povo, Campinas, 21/05/81.
- (94) 'Favelados, no paço, dizem que "a luta ainda continua"', Correio Popular, Campinas, 14/08/81.
- (95) 'Afinal, o projeto da Assembléia', Diário do Povo, Campinas, 16/08/81.

Ver ainda:

'Assembléia do Povo (que recusou a participar) leva trabalho

- Seminário, Correio Popular, Campinas, 16/08/81.
- (96) 'Afinal, o projeto da Assembléia', Diário do Povo, Campinas, 16/08/81.
- (97) Idem nota 81.
- (98) 'Magalhães quer evitar choques, e urbanizar'. Diário do Povo, Campinas, 16/08/81.
- (99) 'Agora um grupo uma "gerência" para cuidar de favelas'. Correio Popular, Campinas, 19/08/81.
- (100) 'Conjuntos habitacionais nas favelas têm financiamento garantido: BNH dá verba para desfavelamento'. Jornal da Manhã, Campinas, 17/08/81.
- (101) 'Agora um grupo uma "gerência" para cuidar das favelas'. Correio Popular, Campinas, 19/08/81.
- (102) 'Leobino lembra que a lei impede Grama de construir prédios'. Correio Popular, Campinas, 19/08/81.
- (103) '"Grupo inter-secretarial" para urbanizar as favelas'. Jornal da Manhã, Campinas, 03/10/81.
- (104) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra: Assembléia do Povo, op. cit., p. 20.
- (105) 'Amaral quer verba da União para recuperar os córregos da cidade'. Diário do Povo, Campinas, 30/12/81.
- (106) Documento dos favelados sobre a terra. II Encontro Nacional de Favelados. Campinas, 12-15/02/82.
- No ano seguinte ocorreram outros dois encontros dessa natureza:
- 'Piracicaba: Assembléia de favelados', Diário do Povo, Campinas, 20/07/83. II Congresso Piracicabano de Favelados, 200 delegados de Piracicaba, Campinas, Diadema, S. Bernardo do Campo, Sto. André, Santos, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Goiás. e

'Cariocas aprovam plano de favelas de Campinas', Diário do povo, Campinas, 18/10/83 [Congresso de Favelados do Rio de Janeiro - Núcleo de Favelados de Laranjeiras].

(107)Idem.

(108)Para um estudo pormenorizado sobre o destino da população negra, quanto a sua perseguição inclusive cultural, nas décadas imediatas a 1888, em Campinas, verificar a obra de Cleber da Silva Maciel, Discriminações raciais: negros em Campinas (1888 - 1912), 1987.

(109)'Criada a Federação da Assembléia do Povo', Repórter da Região, Campinas, abr. 81, p. 6.

(110)José Antonio Dawache, 'Eles mesmos fabricam os tijolos: nesta favela, barracos dão lugar a casas de alvenaria', Correio Popular, Campinas, 22/08/82.

(111)ASSEMBLÉIA DO POVO, Boletim, jan. 1982.

(112)'Prefeitura destina 100 milhões para favelas', Correio Popular, Campinas, 20/01/82;

'Nas favelas nova forma de auxiliar', Diário do Povo, Campinas, 20/01/82;

'Nas favelas nova forma de auxiliar', Diário do Povo, Campinas, 20/01/82;

Jane Soares, 'Favelados conseguem melhorias: Prefeitura de Campinas vai iniciar reurbanização de vários núcleos', Folha de São Paulo, São Paulo, 04/02/82.

(113)'Negociação impede invasão de favelados em Campinas: acordo foi feito com a presença de batalhão de choque da P.M.', Folha de S. Paulo, São Paulo, 07/12/82;

'Favelados tentam invadir uma praça', Correio Popular, Campinas, 07/12/81;

'Prefeitura vai ceder terreno para ocupação por favelados', Diário do Povo, Campinas, 17/12/81.

(114)'Reivindicações ao novo prefeito: ato público reúne 2 mil favelados na prefeitura', Correio Popular, Campinas, 19/05/82;

(115)Dna. Ilza Cardoso, colocou, em 1984, sua experiência de organização dos favelados, adquirida no movimento da AsF, a serviço da Secretaria de Promoção Social, na tentativa de romper pessoalmente com o isolamento que a administração M. Teixeira impôs à AsF.

Esta decisão é contestada por uma parte dos moradores da favela (a Associação representava favelados da V. Nogueira e Pq. São Quirino desde fevereiro de 1981, quando foi registrada), que não aceitar o estrelamento. Ocorre um plebiscito no dia 24/11/85 e os favelados optam pela criação de duas Associações.

Apesar da solução da separação dos favelados em duas entidades, havia outro impasse: a apropriação da sede construída pelos moradores para atividades de iniciativa da Promoção Social, com outras instituições.

O grupo de favelados do Pq. São Quirino tentaram, por algum tempo, negociar um revezamento entre as duas Associações nos dias da semana, uma vez que também tinham direito à sede que ajudaram a construir. Questionaram o fato da Secretaria de Promoção Social não construir seu próprio local para desenvolver seus projetos "comunitários".

Desde 1984, portanto, Dna. Ilza desempenha um importante papel de articulação das atividades que ocorriam na favela, a partir da

sede.

Na medida em que era a Secretaria de Promoção Social e não a AsP o referencial político da ação e a conjuntura vivida pelo movimento era de desarticulação naquele momento, a tendência a personalização da liderança foi inevitável.

Na obra "Fazer Escola conhecendo a vida", organizado por Paulo Freire, Adriano Nogueira e Débora Mazza (3. edição, Campinas, Papirus, 1988, 1. ed. 1986, Coleção Krisis) Dna Ilza Cardoso é a protagonista principal

Segundo os organizadores, o objetivo é realizar uma "reflexão interdisciplinar em Educação Popular", com "parceiros" da Associação de Favelados, Secretaria de Promoção Social e algumas faculdades da PUCCAMP e UNICAMP.

O livro abstrai problemas e conflitos essenciais da história da AsP, da Associação local dos favelados, da relação Estado e Movimento Social e deste último com instituições universitárias.

A intenção é reconhecer um saber favelado para valorizá-lo na ação educativa, mas pensam apreendê-lo através de um recurso metodológico único: registrar "falas", "idéias", "intuições", "atitudes", de atores individualizados, que não participavam mais do que chamam genericamente de "movimento popular dos favelados".

O saber favelado tem de ser investigado desde a origem de formação das favelas, na especificidade da contradição social que cria e nas sínteses coletivas que produz no auge dos movimentos pela posse definitiva da terra. Entendemos que este procedimento é mais seguro para "acercar-nos" de uma "compreensão crítica da cultura" das classes trabalhadoras e testar experiências em educação, do que se conceitua também genericamente de "popular". Estas, por sua vez, só têm sentido

ocorrer se forem independentes da intervenção das instituições do Estado.

Ver ainda:

'O posto das favelas, feito por favelados', Diário do Povo, Campinas, 19/02/84;

'Obras dos moradores não recebe apoio da prefeitura: Favelados Prezam pelo seu posto de saúde', Diário do Povo, Campinas, 22/02/84;

'Vamos governar juntos', Diário do Povo, Campinas, 22/02/84;

'Um projeto pioneiro integra os favelados', Diário do Povo, Campinas, 26/05/84;

'Favela ganha núcleo especial para crianças', Correio Popular, Campinas, 08/07/84;

'Terapia na favela para divertir e orientar crianças', Diário do Povo, Campinas, 18/08/84;

'O melhor investimento', Diário do Povo, Campinas, 19/08/84 (coluna Tome Nota);

'Universidades farão mutirão em favela', Correio Popular, Campinas, 02/04/86;

'Favela cria uma fábrica de tijolos para erguer casas', Correio Popular, Campinas, 20/07/86.

((16))O outro candidato ao PT - Campinas que se elegeu vereador foi Clóvis Garcia, liderança do movimento dos funcionários da UNICAMP, falecido em 15/03/85, sendo substituído por Ricardo Galetta, liderança de setores de CEBs da cidade.

((17))José Roberto Magalhães Teixeira, discurso proferido na audiência ["Encontro com lideranças e associações de moradores de

favelas"3, em 21/05/83, transcrição.

'Projeto de urbanização já começou em cinco favelas', Diário do Povo, Campinas, 10/09/83;

'Favelas se organizam para serem urbanizadas', Correio Popular, Campinas, 11/09/83;

'Conselho dará novo impulso à urbanização das favelas' [FUNDAPE], Diário do Povo, Campinas, 12/10/83;

'Prefeitura tem novo projeto para favelados', Diário do Povo, Campinas, 14/03/83;

'Secretário quer urbanizar cinco favelas', Correio Popular, Campinas, 07/01/84;

'Prefeitura urbaniza quatro favelas até o final deste ano', Diário do Povo, Campinas, 11/02/84;

'Em dois meses, mais 20 favelas urbanizadas', Diário do Povo, Campinas, 17/07/84;

'Logo, favelas urbanizadas' Diário do Povo, Campinas, 04/08/84;

'Prefeito promete urbanizar todos os núcleos: mais de 20 projetos vão reurbanizar favelas', Correio Popular, Campinas, 29/06/85.

'Substituindo barracos: Prefeitura construirá 200 casas nas favelas', Correio Popular, Campinas, 10/07/85,

'Promoção Social promete construir mais 6 mil casas', Correio Popular, Campinas, 19/02/86;

'Convênios para urbanizar favelas só em março', Correio Popular, Campinas, 28/02/86;

(118) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra no governo Magalhães Teixeira, maio 1985, p.2.

(119) 'Favelados buscam consenso sobre o uso da terra ocupada', Diário do Povo, Campinas, 03/08/83.

- (120) 'Para evitar que o crescimento comprometa a urbanização: Prefeitura vai proibir a expansão de favelas', Diário do Povo, Campinas, 23/08/83;
'Proibida a construção de novos barracos em favelas: prefeito assinou decreto ontem', Correio Popular, Campinas, 23/08/83;
'Favelas, solução eleicoeira', Correio Popular, Campinas, 25/08/83.
- (121) 'Prefeitura derruba barraco na área pública', Diário do Povo, Campinas, 31/08/83;
'Prefeito impede a construção de um barraco', Correio Popular, Campinas, 31/08/83;
'Houve engano: o barraco estava em área de favela', Correio Popular, Campinas, 01/09/83;
'Prefeito embargou, mas barraco será reerguido', Diário do Povo, Campinas, 01/09/83.
'Favela contra administrador da AR-3' [Pq. São Quirino], Correio popular, Campinas, 06/07/85.
'Criada gerência para urbanizar as favelas', Diário do Povo, Campinas, 18/03/84;
'Primeira vez na história: favelados ganham nesta semana 56 títulos de terra', Diário do Povo, Campinas, 05/06/84;
'Favelados ganham posse de terra', Diário do Povo, Campinas, 24/06/84;
'Favelados recebem títulos de posse', Diário do Povo, Campinas, 13/07/84;
'Pq. Universitário: favela é extinta com ato simbólico', Diário do Povo, Campinas, 15/07/84;

(122) 'Campinas não se vende e faz', Correio Popular, Campinas, 26/07/84 [transcrita do jornal O Estado de São Paulo, São Paulo, 25/07/84],

'Urbanização muda a vida nas favelas', Diário do Povo, Campinas, 23/09/84;

'Prefeito prepara estudos para desafetação de áreas: mais de 14 favelas serão urbanizadas este mês', Correio Popular, Campinas, 16/10/84;

Será possível, talvez encerrar esta administração sem que Campinas possua mais nenhuma favela, todas já transformadas em bairros perfeitamente integrados à cidade.

'Prefeitura fará obras de saneamento nas favelas', Correio Popular, Campinas, 31/12/86;

'Em 30 dias, prefeitura faz entrega: 3 mil favelados recebem títulos de suas terras', Correio Popular, Campinas, 14/02/87;

'Mais 7 favelas receberão ligações de água e esgoto', Correio Popular, Campinas, 15/02/87;

'Prefeitura entrega hoje títulos de posse da terra', Correio Popular, Campinas, 25/04/87;

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 'Favelados ficam donos da terra que ocupam', Campinas Agora, Campinas, Magalhães Teixeira e você, ano II, n. 15, maio 1987.

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAMPINAS, 'Urbanização: grupo especial para trabalhar em favelas', Campinas Agora, Campinas, Magalhães Teixeira e você, ano II, n.15, maio 1987;

(123) 'Através de atos públicos no Paço Municipal, bairros movimentam-se para cobrar promessas', Correio Popular, Campinas, 21/09/83;

'Favelados sugerem ao Prefeito que rasgue o diploma: Assembléia

do Povo cobra promessas de Magalhães', Diário do povo, Campinas, 29/01/84;

'Entidade reclama apoio para urbanizar favelas', Correio Popular, Campinas, 29/01/84;

'Assembléia do Povo passará a cobrar promessas', Correio Popular, Campinas, 05/02/84;

'Dia 12, favelados protestam no Paço', Correio Popular, Campinas, 26/02/84;

'Favelados cobram promessas do Magalhães', Correio Popular, Campinas, 04/05/84;

(124) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra no Governo Magalhães Teixeira, Campinas, maio 1985, p.3.

(125) Ibid, p. 4.

(126) 'Favelado movem ação contra tarifa social', Diário do povo, Campinas, 05/10/83;

'Favelados não têm como pagar taxa de luz', Diário do Povo, Campinas, 11/07/84;

'Favelados querem energia elétrica gratuita', Diário do Povo, Campinas, 31/10/84;

'Proposta da CPFL: favelas terão energia elétrica gratuita', Diário do Povo, Campinas, 31/10/84;

'Favelados reivindicam tarifa fixa para consumo de eletricidade', Correio Popular, Campinas, 31/10/84.

(127) 'Favelados fazem mutirão para receber água', Diário do Povo, Campinas, 14/03/84.

'Favelas cobram implantação da rede de água', Correio Popular, Campinas, 17/02/84;

'SANASA leva água tratada para favela', Correio Popular,

Campinas, 21/02/84;

'Água potável, mas não para todos', Correio Popular, Campinas, 26/02/84;

(128)'Prefeitura sem verba adicional para favelas: recursos para este ano limitados a Cr\$40 milhões', Correio Popular, Campinas, 16/03/84;

'Não há recurso extra para favelas', Correio popular, Campinas, 16/03/84;

'Favelado quer discutir o orçamento', Correio Popular, Campinas, 26/07/84.

(129)Lúcia P. Valladares, Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro, 1980, prefácio da segunda edição.

(130)'Falta de fiscalização e proibição não adianta nada: cresce o comércio de barracos', Correio Popular, Campinas, 21/02/84.

(131)'Um barraco vale 40 a 100 mil: até nas favelas o "boom" imobiliário', Correio Popular, Campinas, 29/08/82;

'Antenor Braido, 'Especulação eleva preços de barracos a até 1 milhão', Folha de S. Paulo, São Paulo, 30/01/83;

'Decreto de uso da terra provocou especulação: nas favelas, o preço de um barraco já chega a 800 mil', Diário do Povo, Campinas, 27/08/83.

(132)'Faltam 8,5 milhões de residências', Correio Popular, Campinas, 05/07/86.

Ver ainda:

'Na última década, metade de Campinas veio de fora', Diário do Povo, Campinas, 12/10/83;

Evolução de 73 a 81 (favelados em Campinas)

Ano	n. de barracos	estimativa de habitantes
73	1.359	6.998
74	1.770	9.115
75	2.069	10.758
76	2.759	14.208
77	4.391	22.613
78	xx	xx
79	8.092	41.673
80	8.700	44.815
81	9.200	47.656
Hoje*	12.000	60.000

xx Não há estatística para 78.

* Estimativas feitas sob projecção da Promoção Social

Obs.: Em 1973, os favelados representavam 2% da população em 1983, passaram a compor 9% dela.

Ismael Pfeifer, 'Em 10 anos, o número de favelados cresceu em 900%', Correio Popular, Campinas, 21/02/84;

José Antônio Dawache, 'Favelas, crescendo ao longo da D. Pedro: desde 1981, número de barracos passou de 920 para quase três mil', Correio Popular, Campinas, 22/04/84;

Denise Cardillo, 'Campinas, cresce sem planejamento para habitação', Correio Popular, Campinas 15/12/85;

(133) 'Em Campinas, cresce o problema da falta de moradias', Correio Popular, Campinas, 15/07/87.

Maria Inês Nassif, 'As favelas não param de crescer', Diário do Povo, Campinas, 19/02/80;

'Oitenta favelas rodeiam Campinas', Correio Popular, Campinas, 28/02/80;

'Em Campinas, favelados já são 80 mil', Correio Popular, Campinas, 14/07/85 (suplemento de aniversário);

'Sem no centro, uma moradia improvisada', Correio Popular, Campinas, 26/10/86;

'Muitas famílias estão se tornando faveladas', Correio Popular, Campinas, 30/11/86.

(134) 'Arma contra o caos', Isis, São Paulo, ano 7, n. 333, 11/05/83 pp. 18-23.

Sobre a questão do "vazio urbano", ver ainda:

'Construíram casas num terreno baldio. Aí chegou o dono ...', Correio Popular, Campinas, 16/09/83;

'78 famílias recusam-se a deixar área particular. Favela pede à prefeitura desapropriação do terreno', Correio Popular, Campinas, 05/10/83.

(135) 'Quem é que mora em barraco?' Repórter da Região, Campinas, ano 3, n. 13, p.4.

Estas frases foram transformadas numa espécie de "poema" da AsP, lido na Assembléia da terra por milhares de favelados.

(136) Depoimento de favelado no Seminário: "As questões urbana e regional e a constituinte", Campinas, Universidade Estadual de Campinas, 01-05/06/87.

Capítulo II

A HISTÓRIA DA ASSEMBLÉIA DO POVO: A LUTA PELA URBANIZAÇÃO DAS FAVELAS (O P.U.E.) E O SABER FAVELADO

O ano de 1980 foi para o movimento, como já vimos, o ano da Lei da Terra. Em 1981, a luta se expressará em outros termos: na urbanização das favelas.

Foi ficando claro para os favelados do movimento que o objetivo dos setores dominantes locais - manter a situação de ilegalidade da posse da terra - precisava ser enfrentado de outras formas. A situação que passou a ser amplamente divulgada como "confusão legal" sobre a lei da terra, provocada principalmente pelo poder legislativo, foi útil como instrumento de desmobilização.

Em junho de 1981, a AsP decidiu dar início à prioridade da urbanização iniciando com um ato político diferente. Todas as Associações e a assessoria decidiram participar de um só mutirão na favela do Jardim Campos Elíseos para inaugurar uma nova etapa da luta que deveria ser desencadeada em todas as outras favelas:

Sete mil requerimentos reivindicando o direito sobre a terra estão sendo distribuídos entre os favelados de Campinas. 2 mil e 500 já deram entrada na Prefeitura, devidamente protocolados. Mais que isso: os favelados, liderados pela Assembléia do Povo, promovem mutirões - sem a participação do Poder Público arrumando favelas, alterando os barracos, abrindo "caminhos". Na verdade, os

favelados de Campinas não esperam a definição da Justiça e muito menos da prefeitura. Estão assumindo, na prática, o direito sobre a terra. Um exemplo disso aconteceu domingo. Favelados de toda parte da cidade compareceram no Jardim Campos Elíseos, participando de mutirão que deve continuar, até agosto, sempre aos domingos. No próximo final de semana, outro mutirão será feito no Jardim Campo Belo, na região de Viracopos, para a drenagem de um córrego - serviço que a Administração Regional demora a fazer. (1)

Relembramos, que a questão da urbanização já acompanhava a discussão legal desde as Assembléias Públicas, reuniões e audiências, para chegar à alternativa da lei da terra. Depois de fevereiro de 81, quando a Câmara aprova o projeto de urbanização, mas impede a conquista do Direito real de Uso da Terra, o P.U.E. passou a ser um direito adquirido. Com relação à posse da terra, continuava vigorando legalmente apenas o Decreto de Permissão de uso dos dez anos (n. 6.228 de 29/09/80).

Como mencionamos anteriormente, para chegar neste momento histórico, os favelados precisaram recapitular muitos aspectos de sua relação com a cidade. As lembranças sobre o quanto foi difícil decifrar e estabelecer, simultaneamente, um modo de sobrevivência num centro urbano que o recebeu como "marginal", "estrangeiro" (para usar uma expressão comum entre eles) tornaram-se indispensáveis para descoberta de seus interesses políticos. Examinaram as características intrínsecas do lugar que habitam e o quanto sua história é diferente dos outros tipos de moradores urbanos.

Enfrentaram, sem tréguas, sempre em situação provisória e precária, os desafios que a favela exige de todos seus moradores: como

lidar com enchentes, frio, calor, desabamento, lixo, mato, abrir e manter os caminhos, as pontes e as passagens transitáveis. Fazer reformas ou reconstruir todo o barraco em outro local, limpar córregos, conseguir entulhos para tapar os buracos e as constantes erosões, além de lutar (como qualquer outro morador de bairro) por equipamentos coletivos, como água, luz, esgoto, ônibus, escola, posto de saúde, creche e assim por diante.

Existem muitos intelectuais que reconhecem mas criticam trabalhos desse gênero, grande parte realizado em forma de mutirão. As tentativas de demonstrar o quanto de trabalho gratuito está embutido em todas estas atividades (pois são "obrigações do Estado"), parecem cair sempre no vazio.

Essas ações contínuas do favelado precisam ser observadas de outro ângulo, pois, além de fator de sobrevivência, representam também um meio de resistência cultural, momento de descobertas mútuas, de produção de um saber sobre a pior parte da cidade que lhe coube morar. Este se desenvolveu apesar do discurso dominante da "marginalidade social", que descreve seu cotidiano como algo estático, cristalizado pela sua "cultura da pobreza".

O anônimo e sistemático trabalho na favela é a única maneira para garantirem um teto e assim reproduzirem a sua força de trabalho. A sua sobrevivência e a da família passa, portanto, obrigatoriamente, pela incessante tarefa de manter o barraco e a favela minimamente habitável, além da busca de um lugar no mercado de trabalho. Necessitaram, como vemos, inserirem-se num contexto social pré-

determinado por um conjunto de interesses econômicos e políticos e resistirem a ele para fixarem-se de algum modo.

A crítica a "teoria da marginalidade", portanto, precisa ir além e reconhecer o favelado como um agente ativo também do ponto de vista da valorização do espaço urbano. Longe de "expropriar" a cidade que habita (por não pagar impostos e por ocupar "áreas verdes", por exemplo) ele foi obrigado (desde o momento em que chegou à cidade) a criar e recriar o espaço urbano que lhe restou para se instalar.

Desta perspectiva talvez fique mais fácil compreender por que os favelados recusam-se a aceitar o estereótipo de "marginal", pois é comum os moradores de bairros considerarem um "privilégio" este tipo de moradia, uma vez que todos são "vagabundos" à espera de "doação" de terra por parte do Estado, como vimos no auge da discussão da Lei da Terra.

O modo árduo e ativo deles se relacionarem com o espaço urbano não é, evidentemente, reconhecido socialmente, e tampouco é permitido admitir que produzem algum conhecimento especial sobre a cidade. Tal conhecimento, que teve origem em meio, à miséria e desenvolveu-se às custas de muita insegurança (expulsões, remoções, violência policial e, às vezes, estágios anteriores em bancos de jardins, embaixo de pontes e estações de trens) é, no mínimo, altamente suspeito, aos olhos dos que assimilam apenas os valores do modo de vida urbano típico das classes dominantes.

O que importa nesse momento é assinalar como os favelados da

AsP foram capazes de sair do confinamento político e social em que sempre estiveram e se organizaram para ocupar definitivamente a terra, através da auto-urbanização. Isto significa que obrigaram o Estado a rever seus discursos e recuar em sua política habitacional (financiamento para casa própria) para adaptar-se às tarefas da urbanização, definidas pelo movimento, única maneira para voltar a interferir e tentar controlar a organização local dos favelados, como veremos adiante.

É interessante observar a diferença de participação política entre os favelados da AsP e os da "Federação" em relação à urbanização. Numa reunião realizada, em 26/03/81, entre representantes do "Federação" e da AsP, em que a Promoção Social esteve presente acompanhando a "Federação", a discussão girava em torno da capacidade que os favelados teriam ou não para por em prática a Lei e o Decreto da Terra, defendidos pela AsP.

Consta na ata da reunião de Leobino F. de Oliveira (Presidente da Associação do Jd. Campos Elíseos), entregue ao arquivo do movimento, a sua indignação contra as dúvidas do "Geraldinho" (Geraldo Tavares, Secretário da "Federação" e desenhista da Sec. Prom. Social) e do "Sr. Paulo" (Presidente da Associação do Jd. Flamboyant):

foi feita a abertura da reunião (...) e iniciada pelo favelado Geraldinho, dizendo que não se conformava com o decreto levado a Câmara (...). Não conformava da urbanização do projeto que foi elaborado pelas Associações. Respondi-me eu, Leobino (...) que era muito mal interpretada a psicologia do Geraldinho. Porque o argumento das

Associações é que já estamos cansados de esperar por homens políticos (...). O Geraldinho perguntou o que vinha a ser a palavra que [eu] estava falando, "curva de nível", que citava no projeto de Urbanização Específica, procurando sempre escandalizar o artigo profundo do projeto, querendo que fosse colocado como loteamento das imobiliárias. Respondeu eu, Leobino, que o projeto era mesmo ambicionado, que nem os vereadores puderam saber [entender] como tivemos tal compreensão de elaborar igual teor. Reformulei que [em] todo o país o projeto foi muito bem computado, mas não teve computação normal somente para 15 vereadores, porque não interessou para eles. Só deu interesse para os favelados. (2)

Na prática, a urbanização passou a dificultar as decisões unilaterais dos técnicos e funcionários municipais de diversos órgãos da administração da prefeitura, que estavam até então acostumados a ignorar os interesses dos moradores e a falar por eles em todas as ocasiões.

Os favelados, por sua vez, tiveram que ampliar seu conhecimento e dominar certos mecanismos de funcionamento das diferentes agências do Estado. Desenvolveram uma metodologia de trabalho técnico, nas favelas, graças à indispensável assessoria dos arquitetos da AsP, no que se refere à implantação do P.U.E. (como por exemplo, leitura da planta, demarcação de terrenos, prever rede de água, esgoto, luz, caminhos, etc).

Em audiência com o Prefeito, no dia 02 de abril [1981], foi apresentada, pelas Associações de Moradores de Favelas, a proposta de formação de um Grupo de Trabalho constituído por técnicos da Assembléia do Povo e secretarias da Prefeitura (Obras, Administração, Negócios Jurídicos, Promoção Social, Coordenação das Administrações Regionais e

Sanasa). Este Grupo de trabalho * teria a incumbência de efetivar a aplicação da lei. (3)

Além disso, as Associações aprenderam com o auxílio da assessoria a cuidar de atividades de caráter mais administrativo como filiação de sócios, controlar a expedição de carteirinhas e a participação de sócios nas tarefas coletivas da favela, discutir o valor da mensalidade dos sócios, preocupar-se em sistematizar eleições anuais, substituir vagas de diretores, apresentar balanços de tesouraria, distribuir convites, boletins internos, independentes daqueles mais gerais da AsP.

*Este Grupo de Trabalho nunca chegou a funcionar efetivamente, por isso os favelados foram canalizando sua persistência na negociação do P.U.E. com cada um dos organismos da Prefeitura. Com uns foram mais bem sucedidos, com outros menos. Na medida em que não se efetivava um referencial de negociação com o Estado (centralizado e coletivo das Associações) a tarefa de urbanização vai se dispersando nos esforços isolados de cada Diretoria. Essa situação perdura até hoje, facilitando a prática de expropriação/apropriação do trabalho de urbanização dos favelados pelo Estado, além de ter contribuído para esvaziar a discussão política entre as Associações, minando, conseqüentemente, a organização da AsP.

Passaram, inclusive, a contatar diretamente, com desembaraço, os meios de comunicação para denunciarem a intransigência de funcionários e técnicos da prefeitura ou acidentes e riscos de vida entre os moradores (como erosão, desabamentos, água contaminada, etc.) devido às condições físicas da favela. No início porém, procuravam transferir para a assessoria tais tarefas, por "vergonha" e medo de falar "errado", ou então a própria imprensa evitava o discurso do favelado, dando preferência ao dos assessores, dada a discriminação cultural dominante.

O movimento da AsF, também neste ponto, possibilitou enfim a valorização e desenvolvimento do "saber favelado" que mantem-se oculto ou que, no mínimo, é visto como "sem utilidade" pois acontene num espaço "ilegal" e desvinculado do universo de produção do saber gerado pelos especialistas da cidade.

O Plano de Urbanização Específica (P.U.E.) torna-se, dessa maneira, um fato extremamente significativo porque representa a síntese de um conhecimento adquirido ao longo de muitos anos, nas favelas de Campinas.

Ao mesmo tempo, representa uma ruptura e questionamento a uma história de submissão em relação às determinações do Estado, principalmente frente aos programas do BNH/COHAB e outros semelhantes, ligados ao SFH - Sistema Financeiro Habitacional.

Assim, desde de dezembro de 1980, a AsF preocupava-se em negociar a urbanização com o Prefeito F. Amaral, onde a preparação de

cada fase do P.U.E. deveria ser planejada e averiguada com cuidado junto com as lideranças nas reuniões gerais e de cada liderança com seus moradores, para evitar a improvisação e construção aleatória das moradias.

O Jornal Reporter da Região, antes da "guerra" desencadeada contra a conquista da Lei e Decreto da terra, assinado em 30/03/81, dedica um número especial sobre o assunto para divulgar o grande acontecimento e orientar os favelados sobre a continuidade da luta no plano da urbanização, baseando-se nos principais pontos do P.U.E

- 1) "levantamento topográfico e o exame da qualidade da terra;
 - 2) drenagem dos córregos e terraplanagem;
 - 3) instalação de água, luz e esgoto;
 - 4) traçado dos caminhos dentro das favelas;
 - 5) divisão dos terrenos e sua distribuição para todas as famílias que já moram na favela;
 - 6) construção da sede da Associação;
 - 7) lavrar a escritura do terreno;
 - 8) planta da casa assinada pelo engenheiro;
 - 9) mutirão para a construção da moradia definitiva."
- (...) As diretorias das Associações de favelados estão avisando que ainda não é para começar a construir, pois todos terão que esperar até a aprovação de todas as plantas. A prefeitura começa a fazer o levantamento topográfico e a análise da qualidade da terra. As diretorias já estão fazendo o levantamento do número de famílias, das pessoas e dos barracos em cada uma das favelas. Esse levantamento vai servir para os engenheiros da Assembléia do Povo prepararem a divisão da terra e saber o tamanho dos terrenos que cabe a cada família, pois os lotes serão cortados todos do mesmo tamanho. (...) A construção dos novos bairros ainda é um sonho para muita gente, como há um ano atrás era um sonho falar em posse definitiva da terra. (4)

Nessa época, havia uma certa segurança em relação ao trabalho que cabia à Prefeitura realizar, para concretizar o que a assessoria da AsP, em janeiro de 1981, chamou de "utopia favelada". Período esse que exigiu um esforço redobrado do movimento para fazer frente à oposição dos setores dominantes. Todos os meios de divulgação possíveis foram utilizados pelo movimento para falar a respeito do projeto da AsP. Num artigo escrito, por exemplo, no Semanário católico "Hora Sacra", a assessoria posicionou-se da seguinte forma, para defender as prioridades do movimento:

Hoje o conjunto da população favelada está superando a antiga tutela assistencialista imposta pelo Poder Municipal no momento mesmo em que reivindica, com a terra, a liberdade de sua auto-determinação; ou seja, negando a situação anterior descobre e inventa, nessa nova negação, formas habilidosamente criativas de Autogestão do seu próprio destino, como resposta coletiva às tradicionais e falidas formas de moradia popular que a urbanização capitalista mantém (...). A originalidade desta UTOPIA formula e legitima um método popular, e portanto anti-institucional, de trabalho coletivo sobre a NOVA TERRA e a NOVA MORADIA, recriando totalmente as convencionais formas de APROPRIAÇÃO e EXPLORAÇÃO da terra capitalista, bem como as práticas usuais de PRODUÇÃO e DISTRIBUIÇÃO da moradia popular. (5)

No entanto, desde 1981, na prática, a questão da auto-determinação e auto-gestão passou a ser sistematicamente combatida, através da imprensa, que salientava o perigo da iniciativa popular por tentar democratizar a gestão municipal nas favelas. Alguns trechos jornalísticos são muito significativos:

Efetivamente, Campinas vive hoje uma série crise de poder. Afinal de contas, não se sabe quem manda mais na cidade, se é o Prefeito Francisco ou a

chamada Assembléia do Povo. Na sua pretensão de solucionar de forma das mais desordenadas o problema do favelado, Francisco Amaral, ao que parece, enfiou os pés pelas mãos e acabou retirando a autoridade dos próprios órgãos da Administração Municipal, para colocá-la nas mãos daquela organização. Ao invés da secretaria de Promoção Social colocar em prática seus levantamentos, estudos e propostas para a coordenação das favelas, quem está fazendo esse tipo de trabalho é a Assembléia do Povo que, dessa forma, acaba com maiores poderes do que o próprio chefe do Executivo. Para o vereador José Pisolatto Naccarato, - "isso é o começo de uma anarquia generalizada que vai se instalar em Campinas, com consequências das mais nefastas. Fruto de uma incompetência administrativa, que tem somente um responsável: o Senhor Francisco Amaral, que perdeu as rédeas da cidade". (...) com os poderes de urbanização e ordenação das favelas, fica claro que Campinas tem hoje algo "sui generis", em termos de Administração Pública: um poder paralelo e que chega a ser superior àquela delegado por 111 mil campineiros. A Assembléia do Povo. (6)

Em outra matéria ("Xerifes do Povo mandam e desmandam na favela") o "autoritarismo" das Associações de Moradores é colocado num primeiro plano de denúncia para desqualificar a auto-urbanização, organizada no movimento, para viabilizar o processo de posse definitiva da terra.

Em geral, as críticas não discutem o projeto da ASP em si, o seu conteúdo político, argumentos técnicos, sua história, mas canalizam-se para fatos isolados, como se eles acontecessem de forma absolutamente arbitrária, sem lógica, sem uma perspectiva política e sócio-cultural.

Os "xerifes" estão em franca atividade nas favelas da periferia de Campinas. São 16 deles, nomeados pela Assembléia do Povo, para manter sob controle a situação das favelas onde eles mandam e desmandam.

Nos últimos dias eles ganharam notoriedade depois de passar por cima das determinações da Prefeitura e autorizar a remoção de barracos de uma favela para outra. Os membros da Assembléia do Povo se negam a prestar declarações à imprensa e só se pode saber de seus métodos de atuação, recorrendo às outras entidades que trabalham com favelados. (7)

Nesse período, portanto, as Associações da AsP precisavam dar conta do redimensionamento da luta, pois a tentativa de ter o direito definitivo da posse da terra primeiro, e urbanizar as favelas depois, não tinha dado certo. Por isso, a idéia de construir sem a posse definitiva era uma situação que gerava insegurança entre a população favelada. Era preciso, então, enfrentar o clima de dúvida e a contra-informação desmobilizadora dos setores dominantes, contrários ao projeto da AsP. O Jornal de Hoje menciona a diferença de informação e participação entre favelados:

Nas favelas, as pessoas que estão participando dos movimentos de mobilização não tem dúvidas quanto à questão do projeto dos favelados. Mas os que não participam, ainda não compreendem o que está acontecendo: uns pensam que os vereadores tivessem derrubado o Prefeito, enquanto outros acharam que tinham perdido as terras. No entanto, as pessoas que participaram das reuniões realizadas pela Assembléia do Povo, onde as informações são discutidas, tratam de espalhar a situação para os demais. (8)

A "utopia favelada", de transformação da favela em um novo bairro, estava baseada num processo gradual, o que individualmente significava chegar a uma moradia definitiva. Desse modo, a urbanização foi concebida para obter a adesão de cada morador da favela, caso contrário, ocorrem impasses nas tarefas coletivas de abertura de

caminhos, deslocamentos de barracos para ocupar os lotes demarcados após a divisão da área, etc.

É assim que a mudança das condições de vida para os favelados, que antes parecia depender muito da iniciativa dos agentes externos da favela. (Prefeitura, BNH, etc.), passa a ser entendida muito mais como controle e organização interna de seus moradores e Associações de Favelas.

Através de seu projeto de luta pelo direito à moradia, podem reconstruir a imagem da favela, supor-la de outra maneira, apesar de todos os obstáculos e cerceamentos praticados pelo Estado.

Por isso a AsP, como muitos outros movimentos de favelados do país, representam uma "síntese de conjuntura" nas palavras de Carlos Nelson F. dos Santos, quando se refere à sua experiência de assessoria a movimentos de favelados no Rio de Janeiro. (9)

O autor, ao refletir sobre a questão "Para que e a quem está servindo a produção intelectual sobre o urbano no Brasil?". "Também admite e revela em várias passagens de seu artigo, a existência do que estamos chamando de "saber favelado", historicamente acumulado e, evidentemente, não reconhecido socialmente. A análise de Santos (1983) coincide com as preocupações da assessoria da AsP em Campinas, quando esta tentava por todos os meios, demonstrar a importância social e política do que estava acontecendo.

Apresso-me a lembrar que a história a que estou me referindo não é a grandiloquente, de heróis, classes, massas e partidos iluminados e transformadores, mas a humilde existência do dia-a-dia onde são tomadas decisões de continuar do mesmo jeito ou de tentar mudar as coisas e a si mesmo. É a história de uma favela, de um loteamento, de um conjunto habitacional, de um plano no qual podemos ser sujeitos, existentes concretamente. Estou convencido de que não disse nenhuma novidade quando dei minhas opiniões sobre a ação dos favelados na transformação de seu espaço. Eles já sabiam daquilo tudo. No entanto, o fato de ser eu o que dizia dava uma importância especial a um enunciado que na origem, era o deles. Eu lhes emprestava a minha autoridade. Parece uma ninharia, mas de fato não o é. Na hierarquia de poder urbano, o discurso favelado representa o fim da fila. Técnicos, "experts" e pensadores negam ou desprezam o seu poder. (10)

A profundidade dessa novidade passa despercebida na maioria das vezes, porque o resultado prático, imediato, dificilmente esgota em si o grau de elaboração cultural que se criou no interior da luta pela moradia. Muito embora, seja possível detectar a superação gradativa das condições materiais iniciais de existência em muitas favelas com o momento atual, que é o da tendência para a auto-urbanização. (11)

Apesar dos movimentos de favelados serem vistos, em grande parte, como processos organizativos descontínuos, difusos, imprevisíveis (devido até às dificuldades de sobrevivência e instabilidade econômica em que vivem inclusive as lideranças e representantes dos favelados), é possível reconhecer algumas tendências e momentos políticos marcantes em sua história de conflitos com o Estado.

Mais uma vez o artigo de Santos vem em nosso auxílio para ampliar algumas observações sobre o assunto:

(...) Se o urbano é um discurso impresso e expresso no espaço e se traduz numa convenção de poder, os seus enunciadores detêm, podem deter e barganham poder. Nomear, classificar e dar sentido a espaços é uma força que, antes de mais nada, justifica hierarquizações, sacramenta segregações e cria dominações, ao estabelecer fronteiras simbolicamente produzidas. É assim que surgem e se impõem favelas, por exemplo. Por mais que se analisem e se denunciem as causas determinantes de favela, seja em que esfera for, e que se rastreie a sua evolução histórica, ninguém digno de crédito poderá dizer que ela foi PROGRAMADA E PREVISTA por algum agente de dominação. Ao contrário, a favela nasce contra as determinações da ordem e se insinua como um novo código urbanístico cuja leitura e validade só começaram a despertar a atenção dos especialistas 50 anos depois de suas primeiras aplicações e posterior desenvolvimento. (...) Suponho que há muito tempo os favelados já sabiam tudo que fomos descobrindo e revelando a seu respeito. Melhor do que isso: há muito tempo vinham fazendo interagir conhecimento e práticas em seus esforços, por suposto bem-sucedidos, de sobrevivência em cidades submetidas a processos intensos de mudanças, sobre os quais percebiam que tinha alguma responsabilidade. Fazer as famosas "sínteses de conjuntura" parece ser um privilégio reservado aos que não podem se dar ao luxo de viver apenas pensando. (12)

Os favelados, nesse sentido, descobriram que o "código urbanístico" que foram impondo ao espaço da cidade para sobreviver, foi sendo segregado e que o discurso da "marginalidade" é uma das "fronteiras simbolicamente produzidas" para evitar que sejam reconhecidos não só como sujeitos políticos, mas também como sujeitos de conhecimento. Em outras palavras, a "marginalidade" evita que a cidade tome contato com a capacidade dos favelados de produzirem mudanças qualitativas na realidade em que vivem.

São nos movimentos sociais pela posse definitiva da terra que os favelados deixam de se verem como "estrangeiros" (apesar de saber que continuarão a ser tratados assim) pois colocam em prática um questionamento próprio sobre o espaço urbano. Nesse momento, sabem concretamente como pretendem transformar suas condições de vida e de moradia, isto é, procuram intervir sobre os limites e as circunstâncias dramáticas geradas pela ausência de uma política habitacional que atenda aos interesses das classes trabalhadoras deste país.

Posteriormente porém, as dificuldades impostas à AsP e, com certeza, a outros movimentos, na conjuntura do governo de "participação popular", característico do período da "Nova República", leva - nos a algumas considerações.

O Estado foi obrigado a rever sua "política habitacional" para as favelas e reconstruir suas relações de dominação, interferindo à sua maneira, no trabalho de urbanização e construção de moradias.

Elaborando um novo discurso - Vamos governar juntos? - a partir dos pontos-chaves do movimento da AsP, retomou antigas soluções e adaptou-se à nova realidade das favelas, como os convênios com BNH - COHAB - PROFILURB. (13)

Ao mesmo tempo, procurou ocultar a presença da AsP da história da cidade de Campinas, apagar da memória local uma experiência política que saiu fora de seu controle e da disciplina social.

Como para os favelados (e na classe trabalhadora em geral) é extremamente precário o processo de registro e transmissão de suas conquistas (e da produção de seu conhecimento), o discurso dominante utiliza de todos os meios que dispõe para acabar com seus vestígios, apropriando-se de sua crítica e de seu trabalho na favela, deturpando-o. (14)

O papel desta política de "participação popular" não seria uma nova maneira de se trabalhar com a concepção da "marginalidade"?

Dito de outro modo, até que ponto a "marginalidade" deixou de ser um princípio que orienta as práticas desenvolvidas pelo Estado nas favelas?

A "participação popular" significou uma estratégia inicialmente difícil de ser desvendada pelos favelados. O Estado considerou suficiente chamar as entidades representativas e colocá-las, em várias ocasiões, como assistentes. O "ganho" político oferecido foi o de "convidá-las" para "fiscalizarem" ou acompanharem o andamento de seus próprios projetos de mudança, nas mãos dos funcionários e técnicos municipais.

Deixou de proibir sua entrada em alguns órgãos destinados a cuidar de seus problemas, passaram até a ouvi-los, mas decidir não. A auto-gestão é um sinal de desafio à "competência" da Prefeitura. O permitido, repetindo o desabafo de um favelado, é a política do "Vamos sentar juntos?".

O discurso contra as favelas modificou-se ao longo de sua existência na cidade, antes "extripar" ... "erradicar" ... "desfavelar", depois "remover" ... "promover" ... "transferir" e, mais recentemente, "urbanizar" ... "reurbanizar" ... "participação popular".

Mas, o núcleo de problemas que sustenta a visão dominante da "marginalidade" não se alterou. Esta "participação popular" não reconhece a autonomia política das entidades representativas dos favelados, nem a capacidade das mesmas na condução de uma política habitacional específica para sua realidade.

Quer dizer, a questão da "incapacidade de participação política" (que veremos no capítulo V) contida na "marginalidade" continua intocada. Assim como a questão da "ilegalidade" mantém-se, uma vez que a solução de concessão de títulos da terra e a "urbanização" considerada é apenas para alguns casos, em geral aqueles em que os favelados controem a moradia no lote sózinhos, sem nenhum ou alguns poucos melhoramentos previstos pelo P.U.E.

Trata-se, dessa maneira, de uma reformulação na prática de dominação dos favelados, para o Poder Público adaptar-se à existência do movimento pela posse da terra e, ao mesmo tempo, manter possível os mecanismos de sempre para a crise habitacional, submetidos às leis do mercado imobiliário, de construção civil, etc.

Este não é, todavia, um ponto de chegada, mas de partida, de referencia para outros processos de mobilizações e organizações de

favelados que estão sendo gestados e, de certo modo, até em curso no presente.

São elas que confirmarão ou não a tendência do que está sendo posto em prática no presente, seja pela não interrupção das soluções de resistência ou pelo número de invasões que nos últimos anos tem se acentuado em Campinas e mesmo na região. (15)

Um novo surto de ocupações no município evidencia uma mudança visível, em termos de politização do conflito pela posse da terra, diferente do período inicial de invasões (anos 60), conforme trataremos no capítulo III.

Os desdobramentos da luta pela posse da terra, se continuarmos sem cessar nesta direção de estudo, revelará provavelmente que o aprendizado dos favelados, obtido na AsP, continua circulando e reformulando-se, apesar de seu aparente desaparecimento.

Os últimos dados da "Gerência de Urbanização de Favelas" (setembro/88), subordinada à Secretaria de Promoção Social, revela o seguinte: a Prefeitura continua concedendo títulos de posse definitiva da terra, mas sem as obras de infraestrutura básica prevista pelo P.U.E. Os títulos entregues até esta data são:

	<u>FAVELAS</u>	<u>ASSINATURA</u>	<u>REGISTRO</u>	<u>LOJES</u>
1.	Pq. D. Pedro II	20/12/84	25/02/85	57
2.	Pq. Universitário	29/12/85	25/04/87	56
3.	Jd. Sta. Lúcia	29/12/85	16/05/87	107
4.	Jd. Novo Conceição	29/12/85	16/05/87	130
5.	Jd. Nova América	03/10/87	28/04/88	47
6.	Jd. Ipaussurama	03/10/87	28/04/88	90
7.	Jd. Santana/Fav. 22	23/12/87	s/r	43
8.	Jd. Maria Rosa	23/12/87	s/r	29
9.	Jd. Campos Elíseos	19/12/87	s/r	110
10.	Descampado	23/12/87	s/r	46
11.	Área Emergencial	29/12/87	s/r	136
12.	Sta. Lucia	05/03/88	s/r	186
13.	N. Sra. Lourdes	21/04/88	s/r	49
14.	San Martin	14/07/88	s/r	14
15.	Real Parque	14/07/88	s/r	91
16.	Souzas	14/07/88	s/r	40
17.	Guararapes	14/07/88	s/r	22

Obs.: esta mesma Gerencia informou que, apesar da Concessão dos Títulos, Campinas continua com 84 favelas, quer dizer, títulos não significam novos bairros.

A fase de assinatura dos moradores é apenas o início do processo de documentação da favela. A Associação precisa ter em mãos, além da sua também a documentação de cada morador, para obter o registro do título de posse da terra em Cartório.

Registramos ainda em setembro/88, a data de protocolo do "Quadro de Acompanhamento" da Gerencia sobre pedidos de Urbanização, segundo o P.U.E.*

<u>Data entrada</u>	<u>Favela</u>
22/03/82	Jd. Parapanema
05/04/82	Jd. Guararapes
06/08/82	Jd. Santana/S. Quirino
26/05/83	N. Brandina
12/09/84	Pq. S. Quirino/Rua Moscou
22/10/84	Jd. Andorinhas
05/12/84	V. Georgina
04/01/85	Pq. S. Quirino/Pq. D. Bosco
05/06/85	Jd. Santana
17/07/85	Pq. Social Ilza
26/07/85	Núcleo Resid. Independência (Cafézinho)
21/08/85	V. Formosa
15/08/85	Jd. Lúria (Jd. Conceição)
10/02/87	Jd. São Marcos
14/02/86	Tancredo Neves (removida de Matadouro)
30/06/86	Jd. Santana/7
07/05/86	Três Marias

Obs.: A maioria dos pedidos são das Associações de Moradores, alguns poucos foram feitos por vereadores ou grupos de moradores. Estes dados do protocolo, no entanto, não revela quais as favelas que estão com as plantas prontas e aprovadas.

O objetivo de análise do processo de urbanização foi o de avaliar principalmente os pontos comuns existentes entre Associações de favelados e seus moradores, explicitando a questão do saber favelado.

Os limites deste tipo de interpretação está na impossibilidade de tratar a desigualdade existente entre as favelas, a história de cada uma, enfim.

Apresentar uma leitura do processo de urbanização, desencadeado pelo movimento da AsP a partir do "Plano de Urbanização Específica" (P.U.E.) é uma tarefa complexa. O ideal seria discutir esta realidade, visando um estudo detalhado das tentativas de urbanização de algumas ou de cada favela que participou da AsP em seus momentos decisivos e comparar com outras, com participação esporádica.

Faltaria ainda, comparar tais casos com as favelas que não conseguiram sequer dar início ao trabalho em direção ao P.U.E., apesar de terem tentado algumas vezes. Lembrar também, das favelas que não participaram da AsP, porque aderiram às propostas da "Federação dos Moradores de Barracos de Campinas" (criada em 1980, ver capítulo I 3) para urbanizar as favelas, sempre sob orientação da Secretaria de Promoção Social. Esta "Federação" desarticula-se durante a administração de M. Teixeira.

O detalhamento deste processo porém, só faz sentido se demonstrar em que medida cada uma destas experiências possibilitou ou impediu a emergência de uma prática político-cultural que acompanha a

luto pela posse da terra urbana. Isto é, se reconhecer que existe a negação do estereótipo de "marginal", de morador "ilegal", e a afirmação de uma identidade de favelado que, como cidadão, reivindica canais próprios de representação perante o Estado.

Fica faltando neste trabalho desenvolver uma análise sobre muitas outras ações internas à AsP, do ponto de vista da socialização deste saber favelado, como exposições de fotografias sobre o próprio movimento, inumeráveis sessões de um audio-visual, com conteúdo histórico, produzido especialmente para implementar o trabalho sobre o P.U.E., sem falar de grupos de estudantes que procuraram relacionar as exigências do movimento com a prática de alfabetização de adultos.

Permeando uma preocupação do grupo da assessoria em documentar o desenrolar do movimento, é imprescindível lembrar o nome de Maria da Conceição Vieira. Sem seu sistemático registro e arquivo ao longo dos anos seria difícil reconstruir muitos momentos e detalhes importantes da AsP.

A nível da bibliografia sobre os movimentos sociais, que tiveram início nos anos 70, a AsP foi abordada em várias ocasiões, devido à importância de suas propostas políticas, com consequências culturais evidentes.

Em 1982, o GEP (Grupo de Educação Popular) da URFLAN (Instituto de Planejamento Regional e Urbano da PUC-SP) publicou na Coleção Cadernos do Trabalhador o resultado de um minucioso

levantamento de depoimentos das lideranças do movimento da AsP, e de outras lutas de São paulo: A força que nasce de nós: a luta nas bairras vista por quem dela participa.

Nesse mesmo ano, a história da AsP também constava ao lado de outras lutas sobre habitação, num artigo de Pedro Jacobi (Professor da USP e da FUC-SP), na Revista Espaço e Debates: 'Exclusão urbana e lutas pelo direito à moradia'.

Em 1984, o DEP da URPLAN torna a abrir espaço para a discussão do movimento, sob o tema "Conselhos Populares", da revista Que História é Essa?, que contém o artigo intitulado: 'A Assembléia do Povo de Campinas'.

No ano de 1985, a Fundação Wilson Pinheiro publica, na Série "Tempo de Pensar", uma coletânea de artigos, organizada por Pedro Dallari, sob o título: Política Municipal e um dos autores, Eder Sader, refere-se algumas vezes à AsP no artigo 'Sobre o exercício do poder popular no âmbito municipal'.

O próximo segmento deste capítulo tratará da diferença de visões políticas que entraram em conflito no interior do movimento dos favelados de Campinas. Ao nosso ver, esta questão está muito relacionada com a discussão do saber favelado porque tanto o grupo da pesquisadora como o de agentes de CEBs trabalharam implicitamente com uma definição nesse sentido.

II.1. A Posse da Terra Urbana, um movimento social "secundário"? A divergência interna entre assessoria e agentes de CEBs

Para efeito dos objetivos desta dissertação, interessa-nos abordar uma discussão interna da AsP entre a "assessoria" (os "intelectuais") e os "agentes de CEBs", termos normalmente empregados para designar e diferenciar a linha política dos dois grupos de militantes em relação ao movimento.

Com a explicitação dessas divergências não pretendemos esgotar a profundidade de estudo que esta dimensão do movimento pode vir a ter, dependendo do enfoque teórico e político que se queira dar ao assunto.

Nesse caso, levamos em consideração dois critérios básicos para analisar a divergência* entre os dois grupos: o primeiro, é no sentido de verificar de que modo os dois grupos priorizam a luta contra os obstáculos que impedem a existência de uma política habitacional para favelas e que conte com a participação de seus

* explicitaremos alguns aspectos das discussões através de seus respectivos documentos, mas alguns já foram evidenciados no transcorrer do histórico da AsP.

assessores, o segundo, procura descobrir como cada grupo posiciona-se e valoriza a crítica da "marginalidade", pois isto implica numa determinada visão de "participação política" e de "movimento social". (16)

Portanto, os critérios têm a ver basicamente com a própria necessidade concreta do movimento: antes a luta contra o "déspejo" e depois a construção de um projeto alternativo para a posse definitiva da terra e urbanização das favelas; e compreender a luta também como uma problematização da pseudo-identidade de "marginal", para não tratar a participação do favelado como meramente "reivindicativa" e portanto, "secundária", em termos de contradições de classe. Trata-se ainda de examinar de que maneira o "saber favelado" é definido ou tratado nos dois grupos.

Assim, como foi exposto nos itens anteriores, o movimento da AsP enfrentou múltiplas pressões políticas, diferentes articulações de oposição local, desde as mais institucionalizadas e públicas até as mais individualizadas, locais e veladas.

Além do intenso trabalho desenvolvido por parte tanto dos representantes de favelados como da assessoria em toda a conjuntura de discussão sobre a Lei da Terra, foi preciso dar conta também das divergências com os agentes de CEBs, que questionavam o encaminhamento político que estava sendo dado ao movimento da AsP.

Relembramos que, em 26/02/81, a Câmara Municipal, após receber o projeto de Lei da Terra, aprovou um substitutivo que anulava

a concessão do Direito Real de Uso da Terra, deixando intactos os demais artigos da Lei (P.U.E.).

Nessa ocasião, a Arquidiocese de Campinas divulga amplamente sua indignação, através de um manifesto, denunciando os nomes dos vereadores (e partidos) contrários à Lei da Terra, sendo o mesmo lido em quase todas as igrejas da cidade.

Este importante apoio, como vimos, provoca um confronto com muitos vereadores e, através da imprensa, firma-se a idéia de que o movimento dos favelados era "teleguiado" por uma cúpula de radicais católicos. Antes mencionamos (Item 1.2) o fato de que a AsP era vista também como uma simples extensão do P.T., Partido dos Trabalhadores.

No entanto, a nível interno, o movimento vivia uma fase difícil, que não confirmava a idéia reducionista que a imprensa veiculava localmente, também sobre a relação AsP e Igreja.

Resumidamente, diríamos que o grupo de assessores defendia a idéia de que o trabalho de apoio deveria concentrar-se em torno do movimento de favelados após o período inicial de organização da AsP. Era preciso reconhecer, naquela hora, a sua mobilização e a especificidade de seus interesses, mesmo porque não seria possível apoiar e discutir com regularidade todos os tipos de lutas que emergiam, sob o risco de anular suas respectivas e importantes diferenças.

A ausência de uma política fundiária urbana faz com que a mais variada gama de conhecimentos seja necessária para uma avaliação da realidade existente e criar, para o homem, perspectivas de mudanças que a realidade social requer. A favela e o loteamento clandestino são carentes de equipamentos urbanos (água, esgoto, drenagem ...) e equipamentos comunitários (centros sociais, escolas ...), demandando movimentos reivindicatórios específicos, que tem de ser instruídos com conhecimentos especializados aos quais o povo não tem acesso. As assessorias objetivam instrumentalizar os projetos formulados pelo movimento, fundamentando-os para possibilitar seu encaminhamento a nível institucional (Poder Público). (17)

O grupo de CEBs já detinha a perspectiva da unificação das lutas e não acatava a idéia de "previdilegiar" a dos favelados. Os agentes, em sua maioria, mantinham-se ainda divididos em grupos de Transporte, Saúde e Educação, tal como se apresentavam na fase inicial do movimento da AsP, para agilizar a cobrança das promessas de F. Amaral reunindo moradores de bairros e favelas.

Nessa época, não foram poucas as vezes em que agentes da CEBs defenderam a criação da ANAMPCE (Associação Nacional de Movimentos Populares) nas reuniões da AsP, como a entidade que faria a integração política mais geral entre as lutas sociais que se dão no âmbito da relações de reprodução social.

Alguns documentos parecem-nos importantes para destacar a posição de um e de outro grupo em relação aos interesses de luta dos favelados. No final ou início de cada ano, era de praxe ocorrerem encontros da AsP para um reexame da luta, incluindo avaliações específicas entre assessores e/ou agentes de CEBs.

Num documento da assessoria (Balanço Político do Trabalho da Assembleia do Povo em 1980), redigido em fevereiro de 1981, acontece um balanço político que inclui uma reflexão sobre a prática do grupo de CEBs, para posterior discussão.

Viam o ano de 1979 como uma fase inicial e de "heterogeneidade" de reivindicações e muita "rotatividade" dos bairros, dificultando o surgimento de um "eixo de organização" que fosse assumido pelos próprios moradores de bairros.

O ano de 1980, porém, tinha resultado num balanço positivo, diferente de 1979 que findou com uma avaliação "confusa" do movimento. Os problemas desde essa fase deviam-se, em grande medida, a duas concepções de movimento social dos agentes de CEBs, que se confundiam e permaneciam inalteradas:

Uma das concepções considera o movimento reivindicatório dos moradores como uma luta essencialmente econômica e imediatista e a validade em se trabalhar dentro do movimento só existe por possibilitar o debate político, entendendo-o como a discussão de grandes questões nacionais, bem como a denúncia da estrutura capitalista da sociedade, a exploração da mais valia, etc. (...) o elemento político não é intrínseco ao movimento (...) o político é externo ao povo e ao seu movimento, a eles o político é introduzido de fora, pelos agentes, que são os portadores da verdadeira consciência política. Outra concepção (...) considera que o movimento popular tem uma lei de ferro que é a objetividade e a eficiência da luta. Qualquer encaminhamento que contrarie esta lei é considerado uma árvore estéril, que não dá frutos e boa coisa não é. A idéia da necessidade de superação das estruturas injustas tem que ser colocado pelo próprio processo de luta (mobilização e organização), sob o risco de se tornar apenas um apelo de ordem moral. O agente que se julgar portador de uma visão política e se preocupar em

transferir esta visão para a cabeça do povo será criticado e até ignorado. Estas duas concepções não se manifestaram nitidamente, nem devem ser consideradas como polarizadoras de posições ou dualização de antagonismos, devendo ser compreendidas exclusivamente para efeito de análise e simplificação desta exposição. (...) a maioria dos agentes oscilaram e ainda oscilam entre as duas concepções. (18)

O documento da assessoria ressalta ainda o fato do movimento ter se tornado homogêneo em termos de participantes (favelados) e de reivindicações (água, luz, não remoção até a Lei da Terra), o que contribuiu diretamente para se alcançar um grau maior de consciência e organização popular do que no ano anterior, e nesta reflexão define uma determinada visão de movimento social, de saber e identidade do favelado:

(...) a própria organização das Associações começa a mudar a dinâmica até então estabelecida. Uma das causas desta mudança é a participação mais prolongada dos moradores na luta, desdobrando conseqüentemente na dinâmica das sucessivas conquistas. Esta dinâmica possibilitou o gradual rompimento da submissão dos moradores à tutela dos órgãos públicos (...) em outras palavras, os moradores passaram a assumir a identidade própria. Um exemplo que ilustra esta colocação é a postura dos moradores diante da palavra "favelado", que, no início (quando sob tutela) eles hesitavam e recusavam esta denominação, porque carregava toda a opressão da Promoção Social e, num segundo momento, quando eles assumem a sua identidade, esta palavra volta a fazer parte do seu léxico. Outro aspecto importante é a presença permanente da contradição entre a combatividade (luta) e a dominação (opressão), a autonomia (identidade) e a tutela (submissão), explicitada cotidianamente pela ação dos funcionários (fiscais-assistentes sociais, etc.) da Promoção Social no bairro. (...) O morador assume o direito ao discurso a partir do momento que lhes é exigido uma opinião ou um posicionamento. (...) uma maioria semi-analfabeta constrói uma linguagem própria à sua origem cultural para comunicar de forma precisa os seus

pensamentos. Muitas vezes as articulações e raciocínios mais complexos são elaborados com o auxílio de parábolas e citações Bíblicas para se fazer compreender. Não é o fato dos moradores passarem a repetir o discurso dos agentes que determinará o seu nível de consciência. Ela é dada pela sua capacidade de compreensão da luta, da sua organização e mobilização e na elaboração de um discurso próprio a partir desta compreensão. (19)

O decisivo apoio da assessoria aos favelados gerava críticas cada vez mais contundentes dos agentes de CEBs, que tinham concentrado mais esforços em grupos de apoio aos problemas dos bairros de Chapinas, sensivelmente desmobilizados no final de 1979, após o atendimento de muitos deles pela Prefeitura, pressionada pelas massivas assembleias populares da AsP.

Num balanço das Assembleias do Povo, feito em um encontro de agentes no fim do primeiro ano do movimento, já estão presentes os pressupostos que devem guiar a prática política do grupo. Assim, entre as informações referentes à quarta AsP (26/06/79) consta o seguinte:

esvaziamento da A. Povo nas reuniões da 6a. feira;
conclusão de que as SABs e Sindicatos têm a mesma função (vínculo com a estrutura de poder); reuniões no Pão de Açúcar aos domingos com moradores de favelas aumentam, chegando a quase 200 pessoas, culminando com a proposta de nova Assembleia, juntando com os moradores de bairros que se reúnem na 6a. feira.
(20)

Logo a seguir, entre as informações sobre a quinta AsP (12/11/79) destacamos:

- Unificação dos bairros e favelas, passando as reuniões de 6a. feira para o domingo; reuniões

sistemáticas da coordenação provisória nas As. Feiras (agentes e moradores); nível de discussões nas reuniões dos domingos aumentou - análise da situação da Prefeitura - Câmara dos Vereadores; Comissões de trabalhos constituídas, porém poucos moradores assumiram; certo afastamento dos agentes, ficando muito trabalho nas mãos de poucos; coordenação provisória ficando praticamente dois moradores com todo trabalho; (21)

Desse modo, no auge da luta pela Lei da Terra, havia os que se sentiam "ocupados" de seu espaço político na AsP. Não aceitavam a prioridade para com o movimento de favelados, que vinha exigindo um tratamento específico, um grau de especialização e estudos para subsidiar as discussões coletivas e negociar com o Estado uma alternativa de habitação. E, a própria negociação pública do projeto da AsP com o Poder Público, estava sob suspeita política e moral, por parte do grupo de CEBs.

Os agentes defendiam a volta da unificação do movimento entre bairros e favelas e igualdade para o encaminhamento das reivindicações de Saúde, Transporte e Educação. A assessoria, em suas avaliações, considera impossível perseguir o ideal da unificação por vários motivos: não havia naquele momento mobilização de moradores de bairros como no início do movimento; os favelados, ainda sem canais de representação próprios (Associações) provocavam demandas políticas específicas e até urgentes (os casos de remoções sob alegação de "alternativa" habitacional do PROFILURB); a falta de unificação ou mobilização dos bairros não era um fato político que dependia exclusivamente de um "gesto de boa vontade" da assessoria. Dito de outra maneira, a CEBs responsabilizava a assessoria pela não integração dos bairros na AsP, por causa do espaço político que a

assessoria ia "lependo" ao movimento como um todo e aos próprios favelados.

Gostariamos de assinalar que esta posição dos agentes não significava recusa de apoio político aos favelados da AsP, principalmente diante do Estado e da Câmara Municipal. Mas a busca do ideal da unificação de todas as lutas sociais naquela conjuntura diferenciava a prática de atuação dos dois grupos junto aos favelados.

Em maio de 1981, os agentes produzem um documento-resposta ao de fevereiro de 1981, problematizando a posição dos "intelectuais". Neste, fica visível a imagem tradicional que se faz da participação política dos favelados: não possuem condições político-culturais para acompanhar o "ritmo", o "raciocínio", o discurso imprimido pelos intelectuais à luta. (22)

Os favelados da AsP são ainda representados como indivíduos manipuláveis, ingênuos, que se submetiam às cegas a elementos "estranhos" à sua realidade cultural, deixando que outros decidissem seu destino.

Os agentes criticavam, em seu documento, o processo que estava sendo vivenciado por favelados e "intelectuais" da AsP; viam a interação como resultado do maquiavelismo político da assessoria. Destaco algumas passagem em que favelados (o bem) e assessoria (o mal) são vistos como partes de uma relação impossível, onde os recursos de manipulação e astúcia política não são percebidos entre os primeiros e

abundam na prática dos segundos, razão pela qual se mantém a existência do movimento da AsP.

Após a leitura do documento, muita coisa não se esclarece para quem tenta analisá-lo. Diz o texto que este documento foi elaborado pela coordenação e assessoria da Assembléia do Povo. Quem é esta coordenação? Como é escolhida? De que membros é formada? Sabemos que existe mais três grupos de trabalho dentro da A.P.: Saúde, Transporte e Educação. Existe intercâmbio entre os vários grupos de trabalho? Todos participaram da elaboração desse documento? Quanto à assessoria: Quais os assessores? Qual a função desses assessores? Qual o nível de atuação desses assessores junto ao povo? (...) O documento deixa de analisar todo um trabalho de organização do povo, lento, mas consistente que há mais de 10 anos vem se desenvolvendo nos bairros periféricos de Campinas. (...) Com todos esses defeitos foram estes agentes que deram com o povo os primeiros passos reivindicatórios (ônibus e leite) e também a experiência de uma junção de reivindicações comuns (asfalto) e após isso surgiu a idéia da Assembléia do Povo, e mais ainda, foi com essa dinâmica que, em 1979 conseguiu-se que a A.P. ganhasse um espaço político em Campinas. É difícil desmontar tal texto, mostrar porquê não está correto. Se ficarmos presos ao texto, isso é impossível. Só podemos verificar a verdade de uma coisa, examinando sua prática: "pelos frutos se conhece a árvore". (...) Toda a argumentação está baseada via suposição de que é o povo (os favelados) que estão dirigindo a luta, que estão tomando as decisões, ao contrário da primeira fase, onde seriam os agentes que decidiriam. (...) a assessoria encaminhava o toque de caixa a montagem de Associações nas Favelas. Em muitas delas as diretorias foram formadas com pessoas iniciantes, sem um trabalho concreto anterior e sem um espírito crítico mais apurado. Ora, não se trata de criticar esses favelados, é óbvio. Eles teriam aliás todas as condições para crescerem muito mais do que cresceram, se não fosse o ritmo violento imprimido ao trabalho e o desprezo dado pela Assessoria ao processo de conscientização e sua idéia fixa numa mobilização crescente e cada vez mais dirigida a partir de cima e não a partir das favelas. (...) os presidentes das favelas são facilmente convencidos das propostas elaboradas previamente pela assessoria. Armando o esquema, o passo seguinte foi dissolver a Coordenação eleita (composta) por moradores de beirro e favelas e

definir que a Coordenação seria a partir daí o conjunto dos presidentes das favelas.* (23)

Percebe-se que o documento da assessoria apesar de abrir uma discussão difícil com os agentes, ao considerá-los equivocados politicamente, não "estranha" a sua presença no movimento, nem reivindica a "paternidade" do mesmo, muito menos propõe a criação de uma espécie de "exame de seleção" para o ingresso ou saída do processo político que acontecia.

Aparentemente nada melhor. Poderia haver coordenação mais de "base"? Mas na prática a coisa é bem diferente. Na verdade montou-se uma máquina perfeita de legitimação de qualquer proposta da Assessoria (inclusive a entrada biônica de novos assessores), sob um disfarce "democrático".* (...) Enquanto não se desmontar essa engrenagem, os rumos da A.P. continuarão sendo decididos por três ou quatro pessoas, que sabem como fazer aprovar suas idéias na "coordenação". (24)

*O documento refere-se à separação das reuniões e reivindicações bairros/favelas, devido ao problema das remoções e a discussão do PROFILURB, já no início da organização dos favelados.

**Nesta época, vários profissionais e estudantes estavam interessados em participar da assessoria do movimento dos favelados. Eu mesma entrei neste momento (abril de 1981) na assessoria de comunicação da AsP.

O objetivo da crítica da assessoria era outro, independia dessas questões. O problema estava em debater o significado e conteúdo dos interesses e o projeto dos favelados em si para evitar que a visão dos agentes continuasse a estabelecer, à priori, a direção que o movimento deveria tomar, pois isto só poderia ser descoberto no próprio transcorrer da luta, nas discussões contínuas internas e externas e não idealisticamente.

(...) é a partir de uma análise por dentro dos movimentos que se deve entender seus fluxos e refluxos, sua capacidade de invenção e articulação com outras forças sociais, face a acontecimentos que se desenrolam no caminho da luta, cujos resultados não estão, de antemão, estipulados por categorias analíticas que amarram os diversos agentes a uma trama histórica previamente estabelecida. (25)

A visão de movimento social da assessoria, desde o início, era a de que os intelectuais tinham um papel decisivo no contexto de emergência política dos trabalhadores em todos os níveis de seu cotidiano, seja a partir de seu local de trabalho ou do de moradia.

Nesse sentido, não priorizavam o apoio a uma luta em detrimento de outra, porque a questão do "acesso à conscientização" não era vista como privilégio somente daqueles trabalhadores que vivem a contradição capital-trabalho ou dos que tornam-se lideranças de partidos de esquerda.

Também entendiam que qualquer movimento social possui seus intelectuais, sejam de igreja ou não, e estes constituem parte inerente do mesmo. Isso quer dizer que a relação-intelectual-

trabalhador torna-se possível quando é no interior do movimento que se estabelecem os objetivos comuns a serem alcançados.

Apesar da divisão de trabalho, que é socialmente determinada, a assessoria acreditava no estabelecimento de uma ruptura com a rigidez de papéis entre trabalho manual e intelectual. Procurava reconhecer que havia uma troca contínua de conhecimentos, que combinavam-se para atingir um mesmo fim.

Assim, se os objetivos políticos principais são definidos exteriormente, e para todas as lutas sociais, é impossível potencializar a diversidade das demandas políticas existentes atualmente. E, conseqüentemente, saber o que estas mesmas lutas sociais propõem em termos de um projeto político minimamente unificado dos trabalhadores para conquistar determinadas transformações sociais. Supomos que esta situação leve sempre os mesmos setores organizados de trabalhadores a tentar modificar a relação de força com o poder das classes dominantes, sem compreender totalmente porque não estão sendo "seguidos".

A assessoria, portanto, considerava-se como parte do processo e não uma "vanguarda iluminada", justamente porque aprendeu, no decorrer do movimento, que os favelados tinham amadurecido determinadas condições políticas e culturais a partir das experiências que acumularam na relação com o Estado, desde sua origem na cidade.

Desse modo, não era uma imposição reconhecer a capacidade de participação política dos favelados para construírem uma organização

para a luta do direito a habitação (Concessão do Direito Real de Uso da Terra e Urbanização das Favelas).

Foi impossível evitar a influência da visão preconcebida dos agentes de CEBs sobre o movimento dos favelados, caracterizando-se então o que ficou conhecido como o "racha da AsF", com desdobramentos posteriores, em outros processos de mobilização política da cidade que contam com a participação de integrantes de ambos os grupos. As lideranças faveladas também se dividiram, identificando-se mais com um grupo ou outro, conforme as posições foram sendo confrontadas nas reuniões do movimento ou nas reuniões realizadas para esse fim.*

Detalhando melhor algumas idéias apontadas pela assessoria, a respeito da crença da CEBs numa prática de "conscientização" dos moradores de bairro e favelas como um elemento político exterior que se introduz para dentro do movimento, encontramos passagens (1979) como essa:

* As lideranças das Associações de favelas da V. Ipê, V. Georgina, Vila Formosa, São Marcos, Sta. Mônica, Jd. Campineiro, Recanto do Sol, Sta. Eudóxia e Jd. Londres que atuavam mais com os agentes de CEBs se afastaram do movimento na medida em que as divergências acirraram-se.

III - Propostas Gerais: 1 - procurar novas formas de politização que não tutele (...); 2 - Tirar o poder da burguesia. O povo quando vem à A. Povo não vem vazio de propostas. (Por enquanto criamos a organização da A. Povo para ser cooptada); 3 - Articulação dos trabalhos de bairros com movimentos mais gerais; Fortificar a dimensão política do movimento; Aproveitar melhor a Cultura Popular; 5 - Esclarecer a nova maneira de entender a realidade através do método de análise. Levar o povo a compreender a estrutura da sociedade em que vivem e sentem; 6 - Provocar análise de classe; 7 - Ter critérios para a A.P., para não ser levada a manobras e tendências; 8 - Preparação e saber trabalhar mais com as lideranças. (26)

A luta dos favelados não era, evidentemente, um problema prioritário, nem estava sendo "bem encaminhada", pois não estava desembocando nas lutas "mais gerais", isto é, sindicatos e partido, restringindo-se a práticas meramente reivindicativas e facilmente cooptáveis. Estas colocações estão mais explícitas logo adiante, mas no capítulo V retomaremos essa discussão, apontando a influência da análise marxista que utiliza o conceito de "marginalidade" para montar um modelo hierárquico das lutas sociais.

Numa espécie de cartilha para "alfabetização política" (em quadrinhos) distribuída pela "Comissão Arquidiocesana de Apoio aos Movimentos Populares", intitulada "A nossa luta se junta com a de todos os trabalhadores" (de 25/04/82), encontramos aplicações mais acabadas do mesmo esquema de análise sobre a AsP.

Apresentando o resultado das discussões ocorridas entre as lideranças populares, num encontro realizado na data acima, e para preparar outro que ocorreria em 27/06/82, a cartilha recupera muitas críticas e propostas de 1979.

Grupo 1: (...) As lutas estão sendo isoladas uma das outras. A Assembléia do Povo não está funcionando como devia. (...) Para ligar o movimento popular em Campinas com a luta de todos os trabalhadores é preciso unir o Sindicato com a favela, com o movimento de saúde, etc. (...); Grupo 3: (...) A nossa luta se junta com a de todos os trabalhadores, através da participação da Igreja nos movimentos, das comunidades Eclesiais de Base, das sociedades de amigos de bairro (...); Grupo 4: (...) A nossa luta se junta com a de todos trabalhadores na questão do salário. Precisamos lutar juntos por salários mais justos que nos permitam pagar a água e a luz que trouxemos para o bairro. (27)

Depois da apresentação de cada grupo (4 no total), o conteúdo dos quadrinhos aponta as "raízes" das desigualdades sociais. Em seguida, descrevem os passos necessários para se lutar "corretamente" por uma reivindicação. Nos pontos 4. e 5., o texto diz:

4. Temos que ter nossos aliados, isto é, pessoas que nos apoiem e que não queiram tomar conta do nosso movimento. Seja, advogado, engenheiro, padre.... 5. Conhecer a técnica do problema. Às vezes com palavras que não conhecemos eles procuram nos enrolar e enganar. Temos que buscar com os nossos aliados as informações técnicas que precisamos. (28)

Logo depois, o desenho de dois bonecos representa "a luta". O primeiro boneco (sorrindo) indica a presença de "dois pés", um é a "reivindicação" e o outro a "consciência". O segundo boneco (chorando) é alfinetado, falta um pé, então o texto explica: "assim a luta não vai longa".

Antes das "conclusões do encontro" e das "questões para discussão" (no final da cartilha) outro desenho chamou-nos a atenção

Uma escada, num desenho lateral, com bonequinhos em cada degrau, expõe que a "reivindicação" é o "início da caminhada" (primeiro degrau), o "Sindicato" e "Greve" é o "segundo degrau da nossa caminhada" e o terceiro degrau simplesmente indica o "Partido". Finaliza o desenho a frase: "todas as partes são importantes".

Estes discursos ilustram qual a visão que os agentes de CEBs tinham de AsP, confirmando as críticas da assessoria, isto é, a luta dos favelados foi considerada "reivindicativa" (não adquiria "consciência" por si mesma), era hierarquicamente inferior aos outros dois degraus da "caminhada" e, além de tudo, desviar-se das outras lutas do primeiro "degrau" (como saúde, transporte, etc.), distanciando-se dos estágios mais importantes de conscientização política: o sindicato e o partido.

Devido a esta generalização e simplificação da relação entre as lutas sociais e o papel do partido (no caso o P.T.), os "intelectuais" da AsP eram vistos como "estranhos no ninho", pois estes colocavam os "naturais" e "legítimos" integrantes do movimento social da cidade (os agentes de CEBs) em uma situação de desorientação e insegurança política.

Por outro lado, a relação agentes de CEBs com favelados ou moradores de bairros procurava, muitas vezes, abstrair e neutralizar as óbvias diferenças de papéis políticos através do discurso ou prática litúrgica, onde todos são iguais perante Deus. A busca de uma identidade própria para o grupo de agentes, no interior do movimento, impediu que o debate sobre a identidade dos favelados (e mesmo de

outras lutas que os agentes participaram no início da AsP) fosse ampliado e mais valorizado politicamente.

Nossa identidade cristã: nos coloca numa perspectiva que vai além das necessidades básicas. Nossa fé nos leva a uma luta radical pela justiça, numa entrega total em favor do irmão. (29)

A partir destas colocações esperamos ter aberto a discussão em torno de questões que ao nosso ver, podem estar presentes em outros movimentos sociais, mas especialmente no de favelado, pois esta visão de participação política contribui para a não superação dos obstáculos que impedem a descoberta dos interesses e direitos específicos dos favelados, da percepção da construção e síntese de seu saber e da identidade de favelado como crítica ao estereótipo de "marginal".

Entendemos que, por mais que a assessoria tenha cometido erros em seu trabalho, conseguiu interpretar e traduzir os objetivos de luta dos favelados e contribuiu decisivamente para uma mudança de qualidade no tratamento das questões habitacionais de favelas em Campinas, apesar de toda a desarticulação e deturpação que o projeto da AsP sofreu posteriormente no Governo Magalhães Teixeira.

Concluindo, uma visão mais caricatural da relação favelados-assessoria pode ser encontrada numa denúncia de Geraldo Tavares, Presidente da "Federação dos Favelados de Campinas", em abril de 1981, confirmada inclusive por "psicólogos", numa matéria de Jornal:

Que Tipo de força um grupo intelectualizado poderia exercer sobre os favelados? Os psicólogos que foram consultados sobre o assunto, responderam: "os resultados são os mais graves possíveis". Mas, não quiseram prosseguir na análise. Alertaram, porém, que os resultados são perigosos. Este problema foi abordado pela Federação dos Favelados que insiste em dizer: "o que este grupo faz com a cabeça do favelado é um pecado. Um abuso! "Contam que o processo é uma verdadeira "lavagem-cerebral" . Um favelado simples, de cultura rudimentar, "que chegou de todos os pontos do País, tem condições de assimilar essa avalanche de carga política, jurídica, técnica, que o grupo intelectual (onde se incluem os padres) o lhes impõe?" - Nunca - asseguram - estão criando muito conflito psicológico. A carga intelectual que hoje pesa na cabeça de 30 mil favelados é um verdadeiro rolo compressor que aniquila até seus sentimentos", comentou Geraldo. Na sua opinião, a cúpula da Assembléia do Povo tornou os favelados meros objetos da discussão, e que certamente servirão para muitas teses de mestrado e outros estudos sociológicos. Hoje, prosseguiu - o assunto "favelados" tornou-se objeto de polêmica em todos os poderes e em todas as correntes políticas. Portanto, os favelados e suas vidas estão expostos a todo tipo de julgamento. (30)

O discurso da "incapacidade" cultural e política dos favelados serve, como se vê, a diferentes objetivos. Existe uma barreira ideológica e muitas dificuldades políticas para se discutir e reconhecer a singularidade dos interesses da população favelada no conjunto dos problemas que mais diretamente afetam os trabalhadores.

O importante, neste momento, é distinguir o destacado apoio público dado pela Igreja (principalmente pela Arquidiocese e CNEB) ao projeto da Lei da Terra, das críticas efetuadas pelo grupo de agentes de CEBs ao movimento internamente. Além disso, vários agentes de CEBs trabalhavam com a assessoria, distanciando-se do grupo a que pertenciam.

Salientamos ainda que, embora fosse marcante a presença política da Igreja Católica no movimento (cedendo o próprio local para as reuniões semanais), havia uma diversidade de correntes religiosas entre os favelados, que conviviam e se respeitavam.

Um dos acontecimentos significativos neste plano da luta, foi a realização de um ato ecumênico a favor do projeto da Lei da Terra, em 12/03/81, no Jardim Carlos Gomes.

Nesta fase, a AsP recebe cartas de mais de 40 entidades, entre elas muitas eram religiosas, confirmando a idéia da assessoria de que a pluralidade de crenças na periferia da cidade multiplicavam os espaços de discussão em torno do projeto dos favelados em Campinas.

NOTAS

- (1) Roberto Goto, 'Favelados fazem mutirão por conta própria', Correio Popular, Campinas, 16/06/81.
 - (2) 'O debate da assistência social com a Federação do Geraldinho', Ata da reunião, dia 23/03/81 (doc. 33P2-Arquivo da ACP).
 - (3) ASSEMBLÉIA DO POVO, A luta da terra: Assembléia do Povo, op. cit., p. 14.
 - (4) 'Nova lei faz da favela um bairro', Repórter da Região, Campinas, abr. de 1981.
 - (5) 'Construindo um novo trabalhador coletivo', Jornal Nova Serra, Campinas, 12/01/81 (coluna diálogo).
 - (6) 'Quem manda mais: Chico ou Assembléia do Povo', Correio Popular, Campinas, 16/04/81.
 - (7) 'Verifes do povo mandam e desmandam na favela', Jornal da Manhã, Campinas, 17/04/81.
 - (8) 'O veto caiu, mas nas favelas a mobilização continua: decisão dos vereadores não muda ânimo dos favelados', Jornal da Manhã, Campinas, 26/04/81.
- Ver ainda:
- Laerte Ziggianti, 'A Folha e as respostas da sociedade à crise: a luta dos favelados de Campinas pelo direito sobre a terra', Folha de S. Paulo, São Paulo, 13/02/81;
- Luiz Roberto Saviani, 'Reivindicações de favelados: eles lutam por seus direitos básicos, sobretudo a posse da terra', Folha de S. Paulo, São Paulo, 01/03/81.
- (9) Sob a temática de pesquisa "Ideologia, educação e as favelas nos Rio de Janeiro", financiada pelo FINEP, Victor Vicente Valla

organizou a obra: Educação e favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro, 1940-1985, 1986.

Indicamos este trabalho para aqueles que estejam interessados numa investigação sobre educação não-formal e extra-escolar no Brasil, numa perspectiva histórica. Esta pesquisa está diretamente relacionada à discussão de "urbanização" e/ou "posse da terra" versus "remoção" e leva em consideração o fato de existirem pelo menos umas 120 instituições envolvidas com trabalhos educativos nas favelas do Rio.

(10) Carlos Nelson F. dos Santos, 'Habitação - o que é mesmo que pode fazer quem sabe?', em Lúcia do Prado Valladares (org.), Resgatando a habitação no Brasil, 1983, pp. 90-1.

(11) 'Favelados fazem mutirão para transferir barracão'. Diário da Povo, Campinas, 21/10/83 [Descampado: resolveram agir por conta própria];

'Prefeitura não demarca e favelados erguem casa', Correio Popular, Campinas, 17/05/84;

'Favela inicia seu plano de urbanização: no Jardim São Marcos contrariando parecer da prefeitura', Correio Popular, Campinas, 27/05/84.

(12) Carlos Nelson F. dos Santos, 'Habitação - O que é mesmo que pode fazer quem sabe?', em Lúcia do Prado Valladares (org.), Resgatando a habitação no Brasil, 1983, pp. 90-1

(13) Ver a respeito: 'Promover aqui? Só se os favelados quiserem', Diário da Povo, Campinas, 09/07/83;

'Construção de casas e pequenas reformas Caixa Municipal vai financiar favelados', Correio Popular, Campinas, 28/10/83;

'Ênfase às favelas. Promoção projetada departamento para cuidar de imóveis', Diário do Povo, Campinas, 06/07/84;

Lea Cristiane Violante, 'Projeto de urbanização é uma experiência fracassada', Correio Popular, Campinas, 20/10/85 [Crítica à COHAB-PROFILURB-BNH, má qualidade material, financiamento inacessível]; 'COHAB terá mais 169 unidades do tipo esbriões', Correio Popular, Campinas, 20/10/85;

'No PROFILURB, os mutuários querem pagar menos', Correio Popular, Campinas, 29/11/85;

Rachaduras estão pondo em risco as casas no PROFILURB', Correio Popular, Campinas, 25/02/86.

(14) 'Convênios vai construir mais casas nas favelas', Correio Popular, Campinas, 19/11/86 [Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campinas e a Secretaria Executiva de Habitação do Estado de São Paulo];

'Projeto pode beneficiar quase 9 mil favelados', Correio Popular, Campinas, 11/12/86 [Convênio entre a Prefeitura Municipal de Campinas e o Ministério do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente]; 'Favelas poderão receber a residência econômica', Correio Popular, Campinas, 17/02/87.

(15) 'Mutuários não tem como pagar e ... Favelados invadem casas abandonadas no Jardim Roseira', Diário do Povo, Campinas, 10/07/84;

'Os sem-moradia podem ir para o Parque Universitário', Correio Popular, Campinas, 24/04/87;

Famílias são retiradas de acampamento na periferia', Correio Popular, Campinas, 04/07/87;

'Desestimular a migração para Campinas é uma das metas: COHAB

quer construir na região?, Diário do Forno, Campinas, 14/07/87;

'Ocupação simultânea no Jd. Recanto do Sol', Correio Popular, Campinas, 02/04/88.

'Aumenta para 7 mil o número de invasores', Correio Popular, Campinas, 09/04/88;

'Apesar da ordem judicial obrigar a desocupação: Invasores não pretendem deixar o Campo Redondo', Correio Popular, Campinas, 24/04/88;

'Invasores não querem sair do Pq. Universitário', Correio Popular, Campinas, 05/05/88.

'Invasores não deixam área nos Jardim Vista Alegre', Correio Popular, Campinas, 04/06/88;

'260 famílias invadem área no Jd Boa Vista', Correio Popular, Campinas, 23/06/88;

'Invasores de praça mudam o acampamento', Diário do Forno, Campinas, 07/07/88.

'Seria faz acordo com Sem-Terra', Diário do Forno, Campinas, 25/08/88.

'Os ocupantes do Jd. Yedo terão área urbanizada', Correio Popular, Campinas, 01/09/88.

(16) Para um estudo mais amplo sobre esta questão consultar Maria José e Mattos Taube. "Polvo é que nem abelha: cada dia uma rua santo". Estudo de processos migratórios e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais. Tese Mestrado. Antropologia Social. Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1986.

Embora a tese não privilegie a história do movimento da AsF, como o próprio título indica, o seu estudo de caso (a favela do Jardim S. Marcos, onde a presença de agentes de CEBs era acentuada na época do movimento da AsF) influencia diretamente na sua interpretação e adesão à visão deste mesmo grupo.

Principalmente no último capítulo acontece uma análise da AsF que enfatiza a concepção da dicotomia assessoria-favelados, em termos de uma relação de dominação-subordinação política para manter a mobilização do movimento.

Além disso a "Federação dos Favelados de Campinas" é tratada como um "movimento social", passando superficialmente pela questão da "marginalidade".

Como se vê, mesmo no plano acadêmico, é possível o confronto das duas posições (assessoria, agentes do CEBs) demonstrando a importância que estas divergências adquiriram a partir de uma realidade real e nova: refletir e discutir sobre o atuar politicamente junto a movimentos sociais antes inexistentes.

(17) ASSEMBLEIA DO POVO. A luta pela terra: Assembleia do Povo, op. cit., pp. 7 e 8 (objetivos e atividades da assessoria).

(18) 'Balanço político do trabalho da Assembleia do Povo em 1980', doc. n. 2, fev. 1981.

(19) Idem.

(20) 'Encontro de agentes que atuam junto à Assembleia do Povo', doc. n. 8, dez. 1979.

(21) Idem.

(22) 'Tentando avaliar o subsídio: balanço político da Assembleia do Povo', doc. n. 10, 23/05/81.

(23) Idem.

(24) Idem

(25) Lúcia Kovařík, 'Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70, em Excessos, Revista de Política e Cultura, 1984, p. 73.

(26) 'Conclusões do Encontro de Agentes do dia 8 de dezembro de 1979, doc. n.3., dez. 1979.

(27) Comissão Arquidiocesana de Apoio aos Movimentos Populares, 'Relatório do primeiro Seminário para Agentes da Pastoral Ação Pastoral e Movimentos Populares, 20/21 de março de 1982, p. 12.

(28) Idem

(29) Comissão Arquidiocesana de Vila e Alguns Bairros, 'Encontro de Fé e Política', 22/23 de maio de 1982

(30) 'Psicólogos afirmam que a influência é negativa', Jornal da Manhã, Campinas, 17/04/81.

Nesse mesmo tom conservador, ver ainda:

'A invasão de terras e a anatomia da subversão', Jornal da Tarde, São Paulo, 27/02/84.

Capítulo III

A HISTÓRIA DAS FAVELAS DE CAMPINAS ANTES DO MOVIMENTO DA ASSEMBLÉIA DO POVO

Tendo em vista a necessidade de melhor compreender a crítica à imagem de "marginal" que os favelados da AsP realizaram no processo de descoberta de sua história social, de seus principais interesses e de construção de sua identidade de favelado, é que fomos buscar, na origem das favelas de Campinas, o papel do discurso de "marginalidade".

Para abordar esta questão procuramos partir dos discursos das classes dominantes, suas principais justificativas e práticas, para enfrentar o surgimento e expansão contínua das favelas no município.

Dessa maneira, o objetivo é relacionar também a ação do Estado à ideologia da marginalidade para que seja possível dar um passo a mais na reflexão de quanto o movimento da AsP foi capaz de romper com as condições iniciais de existência dos favelados na cidade e criticar o estereótipo de "marginal".

Em outras palavras, trata-se de avaliar até que ponto o problema da propriedade fundiária urbana aparece relacionado ao discurso de "marginalidade" e o quanto foi possível, aos interesses dominantes locais, ocultar a contradição de classe na disputa pela posse da terra urbana com os favelados.

III.1 A "invasão" de Campinas pelos "marginais" nos anos 60

Antes do surgimento de favelas, nos anos 50, o poder público de Campinas exaltava o desenvolvimento urbano-industrial do município sem a presença de favelas. (1)

Nesse período, há uma preocupação constante em divulgar amplamente que a ocupação do espaço urbano de Campinas estava sob controle das autoridades municipais, visando atrair grandes investimentos de capitais. A inexistência de favelas era, neste momento, entendida como resultado da competência administrativa local em manter uma rígida vigilância sobre a expansão dos espaços da cidade.

A Prefeitura possui um perfeito serviço de cadastro, que mantém em dia a planta da cidade e dos distritos, com valiosos elementos de informação, indispensáveis à boa marcha dos serviços de obras. (...) Quem desejar construir em Campinas, pode escolher, com toda segurança, a mais conveniente e mais remuneradora localização de sua fábrica ou de um edifício de apartamentos. (...) o mercado imobiliário (...) tem elementos certos para proteger-se contra riscos e os fatores de desvalorização que muito frequentemente sobrevêm, quando não existem normas rígidas a regular as construções. (2)

No setor imobiliário, portanto, os investimentos pareciam ocorrer de forma planejada e segura, obedecendo as diretrizes do prestigiado "Plano Prestes Maia", elaborado em 1937. (3)

Este plano de urbanismo visava orientar o crescimento da cidade, criando melhores condições de tráfego no centro e deste com os bairros considerados mais estratégicos, condicionando assim um determinado zoneamento para a expansão urbana de Campinas.

Na primeira metade do século XX, Campinas deixou de ser a cidade provinciana para tornar-se verdadeiramente uma grande cidade. (...) A ampliação do plano diretor iniciou-se numa época em que ainda era possível adotar medidas para observação de apreciável zoneamento. (...) a cidade tem uma zona comercial perfeitamente definida, com reservas para sua ampliação que dia-a-dia se observa. Os bairros residenciais dividem-se em categorias também satisfatoriamente estabelecidas. Alguns são de alta classe, outros do tipo médio e outros proletários, com limites bastante nítidos, sem as miscelâneas que geralmente se observam nas cidades que crescem sem orientação. (4)

A cidade e região, tendo sido uma das mais representativas do período agrário-exportador por sua produção cafeeira, desde os anos 50 preparava-se para acompanhar os processos de transição na direção de um desenvolvimento urbano-industrial, pelo qual estavam passando as principais regiões econômicas do país.

A partir de 1950, o processo de substituição de importação atingiu as indústrias de bens de consumo durável (automóveis, eletrodomésticos) bens de capital (máquinas, equipamentos) e bens intermediários (siderúrgica, produtos químicos, de borracha, papel). (...) os novos ramos industriais já surgiram fortemente concentrados e a maior parte dos estabelecimentos foi localizada na área metropolitana de São Paulo ou em suas imediações: Baixada Santista, Campinas e Vale do Paraíba. (5)

No ano de 1955, Campinas tinha 125 mil habitantes e era considerada a décima cidade do país em importância econômica. Vinha recebendo constantes visitas de técnicos de indústrias estrangeiras, interessados em instalar suas filiais no Brasil. Grandes indústrias já estavam em atividades, localizando-se nas proximidades da Via Anhanguera e região de Viracopos. O movimento da construção civil, em médias mercês, era comparável ao de várias capitais, como São Paulo, Porto Alegre, Belo Horizonte, (6). O que explicava o interesse do grande capital industrial pelo município e região era o fato de encontrar, entre outras vantagens, custos de mão-de-obra e preços de terrenos mais baixos do que os da Capital:

O deslocamento dessas indústrias para o município, assim como para outras cidades do interior paulista, deveu-se, em primeira análise, às forças de expulsão da Grande São Paulo e do ABC, originadas da indisponibilidade e alto custo dos terrenos, da saturação da infra-estrutura industrial e custo elevado da mão-de-obra, decorrentes da concentração industrial apresentada naquelas áreas. (...) Na implantação da Merck Sharp Dohme foram decisivos a disponibilidade de água, o baixo custo da mão-de-obra, os padrões urbanos da cidade (todo o pessoal hierárquico mora em Campinas) e incentivos fiscais indiretos, através do asfaltamento da via que liga Souzas, onde a indústria se localiza, a Campinas. (7)

O acelerado processo de industrialização e urbanização ainda não tinha afetado a auto-imagem da "civilização campineira", de oferecer ótimas condições de vida aos seus habitantes em relação à maioria das outras cidades do país. A taxa de mortalidade infantil era, em 68,9/1.000, considerada uma das mais baixas do Brasil. Para o poder público este, entre outros exemplos, era uma prova evidente do "alto padrão dos serviços municipais. (8)

A realidade da habitação popular não confirmava, no entanto, esta auto-imagem. Em 1962 o poder municipal informava:

A construção de casas do tipo popular-proletário ao alcance das classes menos favorecidas, não é esquecida. (9)

Desde 1948, a Prefeitura anunciava providências no sentido de por fim a existência de cortiços, através do programa da Fundação da Casa Popular. Este programa financiava casas prontas e também a construção das "casas proletárias" (a Prefeitura fornecia planta e fiscalização técnica às obras).

Após 14 anos de atividade da Fundação em Campinas, o discurso oficial continuava repetindo que os cortiços estavam em extinção. (10)

Ainda em 1962, as informações do poder municipal já apresentavam sinais de preocupação em relação ao ritmo de ocupação do espaço urbano, evitando contudo, assumir explicitamente a origem das favelas na cidade.

Num período de dez anos o crescimento populacional tinha atingido 82,54% (vegetativo 38,19% e migratório 44,35%). Com 29.559 "prédios", a Prefeitura reconhecia que estes eram insuficientes para abrigar seus 206 mil habitantes. É interessante notar que o levantamento de construções da cidade passou a ser publicado sob o título de "Construções autorizadas" no documento oficial "Monografia de Campinas", de 1962.

O movimento das construções é acompanhado com toda a cautela pelos técnicos de que a municipalidade dispõe. A cautela, no caso, tem sua razão de ser, muito embora isto descontente a muita gente: impedir que aqui ocorra aquilo que está acontecendo em muitas cidades do Estado, do País e até mesmo do Mundo, ou seja, o crescimento desordenado. (11)

No mesmo período, o centro de Campinas estava em ritmo de grandes obras: reforma no Largo do Pará, do Rosário, da praça Imprensa Fluminense, alargamento da Moraes Sales, a construção do Viaduto Miguel Vicente Cury e os bondes, por sua vez, estavam em fase de desativação. (12)

É possível observar, ao mesmo tempo, que a imprensa local agita, com frequência cada vez maior, notícias sobre o abandono e deterioração dos serviços públicos na periferia, publicando críticas em relação ao favorecimento de investimentos em obras centrais em detrimento do atendimento de bairros populares.

(...) a administração do Sr. Miguel Vicente Cury é denunciada pelo fato de não ter expostado aos problemas dos bairros a importância que eles merecem (...) pois as pessoas que lá habitam também são contribuintes do orário municipal (...) (13).

Muitas vezes, a denúncia tem um sentido mais coletivo e organizado, com o objetivo de pressionar as autoridades municipais. (14)

Observa-se, paralelamente, que a imprensa ataca a presença crescente de mendigos nas ruas centrais e o surgimento de favelas,

exigindo providências urgentes da Prefeitura junto à polícia, para eliminar tais problemas.

Urge que se dê uma solução ao problema. Os males se curam pela raiz. Se continuarem a se (sic) erguer as favelas nesta cidade, sob as vistas complacentes dos responsáveis pelo bem comum, dia chegará em que o problema será inabordável. Quando chegar esse dia, nem o denodo de um Dom Helder nos livrará do problema do favelamento. (15)

O intenso fluxo migratório aparece sob a forma de um fenômeno social caótico, desordenado e muito perigoso, e não como resultado das condições de transformações do desenvolvimento do capitalismo no país e da política deliberada dos setores dominantes locais para tornar Campinas um importante polo de atração para o grande capital industrial e, conseqüentemente, para o afluxo de enormes contingentes de trabalhadores. (16)

Ainda no início dos anos 60, o escândalo do afogamento de mendigos no Rio de Janeiro pela polícia, refletia ao extremo, até que ponto podia chegar a perseguição aos trabalhadores migrantes nos grandes centros urbanos do país. (17)

A polícia era a principal instituição do Estado encarregada de "cuidar" deste tipo de assunto, e Campinas não inovou nesta matéria.

Campinas, confluência rodo-ferroviária de invulgar importância, como qualquer centro econômico de importância, tem peculiar facilidade para fascinar os forasteiros - entre eles, obviamente, aqueles que, como mendigos ou vadios, passam a ser, entre

nós, um pesado ônus (...). À Polícia, por intermédio de órgãos especializado, caberia a função precípua de remover essa nódoa da cidade. (18)

Um trecho de um relatório policial, após uma ação de expulsão nas favelas de Campinas, dá uma idéia mais detalhada sobre a prática repressiva contra os "invasores" da cidade:

Polícia e Prefeitura, em trabalho conjunto, percorreram 128 malocas das 260 existentes na periferia da cidade conseguindo desfavelar 108, restando, ainda, 20 das visitadas, que estão sendo estudadas pormenorizadamente e em breve também serão extintas. Ainda não foram visitadas pela polícia 132 malocas, o que será feito oportunamente. (...) Quanto aos vadios e malandros, foram todos sindicados pela polícia e assinaram o Termo de Tomar Ocupação, com o prazo de 30 dias para arranjarem emprego lícito, findo o qual, se continuarem na vadiagem, serão processados de acordo com o Art. 59 da Lei das Contravenções Penais. (...) Campinas é hoje uma cidade importante, superior mesmo a várias capitais do Brasil, sendo um centro de ramificação para vários pontos do país e aonde chegam forasteiros a toda hora. Temos recebido várias denúncias, inclusive ofício da Câmara Municipal local, de que caminhões lotados de vadios e mendigos, pertencentes às Prefeituras de várias cidades da região, têm descarregado os seus ocupantes aqui em Campinas, agravando o problema para a polícia local. Até há pouco tempo todas as Delegacias de Polícia do interior do Estado forneciam passes ferroviários a mendigos e desempregados com destino a esta cidade. Providências foram tomadas junto à Secretaria da Segurança a fim de evitar a expedição de passes a esses indivíduos com destino a Campinas. (19)

As expulsões tentavam, em vão, reconquistar a segurança e o controle sobre o movimento de construções e a ocupação do solo urbano existentes no passado para os setores vinculados ao capital imobiliário:

Seguidamente temos levado a público o problema das favelas em nossa cidade, esperando, com isso, que as autoridades responsáveis tomem alguma iniciativa, visando sua definitiva erradicação. A favela reúne em torno de si uma extensa rede de problemas sociais e econômicos, desde higiene até o deslocamento social. (...) E, além de tudo isso, são os foros de civilização da cidade, que se vêem seriamente ameaçados face à permanência desse triste mal social. (20)

O objetivo era permitir a permanência apenas daqueles que tivessem condições econômicas para pagar por um espaço para morar na cidade, caso contrário, a solução era obrigá-los a emigrar novamente.

(...) dezenas de favelados adquiriram terrenos e estão construindo casas com auxílio de parentes e amigos; outros - lavradores - que não se adaptaram na cidade por não terem habilidades para a indústria, voltaram para a lavoura com passos fornecidos pela polícia; dezenas de casos estudados com carinho e compreensão pelo engenheiro da Prefeitura Dr. Boverio, com a nossa colaboração [da polícia], foram resolvidos de maneira humana, inclusive empregos foram arrumados para favelados sem ocupação e problemas de menores foram encaminhados às instituições adequadas. (21)

Depreende-se dessa argumentação que, em Campinas, pelo menos, não havia razão para se tolerar a existência de favelados. Este era o pensamento utilizado pelos grupos dominantes locais, enquanto duraram as tentativas de "limpeza" completa da cidade, através da perseguição policial.

O argumento de que o município oferecia ótimas condições de vida aos trabalhadores (como altos salários, em relação às médias de outras regiões do Estado e do país, facilidades de emprego e de

aquisição de casas populares, etc.) continuou pesando muito para justificar a prática de violência contra os migrantes e os já favelados.

O que mais espanta é o seguinte: toda casa de residência construída em nossa cidade tem de ter sua planta aprovada pela Prefeitura, exceto os casos previstos na lei 19 (Casas Populares). Nestes casos, a própria Prefeitura fornece as plantas facilitando por toda a forma a construção de casas de tipo popular. Ora, as favelas (...) não podem ter tido suas plantas nem aprovadas, nem fornecidas pela Prefeitura. Logo, são clandestinas. (...) Neste caso, o que fazem as autoridades, que permitem a proliferação desse autêntico mal social, em uma cidade como Campinas, felizmente ainda não atingida pelos graves problemas que assolam outras metrópoles, como o Rio de Janeiro, Recife e mesmo São Paulo? (...) Junte-se a isso o alto nível, comparativamente com o de outras regiões do país, que tem o trabalhador urbano de Campinas (22)

Convém assinalar que a Prefeitura não tinha, um aparato estruturado capaz de exercer algum disciplinamento sobre a circulação, ou fixação, dos "invasores". E, uma das principais razões estava talvez no fato de estar canalizando as verbas municipais para atender às necessidades de investimento na infra-estrutura do crescimento urbano-industrial.

Na época, a prática assistencialista era entendida muito mais como uma responsabilidade da iniciativa particular. O poder público, mesmo depois de ter criado um órgão específico para esse fim, exercia papel secundário nas atividades desenvolvidas pela entidades filantrópicas da cidade. (23)

A carência de habitação popular e o fluxo migratório em direção a Campinas, parecia afetar de modo desigual os interesses dos diferentes grupos empresariais do município. Ainda no início dos anos 60, a avaliação de um empresário industrial e de outro do setor imobiliário, sobre o desempenho da Prefeitura Municipal, indica preocupações e prioridades distintas para a cidade naquele momento:

O Sr. João Gomes Carvalho, que possui uma indústria de pavimentação em Valinhos, acha que Campinas é a cidade mais bem administrada que conhece. Tanto a administração atual como as antecedentes, no seu entender, têm primado pelo cuidado. (...) 'São tantos os problemas, que é difícil discriminá-los. Acho que todos eles têm relação com o crescimento da cidade, de tal forma que, atendendo-se a um setor, outro ficará desatendido; assim, se a Prefeitura dedica suas atenções para a pavimentação, ficam esquecidos os problemas de água e esgoto, e vice-versa. Acredito que não houve esquecimento dos bairros. Houve, isso sim, concentração de esforços no sentido de resolver problemas do centro da cidade (...). Finalmente, quanto ao problema das favelas, que já estão surgindo na cidade, não acho que a Prefeitura possa resolvê-lo. Isso não cabe à Administração Municipal. é uma resultante do estado de coisas pelo qual passa não só a cidade como todo o País' (...). Para o Sr. Guilherme Herren, negociante de imóveis na praça de Campinas, uma das questões que a Prefeitura deverá cuidar com especial atenção no ano em curso é a da Assistência Municipal. Disse que as pessoas que para lá se dirigirem são obrigadas, muitas vezes, a esperar longo tempo para as necessidades de serviço. (24)

Na verdade ia ficando claro que dificilmente a Polícia daria conta da eliminação completa das favelas, tão veementemente reivindicada nos primeiros momentos de seu surgimento. Campinas teria que aprender a lidar com os "males da cidade grande", como outros grandes centros urbanos do país.

Por isso, o assistencialismo público (muito bem lembrado pelo Sr. Guilherme Herren, em 1963) foi se tornando um imperativo para aqueles setores dominantes mais diretamente atingidos pelo problema do favelamento. Era preciso existir um serviço qualificado que controlasse a "população marginal" sob esquemas de vigilância mais organizados e permanentes.

De outro modo, não haveria condições para se organizar mecanismos de intervenção nas favelas, quando estes se fizessem necessários.

A favela não se resumia mais a um problema exclusivo da polícia, mas também a uma questão política e social, exigindo um trabalho especializado, com dedicação contínua, para tratar de assuntos como os de "posse indevida da terra urbana", embora este objetivo não seja em geral, publicamente assumido.

A Assistência Social do Estado (25) nesse aspecto, teria de cumprir um papel fundamental, para sistematizar uma prática de penetração nas favelas e desimpedir áreas consideradas prioritárias para a expansão dos investimentos imobiliários, públicos e privados.

A História social do trabalho no Brasil está repleta de exemplos sobre o uso da violência policial contra os trabalhadores. É célebre a frase de Washington Luiz, na greve geral de 1917: "a questão operária é uma questão de polícia". O mesmo se aplica à questão habitacional dos trabalhadores. A polícia é frequentemente requisitada para desalojar os cortiçados, os sem teto (acampamentos de "invasores") e favelados. Ao que tudo indica apenas os movimentos sociais, principalmente de favelas mais antigas (sem condições de crescimento e já bastante estruturadas e organizadas pelos seus moradores) impediram essa prática corrente.

Em última análise, a cidade capitalista não tem lugar para os pobres. A propriedade privada do solo urbano faz com que a posse de uma renda monetária seja requisito indispensável à ocupação do espaço urbano. Mas o funcionamento normal da economia capitalista não assegura um mínimo de renda a todos. Antes, pelo contrário, este funcionamento tende a manter uma parte da força de trabalho em reserva, o que significa que uma parte correspondente da população não tem meios para pagar pelo direito de ocupar um pedaço do solo urbano. (26)

No final da década de 60, sob grande cobertura da imprensa, tem início os "Programas de remoções", cuja tônica central dos discursos era a "reintegração" do "marginal" à cidade (assemelhar-se, portanto, a alguns discursos do sistema penitenciário de "reintegração" do presidiário à sociedade), onde fica muito concreta a necessidade do trabalho da Assistência Social pública para dar respaldo ao processo de planejamento e racionalização do uso do solo que estava ocorrendo naquele período.

É preciso não perder de vista, ainda, que as administrações municipais, desde a fundação da COHAB-Campinas, em 1965, prometiam resolver o problema da moradia popular. Já nessa época, a carência de habitações para trabalhadores de baixa renda forçava drasticamente a elevação dos aluguéis, agravando o processo de favelamento da cidade. Ao mesmo tempo, o crescimento do fluxo populacional intensificava a deterioração de toda a estrutura de serviços urbanos, como rede de água, esgoto, saneamento, galerias pluviais, limpeza pública, pavimentação, etc. É neste contexto que a COHAB inicia vários programas de obras para a construção de vilas populares. (27)

Em 1970, cinco anos depois da fundação da COHAB, na administração de Orestes Quércia (MDB), estavam concluídas apenas as obras da V Presidente Costa e Silva. Estavam iniciadas as obras das V 31 de Março, V Campos Sales, V Orozimbo Maia, V. Miguel Vicente Gurg e o Conjunto (de apartamentos) Júlio de Mesquita Filho.

Quando o Presidente Emílio Garrastazu Médici veio a Campinas para inaugurar a Vila Presidente Costa e Silva, ele trazia o reconhecimento do governo federal à atuação de uma das mais exemplares instituições habitacionais do país: a Companhia de Habitação Popular de Campinas, ou simplesmente, COHAB-Campinas. Tendo investido, desde sua fundação em 1965, cerca de Cr\$150 milhões, a COHAB construiu e está construindo um total de 10 mil unidades habitacionais, num atendimento a aproximadamente 50 mil pessoas, localizadas em Campinas (a maioria) e em mais 9 cidades da região. (28)

No ano de 1970, Campinas tinha em torno de 300 mil habitantes e a previsão para a época era a construção de quase 10 mil unidades habitacionais, conforme os dados oficiais da citação acima. (29)

Em 1985, a população da cidade ultrapassava 800 mil habitantes e os resultados apresentados pela própria COHAB dá uma idéia da precariedade do atendimento à demanda por habitação popular, sem levar em conta as péssimas condições de construção destas moradias e o fato de ser inacessível aos favelados.

A COHAB-Campinas é uma empresa que atua na cidade e na região desde 1965, procurando amenizar os problemas habitacionais das camadas sociais mais carentes. A empresa se constitui na única opção habitacional para a população de baixa renda. Ao longo de sua existência, a COHAB-Campinas prestou um significativo trabalho à cidade e à região construindo e entregando um total de 30.235

unidades habitacionais, das quais 16.807 em Campinas. (30)

Com uma população quase três vezes maior e após 15 anos de existência, a COHAB-Campinas exhibe a construção de 16.807 moradias populares.

Esta situação confirma uma tendência conhecida do problema habitacional do país, por isso, para situar o problema de moradia do favelado em Campinas, faremos algumas referências a questões mais gerais sobre habitação e planejamento urbano nos anos 70 para o próximo segmento deste trabalho.

Ao examinarmos uma experiência de desfavelamento programada pelo poder público local - o das "casas transitórias" - é possível constatar uma vez mais o quanto o discurso da "marginalidade" distorce a questão da propriedade fundiária urbana e reproduz a crise habitacional em que vivem os trabalhadores.

III.2 As soluções habitacionais do Estado para moradores "marginais": o caso das "casas transitórias"

No final dos anos 60, o arrocho salarial aprofunda a concentração de renda e da propriedade, através de medidas do Estado para preparar o que ficou conhecido como o "milagre brasileiro". A repressão desencadeada contra qualquer tipo de articulação dos trabalhadores nos locais de trabalho e de moradia, impedia

perturbações na ordem exigida pelo desenvolvimento do capitalismo "selvagem" do país. (31)

A expulsão dos trabalhadores rurais acentua-se drasticamente, tendo em vista o avanço das relações capitalistas de produção no campo. Os altos índices de migração por sua vez, vinham atender às necessidades de mão-de-obra da industrialização nos grandes centros urbanos, tornando extremamente graves as proporções de exército industrial de reserva. (32)

O tempo era de "integração nacional", "segurança e desenvolvimento" e de "Brasil grande", e Campinas, como tantos outros municípios, procurou estabelecer diretrizes de planejamento para racionalizar o seu desempenho político-administrativo para melhor usufruir e participar do intenso processo de modernização conservadora do país.

Tudo nasceu de uma frase: 'Vamos preparar Campinas para o ano 2.000'. Pronunciada pelo Prefeito Orestes Quércio durante a campanha eleitoral que o conduziu ao governo de Campinas, essa frase continha uma exigência e um compromisso. Uma exigência da população que, elegendo-o Prefeito, queria uma administração moderna, científica, atenta às necessidades reais da cidade. (...) O Prefeito(...), um jovem advogado de 32 anos (...) acha impossível administrar um município dentro dos velhos moldes burocráticos. "É preciso", diz ele, "emprestar à administração da cidade o espírito empresarial, dinâmico, investidor e ao mesmo tempo planejado e prudente que caracteriza as modernas organizações". Por isso mesmo, recrutou homens maduros, porém jovens, equilibrados, dinâmicos, técnicos e ao mesmo tempo sensíveis. (33)

O objetivo do "Plano Diretor de Campinas", era o de evitar as dramáticas distorções de crescimento urbano-industrial. O problema estava em não repetir os "erros" da Capital e do Rio de Janeiro, por exemplo, que se desenvolveram "sem planejamento".

O discurso oficial enfatizava a necessidade de se produzir uma nova estratégia de desenvolvimento para a cidade.

O "Plano Diretor de Campinas", propunha-se basicamente a estruturar:

- 1) Uma infra-estrutura viária (construção de vias expressas do tipo "free-way" das cidades americanas, sendo as principais as vias Sudeste e Norte-Sul);
- 2) desenvolvimento Urbano (urbanização do Pq. Taquaral, e ampliação da rede de iluminação pública e domiciliar);
- 3) desenvolvimento social (ver os "sub-programas" logo a seguir);
- 4) desenvolvimento econômico (implantação do Distrito Industrial e construção da Central de Abastecimento);
- 5) administração e planejamento (conclusão de obras do Paço Municipal).

Para cada um destes pontos, estava definido o montante de verba a ser aplicado.

Para execução destas grandes obras, foi criado o "Escritório Municipal de Planejamento", com a "função específica de coordenar e fiscalizar a realização de todos os programas definidos em escala prioritária, além de prescrever as condições de viabilidades para a execução dos programas a longo prazo". (34)

A elaboração deste Plano está diretamente relacionado ao papel político econômico que o "planejamento urbano" passou a desempenhar no período do pós-64. Não por acaso, o "Plano Diretor de Campinas" foi elaborado por um consórcio integrado pelas firmas Serete S.A. Engenharia, Jorge Wilhelm Arquitetos Associados, SD Consultoria de Planejamento Ltda. e CEP - Consórcio de Escritórios de Planejadores, com a participação do Escritório Municipal de Planejamento. (35)

Segundo Bolaffi, até 1964, o Brasil realizou planejamentos urbanos apenas esporadicamente, pois estes nunca se constituíram numa necessidade intrínseca das cidades do país. Mas, a partir de então, com a criação do SERFHAU (Serviço Federal da Habitação e Urbanismo), "cuja função era incentivar a realização de Planos e Urbanismos em todos os municípios brasileiros, proliferam por todos os cantos Planos Diretores de Desenvolvimento Integrado". Continua o mesmo autor:

(...) foram postos à disposição do órgão [Bolaffi refere-se ao SERFHAU] recursos financeiros praticamente ilimitados, os quais serviriam para financiar a realização dos planos para os municípios, em condições de empréstimos extremamente favoráveis para os respectivos prefeitos (...). Em outras palavras, isso significou que Campinas (SP) precisou gastar cerca de 250 mil dólares para encomendar o seu plano e assim ter acesso aos financiamentos necessários para estender rede de água e esgotos, calçar ruas, eletrificar e iluminar, construir centrais de abastecimento, mercados e outras necessidades comuns e correntes em qualquer cidade de médio porte em crescimento. O Plano Urbanístico Básico (PUB) de São Paulo custou cerca de 1 milhão de dólares. (36)

Dentre os principais programas do "Plano Diretor de Campinas", para o triênio 1971/1973, havia uma previsão para a realização de "subprogramas" na área de "Desenvolvimento Social":

(...)construção de unidades de ensino fundamental aproximadamente Cr\$10,5 milhões; praças de esportes - Cr\$4 milhões; Hospital e Pronto Socorro Municipal Cr\$6 milhões; creches e unidades maternas - Cr\$2 milhões; centros infantis Cr\$2,2 milhões; habitações transitórias- Cr\$300 mil e plano habitacional a cargo da COHAB - Campinas - Cr\$7,15 milhões. (37)

Quero chamar a atenção para o "subprograma das habitações transitórias" (38) porque trata-se de uma experiência marcante para a história dos favelados de Campinas, preparada no final dos anos 60, portanto, antes mesmo do lançamento do "Plano Diretor de Campinas".

Uma ampla divulgação foi dada a esse projeto de desfavelamento que visava transformar-se numa experiência modelo no combate às favelas, provocar um impacto a nível nacional, como revelam muitas matérias de jornais, inclusive da Capital (algumas estão citadas no presente capítulo).

O processo de desfavelamento seguia a orientação técnica e política da Assistência Social do Governo do Estado de São Paulo, que redefinia em 1968 sua atuação, propondo-se a criar meios de "integração social" para os "necessitados" participarem do desenvolvimento do país, e romper com as regras tradicionais de ajuda aos pobres do período populista:

Não se trata mais de dar esmolas que apenas melhoram temporariamente a situação. Pretende-se proporcionar aos necessitados um lugar efetivo na sociedade. Na primeira linha de atuação da Secretaria de Promoção Social estão os menores abandonados, os migrantes flagelados, os desempregados, os anciões. (...) Para a linha do desenvolvimento comunitário a Secretaria dispõe de uma Coordenadoria de Desenvolvimento Social, que conta com uma Equipe Central e com Delegacias Regionais. Essas Delegacias já estão em pleno funcionamento em Campinas, Santos, Ribeirão Preto e Bauru, além de outras em processo de organização. Cerca de 20 assistentes sociais atuam hoje em quase todo o interior do Estado, prestando auxílio valioso na esfera do desenvolvimento comunitário, tanto através de cursos sobre assuntos variados de interesse dos municípios como auxiliando na elaboração de planos de desenvolvimento para os municípios. (39)

Em 1969, a Secretaria do Bem Estar de Campinas propunha o plano de desfavelamento das "casas transitórias", seguindo as diretrizes de trabalho de assistência social da Capital, incluindo ainda a participação direta da COHAB-Campinas:

De acordo com o levantamento feito pelas assistentes sociais da Secretaria do Bem Estar, somente nos terrenos da prefeitura existem cerca de 400 famílias de favelados compreendendo perto de 2 mil pessoas em condições sub-humanas de vida. O plano de desfavelamento prevê a mudança dos favelados para residências financiadas pelo BNH, através da COHAB. (...) um dos diretores da COHAB explica o que são as residências transitórias: "evidentemente o favelado não tem alcance imediato de tentar a compra de uma casa do BNH. Planejamos, então, a construção das residências transitórias, onde o favelado, deslocado de seu barraco, permanece por seis meses, pagando um aluguel praticamente simbólico e acumulando reservas financeiras para a compra de uma residência definitiva. Depois de seis meses ele cede lugar à outra família". (40)

Na verdade, a política municipal não visava resolver a crise do setor de habitação popular, que já era patente na época. O objetivo central do "Plano Diretor de Campinas" era desimpedir o espaço urbano para a realização das obras mencionadas anteriormente.

As despesas com os estudos e assessoria técnica na implantação da reforma são objetos de financiamento pelo SERFHAU. A melhor estratégia para a reforma seria concentrar esforços nas Secretarias de Fazenda, Obras e Serviços Públicos e Administração e no Escritório Municipal de Planejamento, uma vez que esses órgãos induziram a necessidade de reestruturação dos demais componentes do sistema, além de estarem fortemente relacionados aos objetivos do planejamento. Entre os projetos prioritários do programa da administração estão a atualização e adaptação do sistema operacional do Cadastro Imobiliário, e a organização do Centro de Processamento de Dados da Prefeitura. Embora o Cadastro atual, mesmo incompleto devido ao rápido crescimento imobiliário não acompanhado pelo registro das unidades, se preste razoavelmente aos objetivos de arrecadação dos impostos imobiliários, sua atualização se impõe em termos fiscais e de planejamento. (41)

O "subprograma das casas transitórias" assume características de trabalho complementar e necessário para viabilizar (através de processos de desfavelamentos) a valorização imobiliária de certas áreas de cidade, como, por exemplo, o loteamento de alto padrão em frente da Lagoa do Taquaral (Bairros Taquaral, Parque Taquaral, N.S. Auxiliadora). Próximo a este local, em direção à via D. Pedro I, surgem vilas da COHAB - V. Costa e Silva e Miguel Vicente Cury, supostamente construídas para atender aos favelados deslocados daquela área, como a extinta favela do Grameiro.

Como é sabido, os vultosos recursos canalizados para o BNH, ao contrário do que se apregoava, não podiam ser aplicados no financiamento de casas populares, isso porque a população trabalhadora, submetida ao arrocho salarial, não possuía renda suficiente para beneficiar-se com os empréstimos do Banco. Mas como o BNH precisava "comparecer", para de alguma forma justificar sua existência, nada mais lógico do que assumir as vestes de Banco de Urbanização e anunciar grandes projetos de planejamento e de reforma urbana (42)

A Assistência Social Pública contribuiu, nesse sentido, decisivamente para a implementação dos projetos do Governo Municipal, dos grupos econômicos locais e dos técnicos em planejamento urbano. (43)

Este momento representou o aperfeiçoamento de uma política segregacionista e especializada da cidade, adaptada às premissas da modernização estabelecidas pós-64 que, em última instância, buscava uma "harmonia" para o desenvolvimento "integrado" do espaço urbano, o que implicava necessariamente em impedir o uso "ilegal" que os "invasores" faziam do mesmo.

A autoridade, o governo, o discurso oficial, nos entrega constantemente uma leitura do que era o cenário urbano na época anterior ao golpe militar; uma imagem do passado equivalente à irracionalidade, à anarquia e à violência: caos(...). Para o discurso autoritário a resposta ao que ele define como caos é a disciplina. Uma disciplina que seja imposta com tal força, de forma tão drástica, que não só suprima o caos, mas que por sua imposição estabeleça tanto as bases de uma ordem distinta como a aceitação e a submissão a esta mesma ordem, e sua continuidade. (...) A ordem disciplinar se impõe na cidade através de operações simultâneas e complementares: desarticulando, reordenando e castigando. Estabelecendo uma ordem que cria canais autoritários de relação entre o governo e a população e ensinando condutas através

do castigo, o que vai criando condições de
aceitação e submissão. (44)

No caso das "casas transitórias", em Campinas, o trabalho das
assistentes sociais foi o de organizar certos procedimentos
"técnicos" de intervenção nas favelas para poder penetrar numa
realidade que se mantinha fora dos mecanismos "normais" de ocupação do
solo e que regulam, enfim, a conduta dos cidadãos considerados
"integrados" e "legalizados" enquanto habitantes da cidade.

O fato da imprensa registrar apenas o discurso dos agentes
do Estado e dar cobertura detalhada para as justificativas do
"trabalho assistencial" indica, além da desqualificação dos favelados
enquanto cidadãos (habitantes sem nenhum direito), a ocultação de seu
pensamento a respeito destas "remoções". O fato de inexistir uma
organização dos favelados nessa época, reactiva apenas a alternativa da
resistência para permanecer pelo menos na mesma cidade. Ao serem
desalojados de um lugar, caminham para algum outro ponto próximo ou,
às vezes, outro extremo do município, começando tudo de novo o
trabalho de tornar minimamente habitável o local ocupado. O lugar
desocupado, por sua vez, transforma-se rapidamente, com a expansão da
rede urbana, desfazendo-se por completo e os vestígios da história de
um conjunto de famílias de trabalhadores.

O movimento da AsP revelou, porém, que estas passagens por
locais anteriores não desaparecem de sua memória, de seu passado,
mesmo com as sucessivas desagregações, com os vínculos desfeitos entre
si.

Sanar os problemas trazidos pelos barracos é a meta do Serviço de Assistência Habitacional. Mas como fazê-lo? De início a Secretaria da Promoção Social cuidou da atuação direta, e segundo os processos de Serviço Social, nas duas favelas que na época da criação do Serviço de Assistência Habitacional (19 de setembro de 1969) apresentavam maior número de famílias e que eram a favela do Grameiro, no Jardim Nossa Senhora Auxiliadora, e as favelas da chácara do Vovô no Jardim Pacaembú. Na primeira, com 85 famílias (cinco a dez filhos cada uma), a maioria morando no local há cinco anos, a atuação fazia-se necessária também porque iriam ter início as obras de urbanização na área da Lagoa do Taquaral. A Chácara do Vovô contava com 47 famílias e nela ampliava-se rapidamente a construção de barracos próximos à Via Anhanguera. Além desses inconvenientes eram frequentes as reclamações dos moradores dos bairros próximos às áreas dessas favelas. Foram extintas no período de 1 ano. (...) Ele [o artigo se refere ao favelado] nunca é forçado a deixar o seu barraco. (...) Na motivação para se pensar num futuro seguro, as assistentes sociais expõem aos favelados os pontos negativos e que permanecendo eternamente erguidos em terrenos que não lhe pertencam: um ambiente pernicioso para os filhos, pois frequentemente as favelas contam com a presença de vadios, alcoólatras, marginais, toxicômanos; constantes problemas de saúde, pois o ambiente, sem um mínimo de higiene, é propício ao aparecimento de doenças; a instabilidade habitacional, pois a qualquer momento os favelados estão ameaçados. Os inconvenientes apontados aos favelados são: constante exposição à curiosidade pública, possibilidade de serem enxotados por serem considerados desordeiros, assédio frequente da Polícia, um ambiente impróprio para a educação dos filhos. (45)

Fazia parte das justificativas de atuação das assistentes sociais, a divulgação do tratamento "científico" dado ao desfavelamento.

Assim, dado o grau de ausência dos setores públicos municipais no controle das favelas, foi preciso organizar determinados procedimentos de investigação social para colocar em prática o programa das "casas transitórias", a partir de 1969.

Estes procedimentos visavam levantar a origem dos imigrantes, número de famílias, de barracos, de favelas, mapeando as dimensões do problema a nível local, segundo uma ótica preestabelecida de análise: a da "marginalidade", embora nem sempre explicitada.

Desse modo, o programa indicava a possibilidade de uma diminuição de favelados na cidade, a curto prazo, e a sua erradicação completa, a longo prazo; isto é, sublinhava-se o caráter ilegal e transitório das condições de vida dos favelados na cidade:

Favela é um aglomerado de habitações de madeira, construídas desordenadamente, sem condições de higiene e salubridade, em terrenos públicos. As favelas são constituídas de famílias oriundas de áreas desprivilegiadas à procura de melhores condições de vida que, ao chegarem à cidade, sem condições de saúde, analfabetos e sem habilitação profissional, encontram sérias dificuldades de sobrevivência. A partir desta fundamentação básica do que é um favela, a Secretaria do Bem-Estar Social de Campinas já começou a apontar as soluções para um desfavelamento que não se constitua apenas na mudança de habitação, mas na promoção social do favelado. Quem fala dos planos de desfavelamento é a (...), Secretária do Bem-Estar Social: - "Já fizemos todo levantamento sócio-econômico-demográfico das favelas situadas em terrenos da Prefeitura. Estamos com as primeiras soluções também resolvidas e para serem colocadas em prática. O nosso objetivo principal agora é não apenas promover o desfavelamento puro e simples, mas junto disso promover o homem, passando-o da condição de ex-favelado para a de um indivíduo realmente integrado na comunidade. (46)

Com o passar do tempo, os levantamentos vão ganhando um nível de detalhamento cada vez maior, no sentido de classificar, dividir, seleccionar os favelados entre si. Com a sistematização dos dados (em termos de nível de renda, profissão, padrão de consumo, escolaridade,

etc.) foi possível às assistentes sociais envolvidas decidir sobre o destino de cada um dos estratos de favelados produzidos pelas pesquisas.

Coube à Secretaria da Promoção Social da Municipalidade a direção dos trabalhos de desfavelamentos. Assistentes Sociais visitaram as famílias do Grameiro e as orientaram. Verificaram as necessidades de cada uma, levantaram estatísticas e apresentaram suas conclusões. Aí então a Prefeitura, em colaboração com a COHAB, procurou encontrar soluções. Manuel Policarpo de Azevedo Joffily, diretor administrativo da COHAB-Campinas, disse que os favelados foram distribuídos em 3 faixas. A primeira, dos que, ganhando razoavelmente, poderiam ser atendidos quase de imediato, como realmente o foram há semanas e que já estão morando em casas próprias. A segunda, dos que devem ser recuperados, preparados para uma profissão melhor, podendo vir a ter maiores ordenados, para adquirir, dentro de 4 ou 8 meses, a sua residência. A terceira faixa é dos que, pelo menos por enquanto, são considerados irrecuperáveis, em sua maioria alcoólatras e que a Prefeitura pretende internar em hospitais especializados. (47)

Dessa maneira, o trabalho assistencial aparentemente "promoveu" alguns favelados que mais se aproximavam do critério dominante de cidadão, ou seja, aqueles que tinham chances de tornarem-se "proprietários" em termos mais imediatos (conforme os parâmetros de classificação estabelecidos pelas pesquisas) separando-os em seguida dos demais.

Os primeiros enfrentariam por sua vez, outros tipos de problemas de exclusão social e econômica:

Ao transferir para a iniciativa privada todas as decisões sobre a localização e a construção das habitações que financia - e esta é uma diretriz que veio de cima, inerente à própria "filosofia" do plano, como acabamos de lembrar - o BNH tem gerado, "malgré soi", uma cadeia de negociações inescrupulosas. Como pesquisas confirmaram, e como os jornais publicam semanalmente, a burla se inicia com a utilização de terrenos inadequados e mal localizados, prossegue na construção de edificações imprestáveis e se conclui com a venda da casa a quem não pode pagá-la, por preços frequentemente superiores ao valor do mercado. (48)

Entre os "recuperáveis" estavam os do segundo grupo selecionado, que iriam para as "casas transitórias", cujo objetivo final da "integração" era comprometê-los (como os primeiros) com um financiamento da COHAB ou com algum loteamento popular.

Os que não tinham as mínimas condições econômicas para se transformarem em mutuários (ou pagarem de alguma forma pelo direito de habitar a cidade) eram excluídos do processo de "integração nacional" e municipal. Deveriam emigrar novamente ou, pelo menos, desocupar as áreas consideradas prioritárias pelo "Plano Diretor de Campinas", se falar nos que foram internados...

Ao iniciar o desfavelamento, a Prefeitura planejou dois tipos de ação: a preventiva, executada pelo Batalhão de Polícia Ferroviária e pela Sociedade Amiga dos Pobres, que consiste em controlar o movimento migratório, verificando a procedência dos novos elementos, a maioria profissionalmente marginalizada. Na segunda ação - curativa - a Prefeitura faz o reconhecimento das áreas onde existem favelas, numerando os barracos, e organizando fichas individuais das famílias. A escolha das áreas a serem erradicadas é a etapa seguinte, paralela à classificação sócio-econômica dos moradores e de seus problemas específicos. De acordo com a capacidade econômica que revelam, as famílias que moram nas áreas escolhidas para

erradicação podem ter um destes destinos: encaminhamento a casas definitivas, adquiridas da COHAB-Campinas; alojamento em habitação provisória, também da COHAB; transferência para casas construídas com materiais fornecidos pela Prefeitura, em terrenos próprios, ou, em alguns casos, retorno às cidades de origem. O desfavelamento já foi executado em oito bairros: Jardins Nossa Senhora Auxiliadora, do Trevo, D. Vieira, Pacaembú, Sapembaia e São Pedro; Vila Carmina e Parque da Figueira. O destino dos moradores foi o seguinte: para terrenos próprios, 199 famílias (41,6%); para habitações transitórias, 54 (10,71%); para casas da COHAB-Campinas, 4 (1,23%); para cômodos alugados, 14 (4,33%); retorno às cidades de origem, 17 (5,25%); transferência para outras favelas, 5 (1,54%) e com destino ignorado, 30 (9,28%). (49)

O trabalho "pioneiro" de remoções em Campinas significou a imposição de certas medidas habitacionais para uma parcela dos favelados, uma vez que a grande maioria foi simplesmente expulsa da cidade ou se instalaram em outras favelas que estavam fora do espaço requisitado pela especulação imobiliária daquele momento.

Sabe-se que em grande parte desses elementos favelados são indivíduos provenientes do mundo rural. (...) Em princípio são conhecidos como mendigos ou indigente? Dormem ao relento - em Campinas, principalmente nos baixos do Vinhedo e nos armazéns da Paulista - e vivem esmolando, durante o dia nas ruas centrais da cidade. (...) Para os que "fixaram residência" em Campinas, a Prefeitura Municipal elaborou um programa que tem como finalidade proporcionar-lhes a aquisição de uma casa própria (...). Mas, não podemos nos esquecer que, enquanto estivermos cuidando de algumas famílias faveladas, outros migrantes estarão aportando na cidade. (...) Embora pareça, à primeira vista desumano, é necessário que, para o bem desses próprios infelizes, que quando chegarem a Campinas, alguma entidade lhes forneça passes de retorno, pois aqui as coisas lhes ficarão piores ainda. Ou então tentar-se uma outra solução qualquer, humana, que resolva os problemas deles, e os nossos também. (50)

Os favelados que passaram pela experiência do programa das "casas transitórias" sofreram a discriminação, por algum tempo, de forma mais direta e sistemática do que aqueles que, por exemplo, estavam nas favelas consideradas não prioritárias para o desenvolvimento naquele momento.

(...) E em janeiro deste ano o trabalho das casas transitórias teve o seu começo. Para as mesmas, que ficam na Vila Costa e Silva, trinta famílias que pertenciam a duas grandes favelas, o Graciosa e Jardim Pacaembu foram enviadas para ali como que aprendendo tudo novamente, deixando do lado os animais que possuíam, badulaques e vícios, outros, seguiram, para as casas transitórias com outras motivações e interesses. O tempo que tem ali, é o preciso para aprenderem coisas novas, além de saberem que passarão por aquelas casas por um período pequeno, o suficiente para uma conscientização de que terão casas construídas pela COHAB, além do ofício que aprenderão nos cursos ministrados pelas assistentes sociais que ali emprestam o serviço. O que pretendem e o que pensam na continuação global do serviço, é a promoção dessas famílias a fim de que possam ter a casa própria além da maneira certa de viver. (...) A confraternização foi geral. (...) Uma nova mentalidade está surgindo. (51)

A ideologia da "marginalidade" influenciava o trabalho das assistentes sociais, dividindo os habitantes entre os que sabiam e tinham condições econômicas para viver numa cidade e aqueles que nada sabiam e não tinham como sobreviver "civilizadamente" como os outros.

O favelado, todo mundo sabe, está praticamente marginalizado. Ele não sabe nem sequer usar uma casa. Está acostumado a viver na promiscuidade (52)

O "ritmo de passagem", por assim dizer, do favelado ("marginal") para cidadão só tem condições de realizar-se a partir de critérios ditados pelas leis do mercado imobiliário, via de regra pela aquisição da casa própria (naquela época, tornando-se um mutuário do BNH/COHAB), ou pelo financiamento de um terreno em loteamentos populares, normalmente clandestinos e irregulares.

O objetivo do trabalho assistencial nas "casas transitórias" era, aparentemente, o de criar meios para tornar os favelados aptos a habitem legalmente a cidade, passando pelos chamados "estágios de recuperação", antes de se mudarem para as vilas construídas pelo BNH. Mas o seu principal papel era mesmo o de justificar para a opinião pública as remoções, reforçando ininterruptamente a noção de "transitoriedade" da condição de favelado que a representação da "marginalidade" requer. A necessidade de "limpar" determinadas áreas da cidade exige o tratamento do favelado como "desvio" ou "fora da lei", tanto do ponto de vista do regime da propriedade privada como do da lei penal, desde sua origem nas cidades:

A Secretaria da Promoção Social do Município (...) mantém (...) através de um programa de educação e ajustamento de seus moradores, com passagem por habitações transitórias e mudanças posterior para habitação própria (...) com o propósito de evitar a proliferação de barracos e das favelas e cortiços. Uma das medidas é, justamente, o cumprimento rigoroso do programa de erradicação das favelas. O trabalho é moroso e contínuo, porém, quando concluído, deixa a impressão de que nada foi realizado pelo simples fato de que Campinas é um polo de atração de uma grande região. (...) os fiscais que percorrem as favelas e orientam as famílias que chegam a Campinas, encaminhando-as às assistentes sociais (...). Afirmou o Dr. Jair Kalife que a SOESP (Secr. de Obras e Serv. Públicos) tem orientado para que os interessados em construir

em Campinas procedam corretamente, de acordo com o Código de Obras, embora não haja interesse em criar dificuldades para ninguém. Há apenas uma preocupação em atender o Código. Os que constroem clandestinamente em nossa cidade o fazem por auto-recreação (...). "A SDBF não cede terrenos para os favelados, pois eles simplesmente mudam para esses terrenos", declarou. (...)Os favelados são orientados pelas assistentes sociais a construírem em terrenos adquiridos por eles próprios. (53)

A intenção era fazer com que esta experiência aparecesse com uma solução habitacional para todos os favelados de Campinas, embora a realidade demonstrasse o contrário. Em todo caso, era útil manter a ambiguidade da informação, no sentido de prometer, para um futuro próximo ou remoto, a erradicação definitiva das favelas a nível local. Na verdade, as mensagens queriam dizer que o poder dominante da cidade detinha o controle sobre a situação da ocupação da terra, uma vez que punha em andamento o desfavelamento todas as vezes que este fosse requisitado em nome dos interesses de desenvolvimento e progresso social do município. (54)

A concepção da "marginalidade" agiu bloqueando, com eficiência, o horizonte de discussão sobre o problema da moradia popular, única e exclusivamente em torno dos financiamentos do EPM. Todos os recursos de propaganda foram empregados para produzir e reproduzir uma atitude de indiferença ou intolerância em relação à presença dos favelados na cidade, ao transmitir incessantemente a existência de alternativas para o problema, concedidas pelo Estado aos "marginalizados".

Na medida em que o direito à habitação popular era determinado exclusivamente como financiamento para casa própria do BNH/COHAB, tornava-se proibido, indiretamente, discutir e reconhecer a presença dos favelados na cidade, tanto do ponto de vista político, como econômico e cultural.

Em 1974, época da censura prévia na imprensa, mais do que nunca evita-se o registro da "opinião" dos favelados sobre sua situação de moradia.

Uma matéria deste mesmo ano tentava denunciar a falta de opções em que viviam os favelados de Campinas, lançando, rapidamente, uma denúncia sobre o fato de proibirem os favelados das "casas transitórias" de falarem:

O Centro de Habitações Transitórias, na Vila Costa e Silva, é um aglomerado de casas iguais, construídas com blocos de concreto sem acabamento externo. São 32 residências que abrigam 32 famílias em "estágio de recuperação", segundo a Assistente Social. Esse conjunto de residências é cercado por muros e alambrados, cujo ingresso depende, necessariamente, de uma prévia autorização da assistente social, Regina. A entrada e saída de pessoas é rigidamente controlada, "por um problema de disciplina", segundo a assistente, através de regulamento interno, "como esses de edifícios de apartamentos", conclui a assistente. Cada família alojada no Centro pode permanecer nele o período máximo de um ano, tempo em que deve ser providenciada sua residência. Geralmente a residência é comprada através da COHAB, que lhes concede o privilégio de passagem à frente dos outros inscritos. Mas essa é a única vantagem concedida pela COHAB (...). No entanto, o problema dos favelados da cidade vai se agravando pela falta de condições para se transferirem a outros partes da cidade, onde contar com serviços de urbanização, pois que a Prefeitura e órgãos a ela subordinados por não efetuam qualquer solução, por razões

qualquer, talvez aquelas que impediram que moradores do Centro de Habitação Transitória fossem entrevistados. (55)

Em meados de 73, a falência do programa das "casas transitórias" era notória. Os discursos das autoridades caíram no vazio e desapareceram paulatinamente. De fato, o objetivo de "integração" do favelado ("marginal") através da expulsão das favelas para as casas da COHAB, não convencia mais ninguém.

A gestão municipal seguinte à de Orestes Guércio, também do MDB (Lauro Péricles/1973-1974), não tinha mais interesse em divulgar o ritmo de crescimento das favelas nem as remoções, que continuavam até o final do seu mandato. A Secretaria de Promoção Social não se fazia tão presente nas favelas, pesquisando e atualizando dados, como na administração anterior.

Os imigrantes continuaram chegando ininterruptamente, transformando-se em "marginais", isto é, favelados que iam ocupando espaços em regiões cada vez mais distantes do centro e sem nenhum equipamento urbano.

No primeiro ano da administração de Francisco Amaral (MDB-1977-82) um artigo do Conselho Popular criticava a atuação da Promoção Social, aproveitando o momento conhecido por "abertura política":

A Secretaria da Promoção Social é pouco segura em suas afirmações. (...)Essa omissão não deixa de ser sintomática: ela resulta em grande parte, da redução do número de sondagens "in loco" entre as populações faveladas. Os moradores da favela do Jardim São Marcos - um dos maiores aglomerados desse tipo na cidade, com aproximadamente 500 barracos, confessam, por exemplo, que nunca receberam visita das assistentes sociais da Prefeitura. Somente alguns, entre os mais velhos, recordam-se de ter visto "algo assim" há dois três anos. A situação se repete (ou se agrava) em outros bairros. Os favelados da Vila Brandina* (que fica numa das margens da estrada Campinas/Souzas) já foram, de fato, visitados pelo pessoal da Secretaria de Promoção Social. O motivo da visita, contudo, nada tinha de promocional: todos os moradores foram intimados a abandonar os terrenos - de propriedade do município - e a transferir suas "casas" para outra favela (o Jardim Aeroporto, perto de Viracopos), tendo assim de ficar mais distantes do centro da cidade, onde a maioria trabalha (56)

* A favela da Vila Brandina até hoje resiste no meio de um dos mais luxuosos bairros de Campinas, o Jardim das Paineiras.

A luta da AsF tem início justamente na implantação de outro projeto habitacional tipicamente elaborado para "atender" os moradores "marginais". O PROFILURB, como vimos no primeiro capítulo, favorecia o desfaveamento de algumas áreas, e "oferecia" ao favelado a "oportunidade" de financiar a sua "casa própria".

No ano de 1981, no primeiro mutirão de todas Associações da AsF, na favela 29, Jd Campos Elíseos (que simbolizou o início da auto-urbanização das favelas em Campinas), o depoimento de um membro da diretoria da favela V. Brandina confirma que as remoções nunca cessaram e que os favelados não eram tão passivos assim e nem esqueceram o quanto foram discriminados:

__"Há 12 anos se fosse assim, a coisa tava diferente". Sebastião (...) é um dos fundadores da favela da Vila Brandina e se queixa do tempo perdido. __ "O que a gente tá conseguindo agora podia ter conseguido antes". Uma coisa não aconteceria pelos menos: o despejo que os técnicos costumam chamar de remoção. (...) Era forçada. O artigo se refere à "população favelada" a sair de onde estava, amontoar os pertences no caminho e ir para lugares desconhecidos, onde curti, além das outras, a falta dos vizinhos, parentes e amigos. __"Antes tinha muito despejo", lembra Sebastião. Era o tempo do ex-prefeito Lauro Féricles Gonçalves. (...). Os favelados iam ao chefe da cidade reclamar contra o despejo. __ "O Lauro dizia que não sabia onde era a favela e que não tinha dado autorização para a remoção. __ Podem voltar para lá que eu não autorizei". (57)

Parece que os favelados, durante muito tempo, adaptaram-se forçosamente ao universo de pensamento da "marginalidade", tornando-se impossível imaginar o surgimento de algum direito ou interesse próprio, um projeto de mudança possível e alternativo ao do Estado para melhorar as suas condições de vida.

Enquanto não desenvolveram um determinado conjunto de experiências de sobrevivência na cidade, passando por vários reinícios de vida, não foram capazes de descobrir a sua contradição de classe, a sua especificidade (identidade) enquanto morador da cidade.

Apenas no movimento social, primeiramente contra o "despejo" (transitoriedade e clandestinidade da moradia) e depois pela conquista da posse definitiva da terra tiveram a oportunidade construírem uma crítica contra a "marginalidade". Isso tornou-se possível porque reconstruíram, entre eles, a trajetória de vida dos trabalhadores rurais: até chegarem à cidade e tornarem-se "marginais", isto é, em indivíduos que devem escolher entre comprar uma casa própria ou ir embora, caso contrário serão tratados como "bandidos".

Verificaram que sempre foram vistos como meros objetos de manipulação do Estado, da polícia, do assistencialismo, dos políticos, e assim por diante. Os movimentos de favelados pelo direito à terra e habitação demonstraram que eles não aceitam mais o tratamento de exclusão social e forçaram uma revisão, mesmo que restrita, nas políticas do Estado para as favelas em vários pontos do país.

Concluindo, é imprescindível evidenciar a história desta "ilegalidade" existencial dos favelados na cidade e questionar, portanto, uma vez mais a "teoria da marginalidade" se não quisermos continuar a negligenciar a crítica que eles construíram a partir da questão da posse da terra. Mesmo porque sabemos que institucionalmente esta realidade não foi resolvida em termos de uma reforma urbana, como foi formulada na "Proposta Popular de Emenda ao Projeto de

Constituição", síntese das aspirações dos movimentos sociais, não só de favelados, mas dos mutadinos e do transporte, além de conter uma proposta para a "Gestão Democrática da Cidade".

Alguns membros da assessoria do movimento da AsP, em junho de 1987, ainda tentaram, através de um boletim, intervir nessa fase de recolhimento de assinaturas nas favelas e em outros locais, obtendo uma adesão significativa dos moradores da periferia de Campinas.

Neste ano, esses assessores da AsP foram contatados e receberam uma documentação referente à "Articulação Nacional do Solo Urbano", uma associação civil, composta por representantes e assessorias de movimentos sociais de 15 Estados que lutam pelo acesso à terra e à moradia na cidade. (58) Além de informar sobre os três Encontros Nacionais já realizados (em 84, 85 e 86), a "Articulação" convidava para um Seminário de três dias na cidade de Petrópolis - RJ, sobre "Reforma Urbana e Coconstituínte", em fevereiro de 1987.

O objetivo deste Seminário, que a AsP não teve condições de enviar representantes, uma vez que já estava praticamente desarticulado o encontro semanal das associações de favelas, pretendia organizar as propostas da "Articulação Nacional do Solo Urbano", para a constituínte, bem como um Plano de Lutas.

Nos "Estatutos Sociais da Coordenação Nacional do Solo Urbano" consta no Capítulo I (Da Natureza e dos Fins, artigo 3), como finalidade:

- a) Assessorar a luta pelo solo urbano;
- b) Apoiar e estimular a unificação das lutas e movimentos em torno da questão urbana;
- c) Elaborar e fornecer subsídios dos movimentos, promovendo seminários, encontros, estudos, etc; e
- d) Desenvolver demais atividades afins.

Tais informações finais visam ilustrar a extensão e o potencial das discussões acumuladas em torno desta dimensão da realidade brasileira que é a de milhões de trabalhadores sem moradia e que não tem ainda uma importância de discussão equivalente em termos acadêmicos, como pretendemos demonstrar no quinto capítulo.

Pensamos que a ausência de uma reflexão mais sistemática sobre experiências semelhantes à da história da ASP de Campinas, faz com que as falhas sejam atribuídas, até hoje, aos próprios favelados ou simplesmente ao extinto BNH.

Não se questiona o sistema de idéias que sempre embasou os projetos habitacionais policialescos, ou pretensamente democráticos, principalmente após 64, para as favelas. A maioria deles foram concebidos por especialistas, que buscaram na "teoria da marginalidade" subsídios para interpretar a realidade habitacional do trabalhador favelado e cujo resultado prático todos conhecem pela falência das políticas concebidas por instituições como a do BNH, COHAB, PROFILUS, PROMORAR, etc.

Dificulta, ainda, perceber os mecanismos específicos de dominação do Estado no interior das favelas e explicar, em grande parte, a inviabilidade de muitas outras "políticas sociais" aplicadas nas áreas da saúde, educação, cultura, assistência social, etc., que normalmente acompanharam a filosofia de intervenção dos projetos habitacionais para "marginais" (que, como vimos, em geral, surgiram para desimpedir áreas de favelas, requisitadas pelo capital imobiliário).

Gostaríamos de saber, até que ponto a inevitável associação dominante favelado-habitação-"marginalidade" não está colocada, também de outras maneiras, como: favelado-saúde-"marginalidade" ou favelado-educação-"marginalidade" e assim por diante.

Referências Bibliográficas

- (1) Plínio do Amaral, Campinas: monografia, Prefeitura Municipal de Campinas, 1955, s/p.
- (2) Idem, Campinas: monografia, Prefeitura Municipal de Campinas, 1956, s/p.
- (3) Para uma análise detalhada sobre a história do urbanismo campineiro e sobre o "Plano Prestes Maia" em particular, consultar a dissertação de mestrado em arquitetura de Ricardo de Souza Campos Badaró, O Plano de Melhoramentos Urbanos de Campinas (1934-1942), Universidade de São Paulo, 1986.
- (4) Plínio do Amaral, op.cit., 1955, s/p.
- (5) Paul Singer, 'Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo', em Economia política da urbanização, 1986, p. 124.
- (6) Plínio do Amaral, op.cit., 1955, s/p.
- (7) 'Campinas em dimensão de capital', Revista O Divulgante Municipal, 2(11): 14 maio-jun. 1970.
- (8) Plínio do Amaral, op.cit., 1955, s/p.
- (9) Alair Malta Guimarães, Monografia histórico-estatística do Município de Campinas, Prefeitura Municipal de Campinas, 1962, p.43-6.
- (10) O mesmo ocorria no restante do país.
"A origem da intervenção do Estado na produção da habitação data do Estado Novo e do populismo. Até então, a questão era tratada como assunto de iniciativa privada, limitando-se o Estado a regular as condições de produção via legislação sanitária, urbanística ou predial. Na República populista, o Estado operava através de Caixas, Institutos, Sindicatos e Fundação da Casa Popular, cujas atuações inexpressivas quantitativamente (cerca de 120 mil unidades), confirmaram sua eficiência nos sistemas de barganha política, clientismo e distributivismo".

Maura Pardini Briudo Vivas e Nabil Georges, 'Política habitacional e a luta pelo direito à habitação', em Maria de Lourdes M. Covre (org.), A cidadania que não temos, 1986, pp. 46-7. Ver ainda.

Dilvo Peruzzo, 'Habitação do conjunto antes do BNH', em Habitação e especulação, 1984, pp. 21-36;

Nabil G. Bonduki, 'Origens do problema da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos', em Espaço e debate, 2(5), ab.: 1982;

Sérgio de Azevedo e Luís Aureliano Gama Andrade, Habitação e poder: da Fundação da Casa Popular ao Departamento Nacional de Habitação, 1982;

Lúcio Kowarick e Clara Ant, 'O cortiço: cem anos de promiscuidade', Nova Estudos - CEBRAP, 1(2), abr. 1982

(11) Alair Malta Guimarães, op.cit., 1962, pp. 42-3.

(12) Detalhando melhor esta opção de reformulação urbana, temos:

"Passa, a Cidade, no momento, por grande remodelação, quer do ponto de vista urbanístico, quer comercial, quer do industrial, quer do cultural ou outro, sofrendo demolição e reconstruções. (...) A Prefeitura deu, aos campineiros, um dos mais modernos centros urbanos do país. O aspecto central atual é totalmente diverso do dos últimos anos".

Alair Malta Guimarães, op.cit., 1962, pp. 42-3.

(13) 'Quais os problemas que a P.M. [Prefeitura Municipal] deve resolver em 1963?' Diário do Povo, Campinas, 13/01/63, coluna Tintim por tintim, p. 12, L. 1-4.

(14) Ver.

'Estupimento de cano de "cortiço" revolta moradores do Cambuí', Diário do Povo, Campinas, 23/11/62;

'Movimenta-se entidade em defesa da periferia: problemas de ordem pública afligem habitantes dos núcleos residenciais', Diário do Povo, Campinas, 23/11/62.

'Necessárias providências da administração: bairros sentem-se abandonados, buracos tomam conta da periferia', Diário do Povo, Campinas, 13/01/63.

(15) 'Necessário a erradicação das favelas: Prefeitura tem meios para impedir construções clandestinas', Diário do Povo, Campinas, 17/01/63

Ver ainda

Maurício Moraes, 'Paraíso de Marginais', Diário do Povo, Campinas, 27/11/62;

'Asílio Social aos pobres abandonados: entidade propõe-se resolver o problema da mendicância', Diário do Povo, Campinas, 27/11/62;

'O menor e a favela', Diário do Povo, Campinas, 13/01/63.

(16) Há um trabalho oficial, de apelo constante, para a instalação das indústrias e atração de mão-de-obra para o município, como pode-se observar.

"Necessário se torna que as grandes organizações da Capital se compensem de que Campinas é o Centro abastecedor de uma vasta região do Estado, daí a necessidade de aqui instalarem suas filiais. (...) Empregos em Campinas não faltam e as possibilidades para os próximos anos são as mais promissoras possíveis: segundo estimativas mais de 6 mil vagas estarão à disposição dos que queiram trabalhar".

Alaor Malta Guimarães, op.cit., 1962, pp. 32-4.

(17) Cobertura da imprensa local sobre o assunto:

"Causou profunda revolta em toda a nação a atitude dos policiais da Guanabara, atirando ao rio da Guarda vários mendigos confiados à sua guarda (...). Por falta de qualquer processo de identificação, permanecem desconhecidos. Consta, no registro de entrada, apenas o nome declarado de cada um, já que, em geral, não possuem documentos. Nunca se cogitou da identificação dactiloscópica, a não ser no caso dos que levaram valores consigo, que eram registrados num livro especial (...)"

'Afogamento de mendigos no rio da Guarda gera ambiente de terror na polícia carioca', Diário do povo, Campinas, 30/01/63.

(18) Lúcio Ventura, 'Importação de mendigos', Diário do povo, Campinas, 10/12/63.

(19) 'Ação da prefeitura e da polícia: de 260 malocas visitadas, desfavelaram-se 108 com repressão', Correio Popular, Campinas, 28/11/64.

(20) Ver nota 15.

(21) Ver nota 19.

(22) Ver nota 15.

(23) Tradicionalmente a filantropia corria por conta das famílias abastadas da cidade:

"À esmola, sob qualquer de suas modalidades, jamais fôra aqui negada ao pobre, ao necessitado. (...) Comerciantes havia que consignavam uma verba em cada semana, para atender à mendicância aos sábados, colocando sobre o balcão uma pilha das antigas moedas de cobre que eram retiradas uma a uma pelos pobres. Explica-se, pois, por que as casas destinadas à assistência pública, nesta cidade, são todas de iniciativa particular. (...) Os poderes públicos têm-se limitado a auxiliá-las,

após a inauguração (o autor se refere à "Assistência Pública" criada pela Prefeitura), mas infelizmente com verbas que não correspondem aos benefícios que essas instituições dispensam à população desprovida de recursos".

Carlos F. de Paula, 'Assistência Pública', em Monografia Histórica do Município de Campinas, 1952, s/p.

(24) Ver nota 13.

(25) Sobre a criação e expansão do aparato assistencial de Campinas, consultar a dissertação de Mestrado de Maria José de Mattos Sobre a que nem abelha, cada dia zune num canto. Estudos de processos migratórios e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais, Universidade Estadual de Campinas, 1986.

(26) Paul Singer, 'O uso do solo urbano na economia capitalista', em Evânio Maricato (org.), A produção Capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial, 1979, p.33.

(27) 'A gente campineira: entre a tradição e a transformação', Revista O Ricicante Municipal, 2(11): 26-7, maio-jun. 1970.

(28) 'As casas que o Presidente viu', em Campinas: Esta cidade cresce em plano, Prefeitura Municipal de Campinas, adm. Orestes Guércia, 1970, s/p.

(29) 'Campinas dobra sua população no espaço de dez anos', Correio Popular, Campinas 14/07/85 (suplemento de aniversário, p.5).

(30) Trecho do depoimento do presidente da COHAB, Eng. Antonio Galvão Coelho, em 'Atuação da COHAB na solução do problema habitacional', Correio Popular, Campinas, 14/07/85, p.9.

(31) Resis de Castro Andrade, 'Brasil: A economia do capitalismo selvagem', em Paulo J. Kriesche, Brasil: do "milagre" à

"Abertura", 1982, p. 121-50.

(32) Paul Singer, 'Urbanização e desenvolvimento: o caso de São Paulo', op. cit., p. 129.

(33) 'Senhor Prefeito: porque o plano?', em Campinas: Esta cidade cumpre um plano, op. cit., s/p.

(34) Ibid

(35) 'Campinas em dimensão de Capital', Revista O Dirigente Municipal, 2(11):7, maio-jun. 1970.

(36) Gabriel Zoleffi, 'Planejamento urbano: reflexão sobre a experiência recente', Novos Estudos - CEBRAP, 1(4):50, nov. 1982.

(37) 'Plano Diretor: obra silenciosa que consagra uma administração', em Campinas: Esta cidade cumpre um plano, op. cit., s/p.

(38) Sugerimos a leitura, da já referida obra Educação e favela: Políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1985, organizada por Victor Vicent Valla, 1986. Capítulo II sobre a experiência dos "parques Proletários", no período de 1938-45, que também propunha-se a resolver o problema das favelas com "casas provisórias".

(39) 'Assistência Social não é esmola', Revista O Dirigente Municipal, 2(11):58, maio-jun. 1970.

Sobre "Desenvolvimento Comunitário", ver:

Sofia Bezerra Ammann, Ideologia do desenvolvimento comunitário no Brasil, 1985

(40) 'Estas são as soluções para o desfavelamento', Diário do Povo, Campinas, 10/09/69.

(41) 'O plano de ação fixa as metas do triênio', Revista O Dirigente Municipal, 2(11):45, maio-jun. 1970.

- (42) Gabriel Bolaffi, op. cit., p. 51.
- (43) Sobre planejamento urbano, ver, entre outros:
 Gabriel Bolaffi, 'Arquitetura do poder e o poder da arquitetura', Novos Estudos - CEBRAP, 3(9):47-55, jun. 1984;
 Flávio A. de Aguiar Casali, 'A questão tecnocrática: campo intelectual-tecnocrático e o discurso dos agentes do planejamento urbano', Espaço e Debates, 9(3):42-65, maio-ago. 1983;
 Octavio Ianni, Estado e planejamento no Brasil, 1986;
 Vera Resende, Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro, 1983.
- (44) Alfredo Rodríguez, 'A cidade dissolvida', Espaço e Debates, 7(2):32-3, out.-dez., 1982.
- (45) 'Mais uma favela erradicada: Jardim São Pedro', Correio Popular, Campinas, 26/09/72.
- (46) 'Estas são as soluções para o desfavelamento', Diário do Povo, Campinas, 10/09/69.
- (47) 'Maior favela de Campinas acaba', O Estado de São Paulo, São Paulo, 26/01/71.
- (48) Gabriel Bolaffi, 'Habilitação e Urbanismo: o problema e o falso problema', em Hermínia Maricato (org.), A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial, 1979, pp. 54-5.
- (49) 'Campinas elimina favela', O Estado de São Paulo, São Paulo, 06/01/74.
- Estes dados foram publicados anteriormente no artigo:
 'A promoção do favelado numa análise profunda', Correio Popular, Campinas, 31/10/73.
- (50) 'Favela, até quando uma chaga?', Correio Popular, Campinas, 02/08/70.

- (51) 'Uma vida diferente nas casas de transição', Diário do Povo,
Campinas, 27/10/71.
- (52) 'Campinas começa a combater as favelas', Diário do Povo,
Campinas, 17/01/71.
- (53) '1.860 barracos em Campinas: como acabar com as favelas de
Campinas?', Correio Popular, Campinas, 25/04/75.
- (54) Ver, entre outros artigos.
'Desfavelamento', O Estado de São Paulo, São Paulo, 29/08/70;
'Ex-favelados, mudam-se para casa própria', Correio Popular,
Campinas, 12/03/72.
'Campinas elimina favelas', O Estado de São Paulo, São Paulo,
06/01/74.
'Favelas começa a combater as favelas', Diário do Povo, Campinas,
17/01/71.
- (55) 'As remotas e profundas causas do favelamento', Correio Popular,
Campinas, 04/08/74.
- (56) 'A cidade clandestina de 12 mil favelados', Correio Popular,
Campinas, 00/07/77.
- (57) 'Xotivão na "29" causa inveja na Vila Brandina', Correio Popular,
Campinas, 16/06/81.
- (58) 'Articulação Nacional de Solo Urbano'. Propostas para a
Constituinte e Plano de lutas'. São paulo. s/d.

Capítulo IV

A VIOLÊNCIA URBANA SEGUNDO A IDEOLOGIA DA MARGINALIDADE

Situando mais uma vez nosso problema em relação à ideologia da "marginalidade", recordando que, sob a ótica do movimento da AsP, procuramos apresentar de que modo esse pensamento dominante subsidia as práticas de dominação do Estado nas favelas, levando em consideração: a) tanto uma definição preestabelecida de "participação política" como; b) o papel da situação de "ilegalidade", do uso do solo urbano, que sustenta a idéia de "transitoriedade" da favela e consequentemente os interesses do capital fundiário urbano, ultimamente abrindo mão eventualmente de algumas áreas isoladas em função das conquistas dos movimentos de favelados do país.

A estas dois planos da concepção da "marginalidade", acrescentamos um terceiro que dá unidade à representação do favelado "marginal" as idéias de criminalidade ou banditismo urbano, o que acontece devido à representação da favela e da cidade com um espaço de ordem e desordem social, sem levar em conta a lei penal, o sistema de propriedade e a questão da criminalidade e violência urbana.

Não se trata de negar ou minimizar o problema da violência como um dos mais sérios do momento, mas de reconhecer o quanto a representação da "marginalidade" associa "ad infinitum" a condição de morador da favela (e, muitas vezes, mais genericamente o morador da

periferia) com o crime e a violência, reforçando a idéia de que a criminalidade é um atrito moral exclusivo das classes populares.

(...) Exemplo disto é o maior destaque dado às notícias que evidenciam o aumento de frequência dos crimes categorizados como 'contra o patrimônio', que são os furtos e, principalmente, os assaltos à mão armada, os quais colocam em risco a propriedade e a segurança pessoal de pessoas de classe média e alta. Enquanto que os crimes de mesmo tipo cometidos contra indivíduos de classe baixa são menos evidenciados e, os crimes de 'colarinho branco', ainda que acarretando perdas financeiras muito mais significativas, tendem a receber tratamento extremamente discreto. (1)

Proliferam os debates e estudos sobre violência e delinquência, poucos, porém, dão conta da necessidade de relacionar e problematizar a questão da propriedade e política fundiária urbana com a criminalidade, para desmistificar a perseguição que pesa sobre aqueles que não têm condições econômicas para viverem de acordo com a lei e o idealizado modelo do cidadão-padrão.

O discurso que reforça o fato dos favelados habitarem ilegalmente, em "propriedade alheia", produz também a imagem de que eles são capazes de cometer, sistematicamente, todos os tipos de transgressões contra o patrimônio acumulado, tanto pelo setor público, como privado. Segundo Paulo Sérgio Pinheiro:

Essa tirania brutal pode aparecer, então, como dominação serena do bem contra o mal, do ordem sobre o desordem(...). A tortura, os maus tratos e toda a violência em relação às classes subalternas têm uma função eminentemente política(...). Justamente o debate sobre a criminalidade e a

repressão às classes subalternas têm deitado em geral de levar em consideração qualquer articulação entre lei penal e seus abusos com o sistema de propriedade, que é necessário recuperar. (...) Urge recuperar a noção de que a lei penal e a repressão policial continuam sendo um dos principais instrumentos ideológicos das classes dominantes: a lei e a repressão são criticamente importantes para manter laços de obediência e deferência das classes subalternas em relação às classes dominantes (e classes médias), em legitimar o 'status quo', recriando constantemente e reproduzindo a estrutura de autoridade que decorre da propriedade e que protege ao mesmo tempo os interesses de seus detentores. (2)

Assim sendo, o Estado tem atuado nas favelas respaldado tanto no plano "técnico-científico" (teoria da "marginalidade") como pelas representações sociais dos setores dominantes.

Neste último plano, as discussões ocorrem, pois, muito mais no âmbito dos valores morais. As justificativas são de caráter "natural". Isto é, não passam pela vontade dos homens. Os favelados são "marginais" (criminosos) por tradição cultural ou por predestinação divina.

A retórica do senso comum de explicar a criminalidade dessa forma, como se o favelado fosse potencialmente um delinquente, desvia a atenção dos crimes organizados no interior da classe dominante (como se estivesse acima de qualquer suspeita), como a máfia da droga que exige um aparato sofisticado de produção e distribuição da "mercadoria" cujas ramificações chegam à favela, e os seus habitantes, têm conhecimento disso.

Já é tempo das autoridades abrirem o jogo em relação ao tráfico de drogas no Rio de Janeiro. Naldo, Escadinho, Dênis, Cassiano e todos os demais traficantes de morro, e favelas, apresentados pela cúpula policial como donos do mercado de narcotráfico, não passam de fidejantes. Os grandes traficantes de fato, como o empresário Armando Amaral (diretor ou ex-diretor de um conglomerado de 14 indústrias no eixo Rio São Paulo) ou Paulo Cesar Monteiro, o Barão, que abastece em frota de lancha a região dos lagos ou muitos outros frequentadores da alta sociedade. E, é evidente que toda a cúpula das polícias federal e estadual sabem disso. Os traficantes das favelas, não são mais do que varejistas, cuja freguesia é constituída de viciados da classe média baixa. Os viciados de alto coturno, na verdade, são abastecidos nos grandes restaurantes e boates da Zona sul do Rio. Mentira Dr. Hélio Sabóia (Secretário de Segurança)? Mentira Governador Moreira Franco? Mentira Dr. Romeu Tuma? Mentira Dr. Paulo Bressard?. (Cezar Pinheiro, no jornal Rio Notícias da Semana 15/06/88). (3)

Além com relação ao crime organizado, a favela cumpre o papel de mascarar a sua origem, pois a repressão policial recai principalmente contra a favela, não se tem conhecimento de que o mesmo grau de violência policial aconteça, por exemplo, nas boates da Zona Sul do Rio. Essa situação nos leva a indagar: se a impunidade não fosse tão generalizada e se a repressão policial não fosse tão indiscriminada sobre a favela, haveria essa relação de proteção mútua entre favelado e, por exemplo, o traficante Meio-Quilo?

A desqualificação moral complementa, todavia, a intenção de despolitização da contradição de classe presente nos conflitos pela posse da terra urbana e a anulação do conteúdo do cultural do saber favelado sobre a cidade.

A Baixada Fluminense, conhecida como um dos locais mais violentos do país, ilustra bem esta síntese da dominação, mais aos olhos dos menos avisados a discussão sobre violência urbana deve se sobrepor totalmente à da ocupação da terra urbana e de outras questões relevantes para os trabalhadores.

Fernando Gabeira captou esta questão numa reportagem que realizou na Baixada em 1988:

(...) Dom Hypólito é muito conhecido nos meios universitários e religiosos de lá e ganhou mais respeito ainda depois que foi sequestrado por fanáticos de direita e abandonado no meio da rua. Na comissão de direitos humanos de sua diocese, estouram dezenas de casos por mês. Quando fui visitá-lo, pensava que seus dossiês eram basicamente ligados à denúncia do Esquadrão da Morte e da Polícia Mineira, duas organizações de extermínio que operavam intensamente na Baixada. O próprio título dos dossiês serviu para desmentir esta hipótese: Jardim Iguaçu, Parque Estoril, Conjunto Pistóia, Santa Eugênia, Novo Aotora, Uiga, Marve, Morro Grande, Capivari, Pedra Lisa. O problema central na Baixada é a posse da terra. (...) O corpo estirado no chão, cercado de velas e curiosos, é uma cena comum na Baixada. Há vários roteiros para essa cena final. Em muitos casos, há mortes provocadas na guerra pelo domínio do mercado do fumo, coisa semelhante ao que existiu na Cidade de Deus em certa época. Às vezes a polícia participa desses tiroteios, às vezes não. (...) A maioria não entende como um tamanho esforço para construir cidades, em alguns casos com as próprias mãos, não conseguia ser visto a não ser do ângulo dos crimes de morte. (...) Quando começarem a reportar o mundo, ao invés de serem apenas reportados por ele, novas sínteses vão surgir. (4)

Mesmo atualmente, para se contrapor aos movimentos de ocupação de terra urbana, o Estado necessita manter o estereótipo de "orginal" para intervir, através de seus agentes (a Assistência

Social é uma das formas principais) nas organizações dos favelados.

Em outras palavras, significa que o Estado continua com o discurso de "Promoção Social" dos favelados, de transformação de indivíduos "marginais" em cidadãos socialmente integrados. Os critérios de ação passam invariavelmente pela comparação entre aquele que é e aquele que não é qualificado para ocupar legalmente o solo urbano. Quando não consegue desalojá-los, procuram a cooptação e a apropriação das conquistas.

Na verdade, o que queremos afirmar é que o Estado tem forjado a "marginalidade" e sistematicamente obrigado os favelados a se comportarem como "marginais" para que fiquem sempre dependentes da "ajuda" assistencialista.

Em troca desta fórmula de disciplina social, conseguia anular sua identidade, seus interesses e as contradições, até o momento em que comecem a ser percebidas e questionadas pelos favelados. Uma das lideranças da AsP avaliava, em 1980:

O homem do campo, conta seu Adonias, nunca teve apoio nenhum. Trabalhava duro e, quando a safra era boa, metade ficava com o dono da terra. Quando o tempo era ruim, as dívidas ficavam para ele sozinho. (...) Então o que o povo vai ficar fazendo no campo? Olhando as máquinas trabalharem e eles passando fome, expulsos de tudo quanto é lugar? Então o povo vem pra cidade, vem chegando e vai entrando nas favelas. Chega na cidade, tem que arrumar emprego, casa, comida. Sabe o que acontece? Seu Adonias explica: a leitura deles lá no campo é boa mas aqui na cidade não vale nada. O camarada chega numa firma, num escritório todo grandão, já fica se jeito porque ele não está acostumado. Los

aquela ambiente. Então, nem que ele saiba encher uma ficha, ele já erra, porque aquele ambiente ali já asorteceu ele. Vai pro serviço pesado, que não faz muita questão de leitura, mas que paga só o salário. Pra ganhar um pouquinho mais, tem que fazer hora extra, que poucas firmas pagam conforme a lei. Arrumar casa pra morar, é um sacrifício. As imobiliárias pedem Cr\$5.000,00 por qualquer dois cômodos. Fiador, aluguel adiantado, carteira assinada por um ano, mais isso, mais aquilo. Pra onde é que o cara vai? Tem é que morar na favela mesmo! Amontoados um em cima do outro, sem esgoto, sem água, e ainda ameaçado de ser expulso outra vez! Deus fez a terra foi pra tudo quanto é vivente de Deus viver em cima dela. Eu tenho a impressão, diz o seu Adonias, que a terra não era pra ser vendida, eu acho que o maior erro do mundo é vender a terra. A terra é do povo, a terra é nossa. Deus fez pra nós. Agora, porque é que tem essa exploração de vender, um vender pro outro, que vai vender pro outro? Por que querem expulsar o povo da cidade? Da cidade que ele mesmo construiu, esses prédios bonitos que estão aí, foi tudo ele que construiu. O povo já vem expulsos de tudo quanto é estado. Paraná, Mato Grosso, Bahia e Minas. Pra onde ele vai mais? Pro inferno? Não existe o inferno, inferno é o que a gente está vivendo aqui! Então o que vai acontecer? Vamos na briga com os homens! Vamos unir a carne com a unha e vamos brigar pelo título definitivo da terra, pra os nossos filhos ficarem ali, pra gente poder falar: aqui é nosso! (5)

Entendemos que no início os favelados "aceitavam" a imposição de pseudo-identidade de "marginal" porque era única alternativa que restava para serem "incorporados" à cidade.

As grandes massas de migrantes deste país descobriram cedo o que esperavam deles: passividade, obediência, silêncio para, quem sabe, conseguirem emprego, um barraco, alimentos, remédios, documentos, vagas em creches, hospitais, escolas, etc..

Por isso, passam a desenvolver, muito cedo, práticas individuais e coletivas de resistência dentro da favela, através também do trabalho mútuo, para instalarem a família, e não serem expulsos do local, do barraco ou mesmo da cidade. Fora da favela, descobrem o quanto podes a condição de favelado para minimizar a discriminação social que pesa sobre si, um suspeito da violência urbana.

Evidentemente, a construção ideológica da "marginalidade" atinge maior eficácia quando os migrantes passaram a interiorizar a imagem de "marginal", por terem se tornado favelados (moradores ilegais).

É comum encontrarmos muitos deles interpretando sua realidade a partir da dualidade cidadãos/não-cidadãos moradores legais/moradores ilegais, sentido-se impotentes para alterar essa dicotomia:

Cícera Albuquerque tem 7 filhos, sendo que o mais velho, de 14 anos, cursa a 2a. série primária. O mais novo dos filhos tem apenas 8 dias, e, mesmo ex tempo de dieta, Cícera trabalha normalmente, tirando água do poço, e passando as maiores privações (...). E ela termina suas explicações com o velho chavão dos favelados. - 'A vida é muito triste dona. Esperança? Esperar o quê? Acho que a única coisa que pobre espera é a morte.' (...) Num outro barraco de 2 cômodos (...) Guimar dos Santos, seu marido e dois filhos. - 'Nós morávamos na rua 32, num barraco. Um pessoal da Prefeitura Municipal foi até lá avisar que iam derrubar o barraco. (...) Isso não é vida. Não se tem água para nada, nem luz elétrica, nem banheiro. Olha, para falar a verdade, nós não temos nada na vida.' E assim continua levando a vida essa gente simples e sem ambições. (6)

Diante de relatos como estes, é necessário observar, porém, tanto no passado como no presente, em que condições os discursos dos favelados estão sendo produzidos.

Pode ser que o processo de interiorização não seja tão acabado e que certas vezes torne-se um recurso para despiatar aquele -os indaga sobre sua vida devidamente influenciado pelas premissas da "marginalidade".

Estas premissas já trazem em si a impossibilidade de conhecer o favelado, ou seja, aqueles que investigam moradores ilegais podem estar repetindo argumentos cristalizados, dando pistas seguras ao entrevistado que deve se comportar como um "marginalizado" mesmo para evitar "abrir o jogo" com desconhecidos, ainda mais nos anos 70, período de remoções contínuas.

A situação de dissimulação é comum na relação com a imprensa e com todo tipo de pesquisador que entra nas favelas sem mediações, sem explicitar posições, objetivos, acreditando em separação neutra entre sujeito e objeto de conhecimento.

A matéria citada a pouco é, pois, um exemplo desta situação, o que nos leva a enfatizar que a visão da "marginalidade" não problematiza depoimentos conformistas dos favelados, muito pelo contrário, reforça-os.

Muitos depoimentos que apresentam a auto-imagem do favelado como "marginal" são extraídos deliberadamente para favorecer

determinadas conclusões. Vejamos mais um trecho da matéria acima citada.

'-O que ganho, dá apenas para comer. É o jeito. Assim a gente vai quebrando o galho', disse (...) Luis Carlos Gregório(...). - 'Aqui é um barraco que a gente constrói em terreno que a Prefeitura empresta. Aí, a gente, devagar, vai levantando as paredes(...). Não é fácil, a vida é muito dura', afirmou ele, 'mas a gente vai lutando.' (...) 'A vida é muito sofrida. Mas a gente não pode desistir. Até que temos saúde, vamos lutando', concluiu Luis Carlos. (...) Ele não tem nada a dizer na vida das fábricas, pelos salários que recebem; nem na vida dos sindicatos; nem na vida das outras camadas sociais; nem mesmo elas não tem voz ativa diante daqueles que os atingem diretamente. Enfim, os favelados não têm nenhum poder de decisão, até mesmo diante dos problemas que os envolvem. Talvez seja este o motivo que se mostra presente na dificuldade que eles encontram, no sentido de resolver coletivamente, os problemas comuns à própria vida. (7)

É de certo modo evidente a influência teórica que pesa na interpretação dos depoimentos transcritos desta matéria. Os favelados não fazem parte da estrutura de classes, nem da classe operária. Aparentam-se muito mais do "lumpen-proletariado", quer dizer, dos irrecuperáveis em termos de consciência de classe, porque são potencialmente suspeitos ou mesmo bandidos.

Além da própria imprensa, seria interessante se pudessemos saber até que ponto a própria arte e as diversas manifestações e movimentos culturais do país foram influenciados pela ideologia da "marginalidade". Com certeza a música brasileira trabalha intensamente o tema favela/favelado, resta saber mais profundamente de que modo ela tem representado esta realidade, sem abrir mão da análise que

considere todos os componentes que produzem a imagem do "marginal".

No que diz respeito à produção cultural, nos anos 60, o "cinema novo", trabalhou muito com a imagem da "marginalidade" na tentativa de provocar uma "conscientização" política:

O cinema novo na sua fase de maturação esforçou-se em apresentar, através de casos particulares, retratos gerais da sociedade brasileira, com a intenção de salientar as injustiças de sua estrutura e com o intuito, conforme os diretores, não só de levar ao público informações referentes à sociedade dentro da qual está inserido, mas também de provocá-lo a uma reação, cujo primeiro passo seria uma tomada de consciência. Por motivos vários, o quadro da sociedade brasileira que nos apresenta o cinema compõe-se de dois grandes grupos: camponeses e favelados por um lado, e grã-finos por outro. Estes constituem um grupo ocioso, que se dedica em vitiosos carros americanos, bebe uísque à beira de piscinas, gosta de pintura abstrata(...); é um grupo parasitário, que não trabalha (pelo menos nunca é apresentado trabalhando ou fazendo política)(...); e este grupo, apresentado de um ponto de vista moralista, é atribuído a responsabilidade pela situação na qual se encontra o outro grupo. Camponeses e favelados vivem na situação oposta(...) são pessoas rejeitadas, fora de uma sociedade onde circula dinheiro, onde o trabalho permite viver dignamente, onde se tomam decisões a respeito de si mesmo e da coletividade; frequentemente tais pessoas nem trabalham e formam um lumpem-proletariado: são mendigos, ladrões, prostitutas(...); se o grupo inferior é marginal por não se encontrar integrado num processo evolutivo da sociedade brasileira, reduzido que é à condição de pária, o grupo superior não é menos marginal: são pessoas que não trabalham, não produzem, não planejam. Podemos dizer que os filmes, como "Cinco vezes favela" (1962), "A grande feira" (1962), nos apresentam marginais de cima e de baixo. Entre estes dois pólos: nada.(...). (8)

Para demonstrar mais detalhadamente esta relação entre favelado e criminalidade, busquemos, tanto em expressões mais recentes como passadas, retomar a história das favelas em Campinas, da perspectiva dos setores dominantes locais.

A "marginalidade" simboliza neste nível, muito mais o extremo de uma outra representação de que já falamos, expressa a negação de um padrão ideal de cidade e de cidadão ocidental.

Nos limites desta realidade abstrata que o pensamento dominante situa o favelado "marginal" (invasor, incapaz biológica e culturalmente, criminoso, etc.) e o cidadão ("homem de bem", proprietário, trabalhador, saudável, etc.), ambos vivem numa cidade organizada, em franco desenvolvimento e modernização, cosmopolita e civilizada como ... Campinas em 1964:

Um novo aspecto do vale, que com seus 36 bairros, onde vivem pessoas em estado de semi-civilização, e mais a Vila Olímpia, Jardim Pacaembu, Jardim do Lago, Jardim São Vicente, compõem aquilo que é o outro lado de Campinas, cidade limpa, progresso industrial, social e cultural. (9)

Um outro exemplo mais recente (1985) de espaço imaginário da ordem ameaçado pelo da desordem:

Campinas, a cidade dos barões do café e do compositor Carlos Gomes, que deixou obras mundialmente famosas, como "O Guarani", é conhecida lá fora por suas tradições e especialmente pelas Universidades - PUCCAMP e UNICAMP - que abriga. Mas, a exemplo das grandes cidades, ela também oculta seus pudores, marcados por um "cinturão" de miséria que a cerca, com nada menos que 83 favelas

Nesse mundo à parte, cerca de 60 mil pessoas lutam pela sobrevivência(...). Para acabar definitivamente com essa mancha escura na história de Campinas, o prefeito(...). (10)

Através desta falsa oposição - entre o favelado/favela e um padrão burguês de cidadão/cidade - somos sempre levados a saber muito mais sobre o que o favelado não é e não pode ser em relação ao outro lado da representação. Até mesmo os aspectos físicos e visuais da favela são descritos como se fossem uma forma de extensão do modo de ser "imoral" do "marginal".

Nestes termos, é possível universalizar a particularidade da relação proprietários públicos ou privados e não-proprietários nas favelas, quer dizer, descaracterizar todo e qualquer assunto relativo a conflitos de posse de terra com favelados:

Entre as transformações que vêm ocorrendo na fisionomia urbana de Campinas [1970], o aspecto de maior significação é o que diz respeito à tarefa de desfavelamento que a Prefeitura está promovendo. Anomalia produzida pelo próprio fenômeno da urbanização e do crescimento das cidades, a favela é um fato da vida moderna que talvez nenhum grande aglomerado humano consiga eliminar completamente. (...)a população marginalizada que surge constantemente na periferia dos centros urbanos também nunca cessa de crescer e de deslocar-se de um ponto para outro. (...)é esse o aspecto que merece ser realçado, pois acreditamos possa vir a constituir-se na fórmula, há tanto tempo procurada, de resolver, pelo menos em parte, ou na maior parte, o antigo e universal problema do favelamento. (11)

Em 1971, uma passagem encontrada nas páginas do Diário do povo reitera o fenômeno da universalidade do problema, dito desta vez por uma autoridade municipal:

Falando sobre as favelas, (...) a Secretária de Promoção Social disse que o problema de favela atinge a todo mundo, não só em Campinas. Trata-se de um problema internacional. (12)

Campinas, em 1985, passou a ser apontada como a cidade de maior índice de criminalidade do interior de São Paulo (13). A idéia de "marginalidade" como um resultado inevitável da sociedade moderna industrial apresenta a delinquência urbana como opção dos habitantes de favelas que, inclusive, desenvolvem formas próprias de saber: as "escolas" de crimes organizados.

Eis uma das referências típicas, acontecida em Campinas, em 1984.

Local um tanto afastado da cidade, é sem dúvida refúgio predileto dos marginais, que para lá têm afluído em índices elevadíssimos. São "professores" que lá vão ministrar os rudimentos e um posterior aperfeiçoamento de uma vida pregressa. E o "ensino" está tomando novos rumos, aperfeiçoando-se dia-a-dia, sem que as autoridades policiais tomem conhecimento. Favela do Trevo, Vale da Miséria, Escola do crime, nomes que se complementam em uma cidade que se orgulha de seu progresso sócio-econômico. (14)

Em 1985, as concepções dominantes em torno do "saber favelado" continuavam inalteradas pelo tempo:

Nos núcleos de favelados, onde se reúnem as famílias de menor poder aquisitivo, estão as verdadeiras escolas de crime, mantidas pela miséria e com espaço definido nas condições (subumanas) de vida. Por enquanto - conforme dados colhidos no quinto Distrito Policial - o clima de terror, provocado inclusive pelo constante risco de se ser atingido por uma bala perdida de arma de fogo,

ainda não chegou até os mais privilegiados com a mesma intensidade verificada nas favelas, mas a insegurança é evidente naquela região, marcada pela miséria. (15)

é a partir da favela, por assim dizer, que os favelados irradiam organizada e autoritariamente - violência e "marginalidade" à sociedade

Dentro de Campinas existe uma cidade proibida [1980], cujo território poucos se arrisquem a cruzar. A área, delimitada por acidentes geográficos, é patrulhada dia e noite por seus habitantes, que têm um modo de vida quase tribal. (...) No temido "Morro dos Macacos", o pôr-do-sol equivale a um decreto de estado de sítio, (...) não há hora marcada para a violência (...). No "Morro dos Macacos", bem como em toda a área favelada de Campinas, ela assume proporções cada vez maiores (...). As lojas comerciais vetam automaticamente o crédito a qualquer trabalhador que reclarar residência no "Morro dos Macacos". (16)

O visível do cotidiano do favelado é o lugar da periculosidade e desordem, digno, portanto, de figurar com destaque apenas em páginas policiais. A imagem da violência (irracional) dos favelados colabora, desde sua origem, para a política do silêncio que marca os interesses da propriedade da terra urbana (lugar da racionalidade e paz social).

Qualquer experiência de luta que venha negar esta regularidade da dominação, esta visão de mundo, tem de enfrentar o desafio da desqualificação política. Entre favelados "marginais" não existe a possibilidade de surgir cidadãos - sujeitos políticos - em condições de defender interesses próprios.

Na opinião de dona Maria Raimunda de Sousa, favelada, 'tudo isso é um meio de humilhar a gente, que é obrigada a pagar todo serviço bruto que aparece. Na minha casa ninguém é vagabundo. Eu não entendo essas pessoas que não se compadecem das misérias humanas. Se a gente que luta tanto pela vida vem morar num lugar daqueles, numa lama daquelas, é porque não tem condições de pagar um aluguel ou de construir uma casa num terreno melhor. Mas a gente tem lutado muito para melhorar a vida'. (17)

A força de persuasão da "marginalidade" tem concorrido para definir na impunidade todos os tipos de arbitrariedades que a repressão do Estado e dos setores dominantes desencadeia sobre aqueles que são considerados "bandidos" ou simplesmente vagabundos. (18)

O movimento da AsF, por exemplo, em 1981, no auge da discussão da Lei da Terra, irritou profundamente o pensamento autoritário local, que tentava anular as ações inéditas dos favelados com idéias bem conhecidas da "marginalidade":

Paralelamente ao debate oficial, dinamizando-o, movimentava-se a opinião pública, que à primeira vista vem se posicionando contra a concessão das áreas municipais. Nesse sentido, nos últimos tempos, uma onda de preconceitos e imagens estereotipadas vem sendo elaborada, cristalizando-se uma visão negativa do favelado. A idéia de que esse setor da sociedade é composto basicamente de marginais e ladrões é quase corrente em Campinas, desde o momento que o prefeito encaminhou à Câmara o projeto. Uma das frases mais comuns é a de que 'favelado não quer nada com trabalho', geralmente acompanhada pela certeza de que favelado mora em favela porque é preguiçoso e acomodado. Esses preconceitos, ao qualificarem o favelado como um 'câncer da sociedade', estão na base da argumentação tecida pelos vereadores, que apontam para o perigo da cidade transformar-se num 'paraíso de favelas'. (19)

Recentemente, apesar da gravidade da situação habitacional em Campinas, o discurso oficial repete os mesmos argumentos da época da formação das favelas na cidade.

No entanto, as idéias de "preferência" e "hábito" dos "fornasteiros" (que continuam aportando anualmente em Campinas) por moradias "provisórias" está presente em muitos dos artigos de jornais.

O discurso do Secretário da Promoção Social pode confirmar melhor o que desejamos explicitar (1985). De seu ponto de vista, a favela chega a ser até um problema "pré-histórico" no contexto da situação habitacional existente no país:

'Quem não tem condições de viver aqui deve procurar cidades menos adensadas, onde existem mais oportunidades'. A afirmação é do Secretário (...) para quem a população que não tem condições de se fixar em Campinas, não tem também necessidade de permanecer em condições aflitivas, devendo assim procurar cidades menos saturadas que Campinas e São Paulo. Ele não considera esta postura desumana, principalmente porque a maioria da população favelada é originária de outros municípios. Ainda segundo ele, 'a favela historicamente durante algum período foi a única alternativa, mas hoje devem existir outras soluções que não esta'. (20)

Em outubro de 1980, num debate com a imprensa, a ApF tentava esclarecer sua luta para evitar notícias desencontradas, onde certas informações mais confundiam do que explicavam a situação dos favelados. Estava presente nessa, como em outros tantos debates, a preocupação de desfazer-se da imagem de "marginal" e de afirmar-se como sujeito político.

Um dos favelados dirige-se a um membro da Comissão de Justiça e Paz da cidade que elogia a organização da AsP. Ele explica que o movimento quer acabar com as favelas porque também deseja ver a cidade "bonita":

'A intenção da gente é ter um pedaço de terra nosso, que é para não ficar cheio de tábuas e quando o pessoal passar pela favela vai falar 'Tá vendo? o pessoal deu a volta por cima, tá vendo como tá bonito'. Em seguida, ele agradece a "muita gente de fora, que às vezes nunca viu a gente e nem sabe o que é favela, mas que tá junto com a gente. (...) não só pra hoje, mas pra sempre. (21)

No mesmo debate, outro favelado também tenta criticar a visão de "marginalidade":

Na escola as pessoas ouvem cartas críticas contra os favelados, que são pessoas baixas, sem nenhuma qualificação para estar no meio da sociedade grande. (...) eles vêem isso de um poder maior, que está rebaixando a gente. (22)

Depois explica que os favelados fazem, com o trabalho de dia e dia, "crescer" este poder que nada faz por eles.

Como essas, centenas de outros depoimentos podem ser citados, invariavelmente vêm acompanhados de referências a remoções, saída do campo, seu trabalho etc., enfim aspectos marcantes de sua história social.

O favelado que constrói as grandes cidades ainda é chamado de marginal, que nem diz o povo. Eu, por exemplo, tô aqui, vou chegar à 1.00 hora da manhã e 5.00 horas eu tenho que levar a minha mulher no ponto para trabalhar, depois eu também vou

trabalhar. (...) Esse povo de gravato chega e diz que precisa dessa área, empurra você para lá, o outro chega também e empurra para lá, e fica o favelado que nem uma bola. (23)

Mais especificamente sobre a questão da violência urbana, a AsF chegou a debater, em abril de 1984, com o Juiz Roberto Teller Sampaio, a sua participação (através das Associações) em uma entidade de prevenção a violência.

A criação do "Serviço Comunitário de Prevenção à Violência Urbana", segundo o juiz não tinha a intenção de "policiar movimentos de caráter político", mas diminuir o número de vítimas da violência, pois os mais atingidos eram as camadas mais pobres.

Nessa discussão, o movimento da AsF decidiu que cada Associação seria livre para participar ou não da entidade que estava sendo criada. É interessante notar que algumas das Associações estavam mais motivadas pela proposta, porque tinham de fazer um trabalho junto a delinquentes na favela, na tentativa de colocá-los 'de volta no caminho certo' e não perturbaram a organização e mobilização dos moradores.

É cada vez mais frequente os casos de enfrentamento armado entre policiais e delinquentes na periferia e os moradores são obrigados a ficar no meio deste "fogo cruzado". Por isso, até mesmo no plano da segurança, os favelados têm de encontrar saídas para garantir a sobrevivência e a da família. Não faltaram casos de reuniões, às vezes até periódicas (mensais), de Associações da AsF com moradores

delinquentes, onde acordos são estabelecidos para evitar a presença indesejada da polícia, que age de modo indiscriminado e a aprovação mútua no interior da favela, sem falar do encaminhamento da luta pela posse da terra. (24)

Alguns assessores da AsP, entre eles um psicanalista, iniciaram uma experiência de terapia com menores delinquentes na favela do Jd. Condição, procurando reduzir os conflitos internos e proporcionar aos menores atividades com funções terapêuticas. Mas, não temos informações suficientes para dar sobre seus resultados, embora parte das reflexões tenham sido publicadas, levando em conta a visão de mundo e as condições de sobrevivência destes menores adolescentes. (25)

O "serviço preventivo" contra a violência é tentado, portanto, correntemente pela classe trabalhadora, uma vez que não existe a menor possibilidade de se contar com a justiça, restando apenas os seus próprios recursos para enfrentar o problema, apesar do risco de se chegar, como nas grandes capitais, aos casos de grupos de extorsão, com prática de linchamentos, tortura, etc. (26)

Segundo Orlando Soares, membro da Sociedade Brasileira de Direito Criminal, a situação do Direito Penal, continua essencialmente repressiva, ao invés de preventiva, age e se dirige no sentido de punir o agente e atacar, remediar as ações anti-sociais e os seus efeitos, o que decorre de uma distorção científica: daí a ineficácia e

Reflexão desse ramo da ciência jurídica, pois o que os princípios científicos indicam é justamente o oposto, ou seja, a localização e o esforço de erradicação das causas sociais da criminalidade. (27)

Esta realidade, como sabemos, na maioria das vezes não vem sendo tratada pelos especialistas, como sugere Paulo Sérgio Pinheiro. O estudo da criminalidade não pode estar dissociado da questão do abuso da estrutura de propriedade, que protege seus interesses, reproduzindo o atual sistema de autoridade com a lei penal e a repressão policial.

NOTAS

- (1) Rosa Maria Fischer, 'Bandido não é problema, a gente precisa é de lei', em O direito da população à segurança, 1985, p.88.

ver ainda:

Antonio A. Berro, O desvio nasce de cada dia: a representação do cotidiano num jornal popular, 1980;

'Violência não é privilégio das classes populares', Folha de São Paulo, São Paulo, 01/02/81 (Folhetim, n. 211, pp. 3-7).

Roberto da Malta et al. Violência brasileira, 1982;

Maria Vitória Benevides, Violência: povo e polícia: violência urbana na noticiária de imprensa, 1983.

'A imagem da violência: o criminoso, visto da periferia, é o simbólico resultado da soma de estigmas e preconceitos morais e sociais de fazer inveja à classe média', Revista Semear, São Paulo, n. 164, 09/05/84.

- (2) Paulo Sérgio Pinheiro, 'Violência e Cultura', em Lamounier et al. (orgs.) Direito, cidadania e participação, 1981, pp. 30-52.

- (3) 'Operação Mossaico: traficantes do morro não passam de fichinha', Jornal da Manhã, Porto Alegre, Ano III, n. 19, agosto de 1988, p.5.

Sobre essa questão do tráfico de drogas nas favelas, a representação da polícia e a proteção oferecida à favela pelo traficante:

A polícia invadiu a favela da Recinta, no Rio e trouxe o corpo de Buzunga, como um troféu. Era um negro bandido. Tinha 17 anos, chorava sem parar. (...) Seu melhor amigo era "Brasileirinho", de 12 anos, que desde os sete anos convivia com o tráfico. (...) Certo dia Buzunga entrou numa biroscas e sob ameaça do revólver tirou um homem. Deu-lhe um tiro em cada joelho, porque não respeitava sua ordem de não roubar na favela. (...) A história de como o tráfico se enraizou nas

Favelas ainda não foi contada. Faz falta o Cláudio Ribeiro.

'Rio, Suzunga: a conexão da droga com a miséria, Jornal da, Porto Alegre, Ano III, n. 19, agosto de 1982, p. 5.

(4) Fernando Gabeira, 'Ásperos caminhos da esperança', Isto é, São Paulo, ano 7, n. 335, 25/05/83, pp. 36-43.

(5) 'Quem é que mora em barraco?', Revista da Região, Campinas, ano 3, n. 13, p. 4.

(6) 'É uma nova favela que surge: no Jardim Eulina', Diário do Povo, Campinas, 08/10/70.

(7) 'Favelas: ainda um desafio', Diário do Povo, Campinas, 08/12/71.

(8) Jean - Claude Bernadet, 'Trajetória de uma oscilação', Temas e Debates, 1(1977), pp. 113-4.

(9) 'Favela do Trevo: Aspectos negativos de Campinas', Correio Popular, Campinas, 13/09/64.

(10) Lúcio Violante, 'Em torno de Campinas um cinturão da miséria', Correio Popular, Campinas, 04/08/85.

(11) 'Faltam 8,5 milhões de residências', Correio Popular, Campinas, 05/07/84.

(12) 'Campinas começa a combater as favelas', Diário do Povo, Campinas, 17/01/71.

(13) 'Com 134 assassinatos este ano, a cidade lidera os índices de criminalidade. Campinas a mais violenta do interior', Correio Popular, Campinas, 13/10/85.

Ver ainda

'Autoridades reconhecem que apenas a repressão não resolveu o problema da criminalidade urbana: Policiamento ostensivo não evita violência', Correio Popular, 27/06/86,

'Policiamento, a reivindicação dos bairros na zona oeste da cidade: Aqui, fim de tarde é o toque de recolher', Correio Popular, Campinas, 22/08/82.

(14) 'Favela do Trevo: aspectos negativo de Campinas', Correio Popular, Campinas, 10/09/84.

(15) 'A violência explode na região leste de Campinas: medo e pavor, a rotina das execuções', Correio Popular, Campinas, 20/10/85.

(16) 'A violência explode em todo Morro do Querosene', Diário do Esporte, Campinas, 26/10/85;

Ver ainda:

'Nos barracos da Vila Brandina: Quadrilheiros surpreendidos após tiroteio e longa caçada', Correio Popular, Campinas, 19/04/85;

'Uma noite de pânico na periferia, com tiroteio, correria e execuções?' Correio Popular, Campinas, 18/05/86.

(17) 'Campinas discute quem é favelado?', Folha de São Paulo, São Paulo, 04/06/81.

(18) 'No loteamento do Jardim Irajá: Barracos incendiados para evitar ocupação', Correio Popular, Campinas, 01/02/1983.

Ver ainda:

'Polícia entra em choque com favelados que invadiram área', Folha de São Paulo, São Paulo, 23/02/84,

'PM tem liminares para desalojar invasores em 48 áreas', Folha de São Paulo, São Paulo, 19/04/87;

'Invasores reagem a despejo e entram em choque com a PM', Folha de São Paulo, São Paulo, 24/04/87.

'Policiais usam gás lacrimogênio contra as pedradas dos sem-terra', Folha de São Paulo, São Paulo, 24/04/87;

'PM desaloja 2.500 invasores de terra na zona leste', Folha de São Paulo, São Paulo, 26/03/87;

'50 feridos no choque entre policiais e invasores de terra' Em notícia: refere-se a fato ocorrido em São Paulo, Correio Popular, Campinas, 24/04/87;

'PM expulsa invasores de área da prefeitura de Curitiba', Folha de Londrina, Londrina, 22/04/88;

'Sem-casas serão despejados hoje', Jornal Comunicação, Sumaré, 19/08/88.

(19) 'Campinas discute quem é favelado?', Folha de São Paulo, São Paulo, 04/06/81.

(20) 'Campinas já não comporta mais famílias faveladas', Correio Popular, Campinas, 24/10/88.

(21) Depoimento de favelado no debate com a imprensa (já mencionado no cap I) em 28/10/80, na Associação Campineira de Imprensa, Campinas.

(22) *idem*.

(23) Depoimento de favelado no Curso de extensão - URPLAN, PUC-SP, em 04/06/80.

(24) Dia 09/10/82. O barraco de Delício Crescêncio de Souza, no Jardim Conceição, foi brutalmente invadido por policiais. Era 1 hora da madrugada. As cinco horas, dezenas de pessoas estavam feridas. (...) Foram presas, acusados de porte de arma e maconha. Não se comoveu a culpa de Delício e de outros favelados. Não se punia os policiais. (...) O CDDH está trabalhando ainda em cima de mais cinco casos. Todos, de "crimes" idênticos: invasão policial a domicílio (sempre em favelas), espancamento, prisão e morte inesperada. (...) O Centro de Defesa dos Direitos Humanos de Campinas comprova: Delício Crescêncio de Souza morreu, após espancamento e pela "possível" lesão interna produzida por traumatismo mecânico. (...) Um pouco antes de morrer na prisão, semendo de fortes dores no estômago, Delício escreveu o seguinte poema

("Esperança de Delírio"): 'Deus, que sua palavra Senhor, que nos alimentou hoje junto com o corpo e/ sangue de seu filho Jesus / Tu mostre aos poderosos / os limites de seus poderes / para não se atreverem mais / a pisar nos direitos / dos humildes / o caminho para conseguir / pão, justiça, paz e trabalho; / firme a coragem dos perseguidos / deixe brilhar para os pobres / esperança de tempos melhores'.

Débora Rodrigues, 'Em Campinas, um debate sobre a violência policial', Correio Popular, Campinas, 09/12/84

(85) Manoel T. Berlinck, 'Alexandre e seus irmãos: psicanálise do pinóchet', 1988, pp. 87-98.

(86) 'Cansaram de ser vítimas dos marginais: Descampado, um bairro humilde se protege', Diário do Povo, Campinas, 01/05/84.

'A PM desarmou alguns moradores, mas não todos Descampado: a guerra continua', Diário do Povo, Campinas, 20/04/84.

'Cacado do crime e da ineficácia policial. Descampado decreta greve contra marginais', Diário do Povo, Campinas, 19/04/84.

'No descampado, moradores já fazem armas contra os marginais', Correio Popular, Campinas, 06/04/84.

(87) Orlando Soares, Causas da criminalidade e fatores criminógenos, 1978.

Capítulo V

A QUESTÃO DA PARTICIPAÇÃO POLÍTICA DO FAVELADO SEGUNDO A "TEORIA DA MARGINALIDADE".

O objetivo que motiva uma retomada do conceito de "marginalidade" neste capítulo é ainda o esforço em compreender e explicar todas as implicações da crítica dos favelados da AsP ao estereótipo de "marginal".

Em outros termos, trata-se de rever, de um ponto de vista teórico-metodológico uma discussão sobre a "marginalidade" que leve em conta a bibliografia dos "novos movimentos sociais" e a perspectiva das lutas de favelados pela posse da terra urbana. (1)

Desde o início deste trabalho algumas questões tem desafiado novos temas de investigação, tais como:

- existe no Brasil uma prioridade em linhas de pesquisas sobre a história dos conflitos e lutas pela posse da terra urbana?
- por que a história dos trabalhadores favelados, desde sua origem, é infalivelmente uma história de "marginais"?
- existem subsídios teóricos alternativos para se rever as versões histórico-oficiais, que tratam os favelados como agentes passivos das políticas habitacionais, voltadas basicamente para atender à especulação imobiliária?
- até que ponto foi possível à bibliografia crítica da "teoria da marginalidade" problematizar e enfatizar estas questões?

Foi com estas preocupações que consideramos importante recuperar, em linhas gerais (pois são muitos os estudos que trabalham de forma exaustiva), as posições mais conhecidas dos teóricos da "marginalidade". Não de uma forma aleatória, mas sobretudo situando-as em relação às definições de "participação política" dos "marginais".

Para justificar este direcionamento da investigação bibliográfica, relembremos que os favelados da AsP polemizaram na prática contra:

a) uma definição de participação política preestabelecida pelo conceito de "marginalidade", que vem principalmente do Estado e das classes dominantes; e

b) a anulação de sua história social marcada por intensos processos de mudanças do desenvolvimento urbano-industrial do país, desde 1930 e acentuadamente após os anos 50.

A discussão sobre estes aspectos passa, porém, necessariamente por uma breve retrospectiva do conceito de "marginalidade".

V.1 Notas sobre a história da "Teoria da Marginalidade" e da crítica a este conceito

Nos anos 50, o conceito de "marginalidade" surge comprometido com a ideologia nacional-desenvolvimentista cujo objetivo central era

a defesa de um "desenvolvimento voltado para dentro", "autor-sustentado", que seria alcançado através de uma política de industrialização dos países latino-americanos, incentivada pelos capitais estrangeiros, sobretudo norte-americanos, para a "arrancada" inicial.

As "populações marginais" eram descritas pelas análises dualistas (de inspiração funcionalista), como setores "atrasados", "não integrados" ao processo de "modernização"; quer dizer, eram vistos como setores "obstáculos" no interior dos países subdesenvolvidos que visavam alcançar os níveis de desenvolvimento das "nações adiantadas".

Um traço típico deste tipo de pensamento pode ilustrar esta concepção de "continuum" desenvolvimentista:

(...) a marginalidade urbana representa uma desintegração profunda da sociedade latino-americana, significando um freio constante a um processo de desenvolvimento. Os traços do fenômeno da marginalidade urbana, tal como aparecem na América Latina, revelam a necessidade prioritária de elaborar políticas nacionais de desenvolvimento que permitam a incorporação da população marginal à sociedade urbana. (2)

A partir de meados de 60, o conceito passa por uma revisão, devido ao contexto de crise das políticas desenvolvimentistas e dos países do Estado, que deram lugar às ditaduras militares da América Latina.

A discussão da "marginalidade" é retomada desta vez pela teoria da Dependência (sobressaindo-se a vertente marxista), que estudou estas "populações marginais" como "resultado" ou "consequência" do modelo de desenvolvimento dos países dependentes, da especificidade das leis de acumulação capitalista na América Latina, que gerava um "exército industrial de reserva" completamente atípico.

No conhecida obra 2. Mito da Marginalidade Urbana: favelas e políticas no Rio de Janeiro, a autora Janice Perlman (1970) explica:

O ponto chave é que a marginalidade não se deve a condições deficientes de moradia, ou a características de indivíduos ou grupos, mas a uma forma de sociedade radicada no processo histórico da industrialização e crescimento econômico das nações em desenvolvimento, ou particular as latino-americanas. A marginalização é consequência de um modelo de desenvolvimento (ou subdesenvolvimento) que tem como característica básica a exclusão de vastos setores da população de seu aparato produtivo principal. (3)

Nas duas versões de análise da "marginalidade", os setores de classe considerados são vagamente definidos. Embora predominem estudos sobre favelados, é muito comum certas obras generalizarem suas interpretações para toda a classe trabalhadora do país ou para trabalhadores rurais, ou ainda para qualquer morador da periferia dos grandes centros urbanos, índios, negros, etc., como se pode constatar em algumas das citações deste capítulo.

Um rompimento com o conceito de "marginalidade" só se verifica nos anos 70, época do "milagre", da "abertura política" e início do "milagre brasileiro". Este momento histórico foi propício

para se avaliar que o desenvolvimento capitalista era perfeitamente viável, apesar da situação de crescente miséria social e da "dependência estrutural" em que se encontravam os países da América Latina e em especial o Brasil. (4)

A tendência destas análises macro-estruturais revelou-se extremamente limitada para dar conta dos novos problemas que as conjunturas econômicas, políticas e sociais levantavam naquela período, principalmente no plano das relações entre capital e trabalho. E é principalmente neste plano que as análises caíram num vazio explicativo, exigindo dos cientistas sociais mais do que discussões em torno de grandes princípios unificadores da vida econômica e social.

Paul Singer, por exemplo, em seu livro Economia Política da Urbanização (1973), questionou, como outras obras indispensáveis dessa época, o grau de simplificação a que se chegou nas análises sobre as relações entre desenvolvimento dependente e "marginalidade". Além do uso mesmo deste último conceito.

(...) embora hajam relações causais significativas entre dependência e marginalidade, estas relações podem ser estudadas e analisadas do modo mais adequado, num nível de maior concreção, em que a dependência deixa de ser a principal fonte de determinação social para se tornar um entre vários fatores que influem no desenvolvimento, na urbanização e na marginalização, em sociedades latino-americanas. (5)

Chamamos atenção, aqui, para o fato de provocar uma ambigüidade ou de uso indiscriminado do conceito de "marginalidade" e de "marginalização".

Entendemos que o primeiro sentido define basicamente uma visão ideológica dos trabalhadores, de não participação política, econômica, cultural, etc., tal como aparece nas duas tendências teóricas que defendem o emprego do termo "marginalidade".

O segundo, muitas vezes, são referências ao processo de pauperização de alguns setores ou da classe trabalhadora em geral, sem necessariamente defender a visão de ausência ou de passividade destes setores, seja nos processos políticos, econômicos e ou culturais investigados.

Come não temos conhecimento de um estudo que tenha abordado este assunto, fica a observação para que se possa conferir o sentido que está sendo lido aos dois termos, quando isto se fizer necessário.

Retomando a síntese da produção crítica à "marginalidade", podemos dizer que esta alternativa teórica foi fundamental para demonstrar, não só aos meios acadêmicos, o quanto os "setores marginais" são integrados e indispensáveis para a expansão do capitalismo latino-americano, que atua através da superexploração das condições de vida e de trabalho das classes trabalhadoras.

Fato é, a crítica revelou o quanto não existe a tão propagada "marginalidade social" e porque é fundamental o este capitalismo

existentes determinadas formas de emprego, subemprego e desemprego, tanto do ponto de vista político, como econômico. A situação de pauperização (ou marginalização) obscurece, de maneira oportuna, estas formas - poucas clássicas - de participação dos trabalhadores na acumulação de capital e na estrutura de classes. (6)

Esta preocupação questionadora em relação à produção do pensamento ideológico da "marginalidade" propiciou ao avanço muito grande nos estudos e pesquisas sobre a industrialização e urbanização, também sobre as migrações internas, as relações de classes, o mercado de trabalho, o exército industrial de reserva no Brasil e em outros países da América Latina. (7) Foi esta bibliografia, enfim, que tornou possível afirmar-se que os favelados (como muitos outros setores considerados "marginais") são trabalhadores, fazem parte da força de trabalho, estão inseridos no processo produtivo do capitalismo da América Latina.

A partir dessa perspectiva os movimentos de favelados, como o da AsF, nosso objeto de estudo, seria uma questão teórico-metodológica já descandada pelas Ciências Sociais e Economia.

Contudo, não nos parece que, sob a ótica da crítica à "teoria da marginalidade", estes mesmos favelados, vistos como inseridos no sistema de produção econômica, dispõem também como sujeitos e atores políticos.

é exatamente neste ponto que desejamos nos deter para propor uma continuidade na problematização e questionamento da "teoria da marginalidade". Os movimentos sociais que emergiram a partir dos anos 70 e 80 criaram as condições necessárias para uma reflexão teórico-metodológica desse tipo.

A "teoria da marginalidade" continua determinando uma forma de conhecer os trabalhadores favelados, principalmente do ponto de vista político-cultural. As noções de passividade, conformismo ou de violência dos "marginais" fornecem justificativas para todo tipo de decisão do Estado para intervir nas favelas, como esperamos ter demonstrado nos capítulos anteriores.

Foi com esta preocupação que procuramos recuperar as definições de "participação política" da "teoria da marginalidade", pois são elas que organizam em grande parte as representações dominantes vigentes.

V.2 Marginalidade e participação política

Assim sendo, os movimentos de favelados recentes, para conquistar o direito à habitação (posse definitiva da terra urbana e urbanização de favelas) esbarram no discurso (explícito ou não) que se fundamenta na concepção da "marginalidade".

Na realidade, isto significa que o Estado e os setores dominantes diretamente envolvidos com as questões da posse da terra

utilizar a "marginalidade" como sinônimo de: 1) ilegalidade de permanência dos favelados na cidade; 2) incapacidade política dos favelados para assumirem seus próprios interesses, justificado, como veremos, inclusive "cientificamente"; e 3) criminalidade, bandidismo, violência urbana, idéias reproduzidas principalmente ao nível das representações populares, como vimos no capítulo IV.

Os grandes princípios definidores de "participação política" desta visão, têm sido propagados pelos quatro cantos do continente latino-americano, se materializando, convenientemente, em políticas sociais e projetos públicos visando "soluções" para os problemas dos favelados sem envolvê-los, evidentemente, pois são culturalmente "atrasados".

Mesmo entre destacados Cientistas Sociais, no início dos anos 70, é possível perceber a influência determinante de tais concepções, ainda embora muitos deles já não compartilhem destas posições em suas análises críticas mais recentes.

Um estudo publicado pelo CEBRAP, em 1973, seus autores classificam os tipos de moradores da cidade de São Paulo numa dimensão sobre desenvolvimento, cultura e participação. Destacam-se algumas referências sobre o "morador" e o "marginal":

Para efeito de caracterização dos habitantes da cidade, é possível distinguir, inicialmente, duas categorias socialmente atuantes, mas de maneira distinta: o "morador" e o "cidadão". O primeiro, visto por sua atitude, caracteriza-se em seu relacionamento com a cidade por ter tudo a pedir-

lbe, mas a partir de níveis mínimos, que lbe assegurem quase que exclusivamente a sobrevivência na cidade. (...) Mas luto isoladamente (no máximo, mas novamente, exprimindo seus interesses de "morador" por intermédio de uma sociedade de amigos de bairro). (...) No degrau mais baixo dessa categoria, aspirando ainda a chegarem a ser moradores, estão os grupos marginalizados. Aí está, a cultura da pobreza e são geradas tanto as carências puramente culturais como outras de base biológica. (8)

O desafio atualmente seria fundamentar uma crítica à visão mais propriamente política da "marginalidade", que leve em conta o posicionamento particular dos favelados, mas também de outros grupos considerados "marginais". Este procedimento talvez abrisse campo para outras reflexões sobre as experiências dos movimentos sociais, que evitem as desqualificações e discriminações políticas semelhantes, como a dos negros, indígenas, cortiçados, etc.

Na ausência de um debate desta natureza, o que parece ter permanecido, como uma espécie de "última palavra", são as críticas dos adeptos de "marginalidade" e da teoria da dependência aos teóricos funcionalistas, sobre o conceito de "participação política".

Utilizaremos uma crítica de Alain Touraine (1977), em tentativa de sintetizar as posições teóricas das duas correntes de pensamento.

(...) o DESAL [Centro para o Desenvolvimento Econômico e Social da América Latina] não descreve assim somente algumas situações extremas: segundo ele [o DESAL], a metade ou mais da população deve considerar-se marginalizada. Trata-se, pois, de uma população "passiva", tanto ou mais rural do que urbana. A apresentação muito acadêmica de tal

corrência não deve esquecer da expressão mais crua de uma ideologia diretamente ligada aos interesses do império norte-americano, e que os trabalhos de inspiração marxista sobre a dependência têm permitido um progresso intelectual decisivo, ao rechazar e destruir, de uma vez por todas, discursos tão desprovidos de argumentação. (9)

Continuando nesta linha de argumentação, a postura de muitos autores marxistas foi a de denunciar o fato de que os "marginais" não eram, absolutamente, ausentes nas atividades políticas. Era, ao contrário, ativos agentes políticos, porém sem condições de defenderem interesses políticos próprios, na medida em que sempre colaboravam para a manutenção da ordem vigente.

Ainda de Alain Touraine temos o seguinte.

Não se pode falar de uma sociedade dependente e buscar ali atores sociais "positivos". O próprio do um modo de desenvolvimento é fazer com que tudo tenha aparência invertida. A exploração se converte em exclusão; o trabalho em privação de trabalho. Porém, também a classe se converte numa comunidade e a ação política tanto em submissão às manipulações demagógicas como em violência repentina. (10)

As análises sobre a errônea capacidade de participação política dos "marginais" (embasadas nas determinações estruturais do desenvolvimento dependente) sem dúvida forneceram subsídios teóricos para todos os tipos de projetos para favelas, tanto nas áreas de saúde, educação, habitação, etc.

Consideramos importante sublinhar o consenso acadêmico que fundamentou a tese da incapacidade política de amplos setores das

classes populares (incluindo, às vezes, a própria "classe operária"), seja para caracterizar a visão de ausência (passividade), como da presença política (equivocada) dos "setores marginais", principalmente no período anterior à emergência dos movimentos sociais da década de 70.

Na verdade, a discussão não se limita aos autores que defendem ou rejeitam uma posição ou outra. A extensão do problema é maior, existem autores que, apesar de não acatarem o valor explicativo do conceito de "marginalidade", apoiam-se na sua ideologia do mesmo modo.

Existem fortes evidências a comprovar que os favelados não são marginais, mas de fato integrados na sociedade, ainda que de um modo que vai contra os seus próprios interesses. (...) Os actores populares, no caso, os favelados, ajudam de muitas maneiras básicas a perpetuar o sistema e facilitar sua reprodução. É essencial, portanto, compreender sua utilidade para o sistema, se quisermos compreender a sua pertinência como grupo. (...) Os favelados, portanto, desempenharam e desempenham papéis essenciais na manutenção do sistema econômico, sócio-cultural e político no Brasil. (...) Não se pode, de maneira alguma, considerá-los agentes de seus próprios destinos. Sua sorte depende em larga medida do que acontece na sociedade brasileira em geral, à qual se acham tão intimamente ligados. (ii)

O problema está em saber se os favelados continuam sendo investigados a partir da ótica da desqualificação política, da ilegalidade de sua permanência nos espaços que ocupa na cidade e da criminalidade urbana. Se este núcleo de questões ainda estiver presente nas interpretações acadêmicas, a concepção de "marginalidade" continua tão intacta quanto nos anos do auge de sua influência, não basta a declaração de que a "marginalidade" não existe.

Na área de trabalhos sobre habitação/favelas existem numerosas contribuições, desde as investigações empíricas sobre as práticas de remoção de favelas promovido pelo BNH, a falência do mesmo em relação aos processos de "desfavelamentos", a reação dos favelados aos programas de financiamento para casa própria, a volta às favelas, etc. No entanto, não se pode dizer o mesmo da análise das práticas de participação política dos favelados. Vejamos o exemplo de um conhecido trabalho na área da habitação.

As práticas de distorção do sistema apresentam ainda, com característica particular, o fato de não remeterem a uma ideologia própria, ou a uma "ideologia dos pobres". (...) O processo histórico brasileiro não resultou na formação de uma consciência e, consequentemente, de um comportamento de classe, mas de um comportamento sobretudo individualista, marcado pelo desejo de ascensão social e voltado para a busca de "independência" econômica. (...) Em tais condições, considerando a ausência de uma tradição de luta e de uma consciência de classe, o recurso a ações individuais e individualistas é perfeitamente compreensível. (12)

Como se vê, os favelados foram intensamente investigados, mas a partir de modelos de "participação política" que recorrem, explicitamente ou não, ao conteúdo da ideologia da "marginalidade", que tanto podem representá-los como negação do cidadão liberal-burguês (inertes perante as instituições e práticas políticas), ou do revolucionário de esquerda (são o lumpem-proletariado, ou assim sem consciência de classe).

É por isso que a maior parte desta literatura se dedica a elaborar um discurso que mais lamenta do que explica a prática

política das classes trabalhadoras em geral, e de favelados, em particular.

De ótica destas interpretações marxistas, aquelas que são considerados à "margem" ou esporadicamente inseridos no processo produtivo (e de consumo) não tem, segundo esta literatura, capacidade política para desvendarem as contradições de classe ou simplesmente a "contradição principal". No máximo são considerados politicamente secundários em relação aos canais institucionais reconhecidos de participação política: os partidos políticos e sindicatos.

A interpretação "ortodoxa" das lutas na esfera da reprodução tem consequências políticas: implica em que muitas organizações de esquerda na América Latina releguem estas formas de resistência social a uma importância secundária. Em consequência, o "avanço" destas organizações é identificado à sua subordinação às "verdadeiras" organizações de luta social-sindicatos e partidos para nestas dissolverem-se tendencialmente. (12)

Podemos dizer que a tendência das organizações políticas da "esfera da produção" é acreditar que detêm todo o conhecimento político-cultural que as lutas da "esfera da reprodução" desenvolvem em seu interior e que por isso podem falar em seu nome, sem passar por qualquer mediação representativa entre as organizações da trabalhadoras de uma "esfera" e outra das lutas sociais.

Imaginam certamente que as práticas de dominação do Estado e das classes dominantes contra favelados, por exemplo, são exatamente iguais àquelas que se dirigem aos moradores de loteamentos

clandestinos e irregulares, cortijos, autuários de COMAR, e outros.
(14)

A ideologia da "marginalidade", nesse sentido, contribui sobremaneira para a manutenção da rígida hierarquia entre as lutas sociais e suas respectivas entidades e lideranças políticas.

Enquanto não houver a preocupação em desmontar cada conjunto de argumentos dos sistemas de dominação do Estado contra os vários movimentos de moradores, de uma perspectiva histórica, será difícil superar os modelos tradicionais de participação política e enfrentar os grandes interesses de capital (como o imobiliário) que não atuam na esfera da produção.

Desse modo, é muito pouco para os favelados serem reconhecidos como "trabalhadores" pela crítica à "teoria da marginalidade" (como vimos na análise histórica do movimento da ASP), porque na luta pela habitação eles continuam sendo "ilegais" ou "marginais". Não são reconhecidos em suas formas de organização e de participação política, que pressupõe um projeto próprio de luta, com um saber e interesses específicos, além de uma identidade que rompa com o estereótipo de "marginal".

O debate sobre a organização de favelados, e outros setores considerados "marginais", deve desmistificar o discurso organizado para produzir e reproduzir as teses homogeneizadoras de

desqualificação política de todos os setores populares que não se adequavam à imagem heróica da "classe operária", enquanto vanguarda política.

(...) os marginalizados pertencem ao sistema capitalista, mais pela exclusão do que pela exploração. Não podem participar diretamente de uma consciência ou luta de classes; seu isolamento e, portanto, sua subcultura o situa em relações de produção e num modo de desenvolvimento determinados. (15)

A idéia de uma retomada crítica desta "ciência da marginalidade" também se tornou uma exigência deste objeto de estudo ao notarmos a existência de um certo continuísmo na discussão do conceito em conjunturas políticas mais recentes.

A teoria que talvez tenha sido mais intensamente formulada a respeito da relação entre urbanização e política em países subdesenvolvidos é a que associa a primeira com o radicalismo e a violência política. Seu argumento central é de que os migrantes vêm às cidades com expectativas que não são satisfeitas pela economia urbana; frustrados pelo fato de suas aspirações não serem atendidas, eles (ou a geração de seus filhos) se voltariam então para o radicalismo político e a violência. (...) A realidade e os dados empíricos, entretanto, não confirmam este tipo de idéias. (...) A relativa apatia revolucionária das classes subordinadas em países subdesenvolvidos pode melhor ser entendida quando se tomam em consideração alguns aspectos importantes da questão. Primeiro, deve-se ter em mente que, por degradantes que sejam as condições de vida das classes baixas urbanas, elas provavelmente estão numa situação melhor do que no campo onde a vida é frequentemente ainda pior. Além disso, parece estranho adjudicar a setores tão pobres e oprimidos da população a potencialidade de se engajar em ações políticas organizadas. Marx, por exemplo, nunca atribuiu um papel revolucionário ao "lumpen"-proletariado que, obviamente, não pode ser concebido como uma "classe para si" no sentido marxista do termo. Pode-se

também perguntar, se, por uma Férie de vezes históricas, o proletariado, muito mais antigo de países adiantados não conseguiu organizar revoluções bem sucedidas ou tomar o poder por outros modos, por que se deveria esperar que as classes baixas, de cidades do terceiro Mundo, sejam capazes de fazê-lo? (16)

É interessante notar a preocupação de certos autores com a "crise" do conceito de "marginalidade", mesmo que se possa considerar estas manifestações como isoladas e ultrapassadas pelas Ciências Sociais, bem a ver com um debate atual sobre os limites existentes para se reconhecer os diferentes conteúdos de dominação do Estado e a diversidade de organização política no interior das classes trabalhadoras, quando emergem em movimentos sociais.

No seminário latino-americano sobre casos empíricos de participação social que se levou a cabo em Lima, em março do presente ano [1977], sob os auspícios do Instituto Internacional de Estudos Trabalhistas, o consenso dos sociólogos presentes era no sentido de desfazer o conceito de marginalidade (sic) por inadequado, senão inútil. Porém, eu não estou tão seguro. Talvez se trate aqui, justamente, de um daqueles conceitos necessários para a compreensão das estruturas de classes dos países dependentes. (...) Porém, frente a essas realidades, o instrumental conceitual e teórico da sociologia latino-americana não está ainda suficientemente afinado. Sobretudo quando discutimos os problemas de conceitualização das classes sociais, o tema da marginalidade merece uma análise e uma elaboração maiores. (17)

As lutas sociais pós-anos 70, ainda inspiram a utilização do termo "marginalidade". Tal posição é tomada normalmente do exterior, à distância dos problemas que mais diretamente afetam a mobilização destes "estranhos" atores políticos, deduzindo da aparência, do imediato visível, o nível das conquistas e das reivindicações, de certo modo "pouco nobres".

O caso característico das sociedades pouco desenvolvidas ou fortemente desequilibradas é o de grandes massas de população urbana vivendo em condições consideradas - pelas instituições, e a ideologia dominante, a "opinião pública" - abaixo do mínimo humano e aceitável. (...) Na medida em que a população é relativamente marginal, econômica e urbanisticamente, que o ritmo de desenvolvimento é baixo ou sem capacidade integradora em relação a esta população, que as necessidades socialmente viáveis aumentam pouco, a mobilização urbana se limita a explosões ou rebeliões pontuais. (...) Este tipo de situação não dá lugar, em geral, a um movimento continuado com efeitos políticos profundos (exceto em situações de crise política: Chile, Portugal, mas sim a experiências de pseudosolução dos problemas e necessidades mais elementares. (18)

Vejamos agora, como, além dos modelos ideais de participação política, existem problemas relacionados com o conceito de "marginalidade" que impedem o seu desaparecimento.

Na medida em que a literatura existente sobre favelas também não produziu um questionamento sistemático em torno da idéia da "ilegalidade" da posse da terra urbana, fica difícil aprofundar uma leitura teórica com a ideologia da "marginalidade"

Neste ponto da discussão (sobre a ocupação do solo urbano) a contribuição de Lúcia do P. Valladares (1983) é imprescindível. Na sua revisão da produção bibliográfica sobre Habitação no Brasil, a partir dos anos 70, ela observa o seguinte:

(...) nos últimos anos questões como a renda da terra e uso do solo urbano passaram a ser apontadas como fundamentais para a compreensão e a formulação da política habitacional, em particular, e de uma política urbana em geral. (19)

Mas, por outro lado, reconhece a insuficiência de reflexão sobre este ponto nos estudos sobre favelas

É sensível o fato de que, apesar de serem inúmeros os trabalhos que tratam da favela, poucos são os que abordam a temática sob o ângulo especificamente habitacional (...). A regulação dos padrões de ocupação é tema pouco discutido na literatura, apesar de sua fundamental importância para o entendimento dos mecanismos de ocupação e legalização dessas áreas. (20)

Trata-se, portanto, de se produzir uma urgente e ampla sistematização das experiências de lutas dos favelados, pois elas explicitam críticas aos mecanismos legais que regulam a propriedade da terra urbana e defendem propostas alternativas às soluções habitacionais do Estado pós-64

Os resultados da relação destes movimentos (pela posse da terra e urbanização das favelas), com o Estado, nos governos estaduais e municipais da "Nova República", também teriam de ser avaliados, para saberem em que medida foi possível ultrapassar os limites legais impostos pelas políticas habitacionais dos governos militares.

Por enquanto, podemos apenas enfatizar que a ausência de estudos sobre a questão da "ilegalidade" da moradia favelada deriva, em grande medida, da ideologia da "marginalidade", como se esta fosse um "fato" que "aparece" como um elemento "natural" do desenvolvimento capitalista na América Latina.

A preocupação com a marginalidade urbana na América Latina desenvolveu-se depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações (no Brasil chamados de favelas) vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades. (21)

Os estudos que desmistificaram o teor explicativo da "teoria da marginalidade", como já vimos, salientaram suas críticas e partir das relações de produção, tendo em vista as prioridades teóricas e políticas do momento histórico em que foram produzidas, ficando sem problematização, no entanto, as consequências da mesma "teoria" no âmbito das relações de reprodução social.

(...) Deve-se dizer também que os favelados, deixando de lado a questão da moradia, pois a favela é uma situação irregular do ponto de vista legal, em nada se diferenciam do conjunto da população de baixa renda existente na cidade: os favela predomina o trabalhador e não o "lumpen". (22)

Isto explica, em grande parte, porque a produção acadêmica acabou deixando de lado a discussão da questão "legal", ou seja, da posse da terra urbana, permanecendo a mesma como um fato isolado, dissociado dos processos discriminatórios (não só econômicos, mas políticos e culturais) que sustentam o estereótipo do "marginal" na cidade.

(...) Vamos citar agora um outro fator que incide na determinação do produto da autoconstrução: a terra em forma de lotes. Estão excluídas desse item, portanto, as favelas ou invasões. O fato de o morador não ser proprietário do terra e ocupá-la ilegalmente constitui sem dúvida um elemento demarcador de águas entre o pequeno proprietário de

residência urbana e o favelado. Considerando-se, entretanto, que a população favelada constitui força de trabalho regular, em sua maioria, parte das considerações feitas acerca da autoconstrução serve indistintamente para o trabalhador favelado ou para o trabalhador proprietário de casa. (23)

A história da resistência dos favelados e, mais recentemente, com movimentos sociais, revelaram o quanto a discussão sobre a "ilegalidade" é essencial para as conquistas e mudanças que querem atingir ao nível do direito à habitação e mesmo da gestão democrática da cidade, através da auto-determinação de suas entidades representativas.

Em toda sua história, as favelas sempre existiram a partir de uma utilização indevida do espaço, característica claramente colocada pela conceituação oficial "aglomerados humanos localizados em áreas não urbanizadas, constituídas por habitações rústicas ou improvisadas, desprovidas de melhoramentos públicos, construídas em terra de terceiros do Governo, de particulares ou de domínio não definido" (a autora esclarece, em nota de rodapé, que se trata de uma "definição do censo"). (...) Por representarem áreas invadidas, as favelas constituem transgressão legal. Sua ocupação do solo transgride também a legislação referente à utilização do espaço, o código de obras. Por estes dois fatores, as favelas não contam com qualquer forma de respaldo jurídico, cabendo-lhes uma posição marginal dentro da cidade. (...) Áreas de ocupação ilegal, de crescimento exponencial e carente de uma infra-estrutura básica. Logo, fora das normas de urbanização, as favelas sempre representaram um entrave diante dos programas de planejamento urbano projetados ou realizados. Acresça-se a ameaça latente que também sempre apresentaram para o "status quo", violentando a ordem estabelecida. (...) (24)

Assim, o que antes era visto como um fator institucional, transformouse num fenômeno essencialmente político, dada a

continuidade dos processos de invasões e de criação de soluções alternativas legais, inclusive ao código de obras, (mesmo que restritas a alguns locais) como é o caso do P.U.E. da AsP; isto é, o que se coloca atualmente é a necessidade de criação de novos direitos sociais.

Relembramos que, além da conjuntura teórico metodológica e política, o que pesou, sem dúvida, nas decisões de muitas investigações sobre favelados e "marginalidade" foi existência de visão heróica da política, de um discurso "verdadeiro" do marxismo ortodoxo.

Estudos, de certo modo recentes, como o da citação abaixo, da Revista Mexicana de Sociologia (1981), dão uma idéia mais exata da gravidade do problema:

(...) o centro de meu trabalho: analisar as formas típicas de comportamento de certos estratos pobres, para os quais manteremos o termo de "marginais". (...) a dependência política dos marginais coloca em questão o problema das possibilidades de democratização das sociedades latino-americanas, democratização que se baseia amplamente no fortalecimento das solidariedades no seio da sociedade civil. A "disponibilidade" das massas marginais para com o Estado pode dar lugar a um fortalecimento da autonomia de manobra deste e a um debilitamento da capacidade das classes populares em seu conjunto de definir seus próprios objetivos e orientações para a sociedade. (25)

Trata-se de reconhecer o que Francisco de Oliveira (um dos mais destacados críticos da "teoria da marginalidade") chama de "nova qualidade do conflito de classes" e o fato das Ciências Sociais continuarem, segundo ele:

(...) classificando de movimentos não-políticos, não-der-classe, os típicos movimentos de "veludir" urbana, as novas formas de associação "política" urbana, somente vem em desabono do *Cientista Social*. (26)

Principalmente os estudos sobre movimentos sociais necessitam retocar a crítica à "marginalidade", pois o desuso do conceito não implica no desaparecimento de seus efeitos no plano das análises sobre participação e organização política dos ditos "marginais".

De acordo, portanto, com os objetivos deste trabalho, concordo com aqueles autores que consideram os movimentos sociais um lugar privilegiado de produção de conhecimento crítico, de desmascaramento de muitas práticas de dominação, que passam despercebidas (ou não criticadas) fora do espaço de discussão política e coletiva.

É um processo intrínseco de questionamento e reconstrução ao movimento, que torna possível compreender que essa crítica não existe de forma acabada, mas de uma maneira empírica complexa, sem estágios predeterminados. Cabe ao *Cientista Social* construir e interpretar essa crítica popular, transformá-la em objeto de estudo, pois é preciso potencializar os conteúdos políticos de todos os "setores oprimidos" da sociedade, além do de camponeses e dos operários. (27)

Perseguir as etapas de um modelo de luta de classes (base-indústrias-partido) é um obstáculo para a superação de uma bibliografia tradicional que associa-se aos discursos de senso comum, como é o caso da ideologia da "marginalidade".

Reconhecer a especificidade e diversidade das contradições sociais significa a possibilidade de se compreender e trabalhar os elementos articulados das lutas dos trabalhadores, sem descharacterizar nem subordinar os aspectos políticos, económicos e culturais de cada uma delas.

Referências bibliográficas

- (1) José Nun, 'A rebelião do coro', Revista Brasileira, n. 2, ago. 1983, pp. 104-12.
- Silvio A. Caccia Pava, Políticas cotidianas e movimentos sociais: Elementos para reconstrução de um objeto de estudo, 1983.
- Vinícius Brandt e Paul Singer (orgs.), São Paulo: O povo em movimento, 1983.
- Lúcio Kowarick, 'Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70', Presença, 1984.
- José Álvaro Moisés et al., Contradições urbanas e movimentos sociais, 1978.
- (2) Olga M. Villar, Patricia de la Sefca e Francisco Villar-Felavarría, La Marginalidad Urbana: origen, proceso y rol, 1970, p. 31.
- (3) Janice E. Perlman, Limite da marginalidade: Favelas e política no Rio de Janeiro, 1977, p. 203.
- (4) Ver A.M. Frassinetti, 'La marginalidad en América Latina: una bibliografía comentada', Revista Mexicana de Sociología, 1978.
- (5) Paul Singer, 'Urbanização, dependência e marginalidade na América Latina', Economia Política da urbanização, 1982, pp. 89-90.
- (6) Sobre o processo de marginalização, ver, entre outros: Segundo Arroyo, 'Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década', em José Nun et. al., A situação da classe trabalhadora na América Latina, 1978, pp. 51-80;
- Cândido P.F. Camargo et al., São Paulo 1975: Crescimento e pobreza, 1976;
- Lúcio Kowarick, 'O peso do progresso: crescimento econômico:

- Pauperização e espoliação urbana', em José Álvaro Moisés et. al., Cidade e poder, 1987, pp. 39-48;
- Reginaldo Prandi, 'Retrato do Brasil em carne e osso', Novos Estudos - CEBRAP, 1982, pp. 10-5.
- (7) Ver Manoel Teófilo Berlioz, Marginalidade social e relações de classes em São Paulo, 1975;
- Daniel Hogue et al. Cidade, classe e abusos, 1976;
- Lúcio Kowarick, Capitalismo e marginalidade na América Latina, 1975;
- Francisco de Oliveira, 'A economia brasileira: Crítica à visão dualista', Novos Estudos - CEBRAP, 1972;
- Maria Célia P. M. Paoli, Desenvolvimento e marginalidade, 1974.
- (8) Fernando Henrique Cardoso; Cândido Proença Fereira de Carvalho e Lúcio Kowarick, 'Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo. Cultura e participação', in Cadernos CEBRAP 14, 1973, p. 19.
- (9) Alain Touraine, 'La marginalidad urbana', Revista Mexicana de Sociología, 1977, p. 1130.
- (10) Ibid, p. 1140.
- (11) Janice Perlman, op. cit., pp. 233, 303 e 306.
- (12) Lúcio do Prado Valladares, Fazer-se uma casa: Análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro, 1980, pp. 122-4.
- (13) Tilman Evers et al., 'Movimentos de bairro e Estado: Lutas na esfera da reprodução na América Latina', em José Álvaro Moisés, Cidade e poder, 1987, pp. 110-60.
- (14) José Nery, 'A rebelião do corpo', Revista Brasileira, n. 2, ago. 1983, pp. 124-13.
- (15) Alain Touraine, op. cit., p. 1131.

- (11) Ruben George Oliver, Urbanização e mudança social no Brasil, 1962, pp. 45-7.
- (12) Rudolf Slavenhagen, 'Problemas de reconciliação das classes sociais', in Raúl Berítez Zenteno (coord.), Análises sociais na América Latina, 1977, pp. 251-2.
- (13) Jordi Borja, 'Movimientos urbanos y cambio político', Revista Mexicana de Sociología, 1984, pp. 1346-7.
- (14) Liria do Prado Valladores, Estudos recentes sobre habitação no Brasil, 1983, p. 25.
- (15) *Ibid.*, pp. 22-24.
- (16) Ruben George Oliver, *op. cit.*, p. 39.
- (17) Lúcia Kowarick, 'Usos e abusos: reflexões sobre as metamorfoses do trabalho', in Daniel J. Hogan, Cidade: usos e abusos, 1978, pp. 9-30.
- (18) Ercília Maricato, 'Autoconstrução, a arquitetura possível', in Ercília Maricato (org.), A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial, 1979, p. 89.
- (19) Liria do Prado Valladores, *op. cit.*, 1983, pp. 30-1.
- (20) Sílvia Sagal, 'Marginalidad espacial, Estado y ciudadanía', Revista mexicana de Sociología, 1984, pp. 1547, 1573-4.
- (21) Francisco de Oliveira, 'A acumulação monopolista, Estado e urbanização. A nova qualidade do conflito de classes', in José Álvaro Moisés et. al., Contradições urbanas e movimentos sociais, 1978, p. 75.
- (22) José Nery, 'A rebelião do Coro', Revista Brasil, n. 2, ago. 1963, p. 104.

Conclusão

Procuramos propor, através do estudo do movimento dos favelados da Assembléia do Povo de Campinas, pela conquista da Lei da Terra e Urbanização das favelas, a necessidade de uma retomada crítica do sistema de representação dominante da "marginalidade".

Acreditamos que outras lutas sociais problematizam o processo de exclusão que vivenciam, criticando a seu modo, a representação da "marginalidade". Pensamos, por exemplo, em alguns setores da classe trabalhadora, como os bóias-frias ou os camponeses sem terra; ou ainda, naqueles movimentos sociais contra a discriminação racial, sexual étnica, etc.

O problema está em saber, desde quando e até que ponto os sistemas de dominação se utilizam das representações da "marginalidade" para impedir a conquista de novos direitos sociais.

O movimento da AsP revelou que é possível a construção de uma crítica à "marginalidade" a partir do questionamento que os próprios favelados levantaram em seu processo de definição de um projeto alternativo de moradia, em relação ao Estado.

A identidade de favelado passa a ser assumida como uma ruptura à pseudo-identidade de "marginal" porque descobre coletivamente no movimento a significação social de sua presença no desenvolvimento urbano-industrial do país.

A "marginalidade" passa a ser percebida como algo que expropria o sentido histórico de seu passado. Procura, no ato de recordar, dar unidade aos sucessivos processos de fragmentação (expulsões, remoções, etc.) impostos, para evitar sua fixação na terra urbana. Recuperam, no plano cultural e político, os vestígios de suas ocupações desaparecidas pela lógica da expansão urbana que ocorre nas últimas décadas no Brasil.

Interrompem o fluxo contínuo da disciplina social exigida pelo Estado, apoiada no discurso científico e na repressão policial, exigindo do poder público local espaços de representação direta.

Nesse sentido, negam a idéia corrente de "ausência" política dos moradores de favelas da história social, introduzindo um caráter diverso e qualitativo de interesses, distinguindo-se de outras lutas sociais.

Assim sendo, esta discussão tem limites, não apresenta um modelo fechado de crítica à "marginalidade", mas, ao contrário, convida a refletir sobre sua importância na conjuntura atual, tendo em vista a necessidade de evitarmos uma visão heróica e hierárquica das lutas dos trabalhadores.

BIBLIOGRAFIA

4 Livros

ALENCASTRO, Leonora Ulrich de. 'A produção e o consumo: a cidade como espaço de segregação'. In Política urbana: a produção e o consumo da cidade. Porto Alegre, Mercado Aberto, 1985.

ARMANN, Sáfira Bezerra. Idemidade do desenvolvimento de Comunidade no Brasil. 3a. ed. São Paulo, Cortez, 1985.

ANDRADE, Regia de Castro. 'Brasil: a economia do capitalismo selvagem'. In Paulo J. Krischke (org.). Brasil do Milagre à Abertura, São Paulo, Cortez, 1982, pp. 121-150.

ARROYO, Rosmunda. 'Empobrecimento relativo e absoluto do proletariado brasileiro na última década. In José Nun et. al., A situação da classe trabalhadora na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, 1978 (série CEDEC/Paz e Terra, v. especial)

BADARÓ, Ricardo de Souza Campos. O plano de melhoramentos urbanos de Campinas (1924-1942). Tese de Mestrado em Arquitetura Universidade de São Paulo, 1986.

BAVA, Sílvio A. Caccio. Práticas cotidianas e movimentos sociais: elementos para reconstrução de um cotidiano de estudo. Dissertação de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da

Universidade de São paulo, 1983.

BLANK, Gilda. 'Três de Pina: experiência de urbanização da favela'.

In Lúcia Valladares (org.), Habitacão em questão. Rio de Janeiro, Zahar, 1980.

BERLINCK, Manuel T. 'SAlexandre e seus irmãos: psicanálise de Pinotes?' In. RODRIGUES, Sérgio Aldo e BERLINCK, Manoel T. Psicanálise de sistemas sociais. São Paulo, Escuta, 1988, pp 67-98.

----- Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo. Petrópolis, Vozes, 1975.

BOLAFFI, Gabriel. 'Habitação e Urbanismo: o problema e o falso problema. In Ernânia Maricato (org.), A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil Industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp. 37-70

CAMARGO, Cândido F F et. al. São Paulo 1975: crescimento e abstração. São Paulo, Edições Loyola, 1976.

CHAUÍ, Marilena. Cultura e democracia: a diáspora constante e outras falas. São Paulo, Moderna, 1980.

----- Seminários: a nacional e a secular na cultura brasileira. São Paulo, Brasiliense, 1983.

CORREA, Luís Guilherme de Conto e FERNANDES, Marlene. Diretrizes para a urbanização dos aglomerados de sub-habitacão. Conselho Nacional de Desenvolvimento científico e tecnológico (CNPq), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano de Curitiba (IPPUD) e Instituto de Tecnologias Apropriadas ao Homem (ITAH).

1982.

ENGELS, F. Contribuição ao problema da habitação. In Karl Marx e Friedrich Engels textos. 2v. São Paulo, Alfa-Omega, 1976, v2, pp. 99-116.

FUERS, Tilman et. al. 'Movimentos de bairro e Estado: lutas na esfera da reprodução na América Latina'. In José Álvaro de Melo et. al., Cidade, povo e poder. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de estudos de Cultura Contemporânea, 1985 (Série CEDECD/Paz e terra, v. 5).

FERNANDES, Florestan. 'Problemas de conceituação das classes sociais na América Latina'. Em Raúl Benítez Zenteno (coord.), As classes sociais na América Latina problemas de conceituação. Rio de Janeiro, Paz e terra, 1977, pp. 173-246. (Estudos Latino-Americanos, v. 11.).

FISCHER, Rosa maria 'Bandido não é problema, a gente precisa é de lei'. In O direito da população à segurança. Petrópolis, Vozes, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea - CEDEC, 1985.

FORACCHI, Marialice Menderini. A participação social das excluídas. São Paulo, Hucitec, 1982, cap. 1.

FREIRE, Paulo; NOGUEIRA, Adriano; MAZZA, Débora (orgs.). Eazez escola resgatando a vida. 3a. ed. Campinas, Papirus, 1987.

GRAMSCI, Antonio. Obras escolhidas. Trad. Manuel Cruz. São Paulo, Martins Fontes, 1978 [Col. Novas direções]

_____. Concepção dialética da história. 2a. ed. Carlos Nelson Coutinho. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1978.

ECOL. Perspectivas do homem, 123.

_____. Da intelectualia e a organização da cultura. 2a. ed. (trad. Carlos Nelson Coutinho). Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1979.

FAHMY, Otávio. Estado e planejamento no Brasil. 4a. ed. revisita e atualizada. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1984.

KOWARICK, Lúcio. Capitalismo e marginalidade na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

_____. 'Reflexões sobre as metamorfoses do buebelho'. In Daniel J. Hogan et. al. Cidade: usos e abusos. São Paulo, Brasiliense, 1978, pp. 9-29.

_____. 'O preço do progresso: crescimento econômico, pauperização e espolição urbana'. In José Álvaro de Moisés et. al., Cidade, povo e poder. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos de cultura Contemporânea, 1985 (Série CEDEC/Paz e Terra, v. 5).

KRISHNKE, Paulo J. (org.). Terra de habitação Terra de espolição. São Paulo, Cortez, 1984.

MARICATO, Ermínia. 'Autoconstrução, a arquitetura possível'. In Ermínia Maricato (org.), A produção capitalista da cidade no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1979.

OLIVEIRA, Francisco de. 'A acumulação monopolista, Estado e urbanização'. A nova qualidade do conflito de classes' In José Álvaro de Moisés et. al. Contradições urbanas e Movimentos Sociais. 2a. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos

da Cultura Contemporânea, 1978 (Série CEDEC/Paz e Terra, v. 1.).

ALVIM, Ruben George. Urbanização e Mudança Social no Brasil. 2a. ed. Petrópolis, Vozes, 1982 [1a. ed. 1980].

PAOLI, Maria Célia. 'A marginalidade no capitalismo dependente: um problema deslocado'. In Daniel J. Hogan et. al. Cidade: uma experiência. São Paulo, Brasiliense, 1978, pp. 31-53.

PERLMAN, Janice M. O mito da marginalidade: valores e política no Rio de Janeiro. Trad. Valdivia Marchiori Portinho. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (Estudos brasileiros, v. 19).

PERUZZO, Gilio. 'Habitação de conjunto antes do BNH'. In Habitação: controle e assolação. São Paulo, Cortez, 1984, pp. 21-36.

PIUZZI, Paulo Sérgio. 'Violência e Cultura'. In Volney Damounier; Francisco C. Weffort e Maria Victória Benevides (orgs.), Direito, Cidadania e Participação. São Paulo, T.A. Queiroz, 1981, pp. 31-56.

REZENDE, Vera. Planejamento urbano e ideologia: quatro planos para a cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1982 (col. Retratos do Brasil, 159).

SADER, Eder. Produção sociológica brasileira: 1940-1980-O estado dos movimentos sociais de base urbana. 1990, mimeo.

SANTOS, Carlos Nelson F. dos. 'Habitação: o que é mesmo que pode fazer quem sabe?'. In Lícia do Prado Valladares (org.),

Reservando a habitação no Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1966.
SCARFON, Maria de Lurdes. Crescimento e miséria: estudo sobre as
populações "marginais" em um município paulista. São Paulo,
Símbolo, 1979 (coleção ensaio e memória, vol. 23).

Seminário de Desenvolvimento Social: problemática de populações de
baixa renda em contexto urbano. Indicadores Sociais. Anais.
Salvador, SETRABES, 1976.

SEPPA, Antonio A. O devio passo de cada dia: a representação do
cotidiano num jornal paulista. Rio de Janeiro, Achiamé, 1982
(Série Universidade).

SINGER, Paul. 'O uso do solo urbano na economia capitalista' In
Erménia Maricato (org.), A produção capitalista da casa (e da
cidade) no Brasil industrial. São Paulo, Alfa-Omega, 1979, pp.
31-34.

_____. 'Urbanização e desenvolvimento: o caso de São
Paulo'. In Economia política da urbanização 9a ed. São
Paulo, Brasiliense, 1963 Eia. ed. 1973.

_____. 'Urbanização, dependência e marginalidade no América
Latina. In Economia Política da Urbanização. 9a. ed. São Paulo,
Brasiliense, 1963 Eia. ed. 1973.

_____. e BRANT, Vinícius C. São Paulo: a nova em movimento.
4a. ed. São Paulo, ed. Petrópolis, CEBRAP, Vozes, 1963 Eia
ed. 1969.

SCARFON, Orlando. Causas da criminalidade e fatores criminosos.
Rio de Janeiro. Ed. Científica, 1978.

STAUENHAGEN, Rodolfo. 'Problemas de conceituação das classes sociais'. In Raúl Benítez Zenteno (coord.), As classes sociais na América Latina. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977 (Col. Estudos Latino-Americanos).

TAUBE, Maria José de Mattos. Cabe a culpa por ser pobre cada dia um pouco mais? estudo de empresas migratórias e fixação de famílias na favela: o papel das mulheres e das instituições assistenciais. Tese de Mestrado. Departamento de Ciências Sociais, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, 1984.

THIOULENT, Michel J.M. Crítica metodológica investigação social e pesquisa acadêmica. 2a ed. São Paulo, Polis, 1981. (col. Teoria e História, v. 6).

_____. Metodologia da pesquisa-social. São Paulo, Cortez, Autores Associados, 1985 [1947] (Coleção Temas Básicos de ...)

VALLA, Victor Vincent (org.). Educação e favela: políticas para as favelas do Rio de Janeiro - 1940-1995. Petrópolis, Vozes, Associação Brasileira de Pós-Graduação em Saúde Coletiva-ABRASCO, 1996.

VALLADARES, Lícia do Prado. Passa-se uma casa: análise do Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro. 2a. ed. Rio de Janeiro, Zahar, 1960 [1a ed. 19783].

..... 'Estudos recentes sobre a habitação no
Brasil: resenha das literaturas'. In Remensando a habitação no
Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 1983.

USARAR, Maura P.B. e BONDUKI, Nabil. 'Política habitacional e a luta
pelo direito à habitação'. In Maria de Lourdes M. Couto (org.),
A cidadania que não temos. São Paulo, Brasiliense, 1986, pp.
69-78.

VIEIRA, Eduardo Nunes. 'Espaço urbano como espaço de violência'. In
Política urbana: a produção e o consumo da cidade. Porto
Alegre, Mercado Aberto, 1985.

VILLAR, Olga M.; LAFOY, Patrício de la e URIBE ECHEVARRIA,
Francisco. La marginalidad Urbana: origen, proceso y modo:
resultados de una encuesta en poblaciones marginales del Gran
Santiago. Buenos Aires. DESAL/Troquel, 1970.

2. Artigos

BERNARDET, Jean-Claude. 'Trajetória de uma oscilação'. In Teoria e
Prática, n. 1, 1967, pp. 110-120.

BOLAFFI, Gabriel. 'Planejamento urbano: reflexão sobre a
experiência recente'. In Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, v. 1,
n. 4, nov. 1982.

..... 'Arquitetura do poder e o poder da
arquitetura'. In Novos

- Estudos, São Paulo, CEBRAP, vol. 3, n. 9, jul. 1984, pp. 47-55.
- FORNARI, Nabil G. 'Origens do problema da habitação popular em São Paulo: primeiros estudos'. In Espace e Debates, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Cortez, ano 9, n. 9, mar./jun. 1982.
- GORJA, Jordi. 'Movimientos urbanos y cambio político' Revista Mexicana de Sociología, XNC XLII/VOL XLIII/n. 4, octubre-noviembre de 1981, pp. 1041-1069.
- CARROSO, Fernando Henrique et al. 'Considerações sobre o desenvolvimento de São Paulo: cultura e participação'. In Carteira-CEBRAP, São Paulo, Edições CEBRAP, n. 14, 1973.
- 'Regime político e mudança social: algumas reflexões a propósito do caso brasileiro'. In Revista de Cultura e Política, Rio de Janeiro, Paz e Terra, Centro de Estudos de Cultura Contemporânea, n.3, nov./jan. 1981, pp. 7-23.
- CARROSO, Ruth. 'Sociedades e poder: as representações dos favelados de São Paulo'. In Ensaios de Quilômetro, Rio de Janeiro, Imúbia, n.4, 1978, pp. 38-44.
- CASALI, Flávio A. de Aguiar Casali. 'A questão tecnocrática: campo intelectual-tecnocrático e o discurso dos agentes do planejamento urbano'. In Espace e Debates, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Editors, ano 9, n. 9, maio/ago. 1983, pp. 42-63.

CHAUÍ, Marilena. 'Ainda a questão da democracia: a incapacidade de perceber o novo reedita o passado'. In Isto é, 21/11/79

....., MOISÉS, José Álvaro e PEREIRA, Luís Carlos
Brenner. 'O governo da cidade e a utopia'. EDebate em E&D. In
Essays Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. ano
8, n. 6, jan./set. 1982, pp. 98-105.

DURVAM, Fátima Ribeiro. 'movimentos sociais: a construção da
cidadania'. In Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, vol. 3, n. 10,
out. 1984, pp. 24-30.

EVERO, Tilmaz. 'Identidade: a face oculta dos novos movimentos
sociais'. In Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, vol. 2, n.4,
abr. 1984, pp. 11-20.

FERRIRA, Maria Rosa. 'A relação de dominação na pesquisa social'.
In Revista de Cultura & Política, CEDEC/Fox e Terra, n.3, nov.-
jan. 1981, pp. 45-9.

FRANSEINETTI, A.M. 'La marginalidad in America Latina'. In Revista
Mexicana de Sociologia. ANO XL/n.1, enero-abril de 1978, pp
221-231.

SABEIRA, Fernando. 'Ásperos caminhos da esperança'. In Isto é, vol.
7, n. 333, maio 1983, pp. 36-40.

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas (IFCH). Centro de
Documentação e Pesquisa em História Social. 'Fontes para o
estudo da industrialização no Brasil - 1888/1945'. In Cadernos
do Arquivo Edvard Leuenroth, Campinas, UNICAMP, n.2, maio 1980-

nov. 1982.
'Invasões e favelas'. [debate]. In Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Editora, vol. 2, n. 5, mar-jun. 1982, pp. 127-46.

JACOTTI, Pedro Roberto. 'Prefeituras democráticas, movimentos populares e poder local: participação, cooptação ou autonomia?'. In Espaço e Debates, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Editora, ano 3, n. 9, maio-ago. 1983, pp. 66-79.

_____. 'Exclusão e lutas pelo direito à moradia'. In Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano 2, n. 7, out /dez 1982, pp. 53-69.

_____. e NUNES, Edison. 'Movimentos sociais urbanos na década de 80: mudanças na teoria e na prática'. In Espaço e Debates. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Editora, ano 3, n. 10, 1983, pp. 61-77.

MCQUERICK, Lúcio. 'Os caminhos do encontro: as lutas sociais em São Paulo na década de 70'. In Enxada e Revólver. Revista de Política e Cultura, n.2, fev. 1984, pp. 65-78.

_____. e ANT, Clark. 'O Cortiço: cem anos de promiscuidade'. In Novas Escuelas, São Paulo, CEBRAP, ano 1, n. 2, abr. 1982, pp. 59-64.

MAGNANI, José G. Carter. 'Os pedregos da cidade'. In Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Cortez, ano 2, n. 5, mar./jun. 1982.

MATOS, Cláudia C.B. 'A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças'. In Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos, ano 2, n. 7, out./dez. 1982, pp. 45 a 52.

MUN, José. 'A rebelião do povo'. In Revista, n. 2, agosto 1982, pp. 107-118.

Ordem dos Advogados do Brasil/Seção São Paulo. Associação dos Sociólogos do Estado de São Paulo e Instituto Brasileiro de Planejamento-São Paulo. 'Documento sobre o direito à habitação, a política de uso do solo urbano e a democratização do poder local. (comunicações). In Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Núcleo de Estudos Regionais e Urbanos, Cortez Editora, ano 2, n. 5, mar./jun., pp. 155-7.

OLIVEIRA, Francisco. 'A economia brasileira: crítica a versão dualista'. In Estudos-CEBRAP, São Paulo, Edições CEBRAP, Editora Brasileira de Ciências Ltda., n. 2, out. 1978, pp. 3-22.

Partido dos Trabalhadores. Comissão de Movimentos Populares do Diretório Municipal Campinas. 'Movimento popular em discussão' n. 1, 1985.

RODRIGUEZ, Alfredo. 'A cidade dissolvida'. In Espaço e Debate. Revista de Estudos Regionais e Urbanos ano 2, n. 7, out./dez.

1982, pp. 31-44.

SANTOS, Luiz A. de Castro. 'Trabalho rural e família no Brasil: uma revisão crítica'. In Novos Estudos, São Paulo, CEBRAP, n. 3, jul. 1982, pp. 54-62.

SCHMIDT, S.V. 'A politização do espaço urbano no Brasil'. In Espana e Dehala. Revista de Estudos Regionais e Urbanos. São Paulo, Cortez, ano 2, n. 5, mar./jun. 1982.

SEGAL, Silvia. 'Marginalidad espacial, Estado y ciudadanía'. Revista Mexicana de Sociologia. XNO XLIII/VOL.XLIII/n.4, octubre-diciembre de 1981, pp. 1547-1577.

THIOLENT, Michel. 'Uma estratégia de contencimento crítico'. In Essa e Dala. Revista Semestral do Centro de Estudos Everard. Dion, ano 1, n. 1, maio 1978, pp. 98-104.

TOURAINE, Alain. 'La marginalidad urbana', em Revista Mexicana de Sociologia, XNO XXXIX/VOL.XXXIX/n. 4, octubre-diciembre de 1977, pp. 1105-1142.

C. Documentos

A) ASSEMBLÉIA DO POVO

Porque fazer depósito Centre loteamento clandestino e regulariz.

BO' EIA DA ASSEMBLÉIA DO POVO, cat. 1979.

ASSEMBLÉIA DO POVO. Jornal dos Moradores da Barragem, n. 2, 1979.

Reunião de avaliação da 1ª Assembleia do Povo, realizada no dia 12/11/79 em frente a prefeitura municipal de Campinas, 12/11/79.

Quadro demonstrativo das favelas que participam da Assembleia do Povo, 1982.

ASSEMBLÉIA DO POVO. Quadro demonstrativo referente à organização das favelas que participam da Assembléia do Povo, 1980.

Subsídios para o encontro dos representantes dos bairros na Assembléia do Povo, 02/02/90.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, n. 6, mar. 1980.

BOLETIM INFORMATIVO DA ASSEMBLÉIA DO POVO, n. 7, jun. 1980.

Levantamento das reivindicações de moradia dos moradores dos bairros que participam da Assembléia do Povo 1979-80, 01/05/80.

Relatório sobre as reivindicações de moradia 1970-80, 04/09/80.

O trabalho de reivindicações por melhores condições de vida nos bairros da periferia de Campinas que participam da Assembléia do Povo, out. 80.

Proposta de emenda à Assembléia do Povo (loteamento) apresentada em 10/10/80 ao prefeito por 20 representantes da Assembléia do Povo, out. 80.

I ENCONTRO DA DIRETORIAS DE FAVELADOS, 12/10/80.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, out./nov. 1980.

Minuta: Direito Real de Uso por interesses social, 1981.

Carta da Assembléia do Povo ao prefeito Francisco Amaral, 14/01/81. Anexo: Substitutivo que dispõe sobre a Concessão de Direito Real de Uso de terrenos públicos por interesses social, e dá outras providências.

Balanco político do trabalho da Assembléia do Povo em 1980, fev. 1981.

Algumas informações básicas sobre a luta pelo direito real de uso da terra aos favelados de Campinas-SP, 04/02/81.

Nota Oficial, mar. 1981.

Carta Aberta, 08/05/1981.

SEMINÁRIO NACIONAL SOBRE FAVELA. Realidade de Campinas- Conclusões, 16/08/81.

Estatutos da Federação de Associações de Favelas da Assembléia do Povo, 1981.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, jan. 1982.

Participação financeira das Associações de Favela para o custeio de despesas da Assembléia do Povo (cont. 1981-82) no período.

la Janeiro e Junho/82.

Documentos dos Favelados sobre a terra. 15/02/82

Seg. 1º Encontro de Favelados. Regulamento 112-15/fev. 1982.

Relatório da Comissão de Grupos (Segundo Encontro de Favelados). 12/02/82.

Documento para discussão: II Encontro de Favelados, 14/02/82.

II Encontro de Favelados. Síntese das experiências apresentadas no plenário do dia 12/02/82.

COMUNICADO DA ASSEMBLÉIA DO POVO (Sr. Leobino Francisco de Oliveira do Jd. Campos Eliseu não pertence mais à Assembléia do povo ... 3, 22/10/82

Demonstrativa das reuniões de 1982, 09/11/82.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, set. 1982.

Relatório da administração Magalhães Teixeira na área de favelas e perspectivas de luta da Assembléia do Povo para o ano de 1984

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, fev. 84.

Informe à imprensa, 01/03/84

II Encontro de Favelas/84. Relatório para as diretorias, 18/03/84

Carta aberta à população do movimento dos favelados da Assembléia do Povo, 12/07/84.

BOLETIM DA ASSEMBLÉIA DO POVO, out. 84

Carta ao Ilmo. Sr. Dr. José Roberto Magalhães Teixeira - DD. Prefeito Municipal de Campinas, 1984.

A luta da terra no Governo Magalhães Teixeira, maio de 1985.

Iniciativa popular no Constituinte: é hora de participar, jun. 87.

Encontro de agentes que atuam junto à Assembléia do Povo: Apresentação, 1979.

Encontro de avaliações dos objetivos da Assembléia do Povo, 29/12/79.

Conclusões do Encontro de Agentes do dia 29 de dezembro de 1979.

Tentando avaliar o subsídio: balanço político da Assembléia do povo, maio 1981.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Comissão de Justiça. Parecer s/n. de 19 de fevereiro de 1981.

CÂMARA MUNICIPAL DE CAMPINAS. Parecer s/n., Processo n. 21.512, Projeto de lei 17/81 da Prefeitura Municipal de Campinas. Dispõe sobre a Comissão de Direito Real de Uso de Terrenos Públicos no Interesse Social, e de outras providências, 26 de fevereiro de 1981.

QUIMARÃES, Alseir Malta. Monografia Histórico-Estatística da Município de Campinas, Campinas, Prefeitura Municipal, 1962.

Relatório do ano de IV Centenário da Fundação de São Paulo. 1a. ed., 1954.

QUIMARÃES, Alseir Malta. Campinas. Dados Históricos e Estatísticos, Campinas, Livraria Brasil, 1959.

AMARAL, Plínio do (comp.). Campinas. Monografia, Campinas, São Paulo, Prefeitura Municipal, Editora e Publicidade Roman, 1950.

AMARAL, Plínio do (comp.). Campinas. Monografia, Campinas, São Paulo, Prefeitura Municipal, Habitat Editora, 1955.

21 DIVERSOS

BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO. Regulamenta o Programa de Financiamento de Lotes Urbanizados - PROFILURB. n. 37/75, 01/07/75.

CONGRESSO SOBRE HABITAÇÃO DO FAVELADO EM BELO HORIZONTE. Conclusões Finais dos Congressistas, Abril 1980.

COMISSÃO DE JUSTIÇA E PAZ DE CAMPINAS. Integral apoio às reivindicações formuladas pela Assembleia do Povo, 26 de outubro de 1980.

COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL. Carta dirigida a P. Ezequiel de Araújo Sales, DD. Cardinal Arcebispo do Rio de Janeiro. Circ. Coord. de Pastoral 001/81, 23 de janeiro de 1981. Manifestação de apoio.

COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL. Carta dirigida ao prefeito Francisco Amaral. Circ. Coord. de Pastoral 003/81, 25 de janeiro de 1981. Manifestação de apoio.

COORDENAÇÃO ARQUIDIOCESANA DE PASTORAL. Carta dirigida a P. Luciano Mendes de Almeida, DD. Secretário Geral da CNBB. Circ. Coord. de Pastoral 004/81, 02 de janeiro de 1981.

COMISSÃO ARQUIDIOCESANA DE COMUNIDADE ECLESIAIS DE BASE e

1981. Carta aberta à população de Campinas, 07 de fevereiro de 1981.

CRISTIANISMO BRASILEIRO. Palavra de solidariedade e apoio à luta dos favelados, 10 de março de 1981.

MAIÁ, Pe. José Antônio, POUCHARD, Pe. José, FERRARO, Pe. Bonedito. Nota de apoio, 01 de abril de 1981.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Pronunciamento de apoio do deputado Paulo Pires, 07 de maio de 1981.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE REFORMA AGRÁRIA-ABRA. Terceiro dia de luta para favelados, s/d.

TEIXEIRA, José Roberto. Proposta de Governo, out. 82.